



Número do Processo

018881/2018

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ASSUNTO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS SAMSUNG: SL M4020 - ND E DA MULTIFUNCIONAL M 4070FR

INTERESSADOS

SEALX - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

PROCESSOS ANEXADOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

1. DO OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme especificações abaixo:

	DESCRIÇÃO MATERIAL	U.M.	QUANT.	CATMAT
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	426542

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de material faz-se necessária, em virtude da recente aquisição dos seguintes modelos de impressoras Samsung: SL – M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR que serão alocadas em todas as zonas eleitorais e em outras unidades administrativas, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) impressoras que utilizarão o modelo do toner da pretensa aquisição.

Para calcularmos o material para as zonas do interior utilizamos o consumo de 2017 do modelo de toner utilizado nas zonas do interior (205E), que tinha uma capacidade 10.000 cópias, dividindo pela nova capacidade a ser adquirida, mas preservando o consumo de pelo menos 1 toner para cada zona. Acrescentamos ainda 1 toner para cada impressora a ser instalada de imediato nas zonas eleitorais do interior (184).

Para as unidades administrativas que já utilizavam o modelo de impressora calculamos pelo cálculo de ressuprimento do almoxarifado subtraindo o estoque existente na Sealx, conforme anexo deste Termo.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço unitário por item, respeitadas as preferências previstas no Decreto n.º 7.174/2010, na Lei n.º 8.248/1991 e Lei Complementar n.º 123/2006 que devem ser aplicadas por se tratarem de material com característica similar aos cartuchos de impressora, e por consequência, de equipamentos de informática.

4. OS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE DOS SUPRIMENTOS

- 4.1 Deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.
- 4.2 Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal;
- 4.3 Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.
- 4.4 A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado por laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

5 RECEBIMENTO DO MATERIAL, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1 Deverá ser entregue, conforme especificação, marca e preço, na Seção de Almoxarifado do TRE/CE, situada no Parque Empresarial BR 116 – Rodovia BR 116, Km 6, nº 2555, Módulo 16 – Cajazeiras, em Fortaleza-CE, CEP 60842-395, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da nota de empenho, que será transmitida por e-mail à empresa vencedora do certame licitatório que deverá enviar a confirmação do seu recebimento. Caso o fornecedor não a envie e o e-mail não retornar, será considerado como recebido.

5.2. Comissão de Recebimento e Gestor do Contrato

O material será recebido por uma comissão que será composta pelos servidores: Carlos Henrique Coutinho Rodrigues, José Ribamar de Oliveira e Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro, cabendo à última a gestão do contrato e ao primeiro a suplência.

5.3. Recebimento Provisório

- 5.3.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em caráter provisório. Serão realizados testes de impressão com os cartuchos, correndo por conta do fornecedor o recolhimento do material, caso o lote seja rejeitado em parte ou na sua totalidade.
- 5.3.2. A comissão de recebimento terá 3(três) dias úteis para comunicar ao fornecedor o resultado da análise dos cartuchos.

5.3.3 Definitivo

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 19/10/2018 16:36:13

Por: SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO e outro

Após sanadas todas as dúvidas quanto a qualidade e quantidade do material a Comissão de Recebimento fará o recebimento definitivo e caberá à Seção de Almoxarifado o encaminhamento da nota fiscal para pagamento.

6. DOS TESTES DE IMPRESSÃO

6.1. Os itens entregues serão submetidos a testes de impressão por amostragem, cabendo à Comissão de Recebimento seguir a tabela e critérios abaixo descritos:

Tabela de testes de impressão por amostragem

Quantidade entregue por item (peças)	Amostragem mínima (peças)	Amostragem máxima (peças)
530	27	53

Critérios:

a) Inicialmente, todos os suprimentos serão testados utilizando a amostragem mínima retirada de forma aleatória do lote entregue;

b) Caso os testes de impressão na amostragem mínima sejam bem-sucedidos, o lote referente ao item testado será tido como aprovado;

c) Se, pelo menos, uma peça da amostragem mínima apresentar problema, os testes terão prosseguimento até o limite da amostragem máxima, sendo que:

c.1) Caso o total da amostra aprovada seja maior que 50% (cinquenta por cento), a empresa, em 72 horas, substituirá apenas o (s) item (ms) reprovado(s) e novos testes serão feitos tomando por base amostragem máxima. Neste caso, será objeto de novos testes o(s) item(ms) substituído(s) e o restante retirado de forma aleatória do lote até o quantitativo máximo da amostragem, excluindo aqueles itens aprovados. Se ao menos uma peça for reprovada nos novos testes, todo o lote será considerado reprovado;

c.2) Caso o total da amostra aprovada seja menor que 50%(cinquenta por cento), todo o lote referente aquele item será considerado como reprovado e o fornecedor terá 5(cinco) dias úteis para substituição;

6.2. Os suprimentos, sejam compatíveis ou originais das impressoras, serão submetidos a testes de impressão, utilizando no mínimo 2(duas) configurações de qualidade de impressão (normal/padrão e modo econômico/rascunho), sendo que, para cada configuração serão impressas no mínimo 20 (vinte) páginas por item, com vistas a aferir a qualidade de impressão dos suprimentos entregues.

6.3. Como parâmetro de qualidade de impressão, fica estabelecido que os produtos compatíveis deverão apresentar, no mínimo, o mesmo desempenho dos originais do fabricante das impressoras.

6.4. Ao final, os suprimentos que apresentarem ou provocarem impressão insatisfatória, como falhas ou manchas na impressão, vazamentos, dentre outros problemas serão tidos como reprovados pela Comissão de Recebimento.

6.5. Durante os testes de impressão por amostragem, caso fique constatado eventual defeito nas impressoras, causados pelos suprimentos entregues, devidamente fundamentado por laudo técnico de assistência técnica autorizada do fabricante do equipamento, caberá a CONTRATADA arcar com todos os custos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Encaminhar à CONTRATADA, por e-mail, a nota de empenho;
- 7.2. Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- 7.3. Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- 7.4. Promover, pelo seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- 7.5. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.
- 7.6. Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à CONTRATADA facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço;
- 8.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro de seus prazos de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem pela Seção de Almoxarifado, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;
- 8.3. A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal feita pelo Gestor do Contrato;
- 8.4. Caberá à CONTRATADA o descarregamento do material no local de entrega, com pessoal suficiente para que seja realizado em tempo razoável.
- 8.5. Caso ocorra dano no equipamento por problemas nos cartuchos de impressão fornecidos, todos os custos e reparo ou substituição por equipamento similar, durante o tempo em que ficar inoperante, correrão por conta da CONTRATADA.
- 8.6. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a ***origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa,*** conforme determina o **Acórdão N° 2608/2013-Plenário do TCU/DF.**

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;

9.7. Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia de Recolhimento da União, o mesmo será automaticamente

descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DO PAGAMENTO

10.1 Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho (NE), por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da nota fiscal, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesste mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;

10.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

10.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2019, com termo inicial a partir da data da publicação em Órgão Oficial competente.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral no Programa de Trabalho Resumido: 042.342 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, 059.581 – Implantação do Sistema de Automação de Identidade 000.421 – Pleitos Eleitorais no elemento de despesa:339030 – Material de Consumo.

Sealx, 19 de outubro de 2018.

Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro

Técnico de Judiciário
Seção de Almoxarifado

DE ACORDO:
Benedito Sérgio Monte Coelho
Secretário de Administração

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 19/10/2018 16:36:13

Por: SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO e outro

ANEXO I

CÁLCULO RESSUPRIMENTO

Material	U.M.	CMM	Consumo Diário	Estoque Máximo	Estoque Atual+ Pedido	Quantidade Ressuprir	Quantidade a COMPRAR
Toner 203-U - consumo das unidades que já utilizam	UM	9,41	0,32	156	100	94,4	95
Toner 203-U - Zonas interior							252
Toner Reserva							184

531

Emínimo = ES x Consumo Diário

ES: Estoque de Segurança:120 dias

Consumo Médio Mensal

Consumo Diário=CMM/30

Lote de Compra: 365 dias

Prazo de Entrega: 120 dias

Emáximo=(Lote de compras+ES)xConsumo Diário

Quantidade a Ressuprir: Estoque Máximo + (Prazo de Entrega x Consumo de Diário) - Estoque Atual

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 19/10/2018 16:36:13

Por: SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO e outro



TRE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 172696/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO <i>Assinado eletronicamente em 19/10/2018 16:36:13</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 22/10/2018 15:17:35</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Consumo Mensal de Material por Unidade Requisitante

Órgão: 001 -TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Período: 2017/01 a 2017/12

Material: 200004699 - TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA MLT D205E, COMPATÍVEL COM OS MODELOS: ML 3710ND E SCX5637FR, CAPACIDADE: 10.000 CÓPIAS .

U.R.	2017/01	2017/02	2017/03	2017/04	2017/05	2017/06	2017/07	2017/08	2017/09	2017/10	2017/11	2017/12	TOTAL	IMPRESSÕES	TONER 203U
000505 - POSTO DEFINITIVO DO MUNICÍPIO DE CEDRO (13ªZE)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	20000	2
000523 - POSTO DE ATENDIMENTO SHOPPING RIOMAR PAPICU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	10000	1
000525 - POSTO DE ATENDIMENTO SHOPPING RIOMAR KENNEDY	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	10000	1
000527 - POSTO DE ATENDIMENTO NORTH SHOPPING JÓQUEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	10000	1
0274 - 4ª ZONA ELEITORAL- MARANGUAPE	2	0	0	2	0	2	2	4	0	0	0	1	13	130000	9
0275 - 5ª ZONA ELEITORAL- BATURITE	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	20000	2
0276 - 6ª ZONA ELEITORAL- QUIXADA	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	4	40000	3
0277 - 7ª ZONA ELEITORAL- CASCAVEL	0	2	0	0	0	1	2	0	0	2	0	1	8	80000	6
0278 - 8ª ZONA ELEITORAL- ARACATI	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	4	40000	3
0279 - 9ª ZONA ELEITORAL- RUSSAS	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	1	4	40000	3
0280 - 10ª ZONA ELEITORAL- JAGUARIBE	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	5	50000	4
0281 - 11ª ZONA ELEITORAL- QUIXERAMOBIM	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	4	40000	3
0282 - 12ª ZONA ELEITORAL- SENADOR POMPEU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	10000	1
0283 - 13ª ZONA ELEITORAL - IGUATU	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	10000	1
0284 - 14ª ZONA ELEITORAL- LAVRAS DA MANGABEIRA	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	30000	2
0285 - 15ª ZONA ELEITORAL- ICO	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	5	50000	4
0287 - 17ª ZONA ELEITORAL- ITAPIOCA	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	30000	2
0288 - 18ª ZONA ELEITORAL- ASSARE	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0289 - 19ª ZONA ELEITORAL - TAUÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	10000	1
0290 - 20ª ZONA ELEITORAL - CRATEUS	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	30000	2
0291 - 21ª ZONA ELEITORAL - IPU	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10000	1
0292 - 22ª ZONA ELEITORAL - SÃO BENEDITO	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	1	0	5	50000	4
0293 - 23ª ZONA ELEITORAL - URUBURETAMA	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	30000	2
0294 - 24ª ZONA ELEITORAL - SOBRAL	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	5	50000	4
0295 - 25ª ZONA ELEITORAL - GRANJA	0	0	0	1	0	0	1	2	0	1	0	2	7	70000	5
0296 - 26ª ZONA ELEITORAL - MILAGRES	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	10000	1
0297 - 27ª ZONA ELEITORAL - CRATO	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	3	30000	2
0298 - 28ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10000	1

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 19/10/2018 16:38:28

Por: SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

TRE

0299 - 29ª ZONA ELEITORAL - LIMOEIRO DO NORTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	20000	2
0300 - 30ª ZONA ELEITORAL - ACARAU	0	0	2	0	0	1	2	0	1	2	0	0	8	80000	6
0301 - 31ª ZONA ELEITORAL - BARBALHA	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	20000	2
0302 - 32ª ZONA ELEITORAL - CAMOCIM	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	20000	2
0303 - 33ª ZONA ELEITORAL - CANINDE	0	0	2	0	0	0	1	0	2	0	1	0	6	60000	4
0305 - 35ª ZONA ELEITORAL - VICOSA DO ARAUJO	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0306 - 36ª ZONA ELEITORAL - SAO GONCALO DO AMARANTE	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	4	40000	3
0307 - 37ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA	0	0	0	2	2	0	2	0	0	0	0	1	7	70000	5
0308 - 38ª ZONA ELEITORAL - CAMPOS SALES	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	3	30000	2
0309 - 39ª ZONA ELEITORAL - INDEPENDENCIA	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	4	40000	3
0310 - 40ª ZONA ELEITORAL - IPUEIRAS	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3	30000	2
0311 - 41ª ZONA ELEITORAL - ITAPAJE	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	30000	2
0314 - 44ª ZONA ELEITORAL - SANTANA DO ACARAU	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3	30000	2
0315 - 45ª ZONA ELEITORAL - MASSAPE	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	4	40000	3
0316 - 46ª ZONA ELEITORAL - MOMBACA	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	3	30000	2
0317 - 47ª ZONA ELEITORAL - MORADA NOVA	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	3	30000	2
0318 - 48ª ZONA ELEITORAL - NOVA RUSSAS	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	20000	2
0319 - 49ª ZONA ELEITORAL - PACAJUS	0	0	0	0	1	0	0	4	1	0	0	0	6	60000	4
0320 - 50ª ZONA ELEITORAL - PENTECOSTE	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5	50000	4
0322 - 52ª ZONA ELEITORAL - REDENCAO	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	6	60000	4
0323 - 53ª ZONA ELEITORAL - NOVA OLINDA	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	20000	2
0324 - 54ª ZONA ELEITORAL - SANTA QUIERIA	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	4	40000	3
0327 - 57ª ZONA ELEITORAL - PACATUBA	0	2	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	5	50000	4
0328 - CARTORIO ELEITORAL DE IPAUMIRIM - EXTINÇÃO 27/9/2017	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0329 - 59ª ZONA ELEITORAL - PEDRA BRANCA	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3	30000	2
0330 - 60ª ZONA ELEITORAL - ACOPIARA	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	3	30000	2
0332 - 62ª ZONA ELEITORAL - VARZEA ALEGRE	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	20000	2
0333 - 63ª ZONA ELEITORAL - BOA VIAGEM	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	5	50000	4
0334 - 64ª ZONA ELEITORAL - COREAU	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	3	30000	2
0335 - 65ª ZONA ELEITORAL - CARIRE	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	20000	2
0336 - 66ª ZONA ELEITORAL - AQUIRAZ	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3	30000	2
0337 - 67ª ZONA ELEITORAL - ARACOIABA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	20000	2
0338 - 68ª ZONA ELEITORAL - ARARIPE	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	3	30000	2
0339 - 69ª ZONA ELEITORAL - AURORA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	10000	1
0340 - 70ª ZONA ELEITORAL - BREJO SANTO	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	20000	2
0342 - 72ª ZONA ELEITORAL - JAGUARETAMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	10000	1
0344 - 74ª ZONA ELEITORAL - GUARACIABA DO NORTE	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3	30000	2
0345 - 75ª ZONA ELEITORAL - JAGUARUANA	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	0	4	40000	3
0346 - 76ª ZONA ELEITORAL - MAURITI	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10000	1
0347 - CARTORIO ELEITORAL DE PACOTI - EXTINÇÃO 20/9/2017	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3	30000	2
0349 - 79ª ZONA ELEITORAL - RERIUTABA	0	0												10000	1

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 19/10/2018 16:38:28

Por: SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

TRE

0350 - 80ª ZONA ELEITORAL - SABOEIRO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10000	1
0351 - 81ª ZONA ELEITORAL - TIANGUA	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	4	40000	3
0354 - 84ª ZONA ELEITORAL - BEBERIBE	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0355 - 85ª ZONA ELEITORAL - OROS	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0357 - CARTÓRIO ELEITORAL DA 87ª ZONA - MUCAMBO (EXTINTA 4/10/17)	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2	20000	2
0360 - CARTORIO ELEITORAL DE PARAMBU (EXTINTO EM 27/9/2017)	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0361 - 91ª ZONA ELEITORAL - TABULEIRO DO NORTE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	10000	1
0362 - 92ª ZONA ELEITORAL - BARRO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	10000	1
0363 - 93ª ZONA ELEITORAL - MONSENHOR TABOÇA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10000	1
0364 - 94ª ZONA ELEITORAL - FORTALEZA	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	20000	2
0365 - 95ª ZONA ELEITORAL - IRACEMA	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	20000	2
0366 - 96ª ZONA ELEITORAL - BELA CRUZ	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	20000	2
0367 - 1ª ZONA ELEITORAL- FORTALEZA	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2	20000	2
0368 - 2ª ZONA ELEITORAL - FORTALEZA	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	20000	2
0369 - 3ª ZONA ELEITORAL - FORTALEZA	1	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	5	50000	4
0370 - 97ª ZONA ELEITORAL - TRAIRI	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	40000	3
0372 - 99ª ZONA ELEITORAL - NOVO ORIENTE	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	3	30000	2
0374 - 101ª ZONA ELEITORAL - AIUABA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	10000	1
0375 - CARTORIO ELEITORAL DE JATI - EXTINÇÃO 27/9/2017	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0377 - 104ª ZONA ELEITORAL - MARACANAU	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0378 - 105ª ZONA ELEITORAL - CAPISTRANO	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	20000	2
0380 - CARTÓRIO ELEIROAL DE SAO LUIS DO CURU (EXTINÇÃO 20/9/17)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	10000	1
0381 - 108ª ZONA ELEITORAL - CHAVAL	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	10000	1
0382 - 109ª ZONA ELEITORAL - PARACURU	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	4	40000	3
0487 - 111ª ZONA ELEITORAL - CARIDADE	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10000	1
0489 - 78ª ZONA ELEITORAL - HORIZONTE - 78ª ZE	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	30000	2
0490 - 100ª ZONA ELEITORAL - ITAITINGA - 100ª ZE	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0491 - 123ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA - 123ª ZE	0	0	0	0	1	3	4	1	0	0	0	0	9	90000	6
0494 - 103ª ZONA ELEITORAL - PARAIPABA	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2	20000	2
0495 - 88ª ZONA ELEITORAL - EUSÉBIO	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	20000	2
0497 - 98ª ZONA ELEITORAL - ITAREMA - 98ª ZE	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	3	30000	2
0505 - 119ª ZONA ELEITORAL - JUAZEIRO DO NORTE (RES. 227, 08/09/03)	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	20000	2
0506 - 120ª ZONA ELEITORAL - CAUCAIA (RES. 228, 08.09.03)	0	0	0	0	0	1	2	0	2	0	3	0	8	80000	6
0512 - 121ª ZONA ELEITORAL - SOBRAL (RES. 229, 08.09.03)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	20000	2
0525 - 122ª ZONA ELEITORAL - MARACANAU (RES. 230, 08.09.03)	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	5	50000	4
317															252

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 19/10/2018 16:38:28

Por: SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

TRE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 172698/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

Silvia Benevides Cordeiro

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

*Assinado eletronicamente em 19/10/2018 16:38:28
Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb*

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Consumo Mensal de Material

Órgão: 001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Período: 01/2017 a 12/2017

Almoxarifado: 0001 - ALMOXARIFADO CENTRAL

Material	2017/01	2017/02	2017/03	2017/04	2017/05	2017/06	2017/07	2017/08	2017/09	2017/10	2017/11	2017/12	U.M.	Total	CMP	Saldo Atual
200005254 - TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG SL M4070ND, REFERÊNCIA MLT D203U, CAPACIDADE: 15.000 PÁGINAS.	10	8	6	2	9	16	1	10	10	3	32	6	UN	113	9,4100	106

* O relatório não respeita os seguintes filtros: C.C., U.R., natureza, criticidade, curva, frequência e tipo de requisição.



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 172708/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

Silvia Benevides Cordeiro

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

*Assinado eletronicamente em 19/10/2018 16:52:00
Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb*

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 19 de Outubro de 2018.



À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para assinatura do Termo de Referência.

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 172709/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

Silvia Benevides Cordeiro

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

*Assinado eletronicamente em 19/10/2018 16:53:42
Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb*

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



DESPACHO

À Diger, para análise do termo de referência.



Fortaleza, 22 de Outubro de 2018.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 173327/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 22/10/2018 15:17:15</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de exame jurídico do Termo de Referência, objeto do documento PAD nº 018881/2018, sobre a contratação suprimimento para impressora SAMSUNG.

Ressalta-se que essa informação segue o padrão adotado pela Portaria DIGER n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios.

A seguir, a análise jurídica:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM/NÃO	DOC. PAD.	OBSERVAÇÃO
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	PAD 018881/2018	
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	Doc. 172.696	
3. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	Doc.172696	
4. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	SIM	Doc.172696	
ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA	SIM/NÃO	DOC. PAD.	OBSERVAÇÃO



5. Objeto descrito de forma sucinta e clara?	SIM	164.259/2018	
6. Finalidade e justificativa da contratação?	SIM	Doc.172696	
7. Especificação dos elementos que caracterizam o objeto?	SIM	Doc.172696	
8. Obrigações da Contratada?	SIM	Doc.172696	
9. Prazos, condições e local de entrega e/ou instalação do serviço?	SIM	Doc.172696	
10. Obrigações da Contratante?	SIM	Doc.172696	
11. Critério de escolha?	SIM	Doc.172696	
12. Das condições do pagamento?	SIM	Doc.172696	
13. Penalidades?	SIM	Doc.172696	Conforme orientação do Sr. Diretor-Geral, ajustar a redação item 9.7 do Termo de Referência, para a seguinte redação: “12.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.”



14. Vigência do contrato?	SIM	Doc.172696	
15. Fiscalização do Contrato e indicação dos Gestores	SIM	Doc.172696	
16. Assinaturas do Termo de Referência pelo Gestor e Secretário?	SIM	Doc.172696	
17. Catálogo de Materiais (CATMAT)/ Catálogo de Serviços (CATSER)?	SIM	Doc.172696	

Feita a análise, verifica-se que o documento, salvo melhor juízo, atende parcialmente às exigências contidas na Lei n.º 8.666/1993 e na Portaria TRE/CE n.º 1.240/2009, assim, **sugere-se a aprovação do Termo de Referência, desde que atendidas as ressalvas apontadas em negrito.**

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

Mauro Ângelo Cardoso Paz [assinatura no sistema]
Mat.87030



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 178631/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MAURO ANGELO CARDOSO PAZ <i>Assinado eletronicamente em 27/10/2018 14:30:33</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 018.881/2018

DESPACHO

R.h.

Acolho a sugestão da ASDIR e **aprovo**, desde já, o termo de referência contido no doc. n.º 172.696/2018, conforme art. 7º, §2º, I, da Lei n.º 8.666/1993,

Em seguida, à COLIC, para providências relativas à contratação.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 178676/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 27/10/2018 15:09:53</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

1. DO OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme especificações abaixo:

	DESCRIÇÃO MATERIAL	U.M.	QUANT.	CATMAT
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	426542

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de material faz-se necessária, em virtude da recente aquisição dos seguintes modelos de impressoras Samsung: SL – M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR que serão alocadas em todas as zonas eleitorais e em outras unidades administrativas, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) impressoras que utilizarão o modelo do toner da pretensa aquisição.

Para calcularmos o material para as zonas do interior utilizamos o consumo de 2017 do modelo de toner utilizado nas zonas do interior (205E), que tinha uma capacidade 10.000 cópias, dividindo pela nova capacidade a ser adquirida, mas preservando o consumo de pelo menos 1 toner para cada zona. Acrescentamos ainda 1 toner para cada impressora a ser instalada de imediato nas zonas eleitorais do interior (184).

Para as unidades administrativas que já utilizavam o modelo de impressora calculamos pelo cálculo de ressuprimento do almoxarifado subtraindo o estoque existente na Sealx, conforme anexo deste Termo.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço unitário por item, respeitadas as preferências previstas no Decreto n.º 7.174/2010, na Lei n.º 8.248/1991 e Lei Complementar n.º 123/2006 que devem ser aplicadas por se tratarem de material com característica similar aos cartuchos de impressora, e por consequência, de equipamentos de informática.

4. OS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE DOS SUPRIMENTOS

- 4.1 Deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.
- 4.2 Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal;
- 4.3 Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.
- 4.4 A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado por laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

5 RECEBIMENTO DO MATERIAL, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1 Deverá ser entregue, conforme especificação, marca e preço, na Seção de Almoxarifado do TRE/CE, situada no Parque Empresarial BR 116 – Rodovia BR 116, Km 6, nº 2555, Módulo 16 – Cajazeiras, em Fortaleza-CE, CEP 60842-395, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da nota de empenho, que será transmitida por e-mail à empresa vencedora do certame licitatório que deverá enviar a confirmação do seu recebimento. Caso o fornecedor não a envie e o e-mail não retornar, será considerado como recebido.

5.2. Comissão de Recebimento e Gestor do Contrato

O material será recebido por uma comissão que será composta pelos servidores: Carlos Henrique Coutinho Rodrigues, José Ribamar de Oliveira e Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro, cabendo à última a gestão do contrato e ao primeiro a suplência.

5.3. Recebimento Provisório

- 5.3.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em caráter provisório. Serão realizados testes de impressão com os cartuchos, correndo por conta do fornecedor o recolhimento do material, caso o lote seja rejeitado em parte ou na sua totalidade.
- 5.3.2. A comissão de recebimento terá 3(três) dias úteis para comunicar ao fornecedor o resultado da análise dos cartuchos.

5.3.3 Definitivo

Após sanadas todas as dúvidas quanto a qualidade e quantidade do material a Comissão de Recebimento fará o recebimento definitivo e caberá à Seção de Almoxarifado o encaminhamento da nota fiscal para pagamento.

6. DOS TESTES DE IMPRESSÃO

6.1. Os itens entregues serão submetidos a testes de impressão por amostragem, cabendo à Comissão de Recebimento seguir a tabela e critérios abaixo descritos:

Tabela de testes de impressão por amostragem

Quantidade entregue por item (peças)	Amostragem mínima (peças)	Amostragem máxima (peças)
530	27	53

Critérios:

a) Inicialmente, todos os suprimentos serão testados utilizando a amostragem mínima retirada de forma aleatória do lote entregue;

b) Caso os testes de impressão na amostragem mínima sejam bem-sucedidos, o lote referente ao item testado será tido como aprovado;

c) Se, pelo menos, uma peça da amostragem mínima apresentar problema, os testes terão prosseguimento até o limite da amostragem máxima, sendo que:

c.1) Caso o total da amostra aprovada seja maior que 50% (cinquenta por cento), a empresa, em 72 horas, substituirá apenas o (s) item (ms) reprovado(s) e novos testes serão feitos tomando por base amostragem máxima. Neste caso, será objeto de novos testes o(s) item(ms) substituído(s) e o restante retirado de forma aleatória do lote até o quantitativo máximo da amostragem, excluindo aqueles itens aprovados. Se ao menos uma peça for reprovada nos novos testes, todo o lote será considerado reprovado;

c.2) Caso o total da amostra aprovada seja menor que 50%(cinquenta por cento), todo o lote referente aquele item será considerado como reprovado e o fornecedor terá 5(cinco) dias úteis para substituição;

6.2. Os suprimentos, sejam compatíveis ou originais das impressoras, serão submetidos a testes de impressão, utilizando no mínimo 2(duas) configurações de qualidade de impressão (normal/padrão e modo econômico/rascunho), sendo que, para cada configuração serão impressas no mínimo 20 (vinte) páginas por item, com vistas a aferir a qualidade de impressão dos suprimentos entregues.

6.3. Como parâmetro de qualidade de impressão, fica estabelecido que os produtos compatíveis deverão apresentar, no mínimo, o mesmo desempenho dos originais do fabricante das impressoras.

6.4. Ao final, os suprimentos que apresentarem ou provocarem impressão insatisfatória, como falhas ou manchas na impressão, vazamentos, dentre outros problemas serão tidos como reprovados pela Comissão de Recebimento.

6.5. Durante os testes de impressão por amostragem, caso fique constatado eventual defeito nas impressoras, causados pelos suprimentos entregues, devidamente fundamentado por laudo técnico de assistência técnica autorizada do fabricante do equipamento, caberá a CONTRATADA arcar com todos os custos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Encaminhar à CONTRATADA, por e-mail, a nota de empenho;
- 7.2. Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- 7.3. Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- 7.4. Promover, pelo seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- 7.5. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.
- 7.6. Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à CONTRATADA facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço;
- 8.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro de seus prazos de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem pela Seção de Almoxarifado, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;
- 8.3. A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal feita pelo Gestor do Contrato;
- 8.4. Caberá à CONTRATADA o descarregamento do material no local de entrega, com pessoal suficiente para que seja realizado em tempo razoável.
- 8.5. Caso ocorra dano no equipamento por problemas nos cartuchos de impressão fornecidos, todos os custos e reparo ou substituição por equipamento similar, durante o tempo em que ficar inoperante, correrão por conta da CONTRATADA.
- 8.6. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a ***origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa***, conforme determina o **Acórdão Nº 2608/2013-Plenário do TCU/DF**.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;

9.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a

que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DO PAGAMENTO

10.1 Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho (NE), por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da nota fiscal, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesste mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;

10.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

10.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2019, com termo inicial a partir da data da publicação em Órgão Oficial competente.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral no Programa de Trabalho Resumido: 042.342 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, 059.581 – Implantação do Sistema de Automação de Identidade 000.421 – Pleitos Eleitorais no elemento de despesa:339030 – Material de Consumo.

Sealx, 19 de outubro de 2018.

Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro

Técnico de Judiciário
Seção de Almoxarifado

DE ACORDO:

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 30/10/2018 14:03:21
Por: SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

ANEXO I

CÁLCULO RESSUPRIMENTO

Material	U.M.	CMM	Consumo Diário	Estoque Máximo	Estoque Atual+ Pedido	Quantidade Ressuprir	Quantidade a COMPRAR
Toner 203-U - consumo das unidades que já utilizam	UM	9,41	0,32	156	100	94,4	95
Toner 203-U - Zonas interior							252
Toner Reserva							184

531

Emínimo = ES x Consumo Diário

ES: Estoque de Segurança:120 dias

Consumo Médio Mensal

Consumo Diário=CMM/30

Lote de Compra: 365 dias

Prazo de Entrega: 120 dias

Emáximo=(Lote de compras+ES)xConsumo Diário

Quantidade a Ressuprir: Estoque Máximo + (Prazo de Entrega x Consumo de Diário) - Estoque Atual



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 179589/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

Silvia Benevides Cordeiro

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

*Assinado eletronicamente em 30/10/2018 14:03:21
Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb*

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 30 de Outubro de 2018.

À

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Termo e Minuta atualizados.

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 179591/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

Silvia Benevides Cordeiro

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

*Assinado eletronicamente em 30/10/2018 14:04:43
Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb*

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 30 de Outubro de 2018.

PAD nº 18881/2018



À COLIC/SCOMP, para cotação.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 179809/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 30/10/2018 16:48:38</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 31 de Outubro de 2018.



À
SEÇÃO DE COMPRAS

Para cotação de preços.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 180742/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 31/10/2018 11:59:52</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ



COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 213/2018

ORIGEM:	SEÇÃO DE COMPRAS	
	Coordenadoria: COLIC	Secretaria: SAD
DESTINO:	COORD. LICITAÇÕES E CONTRATOS	
DATA:	06/11/2018	

protocolo

Sr^a. Coordenadora,

Envia-se, para providências, cotação de preços visando a formação de valor estimado para a contratação objeto do **PAD nº 18881/2018**, referente à **aquisição de toner original para impressora Samsung M4070FR**, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, arts. 7º, § 2º, inc. II, 15, inc. V, § 1º e 40, § 2º, inc. II, e com a Instrução Normativa nº 5/2014, alterada pela IN nº 7/2014 e IN nº 03/2017 do SLTI/MPOG e acórdão do TCU nº 2787/2017 – Plenário.

Após a análise das especificações do objeto, a cotação de preços teve início através da publicação do termo de referência na *homepage* deste Tribunal, a fim de atender aos princípios da transparência e publicidade.

Buscando priorizar os parâmetros previstos nos incisos I e II do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, “Painel de Preços” e “contratações similares de outros entes públicos”, de acordo com orientação do TCU, por meio do Acórdão n.º 1445/2015 (TC 034.635/2014-9), foram pesquisadas contratações públicas similares, sendo admitidas para análise somente as mais recentes, considerando-se o disposto no art. 2º, II, da mesma Instrução Normativa: “(...) *em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta dias) dias anteriores à data da pesquisa de preços*”.

Tendo em vista tratar-se de aquisição de **cartuchos originais para uma marca e modelo específicos de impressora**, a busca por valores públicos encontrou certa dificuldade, sendo identificadas algumas contratações públicas no portal do “Painel de Preços”, após aplicação de filtros. Verificou-se que as que tratavam de aquisição de toneres originais não eram recentes. Entretanto, foram considerados 2 preços públicos de junho/2018. A pesquisa utilizou-se, também, de sítios especializados da internet visando diversificar ao máximo as fontes consultadas.

Através do SISCOMP – Sistema de Suporte às Compras, desenvolvido por este Tribunal para a formação de banco de fornecedores, foi realizada pesquisa com fornecedores em nível nacional, sendo enviados 198 (cento e noventa e oito) e-mails, resultando em 3 (três) orçamentos formais. Dentre os recebidos foram considerados 2 para compor o preço de referência, apesar de um deles se mostrar um mais elevado.

Informa-se que, para o cálculo do preço de referência, a análise foi norteadada pela data das contratações públicas (junho/18), preço atual de internet e 2 preços de fornecedores, de forma a compor um preço razoável, considerando a influência do dólar no preço do material.

Não foi considerado no cálculo do valor de referência o preço gravado em vermelho, por revelar-se fora da média do mercado em comparação com os demais preços, de modo a evitar distorções no resultado e comprometer a estimativa de preços, nos termos do Acórdão 2.943/2013 – TCU Plenário

A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não se restringiu a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, mas também foram investigadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados e portais oficiais de referência de custos, seguindo a determinação do Acórdão 2787/2017 – TCU Plenário.

Segue planilha de preços com a demonstração do valor de referência, sendo utilizada como metodologia de cálculo a média aritmética simples, conforme previsto no art. 2º, §2º, da IN nº 5/2014, do SLTI/MPOG, considerando os preços válidos.

Segue, ainda, planilha com informações dos fornecedores que enviaram orçamento, bem como relatórios dos seus quadros societários consultados no SICAF, com o objetivo de comprovar a inexistência de vínculos entre si, conforme orientação do Acórdão TCU nº 3195 – 2ª Câmara.

Até o final da cotação de preços, o termo de referência, documento nº 172696/2018, anexo ao PAD em 19/10/2018, sofreu 1 alteração.

Atenciosamente,

Raquel Cordeiro Gadelha Santos
Chefe da Seção de Compras
Mat. 13050

De acordo:

Giovanna Luna Araújo Vinhas
Coordenadora de Licitações e Contratos

ANEXO

PLANILHA DE PREÇOS						
Item	Descrição	Qtde	Vr. Unitário	Vr. Médio Unitário	Vr. Médio Global	Empresa/Órgão
1	Toner para impressora Samsung , Modelo M4070FR, novo, genuíno da fabricante, embalado individualmente. Referência: MLT 203U	530	R\$ 298,00	R\$ 377,44	R\$ 200.043,20	COMPRASNET TRE/MA PE 6/18 (JUN/18)
			R\$ 299,39			COMPRASNET JF PE 9/18 (JUN/18)
			R\$ 349,90			INTERNET KALUNGA
			R\$ 390,90			PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA
			R\$ 549,00			COPYPRINT
			R\$ 678,00			MICROSENS
Informações de Fornecedores						
RAZÃO SOCIAL		CNPJ		E-MAIL / ENDEREÇO		
PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA		08.228.010/0001-90		Fazenda Ponte Alta de Cima – Rodovia DF – 001 – Interseção – S/N - CEP: 72.427-010 – Brasília/DF - Telefone: 31-3349-5040 Fax: 31-3291-1052 e-mail: licitacao@portinfo.com.br		
MICROSENS S/A		78.126.950/0011-26		Av. João Gualberto, 1.740 - 1º Andar - Juvevê - CEP: 80.030-001 - Cidade: Curitiba - . Tel. (41) 3024-2050 - Fax: (41) 3254-3524. licitacao@microsens.com.br		
COPY PRINT INFORMÁTICA LTDA		08.894.886/0001-76		Av. T-09, nº 647, Setor Bueno. Goiânia-GO. Tel. (62) 3285.1220 comercial_copyprint@hotmail.com		



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 183999/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 06/11/2018 16:43:05</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 06/11/2018 16:45:55</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Brasília, 5 de novembro de 2018

Ao

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

A/C: Raquel Cordeiro

E-mail: raquelc@tre-ce.jus.br

Telefone: (85) 3453-3734



PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA

CNPJ. Nº: 08.228.010/0001-90

Endereço: Fazenda Ponte Alta de Cima – Rodovia DF – 001 – Interseção – S/N

CEP: 72.427-010

Cidade: Brasília

Estado: DF

Telefone: 31-3349-5040 Fax: 31-3291-1052 e-mail: licitacao@portinfo.com.br

Conforme solicitado, apresentamos a nossa proposta para fornecimento do material, conforme especificado abaixo.

Item	Qtd.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	530	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG MODELO: M4070FR, NOVO, GENUÍNO DA FABRICANTE DA IMPRESSORA. COM CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE 15.000 PÁGINAS. COM VELOCIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. REFERÊNCIA DO TONER MLT-D203U.	R\$ 390,90	R\$ 207.177,00
TOTAL				R\$ 207.177,00

Condições da Proposta:

Prazo de entrega: até 30 dias, de acordo com disponibilidade em estoque;

Pagamento: até 30 dias, por nota de empenho;

Validade da proposta: 60 dias;

Garantia dos produtos: 12 meses;

Faturamento mínimo: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Atenciosamente,



Mirlene Martins

Departamento de licitação

PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.

Cariacica/ES, 31 de outubro de 2018.

Ao
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/CE
Tel.: (85) 3453-3734
E-mail: compras@tre-ce.jus.br

PROPOSTA COMERCIAL

Atendendo a vossa solicitação estamos encaminhando Proposta Comercial.

Item	Quant.	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
1	530	Cartucho de toner para impressora Samsung M4070FR, referência MLT-203U	R\$ 678,00	R\$ 359.340,00
			TOTAL:	R\$ 359.340,00

Prazo para entrega dos produtos: 30 (trinta) dias uteis, contados do recebimento da Nota de empenho, contrato devidamente assinado, ou documento equivalente.

Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos.

Prazo de garantia: 12 (doze) meses.

Validade da proposta: 30 (trinta) dias.

Nos preços ofertados acima, estão inclusos todas as despesas e custos.

Proponente: Microsens S.A.

Local e dados para emissão do Contrato e Faturamento:

Endereço: Rod. Gov. Mário Covas, nº 882 - Armazém 01, Mezanino 01, Box 6 - Bairro Padre Mathias - CEP: 29.157-100

Cidade: Cariacica - ES

CNPJ: 78.126.950/0011-26 - Insc. Est.: 083.184.84-8 - Insc. Mun.: 132732

Dados Bancários: Banco do Brasil - Agência: 3407-X - Conta Corrente: 92689-2


Local e dados para envio de correspondências e contato comercial:

Endereço: Av. João Gualberto, 1.740 - 1º Andar - Juvevê - CEP: 80.030-001 - Cidade: Curitiba - Pr

Fone: (41) 3024-2050 - Fax: (41) 3254-3524 - E-mail: licitacao@microsens.com.br

Atenciosamente,



 COPYPRINT CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS SOLUÇÃO ECONÔMICA EM IMPRESSÃO Suprimentos – Manutenção - Locação	COPY PRINT INFORMÁTICA LTDA C.N.P.J 08.894.886/0001-76 Avenida T-09 N 647 Setor Bueno CEP 74.215-025 - Goiânia – GO Fone (62) 3285-1220 E-MAIL: comercial_copyprint@hotmail.com
--	---

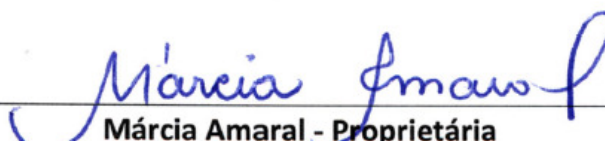
Goiânia, 6 de novembro de 2018.

AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

A COPY PRINT INFORMÁTICA LTDA, empresa cadastrada no C.N.P.J. 08.894.886/0001-76, sito a Av. T – 09 N 647 Setor Bueno – Goiânia - Goiás em atendimento a solicitação **de orçamento**, apresenta abaixo seu orçamento para os itens a seguir.

Item	Especificação	UND	QTD	P. Unit.	P.Total
01	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG MODELO M4070FR, NOVO, GENUINO DA FABRICANTE DA IMPRESSORA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE 15.000 PÁGINAS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12(DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. REFERENCIA DO TONER D203U. MARCA: SAMSUNG	UND	530	R\$ 549,00	R\$ 290.970,00
VALOR TOTAL					R\$ 290.970,00

- a) Preço Global – **R\$ 290.970,00 (Duzentos e Noventa Mil e Novecentos e Setenta Reais)**
- b) Validade da proposta: 90 dias.
- c) Banco: Itaú, Agência: 4433, Conta Corrente: 14.205-8.
- d) Os preços cotados estão de acordo com os do mercado local, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93 e de acordo com a especificação e as condições de fornecimento constantes no Anexo I do edital.
- e) Declaro que os preços cotados estão inclusos todas as despesas, de qualquer natureza, como mão-de-obra, impostos, embalagens, frete, seguro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, todas as taxas, Materiais serviços, encargos sociais, trabalhistas; seguros, lucro e outras necessárias ao cumprimento integral deste orçamento;
- f) O prazo para entrega: 10 (dez) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho.
- g) Declaro ter total conhecimento e concordo com todos os termos e itens deste Edital e seus Anexos;
- h) Garantia dos cartuchos: 12 meses.
- i) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.



Márcia Amaral - Proprietária
COPY PRINT INFORMÁTICA EIRELI EPP
C.N.P.J. 08.894.886/0001-76

08.894.886/0001-76 RG 2166386 SSP-GO – CPF 758.704.281-49
COPY PRINT INFORMÁTICA EIRELI – EPP Fone (62) 3285-1220 ou (62) 3247-2719
Avenida T-9 N° 647 comercial_copyprint@hotmail.com
Setor Bueno
CEP: 74.215-025
GOIÂNIA - GO

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/11/2018 16:43:47
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS



PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal
Seção Judiciário do Estado do Tocantins

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00009/2018 (SRP)

Às 15:30 horas do dia 26 de junho de 2018, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. GILMAR CINTRA DE ARAUJO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 3422020184018014, Pregão nº 00009/2018.

Resultado da Homologação

GRUPO 1

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Valor estimado: R\$ 39.694,4900

Situação: Homologado

Adjudicado para: MP PRODUTOS E SERVICOS EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 29.880,0000 .

Itens do grupo:

▪ 1 - CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

▪ 2 - CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Item: 1 - GRUPO 1

Descrição: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Descrição Complementar: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D305L, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 58

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 99,4700

Situação: Homologado

Adjudicado para: MP PRODUTOS E SERVICOS EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 99,0000 e a quantidade de 58 UNIDADE .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	21/06/2018 12:12:14	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:MP PRODUTOS E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF:26.962.292/0001-37, Melhor lance : R\$ 99,0000
Homologado	26/06/2018 15:30:24	GILMAR CINTRA DE ARAUJO	

Item: 2 - GRUPO 1

Descrição: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Descrição Complementar: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 81

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 418,8300

Situação: Homologado

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/11/2018 16:43:47

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Adjudicado para: MP PRODUTOS E SERVICOS EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 298,0000 e a quantidade de 81 UNIDADE .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	21/06/2018 12:12:14	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:MP PRODUTOS E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF:26.962.292/0001-37, Melhor lance : R\$ 298,0000
Homologado	26/06/2018 15:30:25	GILMAR CINTRA DE ARAUJO	

Fim do documento



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00006/2018 (SRP)

Às 17:27 horas do dia 08 de junho de 2018, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. FLAVIO VINICIUS ARAUJO COSTA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 1369/2018, Pregão nº 00006/2018.

Resultado da Homologação

Item: 1

Descrição: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Descrição Complementar: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Sim

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 300

Valor estimado: R\$ 337,2200

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: Homologado

Adjudicado para: EXTRAINK SUPRIMENTOS DE ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 299,9900 e a quantidade de 300 UNIDADE .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	08/06/2018 17:27:05	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: EXTRAINK SUPRIMENTOS DE ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 04.151.275/0001-87, Melhor lance: R\$ 299,9900
Homologado	08/06/2018 17:27:35	FLAVIO VINICIUS ARAUJO COSTA	

Item: 2

Descrição: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Descrição Complementar: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D205E, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP

Aplicabilidade Decreto 7174: Sim

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 600

Valor estimado: R\$ 78,6700

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: Homologado

Adjudicado para: A.E. DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA , pelo melhor lance de R\$ 55,3900 e a quantidade de 600 UNIDADE .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	05/04/2018 15:16:36	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: A.E. DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, CNPJ/CPF: 24.872.725/0001-38, Melhor lance: R\$ 55,3900

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/11/2018 16:43:47

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Homologado	08/06/2018 17:27:41	FLAVIO VINICIUS ARAUJO COSTA
------------	------------------------	---------------------------------

Fim do documento

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/11/2018 16:43:47
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

Cartuchos & Toners



[Home](#) > [Cartuchos & Toners](#) > [Toners Samsung](#) > [Toners](#)



Veja mais : [Samsung](#)

Veja Similares

FRETE GRÁTIS Grande SP e RJ

Cartucho toner p/Samsung preto MLT-D203U Samsung CX 1 UN

Código: 225444

★★★★★ (1 avaliação)

R\$ 349,90

Ou 3Xx de 116,63 [ver parcelas](#)

Quantidade:

1

Comprar



Item disponível
em lojas físicas.

[Escolher Loja](#)

Descrição



Características do Produto

Qualidade de Impressão

Especificamente projetados para a sua impressora Samsung

Com os cartuchos de toner Sasmugn você terá sua impressão muito mais nítida e com cores mais vibrantes

Fácil de instalar e acessíveis!

Rendimento

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/11/2018 16:43:47

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE






Institucional

[Sobre a Kalunga](#)
[Revista Kalunga](#)
[Lojas Kalunga](#)
[Fale Conosco](#)
[Mapa do Site](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Serviços Kalunga](#)
[Kalunga Copy&Print](#)

Dúvidas

[Como funciona a loja](#)
[Dúvidas sobre cadastro](#)
[Preços e pagamento na loja virtual](#)
[Acompanhamento, alteração e entrega dos pedidos](#)
[Devolução e troca](#)
[Segurança](#)
[Nota Fiscal Eletrônica](#)
[Produtos por Download](#)
[Política de Privacidade](#)

Redes Sociais

 [Facebook](#)
 [Twitter](#)
 [Instagram](#)
 [Youtube](#)
 [Linkedin](#)

Formas de Pagamento

Cartões de crédito: Visa, MasterCard, Diners Club, Hiper, American Express

Boleto bancário e Pagamento Faturado

Débito Online: Itaú, Banco do Brasil e Visa Electron

Certificados e Segurança

[Certisign](#) [Norton](#) [Reclame Aqui](#) [eBit](#)

Os preços, promoções, condições de pagamento, frete e estoque são válidos apenas para compras pelo site. No caso de diferença de preço no site, o valor válido é o do carrinho de compras. Não abrimos embalagens.

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. - CNPJ: 43.283.811/0023-65 - Endereço: Rua da Mooca, 766 - São Paulo - SP - CEP:03104-000



RELATÓRIO DE EMAILS ENVIADOS

DATA: 31/10/2018 13:37

PRODUTO(S): CARTUCHOS, TONERS E CILINDROS, TONER PARA IMPRESSORA

ASSUNTO: ORÇAMENTO AQUISIÇÃO DE TONER TRE/CE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
ABAFORM INFORMATICA COM E SERVICOS LTDA	(85) 3223-5252	-	POSSIDONIO CRISOSTOMO	abaform@uol.com.br
ACAO COMERCIAL DE PAPEIS LTDA - ME	(11) 3819-0765	(11) 3819-0765	FABRICIO, NELSON	acaocomercial@terra.com.br
ADRIANO DE OLIVEIRA RODRIGUES-ME	(11) 4380-4150	-	JONNATHAN LUIZ DE LIMA	vendas@copain.com.br
ADSIVE INDUSTRIA E COMERCIO DE ADESIVOS LTDA - EPP	(41) 3026-6474	-	-	yago@adsive.com.br
AGA ROCHA EPP	(17) 3301-0012	-	ANDERSON	licitacaogeral@gmail.com
ALLAN GEOVANI DISSENHA - EIRELI - ME	(41) 3086-1355	-	-	agddistribuidora@gmail.com
ALT TAB INFORMATICA LTDA	(85) 3492-3001	85 3492 3002	-	elcy@alttab.com.br
ANA CLAUDIA HONORATO DE ANDRADE - ME	(85) 8757-3466	-	-	acagcomercio@gmail.com
APIS SOLUCOES TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME	(61) 322-3243	-	-	atendimento@apis.com.br
AQUARIUS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME	(71) 3329-4071	-	-	aquariusinformatica2000@gmail.com
ART SUPRI INFORMATICA, COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EI	(79) 3211-2135	-	-	licitacao@artsupri.com.br
ART-4 PAPELARIA LTDA.	(21) 2252-9342	-	-	art4papelaria@uol.com.br
ASD COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME	(21) 3663-0675	-	-	asdtec2015@gmail.com
AUREA LIVRARIA COMERCIO LTDA	(85) 3254 -5004	85 32545004	JOSE SERGIO	engenhariaeos@gmail.com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/11/2018 16:43:47

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
AVANT INFORMATICA LTDA - ME	(71) 3016-4473	-	-	chagas.tiago@uol.com.br
AZ METAL LTDA - ME	(41) 3027-2165	-	-	azlicitacao@yahoo.com.br
AZUS INFORMATICA LTDA - EPP	(62) 3251-0277	-	-	fabim_fernando@hotmail.com
BANDEIRANTES NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	(62) 3224-7829	-	-	bandeirantescartuchos@hotmail.com
BANNER INFORMATICA PAPELARIA E SERVICOS LTDA	(85) 3264-7471	85 32647542	EDNA OLIVEIRA	tonerjetbannerm@hotmail.com
BNB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME	(17) 3524-8210	-	-	jamsb@zipmail.com.br
BRASIL317 COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP	(12) 3945-0317	-	-	diana@brasil317.com.br
BRENO FERREIRA DE MELO - ME	(85) 3277-1021	-	-	licitacao.brenomelo@hotmail.com
BROADCASTING SOLUCOES PROFISSIONAIS LTDA. - EPP	(11) 2384-2015	-	-	bruna@broadcastti.com.br
BROTHERS PRODUTOS E SERVICOS LTDA - ME	(62) 3092-6918	-	-	pap_emprezarial@hotmail.com
BYTE COLOR SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA. - ME	(44) 3263-2814	-	-	bytecolorsuprimentos@hotmail.com
CARIMBOS VILELA LTDA - ME	(62) 3943-3446	-	-	oreidoscarimbos2@hotmail.com
CARLOS VICTOR ACERBI CURSOS - ME	(11) 4902-1450	-	-	patricia@grupoacerbi.com.br
CASA DO CARTUCHO	(85) 3224-6333	-	-	contato@cccs.com.br
CATARINA FERREIRA DE SOUSA - ME	(98) 3243-6943	-	-	comercialsousa@elo.com.br
CDS INFORMATICA LTDA	(51) 3337-1646	-	-	cds@cdssul.com.br
CECOMIL COMERCIO E SERVICOS LTDA	(85) 4012-5252	91114170	MIRO	livia.alves@cecomil.com.br
CENTRAL DOS CARTUCHOS	(27) 3337-1241	27 33244414	-	lojareta@gmail.com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/11/2018 16:43:47
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	(85) 4005-5000	4005 5091	-	diogo.santana@nagem.com.br, solucoes@nagem.com.br
CLICK DATA SOLUCOES INFORMATICA EIRELI	(11) 2296-7678	-	-	luciana@clickdata.com.br
COLLORPARTS DO BRASIL EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - EPP	11 35465156	11 38582236	-	collorparts@gmail.com
CONECTA EQUIPAMENTOS E SERVICOS	85 3388 0007	85 3388 0008	Herman	conecta@conectacopiadoras.com.br, conectacopiadoras@gmail.com,
COPY MITA COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	85 31058811	85 32460923	EUNICE LIBERATO	copymita@copymita.com.br
COPY SYSTEMS SISTEMAS GRAFICOS LTDA ME	85 30553336	-	FRANCISCO	alfaloc@secrel.com.br
COPYVIP COMÉRCIO REPRES. E SERVIÇOS LTDA	85 3535 3777	85 3535 3788	ADEMAR SOUZA DARVAN; SUIANE	comercial.ce@copyvip.com.br, copyvip@copyvip.com.br
CRISTIANE DE SOUZA LENDENGUE - EPP	11 55651306	-	-	cslendengue@hotmail.com
DAITECH INDUSTRIA ELETRONICA - EIRELI - EPP	41 33441866	-	-	luciana@daitech.com.br
DAMASO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	31 34479833	-	-	damasotecnologia@hotmail.com
DATA VOICE COMERCIO E SERVICOS LTDA	81 21018000	-	-	sac@datavoice-pe.com.br
DEISE CARDOSO GONDIM CARVALHO - EPP	77 91610202	-	-	jk_comercio@hotmail.com
DELIRIUS PRONTA ENTREGA LTDA - ME	32011629	25521639	-	deliriusdistribuidora@hotmail.com
DENIS ERNANI BECKER - ME	(51) 3341-3060	-	-	antares.graf@gmail.com
DHZ COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA	31 32264279	-	-	dhz@dhzsuprimentos.com.br
DIGISERVI TRADING LTDA - ME	11 38622180	-	-	digiservi@digiservi.com.br
DIGITAL LTDA	08002804848	08002804848	GERALDO	diretoria@digservice.com.br
DISK SUPRIMENTOS	31 32818000	-	-	mario@disksuprimentos.com.br, lucimeire@disksuprimentos.com.br

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
DMICRO	32461035	-	-	di-micro@hotmail.com
ECO COMUNICACOES ELETRONICAS LTDA - ME	11 26815588	-	-	eco@ecosp.com.br
EDMAR INACIO FIRMINO	85 32530388	-	EDMAR	edmarif10@gmail.com
ELAINE PIRES DOS SANTOS - ME	66 35218180	-	-	fabao_af@hotmail.com
ERGOLIFE SOLUCOES EM ERGONOMIA LTDA - ME	61 34046323	-	-	ergolifesolucoes@gmail.com
ETINA COMERCIAL DE INFORMATICA LTDA - ME	85 34910006	-	-	phmendes@gmail.com
EXITO MONTAGENS E COMERCIO LTDA	11 34884099	-	ALESSANDRA AMORIM	amorim@colorprintfitas.com.br
EXTREME SECURITY COMERCIO DE ELETROELETRONICO LTDA. - EPP	11 32270144	-	-	extremesecurity@extremesecurity.com.br
F. C. RAMOS - SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - ME	44 32283164	-	-	fcramos1@hotmail.com.br, fcramos@hotmail.com.br
F. L. FERNANDES COMERCIO E PRESTADORA DE SERVICOS - ME	21 25172845	21 23172845	-	fetro.informatica@terra.com.br, flfernandes@terra.com.br
FELINN PERSONALIZACOES LTDA. - ME	41 98979527	-	-	scinskas@hotmail.com
FELIPE CRUZ FERREIRA ME	11 35651390	-	-	licitacao@pstore.com.br
FICO FORNECEDORA E IMPORTADORA COMERCIAL LTDA	(85) 33880505	-	STEPHANE	stephane.ficoinformatica@gmail.com
FK COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	(27) 3213-0026	-	-	licitacao@wcominfo.com.br, weriks@wcominfo.com.br
GLOBO.TEK INFORMATICA E TECNOLOGIA EIRELI - EPP	62 39451018	-	-	globotek@hotmail.com
GOLD JET COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS EM INFORMATICA E COMUNICACAO LTDA - ME	85 32461399	-	DANIELI	logistica@goldjet.com.br, goldjet2015@outlook.com
GP MATTARA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA - EPP	44 30253174	-	-	marcelo@casadocartuchoinga.com.br
GRAPHIX COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP	81 30888143	-	-	licitar@graphixnet.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/11/2018 16:43:47
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
GRIMAR SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA - EPP	21 25075176	-	-	jncontabilidade@yahoo.com.br
GUAXINIM COMERCIO LTDA - ME	31 25356432	-	-	guaxinimlogistics@gmail.com
HELENA KAROLINE GARCIA FELIX - ME	92 94952123	-	-	helenakarolinefelix@hotmail.com
HELPTech SERVICOS TECNICOS E COMERCIO LTDA.	85 3226 7204	85 3226 7204	EDSON NOGUEIRA	helptech-ce@uol.com.br, diego.helptech@gmail.com
IDEALINE TECNOLOGIA E SEGURANCA LTDA - EPP	61 33527461	-	-	idealine@idealineweb.com.br
INES MARIA CRIACOES EIRELI - ME	31 32456525	-	-	inesmicroni@hotmail.com
INFOR - SUPRI INFORMATICA LTDA - EPP	43 33754800	-	-	licitacaogeral@powertoner.com.br
INFORGERAIS EIRELI - ME	31 25120208	-	-	valeria@infogerais.com.br
INFORSHOP SUPRIMENTOS LTDA	11 56822521	11 56822525	-	licitacao@inforshop.com.br
INPRIMA BRASIL LTDA.	11 39923221	-	-	isaac@ecologos.com.br
INTEGRA BR COMERCIO DISTRIBUICAO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP	81 30393337	-	-	integrabr@hotmail.com
IPEC COMERCIO LTDA - ME	27 98764400	-	-	ipeccomercio@yahoo.com.br
IT ONE INFORMATION TECHNOLOGY	81 8243-6985	31-35243450	-	alvaro.simoes@itone.com.br
JA PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA - ME	45 32227067	-	-	financeiro1.ja@gmail.com
JF COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA - ME	61 39642030	-	-	sudostecartuchos@hotmail.com
JFKAS	11 39068171	-	-	vendas@jsk.com.br
JHONATAS G. DE SOUZA	85 30774524	85 30214921	JHONATAS GOMES	licitamaiscomercio@gmail.com
JJ COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	85 32245936	85 32245936	JOAO	vbainformatica@terra.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/11/2018 16:43:47

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
K LINK EQUIPAMENTOS	48 30289559	-	-	k.link@terra.com.br
KEILA CRISTINA ALMEIDA VIEIRA ME	85 32575860	-	VLADIA	vladiainformatica@gmail.com
KM MOREIRA LUZ - ME	85 34691120	-	-	totalresolucoes@gmail.com
LEMAR INK FRANQUIAS LTDA - ME	11 32462307	-	-	financeiro@lemarink.com.br
LT COMERCIAL DE ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS ELE.	85 34913483	85 34913483	FRANCISCO DE ASSIS	lauratsmaia@hotmail.com
M & M SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - EPP	31 35248150	-	-	helenvendas@mmsuprimentos.com.br
M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES - ME	99 36274322	-	-	dyonnyspersonal@hotmail.com
MACEIO CARTUCHOS LTDA - EPP	82 33360166	-	-	fourcolors_maceio@hotmail.com
MAJORIS INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	51 30300621	-	-	majoris.ind@gmail.com
MAQUILAR COMERCIO DE MAQUINAS PARA ESCRITORIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA.	85 34525656	-	Ingrid Bandeira	compras@maquilar.com.br, televendas@maquilar.com.br
MARBEEK SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA	11 24090807	-	-	contato@asmsupri.com.br
MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA EIRELI	43 33210802	-	-	financeiro@equipeengenharia.com
MAXSUPRI COMERCIO E DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA - ME	81 32221367	-	-	maxsupri.vendas@hotmail.com
MC FERREIRA COMERCIO E DISTRIBUIDORA - ME	81 34686986	-	-	mcferreirape@hotmail.com
MENNO - GRAFICA E INFORMATICA LTDA - EPP	11 21736252	-	-	comercial@mennografica.com.br
MICROINFO PAPELARIA E INFORMATICA LTDA - EPP	31 32130286	-	-	natmicroinfo@hotmail.com
MICROSENS LTDA.	41 30242050	-	-	licitacao@microsens.com.br
MICROTIME SUPRIMENTOS	61 22926819	-	-	comercial@microtime.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/11/2018 16:43:47
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
MJ COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	4008 7777	-	Gerardo Araujo	angelicareboucas@silicontech.com.br
M&M SOLUCOES CORPORATIVAS EIRELI - ME	61 30248100	-	-	governo@mmcorporativa.com.br
MOISES HAMERSKI - EPP	55 33531420	-	-	hzdigital@uol.com.br
MR COMPUTER INFORMATICA COMERCIO	11 51899191	-	-	mauri@mrcomputer.com.br, fernando@mrcomputer.com.br
MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	11 36168691	-	-	governo@multilaser.com.br
MUNDI CENTER COMERCIO DE INFORMATICA E DESCARTAVEIS LTDA EPP	(81) 3074-7465	-	-	mundicenterpe@gmail.com, mundi.vendas02@gmail.com
NATALIA M NEVES ME	30321765	30321765	Alberto Sousa	labsdistribuidora@gmail.com
NIELY DA COSTA OLIVEIRA - EPP	(92) 3308-6505	(92) 9512-1575	-	nielyev@yahoo.com.br
NP DE OLIVEIRA LTDA - ME	44 30200005	-	-	ecpaulisinformatica@gmail.com
NS TELEINFORMATICA LTDA - ME	41 33775444	-	-	licita@nstelecom.com.br
OMEGATI COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	61 34210200	-	Carlos Duarte	kennedy@foxcom.com.br
OPTIMIZA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	(37) 3241-5289	-	-	logistica@nwnet.com.br
PAPEL E CIA CARTUCHO LTDA - ME	31 3336.0154	-	-	ciadocartuchobh@gmail.com
PAPELARIA E LIVRARIA PEDRO II LTDA - EPP	83 32211736	-	-	pap_pedroii@hotmail.com
PAPYTECK COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS	41 30270007	-	ANA PAULA	bedmdk@hotmail.com
PERNAMBUCO DIGITAL LTDA - EPP	81 21018000	-	-	edson.nobrega@datavoice-pe.com.br
PONTO DO CARTUCHO	32611226	-	-	Artimpresos2@hotmail.com
PONTUAL COMERCIAL LTDA - EPP	(37) 3241-9294	-	-	vitrine.contabilidade@yahoo.com.br

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
PONTUAL MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA - EPP	11 29524145	11 29523981	-	pontual@pontualonline.com.br
POTENCIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.	44 32675555	-	-	atendimento@potencialsuprimentos.com.br
POWER TECH	34821026	-	-	heisyverissimo@hotmail.com
PRINTCENTS COMÉRCIO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA.	21 38601159	-	-	chiachio@printcents.com.br
PRINTER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA	11 41683675	-	-	licitacao@printersolutions.com.br
PRISMA SISTEMA LTDA - ME	91 32120292	-	-	ismaeltalegal@hotmail.com
PRODOTTI DISTRIBUIDORA LTDA - ME	19 30226045	-	-	mota.paulo@kientro.com.br
PRONTO INFORMÁTICA LTDA.	44 30292964	-	-	atendimento@micropronto.com.br
QUALITY ATACADO LTDA - ME	31 33270719	-	-	qualityatacado@gmail.com
QUEST IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO LTDA - EPP	11 50701099	-	-	ricardofranco.quest@gmail.com
R & M COMERCIO VAREJISTA DE PAPELARIA LTDA - ME.	(85) 3299-4100	-	-	rm.comercial@ig.com.br
R G MAIA COMERCIAL - ME	85 34739636	-	-	polocomercial@hotmail.com
RAR COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS TECNOLOGICOS LTDA - ME	11 26414432	-	-	soraia@rar.com.br
RC BARRA RIO COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS COPIADORAS LTDA - ME	21 25723900	-	-	rcbarra.rio@gmail.com
RICOHLOR COMERCIO E SISTEMAS REPROGRAFICOS EIRELI - EPP	11 59065000	-	-	dutra.marques@ricohlor.com.br
RIOMIDIA INFORMATICA LTDA	21 3221 0001	21 3221 0001	RAIMUNDO BENJAMIN	japimu@uol.com.br
RODOLFO BRUNO VIEIRA BEZERRA ME	85 34730134	-	RODOLFO	rbvcomercial@hotmail.com
SANDRA ANGELA CAMPOS - ME	31 32011222	-	-	sidneyvendas2009@hotmail.com

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
SAT SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	31 30737888	(31) 32927888	LUCIENE BOSSI	biasfortes@biasfortes.com.br
SENNA VITORIA MATERIAIS DE INFORMATICA LTDA - EPP	21 39039350	-	-	marcio-neo@hotmail.com, eadesouza1@hotmail.com
SETEMAQ COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA	85 40111800	-	CICERO	comercial@setemaq.com.br
SETEPRINTER INDUSTRIAL LTDA - ME	31 37747030	-	-	seteprinter@yahoo.com.br
SPI SERV. PROD. INFORMATICA	47 33382517	32261232	-	spi@spiblu.com.br
SRS COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	12 3933 3334	12 3933 3334	SAMIR RACHID SYRIO	suprihouse@uol.com.br
START COM E SERVIÇOS EM COPIADORAS LTDA	85 3254 7678	-	SOCORRO	financeiro@startcopiadoras.com
STONE DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA LTDA	11 25743800	-	-	sibelle@novasupri.com.br
STOQUE SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	31 34653600	31 3465 3601	FERNANDA MIRANDA,	stoque@stoque.com.br, licitacao@stoque.com.br
SUPRIGERAES COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	34 36622827	34 3664 2557	RONALDO M RESENDE	suprigeraesatacadista@hotmail.com
SUPRIJET INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME	44 30262051	19 32330740	-	contato-suprijet@hotmail.com
SUPRIMAIS COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA ME	37 32413146	-	-	glaucosk@gmail.com
SUPRIMAX COMERCIAL LTDA	85 34537440	-	MAICON	suprimax@hotmail.com, suprimaxlicita@hotmail.com,
T B CONSULTORIA E LOGISTICA LTDA - EPP	85 30996229	-	-	thiago@bayde.com.br
TAVARES & MAZZO LTDA - ME	44 30175189	-	-	marcyelly@micropelinformatica.com.br
TECH LASER COMERCIO DE CARTUCHOS E TONER LTDA - ME	11 25032029	-	-	thiago@tlcartuchos.com.br
TECPRINTERS	41 30466200	-	-	paulo.moreno@tecpartes.com
TELECOPY COPIADORAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO	85 3272 4001	85 3272 4001	-	telecopybrasil@yahoo.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/11/2018 16:43:47
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
TOP LINE INFORMATICA	47 32480115	-	-	topline@redel.com.br
TOPVISION COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	62 39213378	-	-	borges.licitacao@gmail.com
TREVISAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - ME	41 30789033	41 92069573	-	analucia@esector.com.br
UNILASER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA.	31 3116259	-	-	botelho@unilaser.inf.br
Videojet do Brasil	(11) 4689 6240	-	-	inboxusa@videojet.com
VIPLASER PRODUTOS E SERVICOS DE INFORMATICA ME	11 35549565	11 20928757	-	lima@oficialweb.net.br
VRT DISTRIBUIDORA, COM E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA ME	61 33231175	-	VANIA ALVES	vrt.infodf@gmail.com
WANJOUR COMERCIO DE METAIS, JOIAS E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME	61 39671310	-	-	wanjour@uol.com.br
WARANO COMERCIAL E LOCACOES LTDA - EPP	11 22522250	-	-	comercial1@warano.com.br
WORLD PARTNERS SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA - ME	21 33227449	84 40065638	-	contato@worldpartners.com.br
WR COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	21 39361437	-	WILIAN	wr.comercio.info@gmail.com
WS PRINT INFORMÁTICA LTDA. ME	(44) 3253-7224	-	-	atendimento.wsprint@hotmail.com
WZ UNIAO MONTAGEM E INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA - EPP	11 46092715	-	-	wzuniao@wzuniao.com.br
XTONER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	11 2172 5222	11 2172 5229	INÁCIO JOSÉ	vieira@xtoner.com.br
COPY PRINT INFORMATICA EIRELI - EPP	62 3285.1220	-	-	comercial_copyprint@hotmail.com
GIS MIUDEZAS LTDA - EPP	88 3611.2404	-	-	gismiudezas@gmail.com
HLP COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA - EPP	21 26928918	-	-	hlp solutions@hlp solutions.com.br
IMPORT SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME	61 3967.0754	-	-	contato@impramais.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/11/2018 16:43:47

Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	11 3951.1509	-	-	licitacao@luandasuprimentos.com.br
PAPERBOOK INFORMATICA LTDA - ME	31 3564.7991	-	-	paperbookinfo@gmail.com
R R DE OLIVEIRA - SUPRIMENTOS - ME	44 3253.4838	-	-	ester_grazi@hotmail.com
R.N. BALTAZAR - COMERCIO DE INFORMATICA - ME	17 3524.8210	-	-	vendas@fprinter.com.br
VANESSA CORREA DA ROCHA - ME	17 3353.1945	-	-	vcrdistribuicao@gmail.com

Total Fornecedores: 181

Total Email Enviados: 198



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 08.894.886/0001-76
Razão Social: COPY PRINT INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia: COPY PRINT
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:	758.704.281-49	Participação Societária:	100,00%
Nome:	MARCIA AMARAL		
Carteira de Identidade:	2166386	Órgão Expedidor:	SSP/GO
Data de Expedição:	06/07/1989	Data de Nascimento:	11/03/1975
Filiação Materna:	NORMA GOMES DO AMARAL		
Estado Civil:	Casado(a)		
CPF Cônjuge/Companheiro(a):	899.836.881-15		
Nome Cônjuge/Companheiro	LUCIANO DE SOUZA LIMA		
Carteira de Identidade:	3672419	Órgão Expedidor:	SSP GO
Data de Expedição:	04/06/2014		
CEP:	74.323-180		
Endereço:	C 162, 2000 - CASA 13 - JARDIM AMERICA		
Município / UF:	Goiânia / Goiás		
Telefone:	(62) 32851220		
Email:	copyprintcomercial@hotmail.com		



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26
Razão Social: MICROSENS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 844.724.729-53
Nome: LUCIANO TERCILIO BIZ
Carteira de Identidade: 4383926-8 Órgão Expedidor: SESP/PR
Data de Expedição: 08/06/1985 Data de Nascimento: 18/02/1968
Filiação Materna: CAROLINA DIZIEVIESKI BIZ
Estado Civil: Casado(a)
CPF Cônjuge/Companheiro(a): 838.923.469-68
Nome Cônjuge/Companheiro: CRISTIANE MODESTO BIZ
Carteira de Identidade: 37098876 Órgão Expedidor: SSP/PR
Data de Expedição: 05/11/1997
CEP: 80.520-220
Endereço: PROFESSORA MARIA JOSE GODOY, 103 - BOM RETIRO
Município / UF: Curitiba / Paraná
Telefone: (41) 00000000
Email: licitacao@microsens.com.br

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 079.163.629-10
Nome: LUAN LIMA COUTINHO
Carteira de Identidade: 10461054-4 Órgão Expedidor: SESP/PR
Data de Expedição: 11/08/2005 Data de Nascimento: 21/08/1990
Filiação Materna: MARLEY APARECIDA LIMA
Estado Civil: Casado(a)
CPF Cônjuge/Companheiro(a): 045.912.929-59
Nome Cônjuge/Companheiro CAMILA TAMAROZI MORAES COUTINHO
Carteira de Identidade: 103419417 Órgão Expedidor: SSP/PR
Data de Expedição: 14/01/2016
CEP: 86.082-701
Endereço: LUIZ VIEIRA SAGRILLO, 111 - BL 04 AP 04 - JARDIM SAO PAULO II
Município / UF: Londrina / Paraná
Telefone: (43) 00000000
Email: licitacao@microsens.com.br



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 08.228.010/0001-90
Razão Social: PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA
Nome Fantasia: PORT. DISTRIBUIDORA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 829.273.326-49 Participação Societária: 1,00%
Nome: MAURO ANTONIO COSTA DE ARAUJO
Carteira de Identidade: 64422/D Órgão Expedidor: MG
Data de Expedição: 14/12/1995 Data de Nascimento: 15/02/1970
Filiação Materna: MARIA IMACULADA COSTA DE ARAUJO
Estado Civil: Casado(a)
CPF Cônjuge/Companheiro(a): 844.165.056-04
Nome Cônjuge/Companheiro: MARY GORETH MELO ARAUJO
Carteira de Identidade: 4100740 Órgão Expedidor: SSPMG
Data de Expedição: 08/07/1996
CEP: 30.150-320
Endereço: PIAUI, 883 - APTO 1601 - FUNCIONARIOS
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (31) 33495039
Email: licitacao@portinfo.com.br

Dados do Sócio/Administrador 2

CNPJ: 08.278.985/0001-23 Participação Societária: 99,00%
Nome: SEPLA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
Data Abertura Empresa: 21/07/2006
CEP: 30.110-067
Endereço: DO CONTORNO, 9939 - SALA 202 - PRADO
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (31) 33495031
Email:



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 184001/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 06/11/2018 16:43:47</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 6 de Novembro de 2018.

À

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Para informar saldo para licitar.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 184009/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 06/11/2018 16:46:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 6 de Novembro de 2018.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Reporta-se arrimo orçamentário suficiente na Ação 20GP (Julgamento de Causas e Gestão Administrativa), GND 3 (Outras Despesas Correntes), em monta de R\$ 200.043,20, para recepcionar a presente demanda de despesa.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 184253/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 06/11/2018 18:32:25</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 7 de Novembro de 2018.



À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para autorizar a elaboração do edital.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 184843/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 07/11/2018 12:14:37</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PAD n.º 18881/2018

DESPACHO



À COLIC/SELIC, para elaborar minuta de Edital visando à contratação solicitada, conforme especificado no Termo de Referência (doc. pad nº 179589/2018), adotando-se a modalidade de pregão eletrônico e o preço de referência o constante no doc. pad nº 183999/2018.

Após, encaminhe-se à DIGER para análise jurídica do Edital (art. 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93) e ainda, caso oportuno e conveniente, autorização para a abertura do certame licitatório.

Fortaleza, 7 de novembro de 2018.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
Secretário de Administração



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 185195/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 07/11/2018 16:01:31</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 7 de Novembro de 2018.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para elaboração do edital.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 185598/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 07/11/2018 17:23:17</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 8 de Novembro de 2018.

À

SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Solicitamos que seja alterado o critério de julgamento para menor preço total, uma vez que se trata de uma aquisição e o valor a ser dispendido corresponde à totalidade dos toneres a serem adquiridos, bem como a vigência contratual incluída no Termo de Referência, pois aquela indicada ultrapassa a vigência dos créditos orçamentários.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 186133/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 08/11/2018 11:21:17</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

1. DO OBJETO



O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme especificações abaixo:

	DESCRIÇÃO MATERIAL	U.M.	QUANT.	CATMAT
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	426542

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de material faz-se necessária, em virtude da recente aquisição dos seguintes modelos de impressoras Samsung: SL – M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR que serão alocadas em todas as zonas eleitorais e em outras unidades administrativas, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) impressoras que utilizarão o modelo do toner da pretensa aquisição.

Para calcularmos o material para as zonas do interior utilizamos o consumo de 2017 do modelo de toner utilizado nas zonas do interior (205E), que tinha uma capacidade 10.000 cópias, dividindo pela nova capacidade a ser adquirida, mas preservando o consumo de pelo menos 1 toner para cada zona. Acrescentamos ainda 1 toner para cada impressora a ser instalada de imediato nas zonas eleitorais do interior (184).

Para as unidades administrativas que já utilizavam o modelo de impressora calculamos pelo cálculo de ressuprimento do almoxarifado subtraindo o estoque existente na Sealx, conforme anexo deste Termo.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço total, respeitadas as preferências previstas no Decreto n.º 7.174/2010, na Lei n.º 8.248/1991 e Lei Complementar n.º 123/2006 que devem ser aplicadas por se tratarem de material com característica similar aos cartuchos de impressora, e por consequência, de equipamentos de informática.

4. OS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE DOS SUPRIMENTOS

- 4.1 Deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.
- 4.2 Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal;
- 4.3 Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.
- 4.4 A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado por laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

5 RECEBIMENTO DO MATERIAL, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1 Deverá ser entregue, conforme especificação, marca e preço, na Seção de Almoxarifado do TRE/CE, situada no Parque Empresarial BR 116 – Rodovia BR 116, Km 6, nº 2555, Módulo 16 – Cajazeiras, em Fortaleza-CE, CEP 60842-395, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da nota de empenho, que será transmitida por e-mail à empresa vencedora do certame licitatório que deverá enviar a confirmação do seu recebimento. Caso o fornecedor não a envie e o e-mail não retornar, será considerado como recebido.

5.2. Comissão de Recebimento e Gestor do Contrato

O material será recebido por uma comissão que será composta pelos servidores: Carlos Henrique Coutinho Rodrigues, José Ribamar de Oliveira e Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro, cabendo à última a gestão do contrato e ao primeiro a suplência.

5.3. Recebimento Provisório

- 5.3.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em caráter provisório. Serão realizados testes de impressão com os cartuchos, correndo por conta do fornecedor o recolhimento do material, caso o lote seja rejeitado em parte ou na sua totalidade.
- 5.3.2. A comissão de recebimento terá 3(três) dias úteis para comunicar ao fornecedor o resultado da análise dos cartuchos.

5.3.3 Definitivo

Após sanadas todas as dúvidas quanto a qualidade e quantidade do material a Comissão de Recebimento fará o recebimento definitivo e caberá à Seção de Almoxarifado o encaminhamento da nota fiscal para pagamento.

6. DOS TESTES DE IMPRESSÃO

6.1. Os itens entregues serão submetidos a testes de impressão por amostragem, cabendo à Comissão de Recebimento seguir a tabela e critérios abaixo descritos:

Tabela de testes de impressão por amostragem

Quantidade entregue por item (peças)	Amostragem mínima (peças)	Amostragem máxima (peças)
530	27	53

Critérios:

a) Inicialmente, todos os suprimentos serão testados utilizando a amostragem mínima retirada de forma aleatória do lote entregue;

b) Caso os testes de impressão na amostragem mínima sejam bem-sucedidos, o lote referente ao item testado será tido como aprovado;

c) Se, pelo menos, uma peça da amostragem mínima apresentar problema, os testes terão prosseguimento até o limite da amostragem máxima, sendo que:

c.1) Caso o total da amostra aprovada seja maior que 50% (cinquenta por cento), a empresa, em 72 horas, substituirá apenas o (s) item (ms) reprovado(s) e novos testes serão feitos tomando por base amostragem máxima. Neste caso, será objeto de novos testes o(s) item(ms) substituído(s) e o restante retirado de forma aleatória do lote até o quantitativo máximo da amostragem, excluindo aqueles itens aprovados. Se ao menos uma peça for reprovada nos novos testes, todo o lote será considerado reprovado;

c.2) Caso o total da amostra aprovada seja menor que 50%(cinquenta por cento), todo o lote referente aquele item será considerado como reprovado e o fornecedor terá 5(cinco) dias úteis para substituição;

6.2. Os suprimentos, sejam compatíveis ou originais das impressoras, serão submetidos a testes de impressão, utilizando no mínimo 2(duas) configurações de qualidade de impressão (normal/padrão e modo econômico/rascunho), sendo que, para cada configuração serão impressas no mínimo 20 (vinte) páginas por item, com vistas a aferir a qualidade de impressão dos suprimentos entregues.

6.3. Como parâmetro de qualidade de impressão, fica estabelecido que os produtos compatíveis deverão apresentar, no mínimo, o mesmo desempenho dos originais do fabricante das impressoras.

6.4. Ao final, os suprimentos que apresentarem ou provocarem impressão insatisfatória, como falhas ou manchas na impressão, vazamentos, dentre outros problemas serão tidos como reprovados pela Comissão de Recebimento.

6.5. Durante os testes de impressão por amostragem, caso fique constatado eventual defeito nas impressoras, causados pelos suprimentos entregues, devidamente fundamentado por laudo técnico de assistência técnica autorizada do fabricante do equipamento, caberá a CONTRATADA arcar com todos os custos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Encaminhar à CONTRATADA, por e-mail, a nota de empenho;
- 7.2. Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- 7.3. Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- 7.4. Promover, pelo seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- 7.5. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.
- 7.6. Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à CONTRATADA facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço;
- 8.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro de seus prazos de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem pela Seção de Almoxarifado, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;
- 8.3. A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal feita pelo Gestor do Contrato;
- 8.4. Caberá à CONTRATADA o descarregamento do material no local de entrega, com pessoal suficiente para que seja realizado em tempo razoável.
- 8.5. Caso ocorra dano no equipamento por problemas nos cartuchos de impressão fornecidos, todos os custos e reparo ou substituição por equipamento similar, durante o tempo em que ficar inoperante, correrão por conta da CONTRATADA.
- 8.6. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a ***origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa,*** conforme determina o **Acórdão Nº 2608/2013-Plenário do TCU/DF.**

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;

9.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a

que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DO PAGAMENTO

10.1 Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho (NE), por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da nota fiscal, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesste mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;

10.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

10.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 meses após a data da assinatura do Contrato.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral no Programa de Trabalho Resumido: 042.342 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, 059.581 – Implantação do Sistema de Automação de Identidade 000.421 – Pleitos Eleitorais no elemento de despesa:339030 – Material de Consumo.

Sealx, 19 de outubro de 2018.

Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro

Técnico de Judiciário
Seção de Almoxarifado

DE ACORDO:
Benedito Sérgio Monte Coelho

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 22/11/2018 16:22:26
Por: DIEGO FEITOSA DE OLIVEIRA

ANEXO I

CÁLCULO RESSUPRIMENTO

Material	U.M.	CMM	Consumo Diário	Estoque Máximo	Estoque Atual+ Pedido	Quantidade Ressuprir	Quantidade a COMPRAR
Toner 203-U - consumo das unidades que já utilizam	UM	9,41	0,32	156	100	94,4	95
Toner 203-U - Zonas interior							252
Toner Reserva							184

531

Emínimo = ES x Consumo Diário

ES: Estoque de Segurança:120 dias

Consumo Médio Mensal

Consumo Diário=CMM/30

Lote de Compra: 365 dias

Prazo de Entrega: 120 dias

Emáximo=(Lote de compras+ES)xConsumo Diário

Quantidade a Ressuprir: Estoque Máximo + (Prazo de Entrega x Consumo de Diário) - Estoque Atual



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 197333/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	DIEGO FEITOSA DE OLIVEIRA <i>Assinado eletronicamente em 22/11/2018 16:22:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 22 de Novembro de 2018.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Com as modificações sugeridas.

DIEGO FEITOSA DE OLIVEIRA
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 197337/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	DIEGO FEITOSA DE OLIVEIRA <i>Assinado eletronicamente em 22/11/2018 16:24:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018
Processo TRE/CE n.º 18881/2018**



O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, através de seus Pregoeiros, instituídos pela Portaria n.º 1.570, de 15 de dezembro de 2017, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor valor total, para aquisição de suprimentos para impressoras**, nos termos das Leis n.º 8.666/1993, com as devidas alterações, n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Decreto n.º 5.450/2005, Decreto n.º 7174/2010, demais normas pertinentes e ainda mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

A Sessão Pública, por meio de Sistema Eletrônico, para a Abertura das Propostas, dar-se-á no dia 14 de dezembro de 2018, às 09:00h (nove horas), ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data no edifício-sede do TRE-CE, localizado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, nesta Capital, CEP 60.050-080, ou em caso de problemas técnicos de acesso à Internet ou ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo II – Minuta do Contrato.

Anexo III – Termo de Referência e Subanexos.

Anexo IV - Preços de Referência.

Capítulo I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações abaixo e do Anexo III – Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora , embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530

1.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.

1.3. Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal.

1.4. Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.

1.5. A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado, através de laudo pericial da fabricante do equipamento, que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

1.6. Na hipótese de haver diferença na descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasnet.gov.br) e nas especificações constantes no ANEXO III deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

Capítulo II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

a) Pertencam ao ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto e que atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “Comprasnet” para participação de Pregão eletrônico;

b) Não se encontrem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação;

c) Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade, ou punidas com suspensão pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, enquanto perdurar a suspensão;

d) Não constem no CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União – CGU, ou no CNCIAI – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade, instituído pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, caso estejam proibidas de contratar e receber incentivos fiscais e creditícios do Poder Público;

e) Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam suas formas de constituição. Não poderão participar empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

f) Manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005.

f.1) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

2.2. Para os itens com preço de referência cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte e, ainda, devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa

d) que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;

e) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

f) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

2.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do SISTEMA, nos termos do subitem 4.2.4. deste Edital, facultado ao TRIBUNAL se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da Lei.

2.5. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atuará como provedor do SISTEMA, não se responsabilizando o TRIBUNAL por eventual desconexão sua ou dos licitantes ao SISTEMA, assim como por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.6. O LICITANTE responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SISTEMA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico. O TRE-CE também não se responsabilizará por eventual desconexão.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Cadastro nacional de Empresas inidôneas e Suspensas, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Capítulo III - DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação a licitante deverá se credenciar na ferramenta “Pregão Eletrônico”, através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Capítulo IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. A participação neste Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no **valor total do item**, cotado(s) para o objeto da presente proposta, a partir da data da liberação do presente edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até o horário limite de início da sessão pública, ou seja, às 09:00h (nove horas) do dia 14/12/2018, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. No momento do envio da proposta, as licitantes deverão manifestar, no sistema eletrônico, por meio de declaração:

4.2.1. O pleno conhecimento e aceitação dos termos do Edital, bem como o cumprimento de todos os requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII do artigo 4º da Lei n.º 10.520/02.

4.2.2. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002.

4.2.3. A inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e que a proposta foi elaborada de modo independente.

4.2.4. O cumprimento dos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, para que possam gozar dos benefícios outorgados pelo referido diploma legal, se for o caso.

4.2.5. A opção pela utilização do direito de preferência do Decreto 7174/2010, se for o caso, se o produto atender aos requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º do mesmo diploma normativo.

4.3. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulário específico, no qual a licitante deverá inserir as informações adicionais necessárias, esclarecendo-se que aquelas informações que conflitam com o edital ensejarão a desclassificação da empresa no item. Não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo: "Conforme edital". É vedada a inclusão de qualquer símbolo, nome estranho ou papel timbrado que a identifique, sob pena de desclassificação.

4.3.1. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, considerando-se que pelo preço proposto o licitante obrigará-se ao descrito neste edital.

4.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública (Inciso III, do Art. 13º, do Decreto n.º 5.450/05).

4.4.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará procederá a abertura de processo administrativo, visando à apuração de responsabilidade das empresas que descumprirem as regras editalícias durante a sessão pública. Considerar-se-á descumprimento ao prazo disposto no item 4.7, o envio de proposta que não atenda aos requisitos do item 4.8 e, ainda, a inabilitação da licitante, tornando sem efeito a declaração exigida no item 4.2.1, o que enseja a aplicação da sanção especificada no item 11.1, conforme disciplina o artigo 28 do Decreto n.º 5.450/05.

4.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV, do Art. 13º, do Decreto 5.450/05).

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.7. Após o encerramento da etapa de lances, a proposta de preços da(s) empresa(s) vencedora(s), datada e ajustada com os lances ofertados, de pleno acordo com todos os requisitos do item 4.8, deverá ser enviada exclusivamente como anexo através da função "Enviar anexo/planilha atualizada", disponibilizada pelo(a) pregoeiro(a) na fase de aceitação, imprerivelmente no prazo de 1 (uma) hora, a partir da convocação, sob pena de ser recusada pelo(a) pregoeiro(a).

4.7.1 Os anexos deverão ser enviados em arquivo específico tipo "doc", "odt", "xls" ou "ods", compatíveis com os aplicativos Microsoft Excel 97 e BrOffice 3.3.0, ou ainda, em formato não editável do tipo ".pdf".

4.7.2 Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivo para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.7.

4.8. O documento a ser anexado deverá vir sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá atender aos seguintes requisitos:

a) proposta definitiva de preços, com detalhamento do objeto, **cotação do valor unitário e total, marca e modelo do produto**, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, expressos em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional;

b) **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;

c) prazo de entrega de **15 (quinze) dias úteis**, contados da comunicação da emissão da nota de empenho, via e-mail;

d) declaração expressa de que todos os tributos, custos e demais despesas correm por conta da proponente e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos;

e) declaração de que o produto ofertado atende ao Processo Produtivo Básico para fazer uso das margens de preferência, conforme disposto nos itens 4.10 e 4.11 deste edital, se for o caso;

f) indicação do nome da empresa (razão social), n.º do CNPJ/MF e endereço;

g) indicação do telefone/fax para contato, email comercial, bem como dados bancários da pessoa jurídica (conta corrente, agência e banco).

4.9 A(s) licitante(s) deverá(ão) utilizar o Anexo I deste Edital para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.

4.10. Caso a empresa proponente queira fazer uso dos **benefícios** previstos no Decreto nº. 7.174/2010, deverá comprovar o atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de produto com tecnologia desenvolvida no País, mediante a apresentação do **documento comprobatório à fruição dos incentivos fiscais** regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, conforme a exigência do item 4.8, alínea 'e', o qual deverá ser anexado à proposta.

4.11. Para usufruir da preferência de que trata o item anterior, deverá o licitante informar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do sistema de compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, que seu produto atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º de Decreto n. 7.174/2010.

4.12. A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.13. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último.

4.14. Nos preços propostos deverão estar contidos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao TRE/CE sem ônus adicional.

Capítulo V - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. O(A) Pregoeiro(a), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo avençado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

5.2. A proposta que não atender às especificações do edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

Capítulo VI - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar pelo sistema.

6.4. No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5. Caso ocorra a desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no link de avisos do comprasnet, com envio do aviso ao endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.6. A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.7. Encerrada a etapa de lances, o sistema verificará automaticamente, junto à Secretaria da Receita Federal, o porte da empresa refletido no sistema, para prosseguir com os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte através da Lei Complementar n.º 123/06, que assegura, em seu artigo 44, a preferência de contratação como critério de desempate técnico.

6.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

6.7.2. Caso haja recusa de alguma proposta na fase de aceitação, poderá ocorrer novamente o empate técnico, considerando o percentual de 5% (cinco por cento), em relação ao melhor preço. Neste caso, o sistema retornará à fase de desempate, a fim de beneficiar às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nessa situação.

6.8. Para efeito do disposto no item 6.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.8.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar sua última oferta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, sob pena de decair do direito de contratação;

6.8.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.8.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.9. O disposto no item 6.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.10. O(A) pregoeiro(a) convocará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e a decisão acerca da aceitação da proposta, solicitando a inclusão da proposta ajustada, exclusivamente na forma eletrônica, através da função "convocar anexo", disponibilizada na ferramenta para o pregoeiro(a).

6.11. Não serão aceitas propostas com os preços excessivos ou inexeqüíveis, considerando-se inexeqüíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, o que ocorrerá após a solicitação do pregoeiro.

6.11.1. No caso de negociação proposta pelo(a) pregoeiro(a) no chat, aguardar-se-á o prazo de 15(quinze) minutos para que a licitante manifeste sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

6.12. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e sua exeqüibilidade, e verificará a habilitação da licitante conforme as disposições do Edital.

Capítulo VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor valor total**, atendidas as especificações contidas neste Edital e seus anexos.

7.2. O(A) pregoeiro(a) efetuará o julgamento da proposta, após o encerramento da etapa de lances e envio do anexo de proposta, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o **menor valor total**.

7.4. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem preços excessivos, inexeqüíveis ou irregularidades e defeitos que dificultem o julgamento.

7.5. Se houver indícios de ineqüilíbrio da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por ineqüilíbrio, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 1 (uma) hora ou, dependendo da comprovação a ser solicitada, abrir o prazo de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas para análise dos preços pelo setor solicitante do bem ou serviço, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Sendo aceitável a proposta da licitante detentora da melhor oferta, deverá ser comprovada sua condição de habilitação, na forma do que determina o Capítulo VIII deste Edital.

7.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital e seus Anexos.

7.11. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.1. A negociação será proposta pelo(a) pregoeiro(a) no chat do Pregão Eletrônico e a licitante deverá se manifestar no prazo máximo de 15 (quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

7.12. Em caso de divergência entre as informações contidas no sistema eletrônico e na proposta específica, prevalecerão aquelas da proposta.

7.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem que não esteja prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

7.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo(a) Pregoeiro(a).

7.15. Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

7.16. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.17. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

7.18. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

Capítulo VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, habilitação parcial e qualificação econômico-financeira será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, sendo o resultado informado aos interessados na própria sessão e deverá ser constatado o seguinte:

- 8.1.1 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- 8.1.2 Prova de regularidade com a Seguridade Social;
- 8.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- 8.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 8.1.5 Balanço Patrimonial.

8.2. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

- 8.2.1. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;
- 8.2.2. consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- 8.2.3. consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;
- 8.2.4. consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;
- 8.2.5. consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.3. Serão inabilitadas as licitantes que não comprovem a regularidade fiscal e trabalhista, exigida no item 8.1 e que constem nos cadastros listados no item 8.2, que não apresentem atividade pertinente e compatível com o objeto e que possuam dentre os sócios, servidores e/ou dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

8.3.1. Com relação aos cadastros do item 8.2, somente serão inabilitadas as empresas que sofreram aplicação de sanção fundamentada no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e aplicada por instituição vinculada à União; no art. 87, IV da Lei 8.666/93, que impede a licitante de contratar

com toda a Administração Pública; ou no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 e aplicada pela Administração do órgão licitante.

8.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, ou ainda as declarações constantes nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.5 não estejam completas e corretas ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, será exigido o envio da documentação ou declarações, como anexo no sistema ou via fac símile ou ainda através do e-mail selic@tre-ce.jus.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a).

8.5. Será exigido, ainda, para fins de habilitação os seguintes documentos, observadas as orientações do item 8.7, sob pena de inabilitação:

a) Declaração de que o mesmo cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;**

b) Declaração de que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na presente licitação, exigida somente para as licitantes que optarem pela verificação da sua regularidade fiscal pelo SICAF, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;**

c) Declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas.**

d) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) **Certidão negativa de falência e recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo do edital, especificamente para as certidões sem prazo de validade.

8.6. Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade perante o SICAF ou, embora regular, apresente índices de LG, SG, e LC menores que 1, a licitante deverá encaminhá-lo ao pregoeiro juntamente com as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta;

8.6.1. Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

8.6.1.1. publicados em Diário Oficial; ou

8.6.1.2. publicados em jornal de grande circulação; ou

8.6.1.3. por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; ou

8.6.1.4. por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

8.6.1.5. por cópia extraída do Livro Diário, com o respectivo comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil, juntamente com o termo de autenticação eletrônica realizada pela Junta Comercial; ou

8.6.1.6. outros meios permitidos pelas normas de regência;

8.6.2. A análise da qualificação econômico-financeira será feita por servidores qualificados designados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.6.3. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

8.6.4. A licitante que apresentar resultado menor do que 1, em quaisquer dos índices - Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor total estimado para a contratação, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.666/93;

8.6.5. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com esses documentos, o memorial de cálculo correspondente.

8.6.6. As demonstrações contábeis deverão apresentar as assinaturas do titular ou representante da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado;

8.6.7. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado; e

8.6.8. Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

8.7. Não há necessidade de que as microempresas e empresas de pequeno porte apresentem documentação referente à regularidade fiscal válida, em conformidade com o art. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Havendo alguma restrição, proceder-se-á na forma do subitem 8.7.1. Os demais documentos exigidos nos itens 8.2 e 8.5 deverão ser apresentados sem restrições.

8.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-CE, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

8.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada.

8.10. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

8.11. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e em seus anexos.

8.13. Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

8.14. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação do certame e decisão quanto à contratação. Na hipótese de existência de recursos, o processo virtual será encaminhado à Autoridade Superior competente deste TRE para

julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.15. O licitante deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação estipuladas nos itens 8.1, 8.2 e 8.5 do edital.

Capítulo IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, através de formulário próprio, no âmbito do Sistema Eletrônico, quando então o(a) Pregoeiro(a) fará o juízo de admissibilidade do recurso. Em sendo aceito, será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso pela licitante, ficando as demais desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

9.1.1. O sistema encaminhará automaticamente e-mail para as demais licitantes quando do registro das razões do recurso.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do seu direito de recurso e a adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

9.3. Os recursos imotivados ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos pelo(a) pregoeiro(a).

9.4. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, encaminhá-lo à Autoridade Superior competente, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.5. As decisões do Pregoeiro e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema.

9.6. Julgados os recursos, a autoridade titular do órgão promotor do certame fará a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto no item 9.1 deste edital.

9.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações deste TRE, no endereço indicado no item 20.13 deste edital.

Capítulo X – DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

10.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993.

10.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital, independentemente de transcrição.

10.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias, sem justificativa, por escrito, aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente. Nesse caso, sujeita-se, a licitante vencedora, às penalidades aludidas no Capítulo XI deste Edital.

10.4. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no item 10.3 deste Capítulo.

10.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993.

10.6. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.7. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Capítulo XI – DAS PENALIDADES

11.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato – Anexo II deste edital.

Capítulo XII – DA RESCISÃO

Vide Cláusula Décima Terceira do Anexo II deste Edital

Capítulo XIII - DA DOTAÇÃO

Vide Cláusula Décima Primeira do Anexo II deste Edital

Capítulo XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

Vide Cláusula Sexta do Anexo II deste Edital

Capítulo XV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO TRE/CE

Vide Cláusula Sétima do Anexo II deste Edital

Capítulo XVI - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA LICITANTE VENCEDORA

Vide Cláusula Oitava do Anexo II deste Edital

Capítulo XVII – DO RECEBIMENTO, LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E TESTES DE IMPRESSÃO

Vide Cláusula Terceira do Anexo II deste Edital

Capítulo XVIII – DO PAGAMENTO

Vide Cláusula Quinta do Anexo II deste Edital

Capítulo XIX - DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

19.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital, de outros assuntos relacionados a presente licitação, dúvida de interpretação ou omissão, deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a abertura da sessão eletrônica, sob pena de aceitação de todas as condições editalícias.

19.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, interposta por meio eletrônico, através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada ao(à) Pregoeiro(a) Oficial do TRE/CE.

19.3. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Tribunal, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente por meio eletrônico.

19.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

19.5. A impugnação deverá ser interposta por meio eletrônico, por e-mail ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada ao(à) Pregoeiro(a) Oficial do TRE/CE.

19.6. Se acolhida petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.

19.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: [acesso livre/pregões/agendados](#) – Código UASG 070007 ou no link “visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos”.

Capítulo XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Edital.

20.2. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pela autoridade superior competente.

20.3. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), será o resultado da licitação submetido à Autoridade Superior, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

20.4. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação.

20.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

20.6. No caso de a empresa ser optante pelo "SIMPLES", deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal e/ou documento equivalente, cópia autenticada do Termo de Opção ou de Isenção naquilo que estiver dispensado legalmente, sob pena de retenção na fonte, por parte deste Tribunal, do imposto de renda pessoa jurídica, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social e da contribuição para o PIS/PASEP, sobre os valores pagos a quaisquer pessoas jurídicas, consoante determina a Lei n.º 9.430/96, a Instrução Normativa Conjunta n.º 539/05 do SRF/STN/SFC e a Lei Complementar n.º 116 de 31/07/2003, art. 6º, §2º, II, c/c Decreto-Lei n.º 11.591/2005.

20.7. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e § 2º, inciso II, art. 65 da Lei n.º 9.648/98, os quais a licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas.

20.8. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, em especial na hipótese contida no parágrafo único do art. 9º do Decreto 6.204, de 05/09/2007.

20.9. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

20.11. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

20.12. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

20.13. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas, na Rua Jaime Benévolo, nº 21, Térreo, Centro, Fortaleza – Ceará, pelo telefone: (85) 3453-3736 ou, ainda, pelo e-mail: selic@tre-ce.jus.br.

Fortaleza/CE, 30 de novembro de 2018

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Pregoeira

Hugo Pereira Filho
Diretor-Geral

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Fone:

E-mail comercial:

Validade da proposta:

Conta Corrente n.º:

Banco:

N.º da Agência:

Proposta de preços para fornecimento de suprimentos para impressoras, observadas as especificações estabelecidas abaixo e no Anexo III – Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QUANT.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	R\$ (.....)	R\$ (.....)

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os produtos fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 98/2018.

_____/____, de _____ de 2018

Nome do Representante Legal
RG. e CPF:

APRESENTAR, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA:

a) caso queira fazer uso dos benefícios previstos no Decreto n.º 7.174/2010, comprovação de atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de produto com tecnologia desenvolvida no País, para fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º /2018

Contrato de _____ que entre
si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional
Eleitoral do Ceará e a
empresa

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por _____, RG n.º _____, CPF n.º _____, no uso da competência atribuída pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, estabelecida na _____, n.º _____, Bairro _____, telefone: _____, em _____/_____, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor _____, portador do RG n.º _____ - _____ e CPF n.º _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE _____, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 O presente contrato fundamenta-se:

- a) No Pregão Eletrônico ____/2018, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º 5450/2005;
- b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
- constem no processo administrativo n.º _____;
 - não contrariem o interesse público;
- c) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
- d) Nos preceitos do Direito Público;
- e) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do edital do Pregão Eletrônico 98/2018, em especial as do Anexo III – Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO, LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E TESTES DE IMPRESSÃO

Vide Itens 5 e 6 do Termo de Referência Anexo

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1. Pela contratação do produto, objeto deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor unitário de R\$..... (.....) e total de R\$..... (.....), conforme discriminado na proposta de preços.

4.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídos todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

4.3. O valor estipulado no item 4.1 é irredutível.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de nota fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho - NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$**

17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

5.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

5.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

5.4. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que o material entregue não está de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

5.5. O pagamento poderá ser suspenso em caso de comprovação de dano por culpa da CONTRATADA, até que a situação seja resolvida, ou que o TRE-CE seja ressarcido dos prejuízos causado.

5.6. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

5.7. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 5.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

5.8. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND/INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal.

5.9. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 5.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLAÚSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada fica obrigada a:

a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;

b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;

c) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.

d) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93;

g) não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;

h) demais obrigações previstas no item 8 do Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O contratante compromete-se a:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;
- b) promover, através de seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;
- d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;
- e) comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no item 7 do Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

8.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

8.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Vide item 5.2 do Termo de Referência anexo

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.2. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

11.2. Foi emitida em .../.../..., a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número 2018NE000..., no valor de R\$ (.....) visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

12.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a. advertência por escrito;
- b. multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas no Termo de Referência;
- d. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas no Termo de Referência;
- e. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

12.3. Se o descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

12.4. As sanções estabelecidas nos itens 12.2.a, 12.2.e, 12.2.f e 12.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas no item 12.2.c e 12.2.d, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

12.5. As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

12.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

12.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Segunda (Das Penalidades).

13.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

- a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

- b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do contrato;
 - c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;
 - d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;
 - e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
 - f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;
 - g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;
 - h) for utilizado este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
 - i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93;
- 13.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.
- 13.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 13.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.
- 13.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS

- 14.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:
- a) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;
 - b) extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;
 - c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

- 15.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar, às cláusulas deste Contrato e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:
- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/2018;
 - b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante às fls. ____ do Processo n.º ____/2018;
 - c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.
- E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de _____ de 2018.

CONTRATANTE

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme especificações abaixo:

	DESCRIÇÃO MATERIAL	U.M.	QUANT.	CATMAT
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora , embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	426542

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de material faz-se necessária, em virtude da recente aquisição dos seguintes modelos de impressoras Samsung: SL – M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR que serão alocadas em todas as zonas eleitorais e em outras unidades administrativas, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) impressoras que utilizarão o modelo do toner da pretensa aquisição.

Para calcularmos o material para as zonas do interior utilizamos o consumo de 2017 do modelo de toner utilizado nas zonas do interior (205E), que tinha uma capacidade 10.000 cópias, dividindo pela nova capacidade a ser adquirida, mas preservando o consumo de pelo menos 1 toner para cada zona. Acrescentamos ainda 1 toner para cada impressora a ser instalada de imediato nas zonas eleitorais do interior (184).

Para as unidades administrativas que já utilizavam o modelo de impressora calculamos pelo cálculo de ressuprimento do almoxarifado subtraindo o estoque existente na Sealx, conforme anexo deste Termo.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço total, respeitadas as preferências previstas no Decreto n.º 7.174/2010, na Lei n.º 8.248/1991 e Lei Complementar n.º 123/2006 que devem ser aplicadas por se tratarem de material com característica similar aos cartuchos de impressora, e por consequência, de equipamentos de informática.

4. OS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE DOS SUPRIMENTOS

4.1 Deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.

- 4.2 Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal;
- 4.3 Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.
- 4.4 A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado por laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

5 RECEBIMENTO DO MATERIAL, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1 Deverá ser entregue, conforme especificação, marca e preço, na Seção de Almoxarifado do TRE/CE, situada no Parque Empresarial BR 116 – Rodovia BR 116, Km 6, nº 2555, Módulo 16 – Cajazeiras, em Fortaleza-CE, CEP 60842-395, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da nota de empenho, que será transmitida por e-mail à empresa vencedora do certame licitatório que deverá enviar a confirmação do seu recebimento. Caso o fornecedor não a envie e o e-mail não retornar, será considerado como recebido.

5.2. Comissão de Recebimento e Gestor do Contrato

O material será recebido por uma comissão que será composta pelos servidores: Carlos Henrique Coutinho Rodrigues, José Ribamar de Oliveira e Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro, cabendo à última a gestão do contrato e ao primeiro a suplência.

5.3. Recebimento Provisório

- 5.3.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em caráter provisório. Serão realizados testes de impressão com os cartuchos, correndo por conta do fornecedor o recolhimento do material, caso o lote seja rejeitado em parte ou na sua totalidade.
- 5.3.2. A comissão de recebimento terá 3(três) dias úteis para comunicar ao fornecedor o resultado da análise dos cartuchos.

5.3.3 Definitivo

Após sanadas todas as dúvidas quanto a qualidade e quantidade do material a Comissão de Recebimento fará o recebimento definitivo e caberá à Seção de Almoxarifado o encaminhamento da nota fiscal para pagamento.

6. DOS TESTES DE IMPRESSÃO

- 6.1. Os itens entregues serão submetidos a testes de impressão por amostragem, cabendo à Comissão de Recebimento seguir a tabela e critérios abaixo descritos:

Tabela de testes de impressão por amostragem

Quantidade entregue por item (peças)	Amostragem mínima (peças)	Amostragem máxima (peças)
530	27	53

Critérios:

- a) Inicialmente, todos os suprimentos serão testados utilizando a amostragem mínima retirada de forma aleatória do lote entregue;
- b) Caso os testes de impressão na amostragem mínima sejam bem-sucedidos, o lote referente ao item testado será tido como aprovado;
- c) Se, pelo menos, uma peça da amostragem mínima apresentar problema, os testes terão prosseguimento até o limite da amostragem máxima, sendo que:
 - c.1) Caso o total da amostra aprovada seja maior que 50% (cinquenta por cento), a empresa, em 72 horas, substituirá apenas o (s) item (ms) reprovado(s) e novos testes serão feitos tomando por base amostragem máxima. Neste caso, será objeto de novos testes o(s) item(ms) substituído(s) e o restante retirado de forma aleatória do lote até o quantitativo máximo da amostragem, excluindo aqueles itens aprovados. Se ao menos uma peça for reprovada nos novos testes, todo o lote será considerado reprovado;
 - c.2) Caso o total da amostra aprovada seja menor que 50%(cinquenta por cento), todo o lote referente aquele item será considerado como reprovado e o fornecedor terá 5(cinco) dias úteis para substituição;
- 6.2. Os suprimentos, sejam compatíveis ou originais das impressoras, serão submetidos a testes de impressão, utilizando no mínimo 2(duas) configurações de qualidade de impressão (normal/padrão e modo econômico/rascunho), sendo que, para cada configuração serão impressas no mínimo 20 (vinte) páginas por item, com vistas a aferir a qualidade de impressão dos suprimentos entregues.
- 6.3. Como parâmetro de qualidade de impressão, fica estabelecido que os produtos compatíveis deverão apresentar, no mínimo, o mesmo desempenho dos originais do fabricante das impressoras.
- 6.4. Ao final, os suprimentos que apresentarem ou provocarem impressão insatisfatória, como falhas ou manchas na impressão, vazamentos, dentre outros problemas serão tidos como reprovados pela Comissão de Recebimento.
- 6.5. Durante os testes de impressão por amostragem, caso fique constatado eventual defeito nas impressoras, causados pelos suprimentos entregues, devidamente fundamentado por laudo técnico de assistência técnica autorizada do fabricante do equipamento, caberá a CONTRATADA arcar com todos os custos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Encaminhar à CONTRATADA , por e-mail, a nota de empenho;
- 7.2. Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- 7.3. Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- 7.4. Promover, pelo seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

7.5. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.

7.6. Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à CONTRATADA facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço;

8.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro de seus prazos de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem pela Seção de Almoxarifado, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;

8.3. A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal feita pelo Gestor do Contrato;

8.4. Caberá à CONTRATADA o descarregamento do material no local de entrega, com pessoal suficiente para que seja realizado em tempo razoável.

8.5. Caso ocorra dano no equipamento por problemas nos cartuchos de impressão fornecidos, todos os custos e reparo ou substituição por equipamento similar, durante o tempo em que ficar inoperante, correrão por conta da CONTRATADA.

8.6. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a ***origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa***, conforme determina o **Acórdão Nº 2608/2013-Plenário do TCU/DF**.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

a) advertência por escrito;

- b) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

- 9.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;
- 9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;
- 9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;
- 9.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1 Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho (NE), por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo

máximo de até 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da nota fiscal, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesste mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;

10.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

10.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 meses após a data da assinatura do Contrato.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral no Programa de Trabalho Resumido: 042.342 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, 059.581 – Implantação do Sistema de Automação de Identidade 000.421 – Pleitos Eleitorais no elemento de despesa:339030 – Material de Consumo.

Sealx, 19 de outubro de 2018.

Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro

Técnico de Judiciário
Seção de Almoxarifado

DE ACORDO:

Benedito Sérgio Monte Coelho
Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO IV – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QUANT.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora , embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	R\$ 377,44	R\$ 200.043,20



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 203030/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 30/11/2018 12:17:19</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



À COLIC

Para ciência e encaminhamento do edital do Pregão Eletrônico nº 98/2018, à Diretoria Geral, para análise e autorização de abertura do certame, se oportuno e conveniente, conforme prevê o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e o art. 10º da Portaria nº1240/2009 – TRE/CE.

SELIC, 30 de novembro de 2018.

Maria de Fátima de Souza Ribeiro



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 203033/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 30/11/2018 12:18:44</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 3 de Dezembro de 2018.

À

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL



Para análise do edital e autorização para abertura do certame.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 203500/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 03/12/2018 13:19:49</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de exame da regularidade da minuta do edital [doc. 203.030/2018], para efeito de autorização de abertura do certame licitatório, cujo objeto é a aquisição de material de suprimentos para impressoras.

A seguir, segue a análise jurídica dos atos que compõem a referida minuta, constando os requisitos contidos na lista de verificação da AGU, conforme determinado na Portaria Diger nº 295/2018, e com esteio nas Leis nº 8.666/1993, com as devidas alterações, nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 5.450/2005, e no Manual de Licitações e Contratos do TCU, 4ª edição, Brasília 2010.

ANÁLISE DO EDITAL	SIM/N ÃO	OBSERVAÇÕES
1. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)? O TCU firmou entendimento no sentido de que, em licitação na modalidade pregão, “o orçamento estimado em planilhas e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital”, devendo estar necessariamente inserido no processo relativo ao certame, conforme exigido pela Lei 10.520/02 (art. 3º, III, c/c o art. 4º, III) e pelo Decreto 5.450/05 (art. 30, III), acessível a quem o solicitar, ficando a critério do gestor a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir “dita peça” no edital como anexo - Acórdão 1888/2010 - Plenário)	SIM	Doc. 203.030/2018
2. Constam no Preâmbulo do edital o número de ordem em série anual, nome da repartição e o setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo de licitação, menção de ser regida pela Lei 8666/93, local, dia e hora para a sessão pública de abertura de propostas?	SIM	Doc. 203.030/2018
3. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei	SIM	Doc. 203.030/2018 Portaria no. 1.570/2017



nº 10.520/02, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?		
4. No edital Constam as condições para participação?	SIM	Doc. 203.030/2018, Capítulo II
5. No edital Constam as regras sobre o credenciamento para o Pregão?	SIM	Doc. 203.030/2018, Capítulo III
6. No edital estão presentes a forma de apresentação e critério de julgamento da proposta?	SIM	Doc. 203.030/2018, Capítulos IV e VII
7. No edital constam os critérios de Habilitação?	SIM	Doc. 203.030/2018, Capítulo VIII
8. No edital há previsão de instruções para a interposição de recursos administrativos?	SIM	Doc. 203.030/2018, Capítulo IX
9. No edital constam as Condições para assinatura do contrato e sua vigência?	SIM	Doc. 203.030/2018, Capítulo X
10. No edital foram previstas penalidades e regras para sua aplicação?	SIM	Doc. 203.030/2018, Cláusula Décima Segunda do Anexo II.
11. No edital constam as condições de pagamento adequadas ao objeto a ser contratado?	SIM	Doc. 203.030/2018, Cláusula Quinta do Anexo II.
12. No edital constam os Critérios de rescisão?	SIM	Doc. 203.030/2018, Cláusula Décima Terceira do Anexo II.
13. No edital consta a cláusula sobre a Dotação Orçamentária?	SIM	Doc. 203.030/2018, Cláusula Décima Primeira do Anexo II. No doc. 184.253/2018, a SOF informa haver disponibilidade orçamentária para a contratação.
14. No edital foram previstas as Obrigações da empresa vencedora do certame?	SIM	Doc. 203.030/2018, Cláusula Sexta do Anexo II.
15. No edital foram previstos os Deveres e Obrigações do TRE-CE?	SIM	Doc. 203.030/2018, Cláusula Sétima do Anexo II.
16. No edital foram previstas as condições de recebimento?	SIM	Doc. 203.030/2018, Cláusula Terceira do Anexo II.
17. No edital foram previstas as regras sobre impugnação e esclarecimentos sobre	SIM	Doc. 203.030/2018, Capítulo XIX



o edital?		
18. No edital constam as minutas dos modelos de proposta e contrato?	SIM	Doc. 203.030/2018, Anexos I e II
19. No edital constam as minutas do Termo de Referência e dos Preços de Referência?	SIM	Doc. 203.030/2018, Anexos III e IV

Assim, ante o exposto, examinada a minuta do edital do Pregão Eletrônico n.º 98/2018 [doc. n.º 203.030/2018], nos termos do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, esta Assessoria **sugere a aprovação da referida minuta, bem como a autorização para a abertura do certame licitatório.**

É o entendimento que se submete à consideração superior.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

Lívia Neiva Mousinho
Assessora-Chefe da Asdir, em exercício
Mat. n.º 83.921



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 213659/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	LIVIA NEIVA MOUSINHO <i>Assinado eletronicamente em 18/12/2018 18:28:36</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 19 de Dezembro de 2018.



À
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Ref. PAD 18.881/2018.

De início, à luz da cotação apresentada nos autos (DOC 183.999/2018), **fixo em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) o preço máximo unitário para a presente contratação**, próximo à média das quatro menores cotações colhidas.

Por prudência, considerando histórico recente de problemas em aquisições da espécie, solicito, **excepcionalmente**, análise prévia dessa unidade de controle dos termos do edital proposto pela SAD/COLIC.

Assim informado, retorne-se.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 214109/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 19/12/2018 13:25:16</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 19 de Dezembro de 2018.



À
**SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ÀS GESTÕES
ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS**

Para análise.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 214229/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 19/12/2018 13:58:07</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO/SAGES/COGES/SCI N.º 343/2018

Assunto: Administrativo. Licitação. Aquisição de suprimentos para impressoras. Análise prévia do Edital.
Referência: Procedimento Administrativo Digital n.º 18.881/2018.
Interessado: Seção de Almoxarifado - Sealx

A Diretoria-Geral encaminha, para análise desta unidade de controle interno, a presente minuta de Edital de licitação, destinada a “*aquisição de material de suprimentos para Impressoras*”, quais sejam, Toners da marca Samsung, modelo MLT 203U.

Preliminarmente, destacamos que, nos termos do item II, "c", do **Parecer n.º 02/2013 – SCI/Presi/CNJ**, foi exarada determinação aos dirigentes dos órgãos do Poder Judiciário, no sentido de que **a unidade ou núcleo de controle interno dos respectivos tribunais se abstenha de realizar atividades próprias e típicas de gestão, tais como: 1.6) decisão ou aprovação de objeto a ser contratado; 1.7) enfrentamento de questões jurídicas provocadas pelo gestor e 1.8) exercício de práticas de atividades de assessoria jurídica, que possam comprometer a independência de atuação da unidade ou núcleo de controle interno**,” razão pela qual efetuaremos a presente análise nos estritos termos do art. 5º-B, inciso I, "a", item 1, do Resolução TRE-CE n.º 303/2006, o qual determina que incumbe à Sages *executar as atividades de acompanhamento, orientação e emissão de pareceres que visem racionalizar a execução da despesa, bem como aumentar a eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial*."

Desse modo, a presente análise ficará restrita quanto a conformidade do Edital em questão às normas de regência, notadamente Lei n.º 8.666/1993, Decreto n.º 5.450/2005, Decreto n.º 7174/2010, assim como decisões pertinentes do Tribunal de Contas da União.

1. Justificativas para a excepcionalidade da indicação da marca

1.1. Conforme jurisprudência consolidada do TCU, a indicação de marca determinada no Edital do certame reveste-se de caráter estritamente excepcional, devendo estar devidamente justificada, haja vista o disposto no §5 do art. 7º c/c §7º, do art. 15, da Lei n.º 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 7º, §5º: É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou **de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável**, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

Art. 15, §7º: Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I – a especificação completa do bem a ser adquirido **sem indicação de marca**;

1.2 O entendimento em questão encontra-se atualmente materializado por meio da **Súmula TCU n.º 270**, no sentido de que “***Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção***”.



1.3 Recentes julgados confirmam a manutenção do posicionamento:

Acórdão 559/2017 – Plenário

[Voto do Min. Relator]

33. Ainda que se possa reconhecer a boa intenção em garantir a aquisição de aparelhos de melhor qualidade (fato certamente sopesado pelo relator **a quo** no momento da dosimetria das multas), **a jurisprudência consolidada desta Corte é no sentido de que a indicação ou preferência por marca em procedimento licitatório só é admissível se restar comprovado que a alternativa adotada é a mais vantajosa e a única que atende às necessidades do órgão ou entidade.** No caso concreto sob análise, os recorrentes não lograram sucesso em demonstrar tal circunstância.

Acórdão 4476/2016 – Segunda Câmara

[Ementa]

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO. DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA QUE OFERTOU PRODUTO DE MARCA NÃO APROVADA POR PARECER TÉCNICO. QUESTIONAMENTO QUANTO AO PREÇO ADJUDICADO. PEQUENA MATERIALIDADE DOS VALORES ENVOLVIDOS. CONHECIMENTO E PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO E CIÊNCIA.

- 1. A restrição quanto à participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e tecnicamente justificada no processo de contratação.**
2. A aquisição de bens objeto de ata de registro de preços está condicionada à comprovação da compatibilidade do preço com os vigentes no mercado.

Acórdão 2206/2014 – Segunda Câmara

[Acórdão]

9.2. recomendar à Companhia Docas do Pará que, em futuras contratações de serviços de tecnologia da informação:

[...]

9.2.2. restrinja a indicação de marca do bem a ser adquirido, em razão do princípio da padronização, às hipóteses em que haja justificativas fundadas em parâmetros objetivos, que demonstrem, de forma clara, que esta opção é a melhor em termos técnicos e econômicos para a administração;

1.4 Como visto, na minuta do Edital em comento há indicação da marca/modelo do toner a ser adquirido (Samsung MLT 203U), sendo para tanto apresentada, no Termo de Referência (Anexo III), somente a seguinte justificativa:

A aquisição de material faz-se necessária, em virtude da recente aquisição dos seguintes modelos de impressoras Samsung: SL – M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR que serão alocadas em todas as zonas eleitorais e em outras unidades administrativas, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) impressoras que utilizarão o modelo do toner da pretensa aquisição.



1.5 Assim, tendo em vista que a indicação de marca trata-se de medida excepcional, esta unidade recomenda que seja melhor clarificado no Termo de Referência **se as impressoras recém adquiridas encontram-se de fato no período de garantia, inclusive com a indicação dos contratos que geraram as recentes aquisições dos equipamentos e das respectivas cláusulas que vinculam a manutenção da garantia à utilização de componentes originais¹**, de modo a atender a seguinte recomendação da Corte de Contas, exarada no **Acórdão 991/2010 – 2ª Câmara**:

1.5. Recomendar à [...] que, no lançamento dos seus editais de licitação, que tratam da aquisição de objeto que se destina à utilização em equipamentos que estejam em período de garantia, **faça referência aos contratos originários de aquisição desses equipamentos, de modo a comprovar a pertinência das exigências editalícias.**

1.6 A título de sugestão, colaciona-se excerto **de recente Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 02/2018 da Gerência Executiva do INSS em Recife**, em que é abordada a justificativa de indicação de marca para aquisição de toners:

3.1.1. Os critérios para aceitação do material são os seguintes:

a) o material deverá ser novo, de primeiro uso, e entregue nas quantidades estimadas e dentro das especificações constantes da planilha que compõe o subitem 3.1 deste Termo de Referência e suas características, quando possível, deverão estar impressas na própria embalagem pelo fabricante do mesmo, não sendo aceitas caixas com informações em etiquetas ou similares.

b) para os itens [...], em virtude das impressoras, para as quais adquiriremos esses itens, encontrarem-se com a garantia contratual ainda vigente, só serão aceitos consumíveis originais do fabricante da impressora ou certificados pelo fabricante da impressora, uma vez que o uso de suprimentos outros acarretará na perda da citada garantia, conforme cláusula [...] do Contrato celebrado pelo [...], para aquisição de tais impressoras, sob Nº [...]. (Acórdãos TCU n.ºs 991/2010-TCU - 2ª Câmara, 860/2011-Plenário; 3233/2013 - Plenário; 1224/2014 e 113/2016–Plenário).

[...]

d) Todos os cartuchos devem ser originais, não sendo aceita, em hipótese alguma, a cotação de produtos remanufaturados, reciclados ou pirateados, sob pena de afastamento do certame (TCU 1622/2002).

e) Os materiais a serem adquiridos neste certame deverão atender as normas regulamentadoras vigentes.

¹ Como exemplo, pode ser citado o **item 13.13 do Termo de Referência, anexo ao Contrato TRE-CE 189/2018**, no sentido de que *“Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substitutos deverão ser originais ou certificados pelo fabricante e sempre ‘novos e de primeiro uso’, não sendo aceitas peças e componentes Recondicionados”*.



2. Ausência de exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica

2.1 A minuta de Edital não contempla exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica concernente ao fornecimento de suprimentos para impressoras, limitando-se à comprovação de requisitos quanto à regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, **de forma similar ao Pregão anterior (PE 20/2018 - PAD 23.890/2017), onde a contratação restou frustrada ante a ausência de comprovação, pela empresa então contratada, quanto a comprovação da origem dos toners importados e da quitação do tributos de importação respectivos.**

2.2 Nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos é plenamente possível a exigência de atestado de capacidade técnica também em sede de licitações destinadas a aquisições de bens, conforme artigo 30, II e §4º daquele diploma legal:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
[...]

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
[...]

§ 4º Nas licitações para **fornecimento de bens**, a **comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.**

2.3 Acerca da matéria, Marçal Justen Filho² esclarece didaticamente tal faculdade concedida pelo legislador, a qual não se limita apenas ao campo de prestação de serviços ou da execução de obras de engenharia:

A questão da qualificação técnica operacional não se põe exclusivamente a propósito de serviços e obras de engenharia. **Em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás, até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente. Isso se passa nos casos de serviços comuns e de compras**, em que a atividade a ser desempenhada pelo particular não envolve atividades regulamentadas. Nesses casos, não se pode cogitar de qualificação técnica profissional.

2.4 No mesmo sentido, Jessé Torres Pereira Júnior³ aponta a necessidade de proporcionalidade entre o grau de complexidade do objeto e os requisitos de experiência anterior a serem exigidos dos licitantes:

² JUSTEN Filho, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 12 ed. São Paulo: Dialética, 2008. p. 423. 2

³ PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. *Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública*. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 30



Logo, a Constituição reservou à autoridade administrativa a discricção necessária e suficiente para incluir nos editais de licitação as exigências de comprovação de qualificação técnica que se ajustem à natureza do objeto em disputa, suas características e a complexidade de sua execução. Em outras palavras, cabe a cada edital dosar as exigências de modo a resguardar a Administração quanto à experiência da empresa licitante na precedente execução de objetos assemelhados. Para objetos de máxima complexidade e alto custo, o máximo de exigências. Para objetos de menor complexidade e menor custo, nível menos rigoroso de exigências.

2.5 O Tribunal de Contas da União inclusive permite, em determinados casos e observadas as particularidades da contratação, circunstâncias ainda mais delimitadoras, como a exigência de quantitativo mínimo (como regra geral até 50% do estimado), assim como a vedação de somatório de atestados:

Acórdão 737/2012 - Plenário

[Acórdão]

9.3. determinar ao Senac/RS que em futuras licitações abstenha-se de:

9.3.1. estabelecer número mínimo de atestados de capacidade técnica, **bem como de fixar quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar**, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação;

Acórdão 2387/2014 - Plenário

[Voto do Min. Relator]

18. Não é demais rememorar que a jurisprudência desta Corte, em regra, é conservadora no sentido de que a exigência técnico-operacional se limite a 50% do objeto contratado. Ou seja, caso o objeto seja dimensionado para cem postos de trabalho, as exigências editalícias devem se limitar a cinquenta postos. **Desta feita, ao se aceitar a simples soma de atestados, estar-se-á se permitindo que uma empresa com experiência, ainda utilizando do exemplo anterior, em gerenciar dez postos de trabalho assuma um compromisso dez vezes maior com a administração pública.**

[...]

20. Exceção a esse entendimento deve ser feita quanto os diferentes atestados se referem a serviços executados de forma concomitante. Nessa situação, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, é como se os serviços fossem referentes a uma única contratação. Com efeito, se uma empresa executa simultaneamente dez contratos de dez postos de serviços cada, cabe a suposição de que a estrutura física da empresa é compatível com a execução de objetos referentes a cem postos de serviços. Vislumbra-se, inclusive, nessa situação hipotética, maiores exigências operacionais para gerenciar simultaneamente diversos contratos menores em locais diferentes do que gerenciar um único contrato maior (sempre considerando que haja identidade entre o somatório dos objetos desses contratos menores e o objeto desse contrato maior).



2.6 Destaca-se que, em licitação de objeto similar, promovida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (Pregão nº 11/2014), foi exigida a apresentação de atestado comprovando fornecimento de um quantitativo mínimo equivalente a 30% daquele estimado no certame:

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2014 EXCLUSIVO PARA ME E EPP PROCESSO Nº 08700.004495/2014-74 OBJETO: Aquisição de 80 (oitenta) toner, **a aquisição de 80 toner, original ou certificado pelo fabricante, para impressora SAMSUNG Modelo SL – M4070FR**, com ciclo de impressão de, no mínimo, 10.000 (dez mil) páginas por toner, visando atender as necessidades deste Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

8.5.3. Pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução dos serviços compatíveis em características e quantidades com o item da licitação objeto da proposta, correspondente a 30% (trinta por cento) dos quantitativos previstos para o respectivo item;

2.7 **Desse modo, incumbe à Administração, à luz do interesse público, considerando o insucesso da contratação anterior e a importância estratégica dos insumos almejados (toners para impressoras) para o regular funcionamento das diversas unidades administrativas da Justiça Eleitoral no Ceará, avaliar a conveniência e oportunidade de inclusão no Edital de exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica apto a demonstrar o prévio fornecimento de equipamentos similares, vislumbrando ainda a possibilidade de exigência cumulativa de quantitativo mínimo e de eventual limitação à soma de atestados.**

3. Oportunidades de melhoria do conteúdo da minuta do Edital

3.1. Por derradeiro, foram identificadas as seguintes oportunidades de melhoria do texto da minuta do instrumento convocatório:

3.1.1 O item 2.2, relativo à participação exclusiva de ME/EPP, é desnecessário haja vista que o único objeto do certame supera R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) de estimativa;

3.1.2 Corrigir a redação do item 8.6 do Termo de Referência, indicando como fundamento o art. 3º, inciso III, do Decreto 7.174/2010 e não o Acórdão n.º 2608/2013 – Plenário do TCU.

4. Conclusão

4.1 Diante do exposto, considerando-se tão somente os quesitos acima analisados, sem prejuízo de eventual exame posterior em sede de procedimento de auditoria, ocasião na qual poderão ser examinadas outras questões não abrangidas na presente informação, esta unidade de controle interno encaminha o presente feito para deliberação da autoridade superior quanto à decisão da aprovação da minuta do Edital, **desde que observadas as ressalvas constantes nos tópicos 1, 2 e itens 3 da presente informação.**



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Secretaria de Controle Interno
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativa e de Recursos Humanos

É a informação que ora se submete à apreciação superior.

Coges/SCI, 26 de dezembro de 2018.

(Assinado Eletronicamente)

José Hermínio Pinho Neto

*Coordenador de Acompanhamento e Orientação à Gestão
Secretário de Controle Interno, em exercício*



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 216693/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JOSE HERMINIO PINHO NETO <i>Assinado eletronicamente em 26/12/2018 10:29:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 3 de Janeiro de 2019.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para efetuar as alterações indicadas.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 000563/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 03/01/2019 10:29:08</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 4 de Janeiro de 2019.

À
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Para proceder as alterações sugeridas pela SAGES no Termo de Referência.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 000653/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 04/01/2019 08:23:33</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

1. DO OBJETO



O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme especificações abaixo:

	DESCRIÇÃO MATERIAL	U.M.	QUANT.	CATMAT
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	426542

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de material faz-se necessária, em virtude da recente aquisição dos seguintes modelos de impressoras Samsung: SL – M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR que serão alocadas em todas as zonas eleitorais e em outras unidades administrativas, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) impressoras que utilizarão o modelo do toner da pretensa aquisição.

Devido as impressoras encontrarem-se no período de garantia contratual, só serão aceitos suprimentos originais da fabricante da impressora ou certificados por essa, uma vez que o uso de suprimentos outros acarretará na perda garantia, conforme o item 13.13 do Termo de Referência, anexo ao Contrato celebrado pelo TRE-CE 189/2018, para aquisição de tais impressoras, PAD 4014/18, no sentido que: “Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão ser originais ou certificados pelo fabricante e sempre novos e de primeiro uso, não sendo aceitas peças e componentes Recondicionados”. A garantia contratual estende-se até setembro de 2021, de acordo com o item 13.2 do já citado Termo de Referência. (Acordãos TCU nºs 991/2010-TCU – 2ª Câmara, 860/2011-Plenário;1224/2014 e 113/2016-Plenário).

Para calcularmos o material para as zonas do interior utilizamos o consumo de 2017 do modelo de toner utilizado nas zonas do interior (205E), que tinha uma capacidade 10.000 cópias, dividindo pela nova capacidade a ser adquirida, mas preservando o consumo de pelo menos 1 toner para cada zona. Acrescentamos ainda 1 toner para cada impressora a ser instalada de imediato nas zonas eleitorais do interior (184).

Para as unidades administrativas que já utilizavam o modelo de impressora calculamos pelo cálculo de ressuprimento do almoxarifado subtraindo o estoque existente na Sealx, conforme anexo deste Termo.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço total, respeitadas as preferências previstas no Decreto n.º 7.174/2010, na Lei n.º 8.248/1991 e Lei Complementar n.º 123/2006 que devem ser aplicadas por se tratarem de material com característica similar aos cartuchos de impressora, e por consequência, de equipamentos de informática.

4. OS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE DOS SUPRIMENTOS

- 4.1 Deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.
- 4.2 Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal;
- 4.3 Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.
- 4.4 A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado por laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

5 RECEBIMENTO DO MATERIAL, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1 Deverá ser entregue, conforme especificação, marca e preço, na Seção de Almoxarifado do TRE/CE, situada no Parque Empresarial BR 116 – Rodovia BR 116, Km 6, nº 2555, Módulo 16 – Cajazeiras, em Fortaleza-CE, CEP 60842-395, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da nota de empenho, que será transmitida por e-mail à empresa vencedora do certame licitatório que deverá enviar a confirmação do seu recebimento. Caso o fornecedor não a envie e o e-mail não retornar, será considerado como recebido.

5.2. Comissão de Recebimento e Gestor do Contrato

O material será recebido por uma comissão que será composta pelos servidores: Carlos Henrique Coutinho Rodrigues, José Ribamar de Oliveira e Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro, cabendo à última a gestão do contrato e ao primeiro a suplência.

5.3. Recebimento Provisório

5.3.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em caráter provisório. Serão realizados testes de impressão com os cartuchos, correndo por conta do fornecedor o recolhimento do material, caso o lote seja rejeitado em parte ou na sua totalidade.

5.3.2. A comissão de recebimento terá 3(três) dias úteis para comunicar ao fornecedor o resultado da análise dos cartuchos.

5.3.3 Definitivo

Após sanadas todas as dúvidas quanto a qualidade e quantidade do material a Comissão de Recebimento fará o recebimento definitivo e caberá à Seção de Almoxarifado o encaminhamento da nota fiscal para pagamento.

6. DOS TESTES DE IMPRESSÃO

6.1. Os itens entregues serão submetidos a testes de impressão por amostragem, cabendo à Comissão de Recebimento seguir a tabela e critérios abaixo descritos:

Tabela de testes de impressão por amostragem

Quantidade entregue por item (peças)	Amostragem mínima (peças)	Amostragem máxima (peças)
530	27	53

Critérios:

a) Inicialmente, todos os suprimentos serão testados utilizando a amostragem mínima retirada de forma aleatória do lote entregue;

b) Caso os testes de impressão na amostragem mínima sejam bem-sucedidos, o lote referente ao item testado será tido como aprovado;

c) Se, pelo menos, uma peça da amostragem mínima apresentar problema, os testes terão prosseguimento até o limite da amostragem máxima, sendo que:

c.1) Caso o total da amostra aprovada seja maior que 50% (cinquenta por cento), a empresa, em 72 horas, substituirá apenas o (s) item (ms) reprovado(s) e novos testes serão feitos tomando por base amostragem máxima. Neste caso, será objeto de novos testes o(s) item(ms) substituído(s) e o restante retirado de forma aleatória do lote até o quantitativo máximo da amostragem, excluindo

aqueles itens aprovados. Se ao menos uma peça for reprovada nos novos testes, todo o lote será considerado reprovado;

c.2) Caso o total da amostra aprovada seja menor que 50%(cinquenta por cento), todo o lote referente aquele item será considerado como reprovado e o fornecedor terá 5(cinco) dias úteis para substituição;

- 6.2. Os suprimentos, sejam compatíveis ou originais das impressoras, serão submetidos a testes de impressão, utilizando no mínimo 2(duas) configurações de qualidade de impressão (normal/padrão e modo econômico/rascunho), sendo que, para cada configuração serão impressas no mínimo 20 (vinte) páginas por item, com vistas a aferir a qualidade de impressão dos suprimentos entregues.
- 6.3. Como parâmetro de qualidade de impressão, fica estabelecido que os produtos compatíveis deverão apresentar, no mínimo, o mesmo desempenho dos originais do fabricante das impressoras.
- 6.4. Ao final, os suprimentos que apresentarem ou provocarem impressão insatisfatória, como falhas ou manchas na impressão, vazamentos, dentre outros problemas serão tidos como reprovados pela Comissão de Recebimento.
- 6.5. Durante os testes de impressão por amostragem, caso fique constatado eventual defeito nas impressoras, causados pelos suprimentos entregues, devidamente fundamentado por laudo técnico de assistência técnica autorizada do fabricante do equipamento, caberá a CONTRATADA arcar com todos os custos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Encaminhar à CONTRATADA, por e-mail, a nota de empenho;
- 7.2. Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- 7.3. Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- 7.4. Promover, pelo seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- 7.5. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.
- 7.6. Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à CONTRATADA facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço;
- 8.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro de seus prazos de validade, quando

for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem pela Seção de Almoxarifado, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;

- 8.3. A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal feita pelo Gestor do Contrato;
- 8.4. Caberá à CONTRATADA o descarregamento do material no local de entrega, com pessoal suficiente para que seja realizado em tempo razoável.
- 8.5. Caso ocorra dano no equipamento por problemas nos cartuchos de impressão fornecidos, todos os custos e reparo ou substituição por equipamento similar, durante o tempo em que ficar inoperante, correrão por conta da CONTRATADA.
- 8.6. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a **origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa**, conforme determina o art. 3º, inciso III, do decreto 7.174/2010.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.
- 9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:
- a) advertência por escrito;
 - b) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
 - c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
 - d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
 - e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

- 9.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;
- 9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;
- 9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;
- 9.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1 Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho (NE), por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da nota fiscal, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesste mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;
- 10.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

10.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 meses após a data da assinatura do Contrato.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral no Programa de Trabalho Resumido: 042.342 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, 059.581 – Implantação do Sistema de Automação de Identidade 000.421 – Pleitos Eleitorais no elemento de despesa:339030 – Material de Consumo.

Sealx, 4 de janeiro de 2019.

Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro

Técnico de Judiciário
Seção de Almoxarifado

DE ACORDO:
Benedito Sérgio Monte Coelho
Secretário de Administração

ANEXO I

CÁLCULO RESSUPRIMENTO

Material	U.M.	CMM	Consumo Diário	Estoque Máximo	Estoque Atual+ Pedido	Quantidade Ressuprir	Quantidade a COMPRAR
Toner 203-U - consumo das unidades que já utilizam	UM	9,41	0,32	156	100	94,4	95
Toner 203-U - Zonas interior							252
Toner Reserva							184

531

Emínimo = ES x Consumo Diário

ES: Estoque de Segurança:120 dias

Consumo Médio Mensal

Consumo Diário=CMM/30

Lote de Compra: 365 dias

Prazo de Entrega: 120 dias

Emáximo=(Lote de compras+ES)xConsumo Diário

Quantidade a Ressuprir: Estoque Máximo + (Prazo de Entrega x Consumo de Diário) - Estoque Atual



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 000837/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

Silvia Benevides Cordeiro

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

*Assinado eletronicamente em 04/01/2019 10:56:36
Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb*

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 4 de Janeiro de 2019.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Termo de Referência e minuta atualizados, conforme orientação da Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão.

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 000845/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

Silvia Benevides Cordeiro

SILVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO

*Assinado eletronicamente em 04/01/2019 11:01:53
Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb*

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018
Processo TRE/CE n.º 18881/2018



O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, através de seus Pregoeiros, instituídos pela Portaria n.º 1.570, de 15 de dezembro de 2017, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor valor total, para aquisição de suprimentos para impressoras**, nos termos das Leis n.º 8.666/1993, com as devidas alterações, n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Decreto n.º 5.450/2005, Decreto n.º 7174/2010, demais normas pertinentes e ainda mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

A Sessão Pública, por meio de Sistema Eletrônico, para a Abertura das Propostas, dar-se-á no dia 21 de janeiro de 2019, às 15:00h (quinze horas), ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data no edifício-sede do TRE-CE, localizado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, nesta Capital, CEP 60.050-080, ou em caso de problemas técnicos de acesso à Internet ou ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo II – Minuta do Contrato.

Anexo III – Termo de Referência e Subanexos.

Anexo IV - Preços de Referência.

Capítulo I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações abaixo e do Anexo III – Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora , embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530

1.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.

1.3. Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal.

1.4. Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.

1.5. A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado, através de laudo pericial da fabricante do equipamento, que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

1.6. Na hipótese de haver diferença na descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasnet.gov.br) e nas especificações constantes no ANEXO III deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

Capítulo II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

- a) Pertencam ao ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto e que atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “Comprasnet”.
 - b) Não se encontrem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação;
 - c) Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade, ou punidas com suspensão pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, enquanto perdurar a suspensão;
 - d) Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam suas formas de constituição. Não poderão participar empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
 - e) O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005.
- e.1) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

2.2. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa;
- d) que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- e) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

2.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do SISTEMA, nos termos do subitem 4.2.4. deste Edital, facultado ao TRIBUNAL se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da Lei.

- a) A ausência da informação prevista no item anterior e no item a.2 não impedirá a participação da microempresa ou empresa de pequeno porte na Cota Principal do processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.

2.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico. O TRE-CE também não se responsabilizará por eventual desconexão.

2.5. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

2.6. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Capítulo III - DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação a licitante deverá se credenciar na ferramenta “Pregão Eletrônico”, através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Capítulo IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. A participação neste Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no **valor total do item**, cotado(s) para o objeto da presente proposta, a partir da data da liberação do presente edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até o horário limite de início da sessão pública, ou seja, às 15:00h (quinze horas) do dia 21/01/2019, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. No momento do envio da proposta, as licitantes deverão manifestar, no sistema eletrônico, por meio de declaração:

4.2.1. O pleno conhecimento e aceitação dos termos do Edital, bem como o cumprimento de todos os requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII do artigo 4º da Lei n.º 10.520/02.

4.2.2. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002.

4.2.3. A inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e que a proposta foi elaborada de modo independente.

4.2.4. O cumprimento dos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, para que possam gozar dos benefícios outorgados pelo referido diploma legal, se for o caso.

4.2.5. A opção pela utilização do direito de preferência do Decreto 7174/2010, se for o caso, se o produto atender aos requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º do mesmo diploma normativo.

4.3. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulário específico, no qual a licitante deverá inserir as informações adicionais necessárias, esclarecendo-se que aquelas informações que conflitam com o edital ensejarão a desclassificação da empresa no item. Não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo: “Conforme edital”. É vedada a inclusão de qualquer símbolo, nome estranho ou papel timbrado que a identifique, sob pena de desclassificação.

4.3.1. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, considerando-se que pelo preço proposto o licitante obrigará-se ao descrito neste edital.

4.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública (Inciso III, do Art. 13º, do Decreto n.º 5.450/05).

4.4.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará procederá a abertura de processo administrativo, visando à apuração de responsabilidade das empresas que descumprirem as regras editalícias durante a sessão pública. Considerar-se-á descumprimento ao prazo disposto no item 4.7, o envio de proposta que não atenda aos requisitos do item 4.8 e, ainda, a inabilitação da licitante, tornando sem efeito a declaração exigida no item 4.2.1, o que enseja a aplicação da sanção especificada no item 11.1, conforme disciplina o artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

4.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV, do Art. 13º, do Decreto 5.450/05).

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.7. Após o encerramento da etapa de lances, a proposta de preços da(s) empresa(s) vencedora(s), datada e ajustada com os lances ofertados, de pleno acordo com todos os requisitos do item 4.8, deverá ser enviada exclusivamente como anexo através da função “Enviar anexo/planilha atualizada”, disponibilizada pelo(a) pregoeiro(a) na fase de aceitação, impreterivelmente no prazo de 1 (uma) hora, a partir da convocação, sob pena de ser recusada pelo(a) pregoeiro(a).

4.7.1 Os anexos deverão ser enviados em arquivo específico tipo “doc”, “odt”, “xls” ou “ods”, compatíveis com os aplicativos Microsoft Excel 97 e BrOffice 3.3.0, ou ainda, em formato não editável do tipo “.pdf”.

4.7.2 Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivo para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.7.

4.8. O documento a ser anexado deverá vir sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá atender aos seguintes requisitos:

a) proposta definitiva de preços, com detalhamento do objeto, **cotação do valor unitário e total, marca e modelo do produto**, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, expressos em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional;

b) **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;

c) prazo de entrega de **15 (quinze) dias úteis**, contados da comunicação da emissão da nota de empenho, via e-mail;

d) declaração expressa de que todos os tributos, custos e demais despesas correm por conta da proponente e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos;

e) declaração de que o produto ofertado atende ao Processo Produtivo Básico para fazer uso das margens de preferência, conforme disposto nos itens 4.10 e 4.11 deste edital, se for o caso;

f) indicação do nome da empresa (razão social), n.º do CNPJ/MF e endereço;

g) indicação do telefone/fax para contato, email comercial, bem como dados bancários da pessoa jurídica (conta corrente, agência e banco).

4.9 A(s) licitante(s) deverá(ão) utilizar o Anexo I deste Edital para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.

4.10. Caso a empresa proponente queira fazer uso dos **benefícios** previstos no Decreto nº. 7.174/2010, deverá comprovar o atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de produto com tecnologia desenvolvida no País, mediante a apresentação do **documento comprobatório à fruição dos incentivos fiscais** regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, conforme a exigência do item 4.8, alínea “e”, o qual deverá ser anexado à proposta.

4.11. Para usufruir da preferência de que trata o item anterior, deverá o licitante informar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do sistema de compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, que seu produto atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º de Decreto n. 7.174/2010.

4.12. A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.13. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último.

4.14. Nos preços propostos deverão estar contidos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao TRE/CE sem ônus adicional.

Capítulo V - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. O(A) Pregoeiro(a), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo avençado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

5.2. A proposta que não atender às especificações do edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

Capítulo VI - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar pelo sistema.

6.4. No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5. Caso ocorra a desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no link de avisos do comprasnet, com envio do aviso ao endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.6. A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.7. Encerrada a etapa de lances, o sistema verificará automaticamente, junto à Secretaria da Receita Federal, o porte da empresa refletido no sistema, para prosseguir com os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte através da Lei Complementar n.º 123/06, que assegura, em seu artigo 44, a preferência de contratação como critério de desempate técnico.

6.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

6.7.2. Caso haja recusa de alguma proposta na fase de aceitação, poderá ocorrer novamente o empate técnico, considerando o percentual de 5% (cinco por cento), em relação ao melhor preço. Neste caso, o sistema retornará à fase de desempate, a fim de beneficiar às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nessa situação.

6.8. Para efeito do disposto no item 6.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.8.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar sua última oferta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, sob pena de decair do direito de contratação;

6.8.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.8.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.9. O disposto no item 6.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.10. O(A) pregoeiro(a) convocará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e a decisão acerca da aceitação da proposta, solicitando a inclusão da proposta ajustada, exclusivamente na forma eletrônica, através da função “convocar anexo”, disponibilizada na ferramenta para o pregoeiro(a).

6.11. Não serão aceitas propostas com os preços excessivos ou inexeqüíveis, considerando-se inexeqüíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, o que ocorrerá após a solicitação do pregoeiro.

6.11.1. No caso de negociação proposta pelo(a) pregoeiro(a) no chat, aguardar-se-á o prazo de 15(quinze) minutos para que a licitante manifeste sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

6.12. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e sua exeqüibilidade, e verificará a habilitação da licitante conforme as disposições do Edital.

Capítulo VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor valor total**, atendidas as especificações contidas neste Edital e seus anexos.

7.2. O(A) pregoeiro(a) efetuará o julgamento da proposta, após o encerramento da etapa de lances e envio do anexo de proposta, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o **menor valor total**.

7.4. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem preços excessivos, inexeqüíveis ou irregularidades e defeitos que dificultem o julgamento.

7.5. Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexeqüibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 1 (uma) hora ou, dependendo da comprovação a ser solicitada, abrir o prazo de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas para análise dos preços pelo setor solicitante do bem ou serviço, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Sendo aceitável a proposta da licitante detentora da melhor oferta, deverá ser comprovada sua condição de habilitação, na forma do que determina o Capítulo VIII deste Edital.

7.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital e seus Anexos.

7.11. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.1. A negociação será proposta pelo(a) pregoeiro(a) no chat do Pregão Eletrônico e a licitante deverá se manifestar no prazo máximo de 15 (quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

7.12. Em caso de divergência entre as informações contidas no sistema eletrônico e na proposta específica, prevalecerão aquelas da proposta.

7.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem que não esteja prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

7.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo(a) Pregoeiro(a).

7.15. Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

7.16. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.17. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

7.18. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

Capítulo VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, habilitação parcial e qualificação econômico-financeira será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, sendo o resultado informado aos interessados na própria sessão e deverá ser constatado o seguinte:

8.1.1 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

8.1.2 Prova de regularidade com a Seguridade Social;

8.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

8.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.1.5 Balanço Patrimonial.

8.2. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.2.1. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.2.2. consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.2.3. consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.2.4. consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.2.5. consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.3. Serão inabilitadas as licitantes que não comprovem a regularidade fiscal e trabalhista, exigida no item 8.1 e que constem nos cadastros listados no item 8.2, que não apresentem atividade pertinente e compatível com o objeto e que possuam dentre os sócios, servidores e/ou dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

8.3.1. Com relação aos cadastros do item 8.2, somente serão inabilitadas as empresas que sofreram aplicação de sanção fundamentada no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e aplicada por instituição vinculada à União; no art. 87, IV da Lei 8.666/93, que impede a licitante de contratar com toda a Administração Pública; ou no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 e aplicada pela Administração do órgão licitante.

8.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, ou ainda as declarações constantes nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.5 não estejam completas e corretas ou

contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, será exigido o envio da documentação ou declarações, como anexo no sistema ou via fac símile ou ainda através do e-mail selic@tre-ce.jus.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a).

8.5. Será exigido, ainda, para fins de habilitação os seguintes documentos, observadas as orientações do item 8.7, sob pena de inabilitação:

a) Declaração de que o mesmo cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;**

b) Declaração de que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na presente licitação, exigida somente para as licitantes que optarem pela verificação da sua regularidade fiscal pelo SICAF, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;**

c) Declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas.**

d) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) **Certidão negativa de falência e recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo do edital, especificamente para as certidões sem prazo de validade.

8.6. Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade perante o SICAF ou, embora regular, apresente índices de LG, SG, e LC menores que 1, a licitante deverá encaminhá-lo ao pregoeiro juntamente com as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta;

8.6.1. Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

8.6.1.1. publicados em Diário Oficial; ou

8.6.1.2. publicados em jornal de grande circulação; ou

8.6.1.3. por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; ou

8.6.1.4. por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

8.6.1.5. por cópia extraída do Livro Diário, com o respectivo comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil, juntamente com o termo de autenticação eletrônica realizada pela Junta Comercial; ou

8.6.1.6. outros meios permitidos pelas normas de regência;

8.6.2. A análise da qualificação econômico-financeira será feita por servidores qualificados designados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.6.3. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

8.6.4. A licitante que apresentar resultado menor do que 1, em quaisquer dos índices - Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor total estimado para a contratação, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.666/93;

8.6.5. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com esses documentos, o memorial de cálculo correspondente.

8.6.6. As demonstrações contábeis deverão apresentar as assinaturas do titular ou representante da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado;

8.6.7. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado; e

8.6.8. Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

8.7. Não há necessidade de que as microempresas e empresas de pequeno porte apresentem documentação referente à regularidade fiscal válida, em conformidade com o art. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Havendo alguma restrição, proceder-se-á na forma do subitem 8.7.1. Os demais documentos exigidos nos itens 8.2 e 8.5 deverão ser apresentados sem restrições.

8.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-CE, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

8.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada.

8.10. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

8.11. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e em seus anexos.

8.13. Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

8.14. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação do certame e decisão quanto à contratação. Na hipótese de existência de recursos, o processo virtual será encaminhado à Autoridade Superior competente deste TRE para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.15. O licitante deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação estipuladas nos itens 8.1, 8.2 e 8.5 do edital.

Capítulo IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, através de formulário próprio, no âmbito do Sistema Eletrônico, quando então o(a) Pregoeiro(a) fará o juízo de admissibilidade do recurso. Em sendo aceito, será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso pela licitante, ficando as demais desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

9.1.1. O sistema encaminhará automaticamente e-mail para as demais licitantes quando do registro das razões do recurso.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do seu direito de recurso e a adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

9.3. Os recursos imotivados ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos pelo(a) pregoeiro(a).

9.4. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, encaminhá-lo à Autoridade Superior competente, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.5. As decisões do Pregoeiro e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema.

9.6. Julgados os recursos, a autoridade titular do órgão promotor do certame fará a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto no item 9.1 deste edital.

9.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações deste TRE, no endereço indicado no item 20.13 deste edital.

Capítulo X – DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

10.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993.

10.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital, independentemente de transcrição.

10.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias, sem justificativa, por escrito, aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente. Nesse caso, sujeita-se, a licitante vencedora, às penalidades aludidas no Capítulo XI deste Edital.

10.4. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no item 10.3 deste Capítulo.

10.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993.

10.6. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.7. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Capítulo XI – DAS PENALIDADES

11.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato – Anexo II deste edital.

Capítulo XII – DA RESCISÃO

Vide Cláusula Décima Terceira do Anexo II deste Edital

Capítulo XIII - DA DOTAÇÃO

Vide Cláusula Décima Primeira do Anexo II deste Edital

Capítulo XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

Vide Cláusula Sexta do Anexo II deste Edital

Capítulo XV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO TRE/CE

Vide Cláusula Sétima do Anexo II deste Edital

Capítulo XVI - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA LICITANTE VENCEDORA

Vide Cláusula Oitava do Anexo II deste Edital

Capítulo XVII – DO RECEBIMENTO, LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E TESTES DE IMPRESSÃO

Vide Cláusula Terceira do Anexo II deste Edital

Capítulo XVIII – DO PAGAMENTO

Vide Cláusula Quinta do Anexo II deste Edital

Capítulo XIX - DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

19.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital, de outros assuntos relacionados a presente licitação, dúvida de interpretação ou omissão, deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a abertura da sessão eletrônica, sob pena de aceitação de todas as condições editalícias.

19.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, interposta por meio eletrônico, através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada ao(à) Pregoeiro(a) Oficial do TRE/CE.

19.3. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Tribunal, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente por meio eletrônico.

19.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

19.5. A impugnação deverá ser interposta por meio eletrônico, por e-mail ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada ao(à) Pregoeiro(a) Oficial do TRE/CE.

19.6. Se acolhida petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.

19.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: [acesso livre/pregões/agendados](#) – Código UASG 070007 ou no link “visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos”.

Capítulo XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Edital.

20.2. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pela autoridade superior competente.

20.3. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), será o resultado da licitação submetido à Autoridade Superior, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

20.4. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação.

20.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

20.6. No caso de a empresa ser optante pelo “SIMPLES”, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal e/ou documento equivalente, cópia autenticada do Termo de Opção ou de Isenção naquilo que estiver dispensado legalmente, sob pena de retenção na fonte, por parte deste Tribunal, do imposto de renda pessoa jurídica, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social e da contribuição para o PIS/PASEP, sobre os valores pagos a quaisquer pessoas jurídicas, consoante determina a Lei n.º 9.430/96, a Instrução Normativa Conjunta n.º 539/05 do SRF/STN/SFC e a Lei Complementar n.º 116 de 31/07/2003, art. 6º, §2º, II, c/c Decreto-Lei n.º 11.591/2005.

20.7. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e § 2º, inciso II, art. 65 da Lei n.º 9.648/98, os quais a licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas.

20.8. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, em especial na hipótese contida no parágrafo único do art. 9º do Decreto 6.204, de 05/09/2007.

20.9. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

20.11. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

20.12. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

20.13. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas, na Rua Jaime Benévolo, nº 21, Térreo, Centro, Fortaleza – Ceará, pelo telefone: (85) 3453-3736 ou, ainda, pelo e-mail: selic@tre-ce.jus.br.

Fortaleza/CE, 07 de janeiro de 2019

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Pregoeira

Hugo Pereira Filho
Diretor-Geral

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____ E-mail comercial: _____ Validade da proposta: _____

Conta Corrente n.º: _____ Banco: _____ N.º da Agência: _____

Proposta de preços para fornecimento de suprimentos para impressoras, observadas as especificações estabelecidas abaixo e no Anexo III – Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QUANT.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	R\$ (.....)	R\$ (.....)

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os produtos fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 98/2018.

_____/_____, de _____ de 2018

Nome do Representante Legal
RG. e CPF:

APRESENTAR, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA:

a) caso queira fazer uso dos benefícios previstos no Decreto n.º 7.174/2010, comprovação de atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de produto com tecnologia desenvolvida no País, para fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º /2019

Contrato de _____ que entre
si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional
Eleitoral do Ceará e a
empresa

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por _____, RG n.º _____, CPF n.º _____, no uso da competência atribuída pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, estabelecida na _____, n.º _____, Bairro _____, telefone: _____, em _____/_____, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor _____, portador do RG n.º _____ - _____ e CPF n.º _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE _____, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 O presente contrato fundamenta-se:

- 5450/2005;
- a) No Pregão Eletrônico ____/2018, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º 5450/2005;
- b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
- constem no processo administrativo n.º _____;
 - não contrariem o interesse público;
- c) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
- d) Nos preceitos do Direito Público;
- e) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do edital do Pregão Eletrônico 98/2018, em especial as do Anexo III – Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO, LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E TESTES DE IMPRESSÃO

Vide Itens 5 e 6 do Termo de Referência Anexo

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1. Pela contratação do produto, objeto deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor unitário de R\$..... (.....) e total de R\$..... (.....), conforme discriminado na proposta de preços.

4.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídos todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

4.3. O valor estipulado no item 4.1 é irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de nota fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho - NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$**

17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

5.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

5.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

5.4. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que o material entregue não está de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

5.5. O pagamento poderá ser suspenso em caso de comprovação de dano por culpa da CONTRATADA, até que a situação seja resolvida, ou que o TRE-CE seja ressarcido dos prejuízos causado.

5.6. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

5.7. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 5.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

5.8. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND/INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal.

5.9. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 5.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLAÚSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada fica obrigada a:

a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;

b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;

c) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.

d) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93;

g) não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;

h) demais obrigações previstas no item 8 do Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O contratante compromete-se a:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;
- b) promover, através de seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;
- d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;
- e) comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no item 7 do Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

8.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

8.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Vide item 5.2 do Termo de Referência anexo

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.2. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

11.2. Foi emitida em .../.../..., a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número 2019NE000..., no valor de R\$ (.....) visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

12.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a. advertência por escrito;
- b. multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas no Termo de Referência;
- d. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas no Termo de Referência;
- e. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

12.3. Se o descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

12.4. As sanções estabelecidas nos itens 12.2.a, 12.2.e, 12.2.f e 12.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas no item 12.2.c e 12.2.d, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

12.5. As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

12.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

12.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Segunda (Das Penalidades).

13.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

- a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

- b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do contrato;
 - c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;
 - d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;
 - e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
 - f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;
 - g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;
 - h) for utilizado este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
 - i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93;
- 13.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.
- 13.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 13.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.
- 13.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS

- 14.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:
- a) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;
 - b) extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;
 - c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

- 15.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar, às cláusulas deste Contrato e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:
- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/2018;
 - b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante às fls. ____ do Processo n.º ____/2018;
 - c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.
- E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de _____ de 2018.

CONTRATANTE

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme especificações abaixo:

	DESCRIÇÃO MATERIAL	U.M.	QUANT.	CATMAT
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	426542

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de material faz-se necessária, em virtude da recente aquisição dos seguintes modelos de impressoras Samsung: SL – M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR que serão alocadas em todas as zonas eleitorais e em outras unidades administrativas, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) impressoras que utilizarão o modelo do toner da pretensa aquisição.

Devido as impressoras encontrarem-se no período de garantia contratual, só serão aceitos suprimentos originais da fabricante da impressora ou certificados por essa, uma vez que o uso de suprimentos outros acarretará na perda garantia, conforme o item 13.13 do Termo de Referência, anexo ao Contrato celebrado pelo TRE-CE 189/2018, para aquisição de tais impressoras, PAD 4014/18, no sentido que: “Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão ser originais ou certificados pelo fabricante e sempre novos e de primeiro uso, não sendo aceitas peças e componentes Recondicionados””. A garantia contratual estende-se até setembro de 2021, de acordo com o item 13.2 do já citado Termo de Referência. (Acordãos TCU nºs 991/2010-TCU – 2ª Câmara, 860/2011-Plenário;1224/2014 e 113/2016-Plenário).

Para calcularmos o material para as zonas do interior utilizamos o consumo de 2017 do modelo de toner utilizado nas zonas do interior (205E), que tinha uma capacidade 10.000 cópias, dividindo pela nova capacidade a ser adquirida, mas preservando o consumo de pelo menos 1 toner para cada zona. Acrescentamos ainda 1 toner para cada impressora a ser instalada de imediato nas zonas eleitorais do interior (184).

Para as unidades administrativas que já utilizavam o modelo de impressora calculamos pelo cálculo de ressuprimento do almoxarifado subtraindo o estoque existente na Sealx, conforme anexo deste Termo.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço total, respeitadas as preferências previstas no Decreto n.º 7.174/2010, na Lei n.º 8.248/1991 e Lei Complementar n.º 123/2006 que devem ser aplicadas por se tratarem de material com característica similar aos cartuchos de impressora, e por consequência, de equipamentos de informática.

4. OS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE DOS SUPRIMENTOS

- 4.1 Deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.
- 4.2 Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal;
- 4.3 Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.
- 4.4 A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado por laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

5 RECEBIMENTO DO MATERIAL, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. Deverá ser entregue, conforme especificação, marca e preço, na Seção de Almoxarifado do TRE/CE, situada no Parque Empresarial BR 116 – Rodovia BR 116, Km 6, nº 2555, Módulo 16 – Cajazeiras, em Fortaleza-CE, CEP 60842-395, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da nota de empenho, que será transmitida por e-mail à empresa vencedora do certame licitatório que deverá enviar a confirmação do seu recebimento. Caso o fornecedor não a envie e o e-mail não retornar, será considerado como recebido.

5.2. Comissão de Recebimento e Gestor do Contrato

O material será recebido por uma comissão que será composta pelos servidores: Carlos Henrique Coutinho Rodrigues, José Ribamar de Oliveira e Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro, cabendo à última a gestão do contrato e ao primeiro a suplência.

5.3. Recebimento Provisório

- 5.3.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em caráter provisório. Serão realizados testes de impressão com os cartuchos, correndo por conta do fornecedor o recolhimento do material, caso o lote seja rejeitado em parte ou na sua totalidade.
- 5.3.2. A comissão de recebimento terá 3(três) dias úteis para comunicar ao fornecedor o resultado da análise dos cartuchos.

5.3.3 Definitivo

Após sanadas todas as dúvidas quanto a qualidade e quantidade do material a Comissão de Recebimento fará o recebimento definitivo e caberá à Seção de Almoxarifado o encaminhamento da nota fiscal para pagamento.

6. DOS TESTES DE IMPRESSÃO

6.1. Os itens entregues serão submetidos a testes de impressão por amostragem, cabendo à Comissão de Recebimento seguir a tabela e critérios abaixo descritos:

Tabela de testes de impressão por amostragem

Quantidade entregue por item (peças)	Amostragem mínima (peças)	Amostragem máxima (peças)
530	27	53

Critérios:

- Inicialmente, todos os suprimentos serão testados utilizando a amostragem mínima retirada de forma aleatória do lote entregue;
- Caso os testes de impressão na amostragem mínima sejam bem-sucedidos, o lote referente ao item testado será tido como aprovado;
- Se, pelo menos, uma peça da amostragem mínima apresentar problema, os testes terão prosseguimento até o limite da amostragem máxima, sendo que:
 - Caso o total da amostra aprovada seja maior que 50% (cinquenta por cento), a empresa, em 72 horas, substituirá apenas o (s) item (ms) reprovado(s) e novos testes serão feitos tomando por base amostragem máxima. Neste caso, será objeto de novos testes o(s) item(ms) substituído(s) e o restante retirado de forma aleatória do lote até o quantitativo máximo da amostragem, excluindo aqueles itens aprovados. Se ao menos uma peça for reprovada nos novos testes, todo o lote será considerado reprovado;
 - Caso o total da amostra aprovada seja menor que 50%(cinquenta por cento), todo o lote referente aquele item será considerado como reprovado e o fornecedor terá 5(cinco) dias úteis para substituição;

6.2. Os suprimentos, sejam compatíveis ou originais das impressoras, serão submetidos a testes de impressão, utilizando no mínimo 2(duas) configurações de qualidade de impressão (normal/padrão e modo econômico/rascunho), sendo que, para cada configuração serão impressas no mínimo 20 (vinte) páginas por item, com vistas a aferir a qualidade de impressão dos suprimentos entregues.

- 6.3. Como parâmetro de qualidade de impressão, fica estabelecido que os produtos compatíveis deverão apresentar, no mínimo, o mesmo desempenho dos originais do fabricante das impressoras.
- 6.4. Ao final, os suprimentos que apresentarem ou provocarem impressão insatisfatória, como falhas ou manchas na impressão, vazamentos, dentre outros problemas serão tidos como reprovados pela Comissão de Recebimento.
- 6.5. Durante os testes de impressão por amostragem, caso fique constatado eventual defeito nas impressoras, causados pelos suprimentos entregues, devidamente fundamentado por laudo técnico de assistência técnica autorizada do fabricante do equipamento, caberá a CONTRATADA arcar com todos os custos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Encaminhar à CONTRATADA, por e-mail, a nota de empenho;
- 7.2. Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- 7.3. Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- 7.4. Promover, pelo seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- 7.5. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.
- 7.6. Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à CONTRATADA facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço;
- 8.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro de seus prazos de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem pela Seção de Almoxarifado, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;
- 8.3. A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal feita pelo Gestor do Contrato;
- 8.4. Caberá à CONTRATADA o descarregamento do material no local de entrega, com pessoal suficiente para que seja realizado em tempo razoável.

- 8.5. Caso ocorra dano no equipamento por problemas nos cartuchos de impressão fornecidos, todos os custos e reparo ou substituição por equipamento similar, durante o tempo em que ficar inoperante, correrão por conta da CONTRATADA.
- 8.6. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a ***origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa,*** conforme determina o art. 3º, inciso III, do decreto 7.174/2010.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

- 9.4. As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 9.5. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;
- 9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;
- 9.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho (NE), por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da nota fiscal, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesse mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;
- 10.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.
- 10.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 meses após a data da assinatura do Contrato.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral no Programa de Trabalho Resumido: 042.342 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, 059.581 – Implantação do Sistema de Automação de Identidade 000.421 – Pleitos Eleitorais no elemento de despesa:339030 – Material de Consumo.

Sealx, 4 de janeiro de 2019.

Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro

Técnico de Judiciário
Seção de Almoxarifado

DE ACORDO:

Benedito Sérgio Monte Coelho
Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO IV – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QUANT.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora , embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	R\$ 350,00	R\$ 185.500,00



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 001196/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 07/01/2019 15:16:25</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 7 de Janeiro de 2019.

À

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL



Realizadas as alterações no Termo de Referência pela SEALX, conforme sugerido pela SAGES, reenviamos para nova análise do Edital.

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 001201/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 07/01/2019 15:20:41</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

PAD N.º 18881/2018

DESPACHO

R. h.

Procedida a análise pela ASDIR e SCI, consoante doc. 213659/2018 e 216693/2018, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, aprovo a Minuta de Edital [doc. 1196/2019/2018] e o termo de referência Doc. PAD n.º 837/2019, bem como verifico estar o procedimento em consonância com as disposições da Lei Complementar n.º 101/00, visto que presente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro (art. 16, I e § 2º), encontrando-se a despesa adequada aos limites do orçamento anual deste Tribunal (art.16, II e § 1º, I), além de compatível com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (art.16, II e § 1º, II).

Assim, na qualidade de ordenador(a) de despesas por delegação (Portaria TRE/CE n.º 581/2017), e, ainda, diante da oportunidade e conveniência, autorizo a abertura do certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com amparo na Lei n.º 10.520/2002 c/c Decretos n.º 3.555/2000 e n.º 5.450/2005, em face dos princípios da eficiência e racionalidade administrativa que devem reger a atuação da Administração Pública, **devendo, no entanto, ser exigido atestado de capacidade técnica da empresa, comprovando que esta forneceu o objeto da contratação para pessoa jurídica de direito privado ou público, na quantidade que represente 20% do total da quantidade a ser contratada.**

Caso necessário alterar a data de abertura do certame, para que seja verificado o prazo previsto no art. 4º, V, da Lei n.º 10.520/2002, já está, de pronto, autorizada a sua abertura.

À SELIC, para as providências cabíveis.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 006720/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 18/01/2019 08:16:35</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 18 de Janeiro de 2019.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para providenciar as publicações.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 006753/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 18/01/2019 08:30:47</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018
Processo TRE/CE n.º 18881/2018**

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, através de seus Pregoeiros, instituídos pela Portaria n.º 1.570, de 15 de dezembro de 2017, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor valor total, para aquisição de suprimentos para impressoras**, nos termos das Leis n.º 8.666/1993, com as devidas alterações, n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Decreto n.º 5.450/2005, Decreto n.º 7174/2010, demais normas pertinentes e ainda mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

A Sessão Pública, por meio de Sistema Eletrônico, para a Abertura das Propostas, dar-se-á no dia 1º de fevereiro de 2019, às 09:00h (nove horas), ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data no edifício-sede do TRE-CE, localizado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, nesta Capital, CEP 60.050-080, ou em caso de problemas técnicos de acesso à Internet ou ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo II – Minuta do Contrato.

Anexo III – Termo de Referência e Subanexos.

Anexo IV - Preços de Referência.

Capítulo I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações abaixo e do Anexo III – Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora , embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530

1.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.

1.3. Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal.

1.4. Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.

1.5. A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado, através de laudo pericial da fabricante do equipamento, que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

1.6. Na hipótese de haver diferença na descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasnet.gov.br) e nas especificações constantes no ANEXO III deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

Capítulo II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

- a) Pertencam ao ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto e que atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “Comprasnet”.
 - b) Não se encontrem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação;
 - c) Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade, ou punidas com suspensão pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, enquanto perdurar a suspensão;
 - d) Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam suas formas de constituição. Não poderão participar empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
 - e) O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005.
- e.1) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

2.2. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa;
- d) que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- e) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

2.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do SISTEMA, nos termos do subitem 4.2.4. deste Edital, facultado ao TRIBUNAL se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da Lei.

- a) A ausência da informação prevista no item anterior e no item a.2 não impedirá a participação da microempresa ou empresa de pequeno porte na Cota Principal do processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.

2.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico. O TRE-CE também não se responsabilizará por eventual desconexão.

2.5. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

2.6. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Capítulo III - DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação a licitante deverá se credenciar na ferramenta “Pregão Eletrônico”, através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Capítulo IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. A participação neste Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no **valor total do item**, cotado(s) para o objeto da presente proposta, a partir da data da liberação do presente edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até o horário limite de início da sessão pública, ou seja, às 09:00h (nove horas) do dia 1º/02/2019, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. No momento do envio da proposta, as licitantes deverão manifestar, no sistema eletrônico, por meio de declaração:

4.2.1. O pleno conhecimento e aceitação dos termos do Edital, bem como o cumprimento de todos os requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII do artigo 4º da Lei n.º 10.520/02.

4.2.2. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002.

4.2.3. A inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e que a proposta foi elaborada de modo independente.

4.2.4. O cumprimento dos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, para que possam gozar dos benefícios outorgados pelo referido diploma legal, se for o caso.

4.2.5. A opção pela utilização do direito de preferência do Decreto 7174/2010, se for o caso, se o produto atender aos requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º do mesmo diploma normativo.

4.3. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulário específico, no qual a licitante deverá inserir as informações adicionais necessárias, esclarecendo-se que aquelas informações que conflitam com o edital ensejarão a desclassificação da empresa no item. Não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo: "Conforme edital". É vedada a inclusão de qualquer símbolo, nome estranho ou papel timbrado que a identifique, sob pena de desclassificação.

4.3.1. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, considerando-se que pelo preço proposto o licitante obrigará-se ao descrito neste edital.

4.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública (Inciso III, do Art. 13º, do Decreto n.º 5.450/05).

4.4.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará procederá a abertura de processo administrativo, visando à apuração de responsabilidade das empresas que descumprirem as regras editalícias durante a sessão pública. Considerar-se-á descumprimento ao prazo disposto no item 4.7, o envio de proposta que não atenda aos requisitos do item 4.8 e, ainda, a inabilitação da licitante, tornando sem efeito a declaração exigida no item 4.2.1, o que enseja a aplicação da sanção especificada no item 11.1, conforme disciplina o artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

4.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV, do Art. 13º, do Decreto 5.450/05).

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.7. Após o encerramento da etapa de lances, a proposta de preços da(s) empresa(s) vencedora(s), datada e ajustada com os lances ofertados, de pleno acordo com todos os requisitos do item 4.8, deverá ser enviada exclusivamente como anexo através da função "Enviar anexo/planilha atualizada", disponibilizada pelo(a) pregoeiro(a) na fase de aceitação, impreterivelmente no prazo de 1 (uma) hora, a partir da convocação, sob pena de ser recusada pelo(a) pregoeiro(a).

4.7.1 Os anexos deverão ser enviados em arquivo específico tipo "doc", "odt", "xls" ou "ods", compatíveis com os aplicativos Microsoft Excel 97 e BrOffice 3.3.0, ou ainda, em formato não editável do tipo ".pdf".

4.7.2 Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivo para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.7.

4.8. O documento a ser anexado deverá vir sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá atender aos seguintes requisitos:

a) proposta definitiva de preços, com detalhamento do objeto, **cotação do valor unitário e total, marca e modelo do produto**, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, expressos em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional;

b) **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;

c) prazo de entrega de **15 (quinze) dias úteis**, contados da comunicação da emissão da nota de empenho, via e-mail;

d) declaração expressa de que todos os tributos, custos e demais despesas correm por conta da proponente e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos;

e) declaração de que o produto ofertado atende ao Processo Produtivo Básico para fazer uso das margens de preferência, conforme disposto nos itens 4.10 e 4.11 deste edital, se for o caso;

f) indicação do nome da empresa (razão social), n.º do CNPJ/MF e endereço;

g) indicação do telefone/fax para contato, email comercial, bem como dados bancários da pessoa jurídica (conta corrente, agência e banco).

4.9 A(s) licitante(s) deverá(ão) utilizar o Anexo I deste Edital para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.

4.10. Caso a empresa proponente queira fazer uso dos **benefícios** previstos no Decreto nº. 7.174/2010, deverá comprovar o atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de produto com tecnologia desenvolvida no País, mediante a apresentação do **documento comprobatório à fruição dos incentivos fiscais** regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, conforme a exigência do item 4.8, alínea "e", o qual deverá ser anexado à proposta.

4.11. Para usufruir da preferência de que trata o item anterior, deverá o licitante informar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do sistema de compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, que seu produto atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º de Decreto n. 7.174/2010.

4.12. A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.13. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último.

4.14. Nos preços propostos deverão estar contidos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao TRE/CE sem ônus adicional.

Capítulo V - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. O(A) Pregoeiro(a), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo avençado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

5.2. A proposta que não atender às especificações do edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

Capítulo VI - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar pelo sistema.

6.4. No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5. Caso ocorra a desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no link de avisos do comprasnet, com envio do aviso ao endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.6. A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.7. Encerrada a etapa de lances, o sistema verificará automaticamente, junto à Secretaria da Receita Federal, o porte da empresa refletido no sistema, para prosseguir com os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte através da Lei Complementar n.º 123/06, que assegura, em seu artigo 44, a preferência de contratação como critério de desempate técnico.

6.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

6.7.2. Caso haja recusa de alguma proposta na fase de aceitação, poderá ocorrer novamente o empate técnico, considerando o percentual de 5% (cinco por cento), em relação ao melhor preço. Neste caso, o sistema retornará à fase de desempate, a fim de beneficiar às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nessa situação.

6.8. Para efeito do disposto no item 6.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.8.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar sua última oferta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, sob pena de decair do direito de contratação;

6.8.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.8.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.9. O disposto no item 6.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.10. O(A) pregoeiro(a) convocará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e a decisão acerca da aceitação da proposta, solicitando a inclusão da proposta ajustada, exclusivamente na forma eletrônica, através da função “convocar anexo”, disponibilizada na ferramenta para o pregoeiro(a).

6.11. Não serão aceitas propostas com os preços excessivos ou inexeqüíveis, considerando-se inexeqüíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, o que ocorrerá após a solicitação do pregoeiro.

6.11.1. No caso de negociação proposta pelo(a) pregoeiro(a) no chat, aguardar-se-á o prazo de 15(quinze) minutos para que a licitante manifeste sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

6.12. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e sua exeqüibilidade, e verificará a habilitação da licitante conforme as disposições do Edital.

Capítulo VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor valor total**, atendidas as especificações contidas neste Edital e seus anexos.

7.2. O(A) pregoeiro(a) efetuará o julgamento da proposta, após o encerramento da etapa de lances e envio do anexo de proposta, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o **menor valor total**.

7.4. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem preços excessivos, inexeqüíveis ou irregularidades e defeitos que dificultem o julgamento.

7.5. Se houver indícios de ineqüilíbrio da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por ineqüilíbrio, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 1 (uma) hora ou, dependendo da comprovação a ser solicitada, abrir o prazo de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas para análise dos preços pelo setor solicitante do bem ou serviço, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Sendo aceitável a proposta da licitante detentora da melhor oferta, deverá ser comprovada sua condição de habilitação, na forma do que determina o Capítulo VIII deste Edital.

7.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital e seus Anexos.

7.11. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.1. A negociação será proposta pelo(a) pregoeiro(a) no chat do Pregão Eletrônico e a licitante deverá se manifestar no prazo máximo de 15 (quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

7.12. Em caso de divergência entre as informações contidas no sistema eletrônico e na proposta específica, prevalecerão aquelas da proposta.

7.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem que não esteja prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

7.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo(a) Pregoeiro(a).

7.15. Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

7.16. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.17. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

7.18. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

Capítulo VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, habilitação parcial e qualificação econômico-financeira será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, sendo o resultado informado aos interessados na própria sessão e deverá ser constatado o seguinte:

8.1.1 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

8.1.2 Prova de regularidade com a Seguridade Social;

8.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

8.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.1.5 Balanço Patrimonial.

8.2. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.2.1. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.2.2. consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.2.3. consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.2.4. consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.2.5. consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.3. Serão inabilitadas as licitantes que não comprovem a regularidade fiscal e trabalhista, exigida no item 8.1 e que constem nos cadastros listados no item 8.2, que não apresentem atividade pertinente e compatível com o objeto e que possuam dentre os sócios, servidores e/ou dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

8.3.1. Com relação aos cadastros do item 8.2, somente serão inabilitadas as empresas que sofreram aplicação de sanção fundamentada no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e aplicada por instituição vinculada à União; no art. 87, IV da Lei 8.666/93, que impede a licitante de contratar com toda a Administração Pública; ou no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 e aplicada pela Administração do órgão licitante.

8.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, ou ainda as declarações constantes nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.5 não estejam completas e corretas ou

contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, será exigido o envio da documentação ou declarações, como anexo no sistema ou via fac símile ou ainda através do e-mail selic@tre-ce.jus.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a).

8.5. Será exigido, ainda, para fins de habilitação os seguintes documentos, observadas as orientações do item 8.7, sob pena de inabilitação:

a) Declaração de que o mesmo cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;**

b) Declaração de que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na presente licitação, exigida somente para as licitantes que optarem pela verificação da sua regularidade fiscal pelo SICAF, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;**

c) Declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, **que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas.**

d) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) **Certidão negativa de falência e recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo do edital, especificamente para as certidões sem prazo de validade.

f) **Atestado de Capacidade Técnica**, comprovando que a empresa forneceu o objeto da contratação para pessoa jurídica de direito privado ou público, na quantidade que represente 20% do total da quantidade a ser contratada.

8.6. Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade perante o SICAF ou, embora regular, apresente índices de LG, SG, e LC menores que 1, a licitante deverá encaminhá-lo ao pregoeiro juntamente com as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta;

8.6.1. Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

8.6.1.1. publicados em Diário Oficial; ou

8.6.1.2. publicados em jornal de grande circulação; ou

8.6.1.3. por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; ou

8.6.1.4. por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

8.6.1.5. por cópia extraída do Livro Diário, com o respectivo comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil, juntamente com o termo de autenticação eletrônica realizada pela Junta Comercial; ou

8.6.1.6. outros meios permitidos pelas normas de regência;

8.6.2. A análise da qualificação econômico-financeira será feita por servidores qualificados designados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.6.3. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

8.6.4. A licitante que apresentar resultado menor do que 1, em quaisquer dos índices - Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente – LC, deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor total estimado para a contratação, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.666/93;

8.6.5. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com esses documentos, o memorial de cálculo correspondente.

8.6.6. As demonstrações contábeis deverão apresentar as assinaturas do titular ou representante da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado;

8.6.7. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado; e

8.6.8. Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

8.7. Não há necessidade de que as microempresas e empresas de pequeno porte apresentem documentação referente à regularidade fiscal válida, em conformidade com o art. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Havendo alguma restrição, proceder-se-á na forma do subitem 8.7.1. Os demais documentos exigidos nos itens 8.2 e 8.5 deverão ser apresentados sem restrições.

8.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-CE, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

8.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada.

8.10. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

8.11. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e em seus anexos.

8.13. Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

8.14. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação do certame e decisão quanto à contratação. Na hipótese de existência de recursos, o processo virtual será encaminhado à Autoridade Superior competente deste TRE para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.15. O licitante deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação estipuladas nos itens 8.1, 8.2 e 8.5 do edital.

Capítulo IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, através de formulário próprio, no âmbito do Sistema Eletrônico, quando então o(a) Pregoeiro(a) fará o juízo de admissibilidade do recurso. Em sendo aceito, será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso pela licitante, ficando as demais desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

9.1.1. O sistema encaminhará automaticamente e-mail para as demais licitantes quando do registro das razões do recurso.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do seu direito de recurso e a adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

9.3. Os recursos imotivados ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos pelo(a) pregoeiro(a).

9.4. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, encaminhá-lo à Autoridade Superior competente, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.5. As decisões do Pregoeiro e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema.

9.6. Julgados os recursos, a autoridade titular do órgão promotor do certame fará a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto no item 9.1 deste edital.

9.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações deste TRE, no endereço indicado no item 20.13 deste edital.

Capítulo X – DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

10.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993.

10.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital, independentemente de transcrição.

10.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias, sem justificativa, por escrito, aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente. Nesse caso, sujeita-se, a licitante vencedora, às penalidades aludidas no Capítulo XI deste Edital.

10.4. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no item 10.3 deste Capítulo.

10.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993.

10.6. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.7. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Capítulo XI – DAS PENALIDADES

11.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato – Anexo II deste edital.

Capítulo XII – DA RESCISÃO

Vide Cláusula Décima Terceira do Anexo II deste Edital

Capítulo XIII - DA DOTAÇÃO

Vide Cláusula Décima Primeira do Anexo II deste Edital

Capítulo XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

Vide Cláusula Sexta do Anexo II deste Edital

Capítulo XV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO TRE/CE

Vide Cláusula Sétima do Anexo II deste Edital

Capítulo XVI - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA LICITANTE VENCEDORA

Vide Cláusula Oitava do Anexo II deste Edital

Capítulo XVII – DO RECEBIMENTO, LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E TESTES DE IMPRESSÃO

Vide Cláusula Terceira do Anexo II deste Edital

Capítulo XVIII – DO PAGAMENTO

Vide Cláusula Quinta do Anexo II deste Edital

Capítulo XIX - DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

19.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital, de outros assuntos relacionados a presente licitação, dúvida de interpretação ou omissão, deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a abertura da sessão eletrônica, sob pena de aceitação de todas as condições editalícias.

19.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, interposta por meio eletrônico, através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada ao(à) Pregoeiro(a) Oficial do TRE/CE.

19.3. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Tribunal, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente por meio eletrônico.

19.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

19.5. A impugnação deverá ser interposta por meio eletrônico, por e-mail ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada ao(à) Pregoeiro(a) Oficial do TRE/CE.

19.6. Se acolhida petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.

19.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: [acesso livre/pregões/agendados](#) – Código UASG 070007 ou no link “visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos”.

Capítulo XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Edital.

20.2. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pela autoridade superior competente.

20.3. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), será o resultado da licitação submetido à Autoridade Superior, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

20.4. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação.

20.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

20.6. No caso de a empresa ser optante pelo “SIMPLES”, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal e/ou documento equivalente, cópia autenticada do Termo de Opção ou de Isenção naquilo que estiver dispensado legalmente, sob pena de retenção na fonte, por parte deste Tribunal, do imposto de renda pessoa jurídica, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social e da contribuição para o PIS/PASEP, sobre os valores pagos a quaisquer pessoas jurídicas, consoante determina a Lei n.º 9.430/96, a Instrução Normativa Conjunta n.º 539/05 do SRF/STN/SFC e a Lei Complementar n.º 116 de 31/07/2003, art. 6º, §2º, II, c/c Decreto-Lei n.º 11.591/2005.

20.7. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e § 2º, inciso II, art. 65 da Lei n.º 9.648/98, os quais a licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas.

20.8. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, em especial na hipótese contida no parágrafo único do art. 9º do Decreto 6.204, de 05/09/2007.

20.9. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

20.11. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

20.12. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

20.13. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas, na Rua Jaime Benévolo, nº 21, Térreo, Centro, Fortaleza – Ceará, pelo telefone: (85) 3453-3736 ou, ainda, pelo e-mail: selic@tre-ce.jus.br.

Fortaleza/CE, 18 de janeiro de 2019

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Pregoeira

Hugo Pereira Filho
Diretor-Geral

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Fone: _____ E-mail comercial: _____ Validade da proposta: _____
Conta Corrente n.º: _____ Banco: _____ N.º da Agência: _____

Proposta de preços para fornecimento de suprimentos para impressoras, observadas as especificações estabelecidas abaixo e no Anexo III – Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QUANT.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	R\$ (.....)	R\$ (.....)

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os produtos fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 98/2018.

_____/_____, de _____ de 2018

Nome do Representante Legal
RG. e CPF:

APRESENTAR, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA:

a) caso queira fazer uso dos benefícios previstos no Decreto n.º 7.174/2010, comprovação de atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de produto com tecnologia desenvolvida no País, para fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º /2019

Contrato de _____ que entre
si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional
Eleitoral do Ceará e a
empresa

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por _____, RG n.º _____, CPF n.º _____, no uso da competência atribuída pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, estabelecida na _____, n.º _____, Bairro _____, telefone: _____, em _____/_____, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor _____, portador do RG n.º _____ - _____ e CPF n.º _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE _____, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 O presente contrato fundamenta-se:

- 5450/2005;
- a) No Pregão Eletrônico ____/2018, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º
 - b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - constem no processo administrativo n.º _____;
 - não contrariem o interesse público;
 - c) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
 - d) Nos preceitos do Direito Público;
 - e) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do
- Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do edital do Pregão Eletrônico 98/2018, em especial as do Anexo III – Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO, LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E TESTES DE IMPRESSÃO

Vide Itens 5 e 6 do Termo de Referência Anexo

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1. Pela contratação do produto, objeto deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor unitário de R\$..... (.....) e total de R\$..... (.....), conforme discriminado na proposta de preços.

4.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídos todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

4.3. O valor estipulado no item 4.1 é irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de nota fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho - NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$**

17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

5.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

5.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

5.4. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que o material entregue não está de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

5.5. O pagamento poderá ser suspenso em caso de comprovação de dano por culpa da CONTRATADA, até que a situação seja resolvida, ou que o TRE-CE seja ressarcido dos prejuízos causado.

5.6. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

5.7. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 5.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

5.8. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND/INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal.

5.9. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 5.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLAÚSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada fica obrigada a:

a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;

b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;

c) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.

d) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;

f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93;

g) não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;

h) demais obrigações previstas no item 8 do Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O contratante compromete-se a:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;
- b) promover, através de seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;
- d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;
- e) comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no item 7 do Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

8.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

8.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Vide item 5.2 do Termo de Referência anexo

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.2. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

11.2. Foi emitida em .../.../..., a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número 2019NE000..., no valor de R\$ (.....) visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

12.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a. advertência por escrito;
- b. multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas no Termo de Referência;
- d. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas no Termo de Referência;
- e. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

12.3. Se o descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

12.4. As sanções estabelecidas nos itens 12.2.a, 12.2.e, 12.2.f e 12.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas no item 12.2.c e 12.2.d, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

12.5. As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

12.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

12.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Segunda (Das Penalidades).

13.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

- a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

- b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do contrato;
 - c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;
 - d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;
 - e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
 - f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;
 - g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;
 - h) for utilizado este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
 - i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93;
- 13.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.
- 13.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 13.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.
- 13.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS

- 14.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:
- a) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;
 - b) extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;
 - c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

- 15.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar, às cláusulas deste Contrato e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:
- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/2018;
 - b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante às fls. ____ do Processo n.º ____/2018;
 - c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.
- E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de _____ de 2018.

CONTRATANTE

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de suprimentos para impressoras, conforme especificações abaixo:

	DESCRIÇÃO MATERIAL	U.M.	QUANT.	CATMAT
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	426542

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de material faz-se necessária, em virtude da recente aquisição dos seguintes modelos de impressoras Samsung: SL – M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR que serão alocadas em todas as zonas eleitorais e em outras unidades administrativas, perfazendo um total de 400 (quatrocentas) impressoras que utilizarão o modelo do toner da pretensa aquisição.

Devido as impressoras encontrarem-se no período de garantia contratual, só serão aceitos suprimentos originais da fabricante da impressora ou certificados por essa, uma vez que o uso de suprimentos outros acarretará na perda garantia, conforme o item 13.13 do Termo de Referência, anexo ao Contrato celebrado pelo TRE-CE 189/2018, para aquisição de tais impressoras, PAD 4014/18, no sentido que: “Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão ser originais ou certificados pelo fabricante e sempre novos e de primeiro uso, não sendo aceitas peças e componentes Recondicionados””. A garantia contratual estende-se até setembro de 2021, de acordo com o item 13.2 do já citado Termo de Referência. (Acordãos TCU nºs 991/2010-TCU – 2ª Câmara, 860/2011-Plenário;1224/2014 e 113/2016-Plenário).

Para calcularmos o material para as zonas do interior utilizamos o consumo de 2017 do modelo de toner utilizado nas zonas do interior (205E), que tinha uma capacidade 10.000 cópias, dividindo pela nova capacidade a ser adquirida, mas preservando o consumo de pelo menos 1 toner para cada zona. Acrescentamos ainda 1 toner para cada impressora a ser instalada de imediato nas zonas eleitorais do interior (184).

Para as unidades administrativas que já utilizavam o modelo de impressora calculamos pelo cálculo de ressuprimento do almoxarifado subtraindo o estoque existente na Sealx, conforme anexo deste Termo.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço total, respeitadas as preferências previstas no Decreto n.º 7.174/2010, na Lei n.º 8.248/1991 e Lei Complementar n.º 123/2006 que devem ser aplicadas por se tratarem de material com característica similar aos cartuchos de impressora, e por consequência, de equipamentos de informática.

4. OS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE DOS SUPRIMENTOS

- 4.1 Deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo no mínimo, as indicações da marca, da procedência e do prazo de validade.
- 4.2 Os suprimentos deverão possuir prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado deste Tribunal;
- 4.3 Os produtos ofertados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis quando apresentarem defeitos tais como: incompatibilidade com os equipamentos, provocação de falhas ou manchas na impressão ou outros que possam identificar qualidade incompatível com a ora declarada, sem prejuízo de reparar às suas expensas, eventual dano causado aos equipamentos, em decorrência do uso dos suprimentos.
- 4.4 A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado por laudo pericial da fabricante do equipamento que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa.

5 RECEBIMENTO DO MATERIAL, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. Deverá ser entregue, conforme especificação, marca e preço, na Seção de Almoxarifado do TRE/CE, situada no Parque Empresarial BR 116 – Rodovia BR 116, Km 6, nº 2555, Módulo 16 – Cajazeiras, em Fortaleza-CE, CEP 60842-395, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da nota de empenho, que será transmitida por e-mail à empresa vencedora do certame licitatório que deverá enviar a confirmação do seu recebimento. Caso o fornecedor não a envie e o e-mail não retornar, será considerado como recebido.

5.2. Comissão de Recebimento e Gestor do Contrato

O material será recebido por uma comissão que será composta pelos servidores: Carlos Henrique Coutinho Rodrigues, José Ribamar de Oliveira e Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro, cabendo à última a gestão do contrato e ao primeiro a suplência.

5.3. Recebimento Provisório

- 5.3.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em caráter provisório. Serão realizados testes de impressão com os cartuchos, correndo por conta do fornecedor o recolhimento do material, caso o lote seja rejeitado em parte ou na sua totalidade.
- 5.3.2. A comissão de recebimento terá 3(três) dias úteis para comunicar ao fornecedor o resultado da análise dos cartuchos.

5.3.3 Definitivo

Após sanadas todas as dúvidas quanto a qualidade e quantidade do material a Comissão de Recebimento fará o recebimento definitivo e caberá à Seção de Almoxarifado o encaminhamento da nota fiscal para pagamento.

6. DOS TESTES DE IMPRESSÃO

6.1. Os itens entregues serão submetidos a testes de impressão por amostragem, cabendo à Comissão de Recebimento seguir a tabela e critérios abaixo descritos:

Tabela de testes de impressão por amostragem

Quantidade entregue por item (peças)	Amostragem mínima (peças)	Amostragem máxima (peças)
530	27	53

Critérios:

- a) Inicialmente, todos os suprimentos serão testados utilizando a amostragem mínima retirada de forma aleatória do lote entregue;
- b) Caso os testes de impressão na amostragem mínima sejam bem-sucedidos, o lote referente ao item testado será tido como aprovado;
- c) Se, pelo menos, uma peça da amostragem mínima apresentar problema, os testes terão prosseguimento até o limite da amostragem máxima, sendo que:
 - c.1) Caso o total da amostra aprovada seja maior que 50% (cinquenta por cento), a empresa, em 72 horas, substituirá apenas o (s) item (ms) reprovado(s) e novos testes serão feitos tomando por base amostragem máxima. Neste caso, será objeto de novos testes o(s) item(ms) substituído(s) e o restante retirado de forma aleatória do lote até o quantitativo máximo da amostragem, excluindo aqueles itens aprovados. Se ao menos uma peça for reprovada nos novos testes, todo o lote será considerado reprovado;
 - c.2) Caso o total da amostra aprovada seja menor que 50%(cinquenta por cento), todo o lote referente aquele item será considerado como reprovado e o fornecedor terá 5(cinco) dias úteis para substituição;

6.2. Os suprimentos, sejam compatíveis ou originais das impressoras, serão submetidos a testes de impressão, utilizando no mínimo 2(duas) configurações de qualidade de impressão (normal/padrão e modo econômico/rascunho), sendo que, para cada configuração serão impressas no mínimo 20 (vinte) páginas por item, com vistas a aferir a qualidade de impressão dos suprimentos entregues.

- 6.3. Como parâmetro de qualidade de impressão, fica estabelecido que os produtos compatíveis deverão apresentar, no mínimo, o mesmo desempenho dos originais do fabricante das impressoras.
- 6.4. Ao final, os suprimentos que apresentarem ou provocarem impressão insatisfatória, como falhas ou manchas na impressão, vazamentos, dentre outros problemas serão tidos como reprovados pela Comissão de Recebimento.
- 6.5. Durante os testes de impressão por amostragem, caso fique constatado eventual defeito nas impressoras, causados pelos suprimentos entregues, devidamente fundamentado por laudo técnico de assistência técnica autorizada do fabricante do equipamento, caberá a CONTRATADA arcar com todos os custos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Encaminhar à CONTRATADA, por e-mail, a nota de empenho;
- 7.2. Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- 7.3. Notificar a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- 7.4. Promover, pelo seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- 7.5. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.
- 7.6. Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à CONTRATADA facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço;
- 8.2. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro de seus prazos de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem pela Seção de Almoxarifado, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;
- 8.3. A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal feita pelo Gestor do Contrato;
- 8.4. Caberá à CONTRATADA o descarregamento do material no local de entrega, com pessoal suficiente para que seja realizado em tempo razoável.

- 8.5. Caso ocorra dano no equipamento por problemas nos cartuchos de impressão fornecidos, todos os custos e reparo ou substituição por equipamento similar, durante o tempo em que ficar inoperante, correrão por conta da CONTRATADA.
- 8.6. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a **origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa**, conforme determina o art. 3º, inciso III, do decreto 7.174/2010.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento);
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

- 9.4. As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 9.5. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;
- 9.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;
- 9.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei Nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], o outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Após verificado que o material se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho (NE), por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da nota fiscal, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesse mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;
- 10.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.
- 10.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 meses após a data da assinatura do Contrato.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral no Programa de Trabalho Resumido: 042.342 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, 059.581 – Implantação do Sistema de Automação de Identidade 000.421 – Pleitos Eleitorais no elemento de despesa:339030 – Material de Consumo.

Sealx, 4 de janeiro de 2019.

Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro

Técnico de Judiciário
Seção de Almoxarifado

DE ACORDO:
Benedito Sérgio Monte Coelho
Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE
ANEXO IV – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QUANT.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora , embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	R\$ 350,00	R\$ 185.500,00



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 006887/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 18/01/2019 09:25:30</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO CEARÁ

PUBLICADO NO DIÁRIO DE
JUSTIÇA ELETRÔNICO N.º 233

DATA: 15, 12, 2017

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PAD n.º 23.621/2017

PORTARIA N.º 1.570/2017

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso XVII, do Regulamento da Secretaria deste Tribunal, e considerando o exposto no PAD n.º 23.621/2017,

RESOLVE designar os servidores GIOVANNA LUNA ARAÚJO VINHAS, ANDRÉIA VASCONCELOS TOMAZ, MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA RIBEIRO, MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO NOGUEIRA e VIVIAN GONÇALVES BEZERRA para atuarem como pregoeiros e equipes de apoio no exercício de 2018.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Fortaleza, 13 de dezembro de 2017.


JARBAS MARINHO LOPES
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE, EM EXERCÍCIO



TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO CEARÁ

PUBLICADO NO DIÁRIO DE
JUSTIÇA ELETRÔNICO N.º 3
DATA: 4 / 1 / 2019

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PAD n.º 8/2019

PORTARIA N.º 1/2019

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso XVII, do Regulamento da Secretaria deste Tribunal, e considerando o exposto no PAD n.º 8/2019,

RESOLVE designar os servidores GIOVANNA LUNA ARAÚJO VINHAS, ANDRÉIA VASCONCELOS TOMAZ, MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA RIBEIRO, MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO NOGUEIRA e VIVIAN GONÇALVES BEZERRA para atuarem como pregoeiros e equipe de apoio no exercício de 2019.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Fortaleza, 2 de janeiro de 2019.

IBERÊ COMIN NUNES
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE, EM EXERCÍCIO

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00098/2018-000

1 - Itens da Licitação

1 - CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Descrição Detalhada: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Sim

Quantidade Total: 530

Local de Entrega (Quantidade): Fortaleza/CE (530)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 04/2019. Contratante: TRF5ªR. Contratada: Marcio do Nascimento e Silva-ME. CNPJ nº 10.875.828/0001-47. Objeto: Fornecimento e entrega de água mineral, acondicionada em garrações plásticos de 20 litros. Fundamento Legal: Pregão nº 41/2018; PAV nº 0010599-41.2018.4.05.7000; Lei nº 10.520/2002; Dec. 3.555/2000; Dec. 5.450/2005; Lei nº 123/2006; Dec. 8.538/2015; Res. nº 114/2010; IN nº 01/2010-SLTI/MPOG; IN nº 05/2014-SLTI/MPOG; e Lei nº 8.666/1993.Valor:R\$ 49.896,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis reais). Recursos Orçamentários: PT nº107775, ED nº 339030, NE nº 49/2019, de 10/01/2019, na modalidade estimativo, no valor de R\$ 49.896,00. Vigência: partir da data de assinatura até 31/12/2019. Assinatura: 15/01/2019. Assinam: Soraria Maria Rodrigues Sotero Caio, Diretora Geral, em exercício-TRF5ªR. e Marcio do Nascimento, representante da Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 01/2019; Processo SEI nº 0001503-93.2016.6.02.8000; Fund. Legal: art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 e alterações; Partes: União, através do TRE/AL, e a Sra. Eleide Gomes de Oliveira Lisboa; CPF nº 007.409.454-83; Objeto: locação do imóvel situado na Rua Olavo Bilac, nº 318 - Centro, Delmiro Gouveia/AL, pelo período de 60 meses. Valor total: R\$ 62.400,00; Assinatura: 14/01/2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2019 - UASG 70011

Nº Processo: 0006046-71.2018. Objeto: Registro de Preços de material de consumo - gêneros alimentícios.. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 21/01/2019 das 08h00 às 17h00. Endereço: Avenida Aristeu de Andrade, Nº 377, Farol - Maceió/AL ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70011-5-00002-2019. Entrega das Propostas: a partir de 21/01/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/02/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDREA DE ALBUQUERQUE CESAR
Chefe da Seção de Licitações e Contratos em Substituição

(SIASGnet - 17/01/2019) 70011-00001-2019NE000032

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2019 - UASG 70003

Nº Processo: 8404/2018. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de outsourcing de impressão, através de locação ou comodato de equipamentos multifuncionais e impressoras de cartões e crachás em PVC, de primeiro uso, não reconicionados e em linha de produção, incluindo sistema de bilhetagem, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de todas as peças, partes e componentes necessários, bem como de todos os suprimentos.. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 21/01/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Avenida André Araujo, N. 200, Aleixo - Manaus/AM ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70003-5-00004-2019. Entrega das Propostas: a partir de 21/01/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/02/2019 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

BREITNER DE BRITO GORDINHO
Pregoeiro

(SIASGnet - 18/01/2019) 70003-00001-2018NE000194

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 127/2018, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa H 7 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. OBJETO: Locação de mobiliário. VALOR: R\$14.429,70. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e Pregão nº 69/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento 3.33.90.39.14; Ação 02.126.0570.7832.0001. PAD: 19428/2018. VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 30 dias após o final da locação. ASSINATURA: 16/01/2019. SIGNATÁRIOS: Fabíola Mazzei Vitório, pelo TRE-BA e o Sr. Henrique Bahia de Brito, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 129/2018, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa A MODERNA SANY SANITÁRIO ECOLÓGICO LTDA - ME. OBJETO: Locação de sanitários químicos. VALOR: R\$25.600,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e Pregão nº 67/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento 3.33.90.39.14; Ação 02.126.0570.7832.0001. PAD: 11.461/2018. VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 30 dias após o final da locação. ASSINATURA: 17/01/2019. SIGNATÁRIOS: Fabíola Mazzei Vitório, pelo TRE-BA e o Sr. Bruno Correia da Silva, pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2019, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA para eventual aquisição de mobiliário certificado. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 7.892/13 e 5.450/2005; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007, PROCESSO: 13.760/2018. VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da sua publicação na Imprensa Oficial. ASSINATURA: 17/01/2019 SIGNATÁRIOS: Fabíola Mazzei Vitório, pelo TRE-BA, e o Sr. Fabiano Bráulio Machado, pelo Fornecedor.

Item	Especificação	Qtd. Total Estimada	Preço Unitário
13.	Armário médio	80	R\$ 564,00
14.	Armário médio	80	R\$ 524,00
15.	Armário alto	100	R\$ 737,00

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2019, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa TECN02000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA para eventual aquisição de mobiliário certificado. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 7.892/13 e 5.450/2005; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007, PROCESSO: 13.760/2018. VIGÊNCIA: 12 meses,

contados da data da sua publicação na Imprensa Oficial. ASSINATURA: 15/01/2019 SIGNATÁRIOS: Fabíola Mazzei Vitório, pelo TRE-BA, e o Sr. Jordano Castro Nascimento, pelo Fornecedor.

Item	Especificação	Qtd. Total Estimada	Preço Unitário
21.	Cadeira giratória operacional com espaldar alto	50	R\$ 1.600,00
22.	Cadeira giratória operacional com espaldar alto e apoio de cabeça	20	R\$ 1.900,00

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2018

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 700/2018. , publicada no D.O.U de 29/08/2018 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de circuitos de acesso dedicado com fornecimento de equipamento roteador em comodato, conforme especificações contidas no anexo III - Termo de Referência. Novo Edital: 21/01/2019 das 08h00 às 12h00 e de13h00 às 17h00. Endereço: Rua Jaime Benevolo 21 - Centro Centro - FORTALEZA - CEEntrega das Propostas: a partir de 21/01/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 31/01/2019, às 15h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Pregoeira

(SIDECE - 18/01/2019) 070007-00001-2019NE000025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2018 - UASG 70007

Nº Processo: 18881/2018. Objeto: Aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do Edital e Anexo.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 21/01/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Jaime Benevolo 21 - Centro, Centro - Fortaleza/CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70007-5-00098-2018. Entrega das Propostas: a partir de 21/01/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/02/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Pregoeira

(SIASGnet - 18/01/2019) 70007-00001-2019NE000025

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 766/2018. Contrato TRE/GO n 92/2018. Objeto: Locação de imóvel para abrigar o cartório da 38ª zona eleitoral. Contratada: JOSÉ ILTON DE CASTRO RIBEIRO, CPF: 190.305.061-04. Valor global anual: R\$ 24.000,00. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993. Vigência: 36 meses, contados de 27/12/18. PT: 02.122.0570.20GP.0052 (Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral de Goiás). ND: 339036 (Outros Serviços de Terceiros-PF). Empenho 2018NE001469 emitida em 20/12/2018. Signatários: Wilson Gamboje Junior, Diretor-Geral do TRE/GO pelo Contratante e José Ilton de Castro Ribeiro, pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2019

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 08/01/2019 . Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação contínua de Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC, na modalidade DDG (discagem direta gratuita) comutada, no sistema de tarifação reversa, com transmissão de ligações telefônicas locais e de longa distância no âmbito nacional, originadas de terminais telefônicos fixos e móveis, destinadas à Central de Atendimento ao Eleitor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (serviço permanente).

CLAVIUS MARCIO BRITO MELO
Pregoeiro

(SIDECE - 18/01/2019) 070005-00001-2019NE000067

SECRETARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº. 60/2018. Proc. Adm. Digital nº 8493/2018 (PGE Nº 51/2018) Contratante: A União, representada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Contratado: ICP ELEVADORES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, denominada CONTRATADA, CNPJ nº. 23.146.506/0001-09. Objeto: Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, em 04 elevadores de fabricação Thyssenkrupp. Valor Mensal: R\$ 2.833,25. Nota de Empenho: 2018NE001532. Dotação: Elemento de despesa 33.90.39 - Outros Serviços e Encargos de Terceiros, na Ação Orçamentária "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - 20GP", PI (AIEF MANPRE). Vigência: primeiro dia útil após a data de publicação no DOU, com vigência de 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 18/12/2018. Signatários: Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, Presidente do TRE-MA e a Sra. Narinha Romualdo Maciel, Representante da contratada.

Contrato nº. 65/2018. Proc. Adm. Digital nº 2851/2018 (CC Nº 01/2018) Contratante: A União, representada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Contratado: JATOBETON ENGENHARIA LTDA., denominada CONTRATADA, CNPJ nº. 00.507.949/0001-82. Objeto: Execução de obra de reforço estrutural do Fórum Eleitoral de São Luís, 2ª etapa (Depósito de Urnas, Oficina e Docas). Valor Total: R\$ 1.505.727,63. Nota de Empenho: 2018NE001870. Dotação: Elemento de despesa 44.90.51 - Obras e Investimentos, na Ação Reforma Cart. Eleit. Município de São Luís-MA, PI (EMA RCARSLU). Vigência: primeiro dia útil após a data de publicação no DOU, com vigência de 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 17/12/2018. Signatários: Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, Presidente do TRE-MA e o Srs. Aguinaldo José Silva Paraíso, José Ivan Rodrigues de Souza Melo e Márcio Barbosa de Aguiar, Representante da contratada.

Contrato nº. 66/2018. Proc. Adm. Digital nº 9277/2018 (PGE Nº 31/2018) Contratante: A União, representada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Contratado: ELETROSYSTEM ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES LTDA., denominada CONTRATADA, CNPJ nº. 41.622.358/0001-33. Objeto: Serviços eventuais de engenharia, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, conservação, reparação, adaptação, manutenção de edificações utilizadas pela Justiça Eleitoral no Estado do Maranhão, referente ao Lote I



020ª Zona Eleitoral	30
Editais	30
025ª Zona Eleitoral	31
Despachos	31
061ª Zona Eleitoral	32
Editais	32
Atos Diversos	34
073ª Zona Eleitoral	37
Despachos	37
Editais	37
121ª Zona Eleitoral	37
Sentenças	37

PRESIDÊNCIA

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL

Atos do Diretor Geral

Avisos

AVISO DE LICITACAO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ torna pública a alteração do edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2018 (alterado através do seu Quinto Adendo), ficando alterada a data de abertura do certame para o dia 31/01/2019, às 15h, horário de Brasília/DF. Local: sítio eletrônico comprasgovernamentais.gov.br. Seção de Licitações – TRE/CE. Fortaleza, 18/01/2019.

AVISO DE LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 98/2018. Objeto: aquisição de suprimentos para impressoras, conforme especificações do Edital e seus anexos. Edital disponível a partir do dia 21/01/2019. Entrega das Propostas: a partir de 21/01/2019. Abertura das Propostas: 01/02/2019, às 9h, horário de Brasília/DF. Local: sítio eletrônico [Comprasgovernamentais](http://Comprasgovernamentais.gov.br). Fortaleza, 18/01/2019.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Coordenadoria de Processamento

Pauta de Julgamento

PAUTA 3/2019

Decorridas 24 (vinte e quatro) horas da publicação desta pauta, será julgado, na primeira sessão desimpedida, o seguinte processo, ficando as partes intimadas que, caso não julgado, será incluído em nova pauta, salvo na hipótese em que o julgamento seja expressamente adiado para primeira sessão seguinte, nos termos do art. 18 da Resolução TSE nº 23.478/2016 c/c art. 935 da Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil).

RECURSO ELEITORAL Nº 7926 - CLASSE 30 (79-26.2018.6.06.0081)

ORIGEM: Tianguá-CE (81ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: Juiz Alcides Saldanha Lima

RECORRENTE: LUIZ MENEZES DE LIMA, Candidato ao cargo de Prefeito

RECORRENTE: AROLDO CARDOSO PORTELA, Candidato ao cargo de Vice-prefeito

RECORRENTE: COLIGAÇÃO "O TRABALHO VAI CONTINUAR"

ADVOGADOS: Leandro Lima Valência - OAB: 23.392/CE, Jario Mario Alves Penha Júnior - OAB: 33.669/CE

RECORRIDO: COLIGAÇÃO "GENTE EM PRIMEIRO LUGAR" - PTB/PC DO B/PP/PR/AVANTE/SD/PDT/DEM/PPL/PT

ADVOGADA: Francisca Arnália Cunha de Freitas Terceiro - OAB: 37313/CE

ASSUNTO: DIREITO ELEITORAL - Eleições - Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Eleição Suplementar - Motocarreata

July

Seção de Licitação - TRE/CE

De: "Seção de Licitação - TRE/CE" <selic@tre-ce.jus.br>
Data: segunda-feira, 21 de janeiro de 2019 17:18
Para: <scalx@tre-ce.jus.br>; <scomp@tre-ce.jus.br>
Cc: <selic@tre-ce.jus.br>
Assunto: Aviso de Licitação - TRE/CE - Pregão Eletrônico nº 98/2018

Com o objetivo de aumentar a publicidade dos certames licitatórios do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (UASG 070007), venho comunicar que acontecerá no dia **1º de fevereiro de 2019**, às 09:00h (horário de Brasília/DF), a abertura do Pregão Eletrônico nº 98/2018. Objeto: **aquisição de suprimentos para impressoras**, conforme as condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

O Edital está disponível no sítio www.tre-ce.jus.br, tendo sido publicado o aviso de licitação no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE-CE e na página de classificados do Jornal Diário do Nordeste, no dia 21 de janeiro de 2019.

Obs: Fornecedores contactados por cópia oculta.

Atenciosamente,

Seção de Licitações - TRE/CE
85 3453-3736

IMPUGNAÇÃO

A Prospera Comercial e Importadora Eireli EPP, estabelecida na Praça da Republica, 62 Conj. 75 - Centro, Santos-SP CEP 11013-921, inscrita no CNPJ sob n.º 18.386.935/0001-13, neste ato representada pelo seu representante a Sr. Diego Silva Santos, procurador, portador do RG nº 54.602.383-6 e CPF nº 446.883.838-86, no uso de suas atribuições legais, vem **IMPUGNAR** o edital do pregão eletrônico nº 98/2018, processo TRE/CE nº 18881/2018 pelas seguintes razões:

1- CONSIDERAÇÕES

1. O processo licitatório de nº 98/2018 cujo objeto é a aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do Anexo III, está agendado para o dia 01 de Fevereiro de 2019. O pregão é aberto para participação ampla entre as empresas cadastrados no SICAF e Portal Comprasnet, desta forma não justifica-se a solicitação de documentos que apenas certas empresas possuem.

2. O fato é que no item 8.6 nas obrigações da contratada solicita-se o seguinte: "... comprovar a origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme determina o art. 3º, inciso III, do decreto 7.174/2010.", tal comprovação apenas pode ser realizada pelos distribuidores e importadores oficiais dos produto que os recebem diretamente da Samsung.

3. Diante do exposto, a solicitação de apresentação dos documentos de importação e quitação de seus tributos não pode se aplicar a empresas de pequeno porte (como a nossa), MEI, etc, visto que empresas revendedoras não possuem acesso a tal documento. A solicitação de um documento que apenas a importadora oficial (SIMPRESS) possui, viola os princípios da **ISONOMIA E DA LEGALIDADE**, uma vez que a participação torna-se restrita à apenas importadores do produto.

Ressalto que os atos praticados por esta Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, são pautados pelos princípios da **ISONOMIA E DA LEGALIDADE**, em consonância no artigo 3º da Lei 8.666/93:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e

julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Ademais, para comprovação de origem do produto, a nota fiscal de compra dos materiais é o melhor meio no qual todas as empresas que possuam interesse em participar deste pregão serão capazes de atestar.

4. Por todo exposto, solicitamos que esta ilustre administração realize a alteração deste item 8.6 no edital que impede a ampla participação no pregão eletrônico, ao solicitar um documento de quitação do bens importados.

Santos, 22 de Janeiro de 2019


DIEGO SILVA SANTOS
RG: 54.602.383-6
CPF: 446.883.838-86

18.836.935/0001-13
PROSPERA COMERCIAL E
IMPORTADORA EIRELI EPP
Praça da República, 62 conj 75
Centro- CEP 11013-921
Santos - SP



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 008771/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 22/01/2019 16:56:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ



RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL DO PREGÃO N.º 98/2018

A Pregoeira designada do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará comparece, em atenção ao pedido de impugnação para informar que o item 2 do Termo de Referência, anexo III do edital declara que devido as impressoras encontrarem-se no período de garantia contratual, só serão aceitos suprimentos originais da fabricante da impressora ou certificados, uma vez que o uso de outros suprimentos acarretará na perda da garantia, conforme o item 13.13 do Termo de Referência, anexo ao Contrato celebrado pelo TRE-CE 189/2018, para aquisição das impressoras em comento, no sentido que: “Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão ser originais ou certificados pelo fabricante e sempre novos e de primeiro uso, não sendo aceitas peças e componentes Recondicionados”.

A garantia contratual estende-se até setembro de 2021, de acordo com o item 13.2 do Termo de Referência. (Acórdãos TCU nºs 991/2010-TCU – 2ª Câmara, 860/2011-Plenário; 1224/2014 e 113/2016-Plenário).

Diante dos esclarecimentos prestados e não havendo alteração nas especificações do objeto e formulação da proposta, fica mantida a data de abertura da sessão, para às 15 horas do dia 1º de fevereiro de 2019, horário de Brasília, na mesma forma determinada no edital do pregão em epígrafe.

Fortaleza, 22 de janeiro de 2019.

Andréia Vasconcelos Tomaz
Pregoeira Oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 008790/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 22/01/2019 17:05:52</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



RAZÃO SOCIAL: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

CNPJ: 31.327.945/0001-46 - **Inscrição Estadual:** 90790284-68

Endereço: Rua Rio Piquiri, 375 - Conj. Res. Branca Vieira CEP: 87043-140 - Maringá - PR

Fone: (44)30370725

Email: valtecsuprimentos@gmail.com **Contato:** Carla Russo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018 - TRE/CE

Dados bancários:

Banco: 353 - SANTANDERBRASIL

Agência: 163 Conta: 130154833

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	MARCA	VR UNIT	VR TOTAL
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	UN	530	SAMSUNG	R\$ 213.39	R\$ 113,100.00
					TOTAL	R\$ 113,100.00

VALOR TOTAL POR EXTENSO: Cento e treze mil e cem reais.

* **Declaramos** que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os produtos fornecidos.

* **Declaramos** que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 98/2018.

PRAZO DE PAGAMENTO: 15 (quinze) dias.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;

PRAZO DE ENTREGA: 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação da emissão da nota de empenho, via e-mail;


Valdomiro Ochofre da Silva
RG: 4.277.275-5 SSP/PR
CPF: 695.420.409-97
Representante Legal

31.327.945/0001-46
I.E.: 90790284-68
VALTEC SUPRIMENTOS DE
INFORMÁTICA EIRELI
R. RIO PIQUIRI, 375
CEP 87043-140
MARINGÁ - PR



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.327.945/0001-46
Razão Social: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia: VALTEC SUPRIMENTOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 09/09/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	21/02/2019
FGTS	Validade:	03/02/2019
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	21/07/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	08/05/2019
Receita Municipal	Validade:	21/02/2019

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.327.945/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/08/2018
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VALTEC SUPRIMENTOS	PORTE EPP
---	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens 47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho 47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios 47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári
--

LOGRADOURO R RIO PIQUIRI	NÚMERO 375	COMPLEMENTO
------------------------------------	----------------------	-------------

CEP 87.043-140	BAIRRO/DISTRITO CONJUNTO RESIDENCIAL BRANCA VIEIRA	MUNICÍPIO MARINGA	UF PR
--------------------------	--	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO VALTECSUPRIMENTOS@GMAIL.COM	TELEFONE (44) 3223-3777
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2018
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **01/02/2019** às **10:53:49** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Linha de Fornecimento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.327.945/0001-46
Razão Social: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia: VALTEC SUPRIMENTOS
Situação do Fornecedor: Credenciado
Município / UF: Maringá / Paraná
Porte: Empresa de Pequeno Porte

Linhas de Fornecimento

Materiais

Código	Descrição	Situação
7090	SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - TIC	Ativo



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.327.945/0001-46
Razão Social: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia: VALTEC SUPRIMENTOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 040.476.119-48 Participação Societária: 100,00%
Nome: RAFAEL FERREIRA DOS REIS
Carteira de Identidade: 8606411-1 Órgão Expedidor: COMARCA-MARINGA
Data de Expedição: 20/06/2006 Data de Nascimento: 20/11/1984
Filiação Materna: ELZA APARECIDA DOS REIS
Estado Civil: Casado(a)
CPF Cônjuge/Companheiro(a): 049.341.979-90
Nome Cônjuge/Companheiro: FRANCELLE FERNANDA PONTALTI
Carteira de Identidade: 83370815 Órgão Expedidor: COMARCA MARINGA
Data de Expedição: 13/03/1998
CEP: 87.043-364
Endereço: RUA RUA PION RAIMUNDO BUENO DE MAGALHAES, 232 - JD SAO
Município / UF: Maringá / Paraná
Telefone: (44) 32684823
Email: valtecsuprimentos@gmail.com

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 31327945000146

Data da consulta: 01/02/2019 10:53:04

Data da última atualização: 01/02/2019 04:45:18

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Detalhar	11.972.928/0001-54	55 ARQUITETURA E DESIGN LTDA.	RS	Prefeitura de Charqueadas (RS)	Inidoneidade - Lei de Licitações	25/06/2014
Detalhar	178.184.434-87	CARLOS ALBERTO ALVES CAMPELO	RN	Justiça Federal de Pernambuco	Proibição - Lei de Improbidade	Sem informação
Detalhar	11.132.119/0001-34	Construtora e Premoldados Barbosa Ltda.	MG	Prefeitura de Presidente Bernardes	Inidoneidade - Lei de Licitações	03/07/2015
Detalhar	09.276.784/0001-50	COTEBRAS CONSTRUTORA E CONCESSOES LTDA - ME	DF	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Inidoneidade - Lei de Licitações	Sem informação
Detalhar	523.701.601-44	David Leite da Silva	GO	Justiça Federal de Goiás	Proibição - Lei de Improbidade	18/05/2017
Detalhar	27.532.873/0001-00	EMPORIUM HOSPITALAR SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI	SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	Impedimento - Lei do Pregão	03/10/2018
Detalhar	06.081.837/0001-99	F R MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	PR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Impedimento - Lei do Pregão	25/01/2019
Detalhar	23.274.194/0001-19	Furnas Centrais Elétricas S.A	RJ	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Suspensão - Lei de Licitações	16/08/2018
Detalhar	23.274.194/0001-19	Furnas Centrais Elétricas S.A	RJ	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Suspensão - Lei de Licitações	16/08/2018
Detalhar	23.274.194/0001-19	Furnas Centrais Elétricas S.A	RJ	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Suspensão - Lei de Licitações	16/08/2018
Detalhar	20.141.931/0001-17	Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A	RJ	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Suspensão - Lei de Licitações	16/08/2018
Detalhar	20.132.941/0001-96	Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A	RJ	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Suspensão - Lei de Licitações	16/08/2018
Detalhar	29.066.378/0001-70	JCBC Construtora Eireli	BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Suspensão - Lei de Licitações	Sem informação
Detalhar	08.704.069/0001-08	L P COELHO - EPP	ES	Governo do Estado do Espírito Santo (ES)	Impedimento - Lei do Pregão	05/11/2018
Detalhar	13.586.457/0001-71	LB SALOMÃO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	PR	Infraero	Impedimento - Lei do Pregão	14/04/2015



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (01/02/2019 às 10:56) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 31.327.945/0001-46.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5C54.41FD.490A.E789



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI**

CPF/CNPJ: **31.327.945/0001-46**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:55:26 do dia 01/02/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 1P8U010219105526

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

RBM LICITAÇÕES

CNPJ: nº 29.851.742/0001-02 - I.E nº 90774546-56
END. Av. Getulio Vargas, 739 loja 01 centro - CEP 86900-000 Jandaia do Sul - Paraná
E-MAIL: joaovictoremancini@hotmail.com FONE: (43) 99805-3417


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa Eunice Da Silva Geremias - ME, com sede na Av. Getulio Vargas, 739 loja 01, Centro - CEP 86900-000 Jandaia do Sul, inscrita no CNPJ nº 29.851.742/0001-02, I.E nº 90774546-56, ATESTA para os devidos fins, que a empresa Valtec Suprimentos de Informática Eireli, com sede à R. Rio Piquiri, 375 - Conjunto Residencial Branca Vieira - Maringá / PR, inscrita no CNPJ nº 31.327.945/0001-46 e com Inscrição Estadual nº 90790284-68, forneceu satisfatoriamente, nos quesitos de venda, prazo de entrega e assistência técnica, os produtos e serviços abaixo citados:

- Cartuchos e toners originais para impressora HP;
- Cartuchos e toners originais para impressora LEXMARK;
- Cartuchos e toners originais para impressora SAMSUNG;
- Cartuchos e toners originais para impressora XEROX;
- Cartuchos e toners originais para impressora BROTHER;
- Cartuchos e toners compatíveis para impressora HP;
- Cartuchos e toners compatíveis para impressora LEXMARK;
- Cartuchos e toners compatíveis para impressora SAMSUNG;
- Cartuchos e toners compatíveis para impressora XEROX;
- Cartuchos e toners compatíveis para impressora BROTHER;
- Serviço de recarga de cartucho e toner para impressoras HP, LEXMARK, SAMSUNG, XEROX e BROTHER.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente

Jandaia do Sul, 26 de Setembro 2018


Rodrigo da Silva Geremias

RODRIGO DA SILVA GEREMIAS
RG: 7.343.675-3 - SSP/PR
CPF nº 045.256.229-54
PROCURADOR

29.851.742/0001-02

EUNICE DA SILVA GEREMIAS
RBM LICITAÇÕES

AV GETÚLIO VARGAS, 739
CENTRO - CEP 86900-000
JANDAIA DO SUL - PARANÁ

Rua Avenida getulio Vargas, 739 loja 01 - Jandaia Do Sul - PR - CEP: 86900-000.
Fone: (43) 99805-3417 Email: joaovictoremancini@hotmail.com

ATO CONSTITUTIVO DA EIRELI

VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

1

RAFAEL FERREIRA DOS REIS, brasileiro, natural da cidade de Maringá, estado do Paraná, nascido em 20/11/1984, maior, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF nº 040.476.119-48, portador da cédula de identidade RG nº 8.606.411-1 (SESP/PR), residente e domiciliado na cidade de Maringá, estado do Paraná, à Rua Rio Piquiri, nº 375, fundos, Conjunto Residencial Branca Vieira, CEP. 87.043-140, por este instrumento particular, constitui uma **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)** mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A EIRELI girará sob o nome empresarial de **VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI**, e terá sede e domicílio na Rua Rio Piquiri, nº 375, Conjunto Residencial Branca Vieira, CEP. 87.043-140, na cidade de Maringá, estado do Paraná.

Parágrafo único: A EIRELI terá como nome fantasia: **VALTEC SUPRIMENTOS**.

CLÁUSULA SEGUNDA: O Capital da EIRELI será de R\$100.000,00 (cem mil reais) divididos em 100.000 (cem mil) quotas de R\$1,00 (um real) cada uma, integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelo Titular **RAFAEL FERREIRA DOS REIS**.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto da EIRELI será: Comercio de cartuchos e toners para impressoras; equipamentos e suprimentos para informática; Comercio de móveis, equipamentos eletrônicos e notebooks, celulares, acessórios para telefonia, antenas; Comercio de confecções, calçados, roupas e acessórios para uso profissional e segurança do trabalho, artigos de cama, mesa, banho e armarinhos, bijuterias, artesanato, artigos de tapeçaria, cortinas e persiana, artigos de papelaria e livros; Comercio de brinquedos, artigos recreativos, esportivos e instrumentos musicais; comercio de produtos alimentícios industrializados (loja de conveniência) e embalagens.

CLÁUSULA QUARTA: A responsabilidade do titular é limitada ao valor do capital integralizado da empresa, que será regida pelo regime jurídico da Empresa Limitada e supletivamente pela Lei da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA QUINTA: A EIRELI iniciará suas atividades na data do registro Junta Comercial do Paraná, e seu prazo de duração é indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedidor por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA SEXTA: A administração da EIRELI caberá ao titular **RAFAEL FERREIRA DOS REIS**, dispensado de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial desta EIRELI, sendo a responsabilidade da titular limitada ao capital integralizado.



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/08/2018 11:27 SOB Nº 41600755006.
PROTOCOLO: 184815070 DE 21/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803526402. NIRE: 41600755006.
VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 24/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

ATO CONSTITUTIVO DA EIRELI
VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

2

Parágrafo Primeiro - O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de “Pro Labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Segundo - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar.

Parágrafo Terceiro - Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no art. 1.061 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA: Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o empresário deliberará sobre as contas.

CLÁUSULA OITAVA: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

CLÁUSULA NONA: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: O titular da EIRELI declara, sob as penas da Lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/08/2018 11:27 SOB Nº 41600755006.
PROTOCOLO: 184815070 DE 21/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803526402. NIRE: 41600755006.
VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 24/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

ATO CONSTITUTIVO DA EIRELI
VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

3

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A EIRELI poderá a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais ou outra dependência em qualquer parte do território nacional, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Fica autorizada a distribuição de lucros a qualquer tempo desde que cumprida as exigências da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Titular declara, sob as penas da Lei, que a Empresa se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Maringá-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estar assim justo e decidido, lavra, data e assina o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, elaborado em via única, para que valha na melhor forma do direito, sendo esta via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente rubricada pelo titular, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá-PR, 16 de Agosto de 2018.




RAFAEL FERREIRA DOS REIS
CPF/MF n.º 040.476.119-48



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/08/2018 11:27 SOB Nº 41600755006.
PROTOCOLO: 184815070 DE 21/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803526402. NIRE: 41600755006.
VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 24/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

3º TABELIONATO DE NOTAS

Amanda Cristina Dias
Escrivente Juramentada
MARINGÁ - PARANÁ

3º TABELIONATO DE NOTAS - GRASSANO

Avenida Herval 373 - Fone: (44) 2103-0300
Maringá - Paraná

RECONHEÇO e dou fé a(s) firma(s) de:

CERGL7UG03-RAFAEL PERREIRA DOS REIS.....

Por VERDADEIRA

Em testemunha da Verdade

MARINGÁ, 24 de Agosto de 2018

AMANDA CRISTINA DIAS
ESCRIVENTE JURAMENTADA

Selo: FI3ZR . 4Crwa . 7jnAj - J4zdK .

YMT9w

(Confira em <http://funarpen.com.br>)



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/08/2018 11:27 SOB Nº 41600755006.
PROTOCOLO: 184815070 DE 21/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803526402. NIRE: 41600755006.
VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 24/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa, s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871

Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

CERTIDÃO NEGATIVA



Número: 201901180912003093494

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.distribuidormaringa.com.br>

**** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT ****, Distribuidor e anexos da
Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o
Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, nos mesmos constatou a
INEXISTÊNCIA, de quaisquer pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL e
EXTRAJUDICIAL (Lei nº 11.101/2005) contra:

VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

CNPJ: 31.327.945/0001-46

Observações:

Não Há.

*** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.

*** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).

*** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. ***

*** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R\$ 32,73 = 155 VRC - R\$ 0,65 = ISSQN 2% ***

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, sexta-feira, 18 de janeiro de 2019.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Retirada em: 24/01/2019 14:55 MGA

TERMO DE ABERTURA

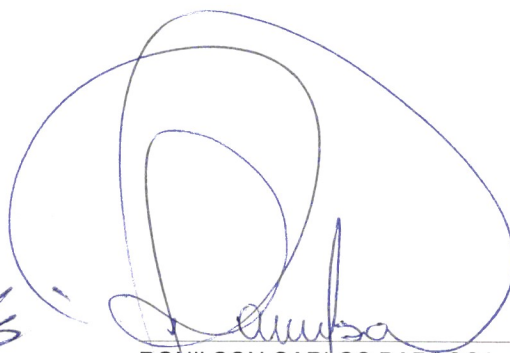
Contém este LIVRO DIÁRIO número 001 (um), 00016 (dezesesseis) FOLHAS numeradas eletronicamente do número 00001 ao número 00016 e se destina a escrituração dos lançamentos das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado.

Razão Social: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI
Endereço: Rio Piquiri, 375
Bairro: Conjunto Residencial
Cidade: Maringá
Estado: PR
CEP: 87.043-140
Registro na Junta Comercial do Paraná: 41600755006
Data do Registro: 24/08/2018
Inscrição Estadual: 90790284-68
C.N.P.J./C.P.F.: 31.327.945/0001-46
Data de Encerramento do Exercício Social: 24/08/2018

Maringá , 25 de Agosto de 2018



RAFAEL FERREIRA DOS REIS
TITULAR
RG: 86064111
CPF: 040.476.119-48



RONILSON CARLOS BARBOSA
CONTADOR
RG: 53891837
CRC: PR-038659/O-3 UF: PR



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE MARINGÁ

Termo de Autenticação 18/070887-2

O presente livro/ficha, por mim examinado e conferido, acha-se em conformidade com a legislação em vigor em seus termos de abertura e encerramento.

MARINGÁ

30 AGO, 2018

VALMIR CARDOSO DA COSTA
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO



CNPJ: 31.327.945/0001-46
NIRE nº 41600755006 de 24/08/2018
Consolidação: Empresa

Grau: 6

Encerrado em: 31/08/2018

ATIVO	
CIRCULANTE	100.000,00
DISPONIBILIDADES	100.000,00
CAIXA GERAL	100.000,00
CAIXA	100.000,00
Caixa	100.000,00

TOTAL DO ATIVO

100.000,00

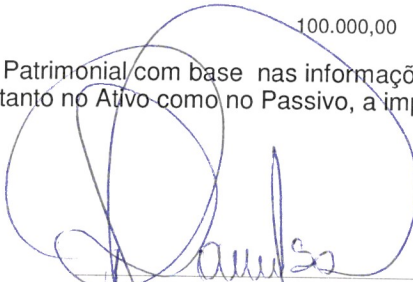
PASSIVO	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00
Capital Social Integralizado	100.000,00
	100.000,00

TOTAL DO PASSIVO

100.000,00

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/08/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).


RAFAEL FERREIRA DOS REIS
TITULAR
CPF 040.476.119-48

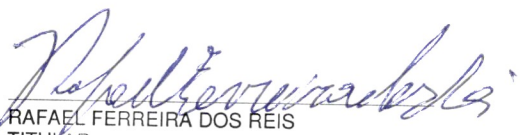

RONILSON CARLOS BARBOSA
CONTADOR
CRC PR-038659/O-3

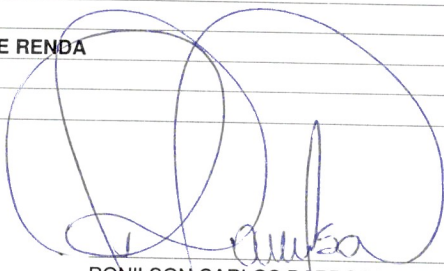
CNPJ: 31.327.945/0001-46
Consolidação: Empresa

Grau: 6

Período: 08/2018 a 08/2018

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00
RECEITA LÍQUIDA	0,00
CUSTOS	0,00
LUCRO BRUTO	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS	0,00
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00


RAFAEL FERREIRA DOS REIS
TITULAR
CPF 040.476.119-48


RONILSON CARLOS BARBOSA
CONTADOR
CRC PR-038659/O-3



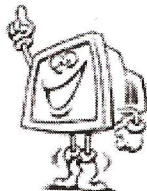
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A EMPRESA VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INCRITA NO CNPJ SOB O Nº 31.327.945/000146, LOCALIZADA À RUA RIO PIQUIRI, 375 – CONJUNTO RESIDENCIAL BRANCA VIEIRA – MARINGÁ – PR, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR VALDOMIRO ONOFRE DA SILVA, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE NO 4.277.275-5 SSP/PR E DO CPF NO 695.420.409-97, DECLARA SOB AS PENAS DA LEI QUE ATÉ A PRESENTE DATA INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA A HABILITAÇÃO NO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTANDO CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

Maringá, 02 de Fevereiro de 2019.


Valdomiro Onofre da Silva
RG: 4.277.275-5 SSP/PR
CPF: 695.420.409-97
Representante Legal

31.327.945/0001-46
I.E.: 90790284-68
VALTEC SUPRIMENTOS DE
INFORMÁTICA EIRELI
R. RIO PIQUIRI, 375
CEP 87043-140
MARINGÁ - PR



POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI

RUA MADRE MONICA MARIA N 222 - CONJUNTO HABITACIONAL LEA
LEAL - MARINGÁ/PR CEP: 87.040-440
TELEFONE: (44) 3354-7160 / (99) 9999-9999
CNPJ: 31.808.307/0001-47 IE: 90795504-40 IM: -

Ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA. UASG: 70007 Pregão Eletrônico N°982018.
Apresentamos nossa proposta de preços:

Item	Descrição	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
1	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung Marca: SAMSUNG Modelo: MLT 203U	UNIDADE	530	214,01	113.425,30

Valor total da proposta: 113.425,30

O valor total dessa proposta é de R\$ 113.425,30 (Cento e treze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos)

Dados Comerciais:

Informações Bancárias:

Banco: BANCO DO BRASIL

Agência: 3284-0

Número da Conta Corrente: 49.615-4

Condições Comerciais:

Validade da proposta: 90 dias, a contar da data da sessão.

Prazo de entrega: conforme edital e seus anexos

Prazo para pagamento: conforme edital e seus anexos

Prazo de garantia / validade: 12 meses.

Representante Legal

Pointer adistribuidora Suprimentos
para Informática eireli

[Assinatura]
CNPJ 31.808.307/0001-47
I.E. 90795504-40
DANIELA BERNANDES

RG: 136.131.179-6
Tel. (44) 3354-7160 / CEE: 099.074.009-98

Observações Gerais:

*Declaramos que estamos cientes e de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. *Declaramos que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como fretes, seguros, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no local estabelecido sem ônus. *Declaramos que não estamos sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de crimes ambientais)

*DECLARAMOS MATERIAL ORIGINAL DO FABRICANTE DA IMPRESSORA. *Declaramos cumprir as normativas de sustentabilidade ambiental. *Informamos que os cartuchos e toner usados/vazios serão coletados pela contratada, fabricante ou distribuidor autorizado, através de logística reversa dados para solicitação coleta através do EMAIL:

POINTERDISTRIBUIDORA@HOTMAIL.COM

MARINGÁ, 05 de Fevereiro de 2019



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.808.307/0001-47
Razão Social: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 22/11/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta (Dados obtidos do histórico)

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	03/06/2019
FGTS	Validade:	26/02/2019
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	27/07/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/05/2019
Receita Municipal	Validade:	03/04/2019

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/09/2019

TERMO DE ABERTURA

CONTEM O PRESENTE CONJUNTO Nº 01, 05 FOLHAS NUMERADAS E SERVIRÁ DE

BALANÇO PATRIMONIAL

DA EMPRESA: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

COM SEDE EM: MARINGÁ - PARANÁ

ENDEREÇO: RUA MADRE MÔNICA MARIA, 230, CONJUNTO HABITACIONAL LÊA LEAL,
CEP 87040-440

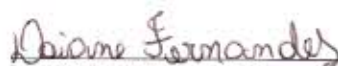
REGISTRO Nº: 41600780728

EM: 19/10/2018

ORGÃO: JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CNPJ: 31.808.307/0001-47 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90795504-40

MARINGÁ, 31 DE OUTUBRO DE 2018



DAIANE FERNANDES

C.P.F.: 099.074.009-98



ARMANDO ELOI REDMERSKI

TÉC.CONT.C.R.C./PR.: 022347/O-5



POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI

C.N.P.J.: 31.808.307/0001-47

Inscricao Estadual: 9079550440

Fl. 2

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/10/2018

ATIVO				
CIRCULANTE				
DISPONIVEL				
CAIXA GERAL				
CAIXA	95.400,00	95.400,00	95.400,00	95.400,00
TOTAL DO ATIVO				95.400,00

POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI

C.N.P.J.: 31.808.307/0001-47

Inscricao Estadual: 9079550440

Fl. 3

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/10/2018

PASSIVO				
PATRIMONIO LIQUIDO				
CAPITAL				
CAPITAL SOCIAL				
CAPITAL SUBSCRITO	95.400,00	95.400,00	95.400,00	95.400,00
TOTAL DO PASSIVO				95.400,00

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial no valor de R\$ 95.400,00 - Noventa e cinco mil quatrocentos reais conforme documentos apresentados.

MARINGA-PR, 31 de Outubro de 2018.

Daiane Fernandes
DAIANE FERNANDES
CPF: 09907400998

Armando Eliot Redmerski
ARMANDO ELIOT REDMERSKI
CRC: 022347/O-5 CPF: 20378238949
Técnico Contábil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO ANALITICA EM 31/10/2018

RECEITA LIQUIDA.....	0,00
(=) LUCRO BRUTO.....	0,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
RES. OPERAC. ANTES RES. FINANCEIRO.....	0,00
RES. ANTES DESP. C/ TRIBUTOS SOBRE LUCRO.....	0,00
(=) LUCRO LIQUIDO EXERCICIO.....	0,00

Reconhecemos a exatidão da presente Demonst. do Resultado no valor de R\$ 0,00 - conforme documentos apresentados.

MARINGÁ-PR, 31 de Outubro de 2018.

Daiane Fernandes
DAIANE FERNANDES
CPF: 09907400998

Armando Elcio Pedmerski
ARMANDO ELCIO PEDMERSKI
CRC: 02234770-5 CPF: 20378238949
Técnico Contábil

TERMO DE ENCERRAMENTO

CONTEM O PRESENTE CONJUNTO Nº 01, 05 FOLHAS NUMERADAS E SERVIU DE

BALANÇO PATRIMONIAL

DA EMPRESA: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

COM SEDE EM: MARINGÁ - PARANÁ

ENDEREÇO: RUA MADRE MÔNICA MARIA, 230, CONJUNTO HABITACIONAL LÉA LEAL,
CEP 87040-440

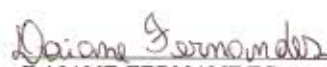
REGISTRO Nº: 41600780728

EM: 19/10/2018

ORGÃO: JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CNPJ: 31.808.307/0001-47 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90795504-40

MARINGÁ, 31 DE OUTUBRO DE 2018


DAIANE FERNANDES
C.P.F.: 099.074.009-98


ARMANDO ELOI REDMERSKI
TÉC.CONT.C.R.C./PR.: 022347/O-5

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.808.307/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/10/2018
NOME EMPRESARIAL POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári			
LOGRADOURO R MADRE MONICA MARIA	NÚMERO 230	COMPLEMENTO	
CEP 87.040-440	BAIRRO/DISTRITO CONJUNTO HABITACIONAL LEA LEAL	MUNICÍPIO MARINGA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO POINTERDISTRIBUIDORA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (44) 3354-7160	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/10/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **05/02/2019** às **18:13:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.808.307/0001-47
Razão Social: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Sócio/Administrador

CPF:	099.074.009-98	Participação Societária:	100,00%
Nome:	DAIANE FERNANDES		
Carteira de Identidade:	131311796	Órgão Expedidor:	comarca pr
Data de Expedição:	20/07/2011	Data de Nascimento:	05/05/1992
Filiação Materna:	ELIANE FERNANDES		
Estado Civil:	Solteiro(a)		
CEP:	87.112-000		
Endereço:	OUTROS CUIABA, 1458 - JD GRALHA AZUL		
Município / UF:	Sarandi / Paraná		
Telefone:	(00) 00000000		
Email:	pointerdistribuidora@hotmail.com		



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/02/2019 18:11:25

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI**
CNPJ: **31.808.307/0001-47**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

1

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO

DAIANE FERNANDES, brasileira, solteira, maior, natural de Goioerê, Paraná, nascida em 05/05/1992, empresária, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias nº 3607, Parque Pioneiros, CEP 87114-130, em Sarandi, Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 13.131.179-6, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná e do C.P.F./M.F. nº 099.074.009-98, resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A EIRELI girará sob o Nome Empresarial de **POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI**, com sede e foro à Rua Madre Mônica Maria nº 230, Conjunto Habitacional Lea Leal, CEP 87040-440, em Maringá, Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA - A EIRELI terá como objeto a exploração do ramo de comércio varejista e atacadista de equipamentos e suprimentos de informática.

Daiane

CLÁUSULA TERCEIRA - A EIRELI iniciará suas atividades a partir de 15 de outubro de 2018 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - O capital social será de R\$ 95.400,00 (noventa e cinco mil e novecentos reais), dividido em 95.400 (noventa e cinco mil e quatrocentas) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizado neste ato, em moeda corrente do País e distribuído da seguinte forma:

TITULAR	Nº DE QUOTAS	CAPITAL-R\$	%
DAIANE FERNANDES	<u>95.400</u>	<u>95.400,00</u>	<u>100</u>
TOTAIS	95.400	95.400,00	100

CLÁUSULA QUINTA - A responsabilidade da titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA - A EIRELI será administrada pela titular **DAIANE FERNANDES**, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da EIRELI.

Parágrafo 1º - Faculta-se à administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º - Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no artigo 1.061, da Lei 10.406/2002.

3º TABELIONATO DE NOTAS
ANTONIO GRASSANO NETO
Certifico esta cópia de um doc. eletrônico que está conforme documento disponível no site: *empresafacil*
Assinado nesta data, dou fé

Av. Herval, 373
Maringá - PR

08 NOV 2018

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 19/10/2018
www.empresafacil.pr

Em testê:
☐ ANA CATOLINE DE SOUZA SILVA
☐ ANANDA CAETANA DIAS
☐ ANNE ELISE MANOJA REIS FREITAS
☐ DANIELE DE ARAUJO
☐ MAYSA CLÁUDIA MOREI
☐ THAYSE FIDELMENTE BLUM WOLOHE
☐ WELCH CRISTINE FERREIRA

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação informando seus respectivos códigos.

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/10/2018 11:26 SOB Nº 41600780728.
PROTOCOLO: 185821065 DE 16/10/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804421787. NIRE: 41600780728.
POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 19/10/2018
www.empresafacil.pr

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/02/2019 15:16:46

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

Certifico que o selo de autenticação de atos foi afixado na última folha do documento.

TRE

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

CLÁUSULA OITAVA - A titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA NONA - A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pela titular.

CLÁUSULA DÉCIMA - Falecendo ou interditada a titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e a incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a sua titular.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Declara a titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direitos, que a mesma não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A titular declara, sob as penas da Lei, que não está impedida, por Lei especial, e nem condenada ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que a proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedida, ou de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A titular da EIRELI declara, sob as penas da Lei, que a empresa se enquadra na situação de microempresa, nos termos do Art. 3º, caput e parágrafos, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Maringá, Paraná, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente ato.

2º TABELIONATO DE NOTAS
 ANTONIO GRASSANO NETO
 Autentico esta cópia de um doc. eletrônico que está conforme o documento disponível no site...
 ...acessado nesta data, dou fé

Av. Paraná, 373
 Maringá - PR

08 NOV 2018

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Em face de:

<input type="checkbox"/> ROSA CAROLINE DE SOUZA SILVA	<input type="checkbox"/> MAYSA CLÁUDIA MACIEL
<input type="checkbox"/> MARINO CRISTINA DINIZ	<input type="checkbox"/> THAYSE FIGUEIREDO RIBEIRO ANGELONE
<input type="checkbox"/> ANNE EUSEFANOVIA REIS FERNANDES	<input type="checkbox"/> WELCH CRISTINE FERREIRA
<input type="checkbox"/> PRIMAVERA DE ARAÚJO ROLIM	

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação informada nos respectivos órgãos

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/10/2018 11:26 SOB Nº 41600780728.
 PROTOCOLO: 185821065 DE 16/10/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11804421787. NIRE: 41600780728.
 POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 19/10/2018
 www.empresafacil.pr

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
 Em: 06/02/2019 15:16:46
 Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

Certifico que o selo de autenticidade
 de atos foi afixado na última folha do
 documento.

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO

E, por estar assim justo e contratado, lavra data e assina, o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, em 1 (uma) via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá, 08 de outubro de 2018



Daiane Fernandes
DAIANE FERNANDES



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/10/2018 11:26 SOB N° 41600780728.
PROTOCOLO: 185821065 DE 16/10/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804421787. NIRE: 41600780728.
POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 19/10/2018
www.empresafacil.pr

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/02/2019 15:16:46
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO - COMARCA DE SARANDI - PARANÁ
 Rua Jaguaré, 337 - Centro - Fone/Fax: (41) 3264-2231 - CEP: 87.111-140 - Sarandi-PR

Selo Nº 2y704.Uacsd.Eh4vH.Ej5w1.tvfw9
 Consulte em http://funarpen.com.br

Reconheço por Verdadeira a firma indicada de **DAIANE FERNANDES**, Lv. 332 F. 096 N. 234975, Dou fe Sarandi-Paraná, em 11 de outubro de 2018, 88.

Em Teste da Verdade

Ulisses Rodrigo Capelato - Escrevente Juruamentado
 Emolumentos: R\$6,41(VRC 43,60), Funrjus: R\$2,10, Selo: R\$0,60, ISS: R\$0,25, FADep: R\$0,42, Total = R\$11,98

3º TABELIONATO DE NOTAS
 ANTONIO GRASSANO NETO
 Autentico esta cópia de um doc. eletrônico que esta conforme o documento disponível no site, em 03/10/2018, necessado nesta data, dou fe

Av. Herval, 373
 Maringa - PR

Em teste

☐ ALOISIO CARLOS DE SOUZA SILVA
☐ AMANDA CRISTINA JUNG
☐ ANNE ELISE MANJURAK REIS FERNANDES
☐ FRANCIELE DE ARAUJO ROLIM

☐ MAYSON AUCHA MOURI
☐ THAYSE F. JERREDO S. RO ANDREONE
☐ WELCH L. JUSTINE PEREIRA

Lei 11.419 de 16/07/2006
 Selo Funarpen
 FPC79549

TABELIONATO DE NOTAS
 Thiane Figueredo Ribeiro Angelone
 Escrevente Juruamentada
 MARINGÁ - PARANÁ



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/10/2018 11:26 SOB Nº 41600780728.
 PROTOCOLO: 185821065 DE 16/10/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11804421787. NIRE: 41600780728.
 POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

Libertad Bogus
 SECRETARIA-GERAL
 CURITIBA, 19/10/2018
 www.empresafacil.pr.gov.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
 Em: 06/02/2019 15:16:46
 Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação

Certifico que o selo de autenticidade de atos foi afixado na última folha do documento.

PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA **INFORMATICA EIRELI - ME**

CNPJ: 27230038/0001-07

I.E: 016040529-69

RUA 28 DE JUNHO 1841 MARINGA-PR CEP 87043-220

Email pontocomsuprimentos@hotmail.com

Tel 44 33469891

A empresa **PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI ME**, CNPJ: **27.230.038/000107**, IE: **016040529-69**, com sede **RUA 28 DE JUNHO Nº 1841, MARINGÁ – PR, JD. TUPINAMBÁ, CEP: 87043-220**, declara para de prova junto á Órgãos Públicos, que a empresa **POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA**, devidamente inscrita sob CNPJ nº **31.808.307/0001-47**, sediada no endereço: **RUA MADRE MONICA MARIA, nº. 222, CJ. LEA LEAL, Maringá – PR - CEP: 87040-440**, atesta ser atendidos satisfatoriamente em todas unidades, os seguintes materiais, atestando: prazo entrega, originalidade , quantidades , marca:

REFERENCIA	MARCA	Entrega dos materiais	QUANTIDADE DO CONTRATO	QUANTIDADE ADQUIRIDA
CARTUCHO DE TONER ORIGINAL SAMSUNG MLT-D203U	SAMSUNG ORIGINAL	3 DIAS	200 UNIDADES	200 UNIDADES

HUGO LEONARDO PINHEIRO LOPES
CPF 046949699-19
REPRESENTANTE LEGAL -PROPRIETARIO

MARINGÁ,30 JANEIRO DE 2019



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20190134249

RAZÃO SOCIAL	
XX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	31.808.307/0001-47

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 09/01/2019, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 21064254

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

CNPJ

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

31.808.307/0001-47

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.532.896.145


EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 11 JANEIRO DE 2019

HORA: 16:56:9:7

Código de Autenticidade: 03E99C8E3CBD913EEE3F0275AD3FDEC7

	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ Estado do Paraná SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
Cadastro: 202720	CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47	
ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO		
POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI		
LOCALIZAÇÃO RUA MÔNICA MARIA,MADRE, 230 LT.92A-4-92A-5-I-B/8 Área Construída Utilizada: 60,00 m² Área Total Utilizada: 60,00 m²		<u>Zona / Quadra / Data</u> 37 000 092A <u>Cadastro Imobiliário</u> 37379000
ATIVIDADE COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA		
OBSERVAÇÕES *Restrição: proibidas atividades de manutenção e recarga de cartuchos.;NIB 1204669;		

Expedido em 16/01/2019

Código validador nº B34BE0C5B

Prezado contribuinte!

1. Juntamente com o "Alvará de Localização" está sendo entregue o *código validador* acima descrito. Guarde-o com segurança.
2. O código será requisitado para validação do usuário no primeiro acesso aos sistemas informatizados da Prefeitura, após a solicitação de *senha web*.
3. A *senha web* deverá ser solicitada no endereço eletrônico <https://isse.maringa.pr.gov.br>.
4. Não é necessário a solicitação de *senha web* para empresas que utilizam o *Certificado Digital e-CNPJ*. Neste caso, basta acessar diretamente o sistema pretendido.

Dúvidas, entre em contato através do e-mail: isseletronico@maringa.pr.gov.br.
Procedimento válido a partir de 12/12/2016.

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 22/01/2019, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI
31.808.307/0001-47

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/01/2019

Data da última atualização do banco de dados: 22/01/2019

Selo digital de segurança: **2019.CTD.MLMK.2VOH.8W4S.M1S0.HC4W**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 22/01/2019, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI
31.808.307/0001-47

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/01/2019

Data da última atualização do banco de dados: 22/01/2019

Selo digital de segurança: **2019.CTD.9A9H.8MCH.IAXQ.9WXA.AFVJ**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 31808307/0001-47
Razão Social: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE
Endereço: R MADRE MONICA MARIA 230 / C HAB LEA LEAL / MARINGA / PR / 87040-440

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/01/2019 a 26/02/2019

Certificação Número: 2019012803014560260168

Informação obtida em 29/01/2019, às 14:34:46.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

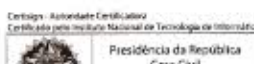
Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
41 6 0078072-8	31.808.307/0001-47	19/10/2018	15/10/2018
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP) RUA Madre Mônica Maria, 230, Conjunto Habitacional Lea Leal, MARINGÁ, PR, 87.040-440			
Objeto COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA			
Capital: R\$ 95.400,00 (NOVENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração	
Capital Integralizado: R\$ 95.400,00 (NOVENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS)	Microempresa	Indeterminado	
Titular Nome/CPF DAIANE FERNANDES 099.074.009-98	Administrador Sim	Início do Mandato 08/10/2018	Término do Mandato XXXXXXXXXX
Último Arquivamento Data: 19/10/2018 Ato: ATO CONSTITUTIVO		Situação REGISTRO ATIVO	
Evento (s): ATO CONSTITUTIVO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA		Status XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	

CURITIBA - PR, 22 de novembro de 2018

18/687593-2

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL





Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.808.307/0001-47
Razão Social: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 22/11/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	03/06/2019
FGTS	Validade:	26/02/2019
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	27/07/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/05/2019
Receita Municipal	Validade:	03/04/2019

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/09/2019

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

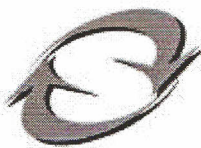
Emitido em: 29/01/2019 14:24


CPF: 099.074.009-98 Nome: DAIANE FERNANDES

Ass: _____

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/02/2019 15:16:46
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

	SINTEGRA Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná	
---	--	---

IDENTIFICAÇÃO Cadastro atualizado até a data da consulta  **Data/Hora Host CELEPAR 03/01/2019 - 14:38:19**

CNPJ:	31.808.307/0001-47	Inscrição Estadual:	90795504-40
Nome Empresarial:	POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI		

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA MADRE MÔNICA MARIA		
Número:	230	Complemento:	
Bairro:	CONJUNTO HABITACION		
Município:	MARINGA	UF:	PR
CEP:	87.040-440	Telefone:	(44)8443-4131
E-mail:	LIBERDADE@TERACOM.COM.BR		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4751201 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4651601 - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA 4651602 - COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA
Início das Atividades:	10/2018
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 10/2018
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 10/2018
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

[Consultar novo contribuinte do Paraná](#)

[Acessar cadastro de outros Estados](#)

Cadastro de Inscrições EstaduaisData/Hora Host CELEPAR
07/01/2019 - 14 49 50**Informações do Contribuinte**

Inscrição Estadual	90795504-40	Inscrição CNPJ 31.808.307/0001-47
Nome Empresarial	Pointer Distribuidora Suprimentos para Informatica Eireli	
Endereço	Rua Madre Monica Maria, 230. Conjunto Habitacion 87040-440 - Maringa - PR	
Telefone	(44)8443-4131	
E-mail	LIBERDADE@TERACOM.COM.BR	
Atividade Econômica Principal	4751-2/01 - Comercio Varejista Especializado de Equipamentos e Suprimentos de Informatica	
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s)	4651-6/01 - Comercio Atacadista de Equipamentos de Informatica 4651-6/02 - Comercio Atacadista de Suprimentos para Informatica	
Características do Estabelecimento	Unidade Produtiva com Atividade no Local	
Formas de Atuação	Estabelecimento Fixo(Loja, Posto de Combustível, Etc)	
Início das Atividades	10/2018	
Código SRP Atual:	1.2520.203 - Desde 10/2018	
Situação Cadastral Atual:	Ativo - Desde 10/2018	
Regime Pagamento Atual:	2520.203 - Simples Nacional / Simples Nacional - Dia 03 do Mes+2 - Desde 10/2018	
SPED (EFD, NF-e, CT-e, NFC-e):	Maiores informações clique aqui	

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 31.808.307/0001-47
NOME EMPRESARIAL: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI
CAPITAL SOCIAL: R\$ 95.400,00 (Noventa e cinco mil e quatrocentos reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DAIANE FERNANDES
Qualificação:	65-Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 07/01/2019 às 14:55 (data e hora de Brasília).

SECRETARIA DE NOTAS
Tribunal Superior de Justicia
M. de la J. de la J. de la J.
M. de la J. de la J. de la J.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

REGISTRO GERAL: 13.131.178-8 DATA DE EMISSÃO: 20/07/2011

NOME: DALANE FERNANDES

FILIAÇÃO: ELIANE FERNANDES

NATURALIDADE: GOIOEREP/PR

DATA DE NASCIMENTO: 05/04/1952

CPF: 000.000.000-00

COMANDO: GOIOEREP/PR DA SEDE

CINCO: 1987, LIVRO: 43A, FOLHA: 48

ASSINATURA DO DIRETOR

LE Nº 7.116 DE 28/03/83

IMPRESSO PLASTICOM

[illegible]

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
099.074.009-98

Nome
DAIANE FERNANDES

Nascimento
05/05/1992



CÓDIGO DE CONTROLE
1CD9.E3BB.AB46.5BF6

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 16:15:36 do dia 08/08/2011 (hora e data de Brasília)
dígito verificador 00



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGÁ
Estado do Paraná
Exercício: 2019

Situação Cadastral

Empresa/Autônomo

Normal

Cadastro: 202720

Nome: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI

Endereço: R. MÔNICA MARIA,MADRE, 230 - LT.92A-4-92A-5-I-B/8

Bairro:

Cidade: MARINGÁ - PR

Data Abertura: 23/10/18

Data Encerramento:

Número do Alvará: 439/2019

Data Validade Alvará:

Atividade: COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

Observação do Alvará: *Restrição: proibidas atividades de manutenção e recarga de cartuchos.;NIB 1204669;



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 016519/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 06/02/2019 15:16:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Pregão Eletrônico

70007.982018.17252.4697.60367877889



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00098/2018

Às 09:02 horas do dia 01 de fevereiro de 2019, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 1/2019 de 02/01/2019, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 18881/2018, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00098/2018. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do Edital e Anexo.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1**Descrição:** CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG**Descrição Complementar:** CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Sim**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 530**Valor estimado:** R\$ 185.500,0000**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Aceito para: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, **pelo melhor lance de** R\$ 113.430,0000 **e com valor negociado a** R\$ 113.425,3000 .

Histórico**Item: 1 - CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG****Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas pelo pregoeiro)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Declaração PPB/TP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
26.930.358/0001-07	FL SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT-D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 329,0000	R\$ 174.370,0000	01/02/2019 08:41:47
27.030.815/0001-70	KAMYLLA SOUSA MOREIRA 05648451164 Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT-D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 349,0000	R\$ 184.970,0000	31/01/2019 20:29:09
31.808.307/0001-47	POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT 203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 350,0000	R\$ 185.500,0000	21/01/2019 15:51:34
26.962.292/0001-37	MP PRODUTOS E SERVICOS EIRELI Marca: samsung Fabricante: samsung Modelo / Versão: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CART Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 350,0000	R\$ 185.500,0000	21/01/2019 15:51:43

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/02/2019 15:17:58

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

13.003.521/0001-44	DJ & 3V COMERCIO E SISTEMAS REPROGRAFICOS EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 350,0000	R\$ 185.500,0000	23/01/2019 10:35:51
	Marca: Samsung Original Fabricante: Samsung Original Modelo / Versão: MLT203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA. Validade da Proposta: Vide Edital Prazo de Pagamento: Vide Edital Prazo de Entrega: Vide Edital							
28.201.430/0001-90	GLOBAL SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 350,0000	R\$ 185.500,0000	23/01/2019 15:42:14
	Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT-D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA							
23.698.288/0001-15	S2 COMERCIOS & SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 350,0000	R\$ 185.500,0000	24/01/2019 11:30:37
	Marca: samsung Fabricante: samsung Modelo / Versão: MLT 203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung							
31.621.754/0001-92	HOUSE SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 350,0000	R\$ 185.500,0000	31/01/2019 16:06:07
	Marca: HOUSE SUPRIMENTOS Fabricante: HOUSE SUPRIMENTOS Modelo / Versão: D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO COMPATIVEL, COR TINTA PRETA							
00.476.308/0001-08	M P A VALENTE SERVICE ME	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 350,0000	R\$ 185.500,0000	31/01/2019 16:48:16
	Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT 203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA							
20.044.711/0001-75	VANIA BARBIERI BARBOSA	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 350,0000	R\$ 185.500,0000	01/02/2019 08:55:13
	Marca: Samsung Fabricante: HP Modelo / Versão: MLT D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung							
10.742.589/0001-57	LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 380,0000	R\$ 201.400,0000	30/01/2019 09:19:12
	Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT-D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA							
31.327.945/0001-46	VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 400,0000	R\$ 212.000,0000	01/02/2019 08:32:03
	Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MTL203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA							
29.106.687/0001-26	HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 450,0000	R\$ 238.500,0000	21/01/2019 08:05:52
	Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT-D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung							
20.587.905/0001-17	SUSEJ COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 450,0000	R\$ 238.500,0000	23/01/2019 15:28:52

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/02/2019 15:17:58
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT-D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA								
78.126.950/0011-26	MICROSENS S/A	Não	Não	Nenhuma	530	R\$ 450,0000	R\$ 238.500,0000	31/01/2019 17:01:49
Marca: Samsung. Fabricante: HP. Modelo / Versão: MLT-D203U. Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Marca Samsung, modelo MLT-D203U. Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung.								
27.044.495/0001-07	PA COMERCIO E SERVICOS GERAIS EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 450,0000	R\$ 238.500,0000	01/02/2019 08:38:41
Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT 203U. Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA								
13.645.010/0001-26	D V PINHEIRO	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 500,0000	R\$ 265.000,0000	29/01/2019 17:10:31
Marca: samsung Fabricante: samsung Modelo / Versão: sansung mlt203u Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA								
31.462.753/0001-42	DONE FLEX SOLUCOES INOVADORAS EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 530,0000	R\$ 280.900,0000	01/02/2019 08:38:36
Marca: Samsung Fabricante: Samsung Modelo / Versão: MLT 203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung								
26.144.632/0001-12	R. A. DOS SANTOS FILHO	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 545,0000	R\$ 288.850,0000	31/01/2019 15:37:07
Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: ORIGINAL Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung VALIDADE DA PROPOSTA 60 DIAS, PRAZO DE ENTREGA DE 15 DIAS, PRAZO DE GARANTIA DOS PRODUTOS DE 12 MESES.								
06.036.939/0004-35	WAZ HARDWARE IMPORT E COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORM	Não	Não	Nenhuma	530	R\$ 550,0000	R\$ 291.500,0000	22/01/2019 12:16:13
Marca: Samsung Fabricante: Samsung Modelo / Versão: Samsung Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mesma descrição do edital.								
24.440.080/0001-64	SHEKINA COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 550,0000	R\$ 291.500,0000	31/01/2019 15:15:52
Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: SAMSUNG Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA								
03.328.413/0001-98	LEXBEMARK COMERCIO LTDA	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 580,0000	R\$ 307.400,0000	30/01/2019 16:30:28
Marca: SAMSUNG ORIGINAL Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: MLT-D203U Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas. Referência do Toner: MLT-D203U. Marca: Samsung. ORIGINAL. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, Garantia dos produtos: 12 (doze) meses.								
00.710.985/0001-49	VIBHUTI COMERCIO LTDA	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 600,0000	R\$ 318.000,0000	28/01/2019 15:16:12
Marca: samsung Fabricante: samsung Modelo / Versão: samsung/ mlt-203u Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA marca samsung								
28.820.155/0001-93	A V SUPRIMENTOS EIRELI	Sim	Sim	Nenhuma	530	R\$ 600,0000	R\$ 318.000,0000	30/01/2019 16:08:38

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/02/2019 15:17:58

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/02/2019 15:17:58
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 26.500.000,0000	19.925.518/0001-64	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 5.300.000,0000	11.586.890/0001-81	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 636.000,0000	23.232.208/0001-31	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 575.935,1000	19.603.291/0001-30	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 530.000,0000	13.777.884/0001-37	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 530.000,0000	27.682.981/0001-50	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 530.000,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 530.000,0000	12.710.145/0001-65	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 344.500,0000	13.576.534/0001-02	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 318.000,0000	28.820.155/0001-93	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 318.000,0000	00.710.985/0001-49	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 307.400,0000	03.328.413/0001-98	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 291.500,0000	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 291.500,0000	24.440.080/0001-64	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 288.850,0000	26.144.632/0001-12	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 280.900,0000	31.462.753/0001-42	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 265.000,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 238.500,0000	20.587.905/0001-17	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 238.500,0000	78.126.950/0011-26	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 238.500,0000	27.044.495/0001-07	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 238.500,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 212.000,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 201.400,0000	10.742.589/0001-57	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 185.500,0000	00.476.308/0001-08	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 185.500,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 185.500,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 185.500,0000	26.962.292/0001-37	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 185.500,0000	28.201.430/0001-90	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 185.500,0000	23.698.288/0001-15	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 185.500,0000	20.044.711/0001-75	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 185.500,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 184.970,0000	27.030.815/0001-70	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 174.370,0000	26.930.358/0001-07	01/02/2019 09:02:47:540
R\$ 174.360,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:07:58:370
R\$ 253.000,0000	00.710.985/0001-49	01/02/2019 09:08:21:747
R\$ 371.000,0000	23.232.208/0001-31	01/02/2019 09:08:24:170
R\$ 174.317,0000	26.144.632/0001-12	01/02/2019 09:09:20:547
R\$ 174.307,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:09:24:190
R\$ 175.500,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:09:30:533
R\$ 174.300,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:11:08:053
R\$ 174.290,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:11:11:507
R\$ 174.280,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:11:59:463
R\$ 252.244,6700	19.925.518/0001-64	01/02/2019 09:11:59:807
R\$ 174.270,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:12:03:620
R\$ 174.269,9900	00.476.308/0001-08	01/02/2019 09:13:14:780
R\$ 174.259,9900	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:13:17:970
R\$ 174.250,0000	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:14:20:690
R\$ 174.240,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:14:23:707
R\$ 275.600,0000	12.710.145/0001-65	01/02/2019 09:14:52:193
R\$ 174.235,0000	10.742.589/0001-57	01/02/2019 09:16:00:103
R\$ 174.225,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:16:03:573
R\$ 174.224,9900	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:17:52:533
R\$ 174.214,9900	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:17:56:830
R\$ 174.214,9800	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:18:48:300
R\$ 174.204,9800	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:18:53:177
R\$ 550.000,0000	19.603.291/0001-30	01/02/2019 09:19:01:427
R\$ 174.200,0000	10.742.589/0001-57	01/02/2019 09:19:27:053
R\$ 174.190,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:19:30:460
R\$ 174.189,8500	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:21:45:610
R\$ 174.900,0000	27.682.981/0001-50	01/02/2019 09:21:48:687
R\$ 174.179,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:21:48:983
R\$ 174.150,0000	10.742.589/0001-57	01/02/2019 09:21:58:767

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/02/2019 15:17:58

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

R\$ 174.140,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:22:09:267
R\$ 174.139,8000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:23:48:570
R\$ 174.129,8000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:23:51:587
R\$ 174.128,7900	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:24:11:460
R\$ 174.118,7900	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:24:15:120
R\$ 174.100,0000	10.742.589/0001-57	01/02/2019 09:24:26:103
R\$ 174.099,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:24:32:917
R\$ 173.200,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:24:35:917
R\$ 173.190,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:24:39:353
R\$ 173.189,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:24:53:793
R\$ 173.179,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:24:59:980
R\$ 173.000,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:25:04:950
R\$ 173.149,8500	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:25:10:340
R\$ 172.999,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:25:13:887
R\$ 172.989,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:25:20:513
R\$ 172.988,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:25:36:200
R\$ 172.978,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:25:40:967
R\$ 172.849,8500	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:25:44:890
R\$ 172.839,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:26:01:047
R\$ 172.848,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:26:01:767
R\$ 171.000,0000	10.742.589/0001-57	01/02/2019 09:26:21:860
R\$ 170.990,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:26:25:330
R\$ 170.989,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:26:29:783
R\$ 172.849,8300	00.476.308/0001-08	01/02/2019 09:26:33:690
R\$ 170.979,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:26:46:080
R\$ 170.978,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:26:51:003
R\$ 169.849,8500	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:26:59:550
R\$ 169.839,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:27:06:847
R\$ 170.000,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:27:10:847
R\$ 169.838,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:27:12:223
R\$ 170.988,0000	00.476.308/0001-08	01/02/2019 09:27:16:677
R\$ 169.828,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:27:27:053
R\$ 333.000,0000	19.603.291/0001-30	01/02/2019 09:27:31:583
R\$ 169.827,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:27:32:270
R\$ 169.327,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:27:53:290
R\$ 172.839,0000	27.682.981/0001-50	01/02/2019 09:27:54:693
R\$ 169.326,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:27:56:790
R\$ 169.600,0000	10.742.589/0001-57	01/02/2019 09:27:59:803
R\$ 169.800,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:28:00:133
R\$ 169.825,0000	00.476.308/0001-08	01/02/2019 09:28:04:240
R\$ 168.826,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:28:16:010
R\$ 168.825,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:28:20:883
R\$ 169.319,8500	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:28:24:353
R\$ 168.325,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:28:37:087
R\$ 168.800,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:28:38:730
R\$ 168.324,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:28:41:120
R\$ 168.800,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:28:47:947
R\$ 167.849,8500	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:28:53:760
R\$ 167.349,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:28:57:247
R\$ 330.000,0000	19.603.291/0001-30	01/02/2019 09:28:58:683
R\$ 168.000,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:28:59:010
R\$ 167.348,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:29:01:823
R\$ 167.800,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:29:13:463
R\$ 166.848,8500	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:29:18:073
R\$ 166.847,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:29:22:027
R\$ 167.347,9800	26.930.358/0001-07	01/02/2019 09:29:35:187
R\$ 166.847,8000	20.044.711/0001-75	01/02/2019 09:29:38:780
R\$ 166.846,7900	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:29:42:340
R\$ 165.000,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:29:47:920
R\$ 165.800,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:29:50:123
R\$ 164.999,9500	20.044.711/0001-75	01/02/2019 09:29:59:217
R\$ 164.999,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:30:02:983
R\$ 164.800,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:30:07:420
R\$ 155.800,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:30:18:780
R\$ 164.799,9500	20.044.711/0001-75	01/02/2019 09:30:19:233

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/02/2019 15:17:58

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

	R\$ 159.000,0000	13.003.521/0001-44	01/02/2019 09:30:19:890
	R\$ 155.799,0000	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:30:23:470
	R\$ 164.999,8500	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:30:27:907
	R\$ 164.300,0000	10.742.589/0001-57	01/02/2019 09:30:44:703
	R\$ 155.769,8500	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:31:12:597
	R\$ 179.500,0000	03.328.413/0001-98	01/02/2019 09:31:14:393
	R\$ 155.768,8500	31.621.754/0001-92	01/02/2019 09:31:16:660
	R\$ 155.700,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:31:57:897
	R\$ 152.500,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:32:01:490
	R\$ 151.900,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:32:23:100
	R\$ 154.760,0000	28.820.155/0001-93	01/02/2019 09:32:28:760
	R\$ 168.800,0000	31.462.753/0001-42	01/02/2019 09:32:31:603
	R\$ 152.499,0000	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:32:57:430
	R\$ 164.294,7000	26.144.632/0001-12	01/02/2019 09:33:07:790
	R\$ 151.899,9900	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:33:44:293
	R\$ 150.900,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:33:55:217
	R\$ 142.000,0000	78.126.950/0011-26	01/02/2019 09:33:58:327
	R\$ 160.000,0000	00.476.308/0001-08	01/02/2019 09:34:01:013
	R\$ 213.351,5000	13.777.884/0001-37	01/02/2019 09:34:14:390
	R\$ 140.000,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:34:26:640
	R\$ 292.000,0000	11.586.890/0001-81	01/02/2019 09:34:27:657
	R\$ 132.000,0000	78.126.950/0011-26	01/02/2019 09:34:41:250
	R\$ 131.000,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:34:52:393
	R\$ 135.000,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:34:54:017
	R\$ 130.500,0000	78.126.950/0011-26	01/02/2019 09:35:18:737
	R\$ 132.500,0000	29.106.687/0001-26	01/02/2019 09:35:24:067
	R\$ 130.999,9900	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:35:24:190
*	R\$ 131,5000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:35:27:003
	R\$ 130.000,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:35:28:143
	R\$ 127.500,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:35:50:677
	R\$ 126.800,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:36:03:240
	R\$ 137.747,0000	27.682.981/0001-50	01/02/2019 09:36:11:820
	R\$ 129.800,0000	78.126.950/0011-26	01/02/2019 09:36:12:710
	R\$ 127.499,9900	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:36:40:523
	R\$ 126.799,9900	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:37:11:307
*	R\$ 126,7990	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:37:26:950
	R\$ 125.900,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:37:32:137
	R\$ 164.989,0000	26.930.358/0001-07	01/02/2019 09:37:59:170
	R\$ 125.879,9900	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:38:08:250
	R\$ 125.860,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:38:28:187
	R\$ 125.859,9000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:39:06:050
	R\$ 120.000,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:39:17:627
	R\$ 119.900,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:39:25:817
	R\$ 119.999,9000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:39:26:627
	R\$ 119.890,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:39:50:550
	R\$ 128.800,0000	78.126.950/0011-26	01/02/2019 09:40:03:990
	R\$ 119.880,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:40:12:867
	R\$ 119.875,9000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:40:21:647
	R\$ 119.875,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:40:38:680
	R\$ 115.800,0000	18.078.753/0001-85	01/02/2019 09:40:43:617
	R\$ 119.870,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:40:45:977
	R\$ 115.798,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:41:09:993
	R\$ 119.874,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:41:23:730
	R\$ 115.795,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:41:50:247
	R\$ 115.790,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:41:58:810
	R\$ 115.785,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:42:24:500
	R\$ 115.780,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:42:30:797
	R\$ 115.778,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:42:56:313
	R\$ 115.772,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:43:04:783
	R\$ 115.770,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:43:26:050
	R\$ 115.690,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:43:34:160
	R\$ 115.678,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:43:46:067
	R\$ 114.890,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:43:51:300
	R\$ 114.880,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:44:00:833
	R\$ 114.870,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:44:12:943

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
 Em: 06/02/2019 15:17:58
 Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

R\$ 114.888,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:44:15:910
R\$ 114.868,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:44:24:007
R\$ 114.867,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:44:36:227
R\$ 114.865,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:44:47:303
R\$ 114.865,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:44:48:837
R\$ 114.864,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:45:00:303
R\$ 114.862,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:45:11:353
R\$ 114.855,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:45:20:790
R\$ 114.861,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:45:24:133
R\$ 114.830,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:45:48:200
R\$ 114.825,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:45:58:543
R\$ 114.828,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:46:07:573
R\$ 114.819,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:46:08:480
R\$ 114.818,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:46:21:077
R\$ 114.817,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:46:34:513
R\$ 114.816,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:46:47:827
R\$ 114.816,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:46:50:060
R\$ 114.814,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:47:01:640
R\$ 114.812,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:47:08:877
R\$ 114.800,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:47:16:110
R\$ 114.798,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:47:33:580
R\$ 114.798,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:47:35:550
R\$ 114.794,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:47:50:923
R\$ 152.299,0000	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:47:51:643
R\$ 114.795,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:47:55:533
R\$ 114.770,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:47:59:080
R\$ 114.765,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:48:12:940
R\$ 114.766,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:48:23:910
R\$ 114.764,9800	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:48:29:583
R\$ 114.760,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:48:39:443
R\$ 114.762,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:48:45:413
R\$ 114.759,9900	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:48:49:880
R\$ 114.755,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:49:02:460
R\$ 114.752,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:49:09:553
R\$ 114.753,9900	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:49:13:523
R\$ 114.745,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:49:26:603
R\$ 114.650,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:49:38:713
R\$ 152.100,0000	06.036.939/0004-35	01/02/2019 09:49:50:433
R\$ 114.645,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:49:51:590
R\$ 114.739,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:49:54:290
R\$ 114.644,9900	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:49:58:777
R\$ 114.640,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:50:14:510
R\$ 114.639,9900	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:50:20:263
R\$ 114.632,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:50:31:497
R\$ 114.625,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:50:39:920
R\$ 114.630,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:50:42:123
R\$ 114.618,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:50:55:983
R\$ 114.610,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:51:04:530
R\$ 114.614,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:51:04:920
R\$ 114.606,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:51:19:110
R\$ 114.590,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:51:25:813
R\$ 114.600,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:51:32:673
R\$ 114.582,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:51:42:517
R\$ 114.580,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:51:50:563
R\$ 114.576,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:52:03:033
R\$ 114.570,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:52:08:880
R\$ 114.573,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:52:10:783
R\$ 114.567,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:52:28:223
R\$ 114.555,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:52:32:550
R\$ 114.565,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:52:35:443
R\$ 114.550,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:52:55:473
R\$ 114.546,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:53:10:600
R\$ 114.540,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:53:17:587
R\$ 114.543,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:53:22:553
R\$ 114.538,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:53:40:963

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/02/2019 15:17:58

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

R\$ 114.530,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:53:51:557
R\$ 114.535,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:53:52:823
R\$ 114.529,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:54:09:527
R\$ 114.525,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:54:14:650
R\$ 114.500,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:54:20:793
R\$ 114.485,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:54:37:450
R\$ 114.499,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:54:42:950
R\$ 114.480,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:54:56:403
R\$ 114.470,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:55:05:750
R\$ 114.476,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:55:08:593
R\$ 114.460,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:55:17:873
R\$ 114.455,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:55:26:093
R\$ 114.445,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:55:36:140
R\$ 114.440,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:55:43:970
R\$ 114.435,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:55:47:033
R\$ 114.428,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:56:05:610
R\$ 114.400,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:56:10:673
R\$ 114.425,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:56:10:830
R\$ 114.350,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:56:32:787
R\$ 114.320,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:56:40:427
R\$ 114.348,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:56:40:770
R\$ 114.300,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:56:54:160
R\$ 114.289,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:57:04:053
R\$ 114.215,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:57:08:583
R\$ 114.200,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:57:15:553
R\$ 114.200,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:57:24:117
R\$ 114.191,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:57:36:710
R\$ 114.180,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:57:39:883
R\$ 114.189,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:57:44:510
R\$ 114.168,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:58:04:010
R\$ 113.800,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:58:07:540
R\$ 114.150,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:58:09:197
R\$ 113.600,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:58:30:823
R\$ 113.790,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:58:30:840
R\$ 113.599,0000	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:58:36:917
R\$ 113.575,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:58:54:153
R\$ 113.594,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:58:57:873
R\$ 113.574,9900	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:58:59:810
R\$ 113.450,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:59:15:607
R\$ 113.449,9900	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:59:22:263
R\$ 113.499,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:59:22:547
R\$ 113.430,0000	31.808.307/0001-47	01/02/2019 09:59:36:547
R\$ 113.100,0000	31.327.945/0001-46	01/02/2019 09:59:45:530
R\$ 113.429,9900	13.645.010/0001-26	01/02/2019 09:59:46:140

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Não existem lances de desempate 7174 para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	01/02/2019 09:06:22	Item aberto.
Iminência de Encerramento	01/02/2019 09:24:02	Batida iminente. Data/hora iminência: 01/02/2019 09:34:02.
Exclusão de lance	01/02/2019 09:36:19	Exclusão do lance de R\$ 131,5000
Exclusão de lance	01/02/2019 09:38:46	Exclusão do lance de R\$ 126,7990
Encerrado	01/02/2019 09:59:49	Item encerrado
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	01/02/2019 10:00:56	Convocado para envio de anexo o fornecedor VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	01/02/2019 10:37:23	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46.
Aceite	01/02/2019 10:41:46	Aceite individual da proposta. Fornecedor: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46, pelo melhor lance de R\$ 113.100,0000.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	01/02/2019 10:46:39	Convocado para envio de anexo o fornecedor VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/02/2019 15:17:58

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	01/02/2019 11:44:01	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46.
Inabilitado	01/02/2019 12:25:27	Inabilitação de proposta. Fornecedor: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46, pelo melhor lance de R\$ 113.100,0000. Motivo: Balanço Patrimonial incompleto, não constam os índices LG, SG, e LC (conforme exigência do edital) e o Atestado de Capacidade Técnica não comprova o fornecimento de 20% do total da quantidade a ser contratada.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	05/02/2019 15:14:46	Convocado para envio de anexo o fornecedor D V PINHEIRO, CNPJ/CPF: 13.645.010/0001-26.
Recusa	05/02/2019 16:45:30	Recusa da proposta. Fornecedor: D V PINHEIRO, CNPJ/CPF: 13.645.010/0001-26, pelo melhor lance de R\$ 113.429,9900. Motivo: Descumprimento do item 4.7 do edital. Proposta não enviada.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	05/02/2019 16:45:30	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor D V PINHEIRO, CNPJ/CPF: 13.645.010/0001-26.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	05/02/2019 16:46:19	Convocado para envio de anexo o fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	05/02/2019 17:05:30	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47.
Aceite	05/02/2019 17:15:57	Aceite individual da proposta. Fornecedor: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47, pelo melhor lance de R\$ 113.430,0000 e com valor negociado a R\$ 113.425,3000. Motivo: Valor negociado conforme a proposta apresentada.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	05/02/2019 17:18:53	Convocado para envio de anexo o fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	05/02/2019 17:38:03	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47.
Habilitado	05/02/2019 18:17:07	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47, pelo melhor lance de R\$ 113.430,0000 e com valor negociado a R\$ 113.425,3000.
Registro Intenção de Recurso	05/02/2019 18:45:11	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: MICROSENS S/A CNPJ/CPF: 78126950001126. Motivo: Recorremos cfe Acórdãos 2569/2009-PI e 339/2010-PI - TCU (determinam não rejeição da intenção de recurso) pois o preço ofertado é inexequível. Solicita diligência no atestado de capacidade técnica (emitido p
Intenção de Recurso Aceita	06/02/2019 15:43:18	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: MICROSENS S/A, CNPJ/CPF: 78126950001126. Motivo: Intenção aceita.

Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
78.126.950/0011-26	05/02/2019 18:45	06/02/2019 15:43	Aceito
Motivo Intenção: Recorremos cfe Acórdãos 2569/2009-PI e 339/2010-PI - TCU (determinam não rejeição da intenção de recurso) pois o preço ofertado é inexequível. Solicita diligência no atestado de capacidade técnica (emitido por empresa suspensa de participar de licitações). Solicita acompanhar entrega para verificar dtos que comprovam origem do produto e pgto dos tributos de importação, cfe Decreto 7174/2010 (subitem 8.6 do Anexo III) e convocação do fabricante para atestar originalidade do produto.			
Motivo Aceite ou Recusa: Intenção aceita.			

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Pregoeiro	01/02/2019 09:02:55	Bom dia, senhores licitantes.
Pregoeiro	01/02/2019 09:03:47	Estamos iniciando o Pregão Eletrônico nº 98/2018, do TRE/CE, para aquisição de suprimentos para impressoras.
Pregoeiro	01/02/2019 09:03:57	Inicialmente, analisaremos as propostas anexadas ao sistema, para em seguida proceder à abertura do item para lances.
Pregoeiro	01/02/2019 09:06:07	Analisadas as propostas anexadas ao sistema, abriremos, neste momento, o item para a fase de lances.
Pregoeiro	01/02/2019 09:08:44	Senhores licitantes, o item encontra-se aberto para lances.
Pregoeiro	01/02/2019 09:09:06	Informamos a todos, para ciência, que a empresa vencedora na fase de lances, quando convocada pelo pregoeiro, não anexar sua proposta no prazo de 1(uma) hora, será desclassificada e estará sujeita as penalidades descritas no Capítulo XI do edital.
Pregoeiro	01/02/2019 09:09:25	Portanto, antes de ofertar seus lances, certifiquem-se de que a marca/modelo do seu produto atende a todas as exigências do edital.
Pregoeiro	01/02/2019 09:20:26	Em alguns minutos, a pregoeira colocará o sistema em Aviso de Iminência.
Sistema	01/02/2019 09:24:02	O(s) Item(ns) 1 está(ão) em iminência até 09:34 de 01/02/2019, após isso entrará(ão) no encerramento aleatório.
Pregoeiro	01/02/2019 09:24:11	A fase de Encerramento Aleatório pode durar de 1 a 30 minutos, podendo ser encerrado a qualquer momento dentro desse prazo.
Pregoeiro	01/02/2019 09:28:39	Atenção para a observação constante do item 2 do Termo de Referência, Anexo III do Edital, pág. 19, a seguir transcrito:
Pregoeiro	01/02/2019 09:29:06	"Devido as impressoras encontrarem-se no período de garantia contratual, só serão aceitos suprimentos originais da fabricante da impressora ou certificados por essa, uma vez que o uso de suprimentos outros acarretará na perda garantia,..."

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 06/02/2019 15:17:58

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

Pregoeiro	01/02/2019 09:30:06	Atenção também para o item 1.5 do edital, a seguir transcrito:
Pregoeiro	01/02/2019 09:30:14	"A empresa que ofertar o produto com a marca original da fabricante da impressora e se for constatado, através de laudo pericial da fabricante do equipamento, que o material seja falsificado/adulterado a Contratada perderá automaticamente seu direito de vencedora do item e será imediatamente aberto processo administrativo garantido à Contratada ampla defesa."
Pregoeiro	01/02/2019 09:35:42	O item encontra-se na fase de Encerramento Aleatório, não sendo possível prevê seu encerramento para lances.
Pregoeiro	01/02/2019 09:36:19	Sr. Fornecedor: O lance de R\$ 131,5000 do item 1 foi excluído por este pregoeiro por ter sido considerado inexecutável. Caso não concorde com a exclusão, favor reenviar o lance.
Pregoeiro	01/02/2019 09:38:46	Sr. Fornecedor: O lance de R\$ 126,7990 do item 1 foi excluído por este pregoeiro por ter sido considerado inexecutável. Caso não concorde com a exclusão, favor reenviar o lance.
Sistema	01/02/2019 09:59:50	Srs. Fornecedores, todos os itens estão encerrados. Será iniciada a fase de aceitação das propostas. Favor acompanhar através da consulta "Acompanha aceitação/habilitação/admissibilidade"
Pregoeiro	01/02/2019 10:00:34	Srs. Fornecedores, encerrada a Fase de Encerramento Aleatório, convocaremos a empresa classificada em 1º lugar, para anexar sua proposta no sistema no prazo de 1(uma) hora.
Sistema	01/02/2019 10:00:56	Senhor fornecedor VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	01/02/2019 10:01:54	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Conforme item 4.9 do edital, e a fim de facilitar o julgamento objetivo, solicitamos a utilização do Modelo de Proposta constante do Anexo I (fls. 13 do edital), com a descrição do objeto, marca e modelo do material, bem como seu preço unitário e total.
Pregoeiro	01/02/2019 10:02:18	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - O prazo para envio da proposta é de 1(uma) hora, improrrogável, a contar da convocação. Exclusivamente como anexo do sistema, conforme item 4.7 do edital.
Pregoeiro	01/02/2019 10:03:04	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Neste momento, anexar apenas a proposta, a fim de agilizar esta fase. Os demais documentos serão solicitados posteriormente.
31.327.945/0001-46	01/02/2019 10:04:50	Bom dia Sr. pregoeiro, vamos providenciar.
Pregoeiro	01/02/2019 10:25:40	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - O prazo para anexar a proposta expirará às 11:00 (horário de Brasília), 10:00 (horário local).
Sistema	01/02/2019 10:37:23	Senhor Pregoeiro, o fornecedor VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	01/02/2019 10:41:35	A proposta anexada pela empresa VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI está de acordo com o edital. Faremos sua aceitação no sistema.
Pregoeiro	01/02/2019 10:42:55	Realizada a aceitação da proposta, passaremos agora, à fase de habilitação da empresa vencedora, conforme Capítulo VIII do edital.
Pregoeiro	01/02/2019 10:43:05	Para a fase de habilitação, faremos consulta da documentação fiscal da empresa no SICAF, bem como consulta sobre a existência de débitos trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, do TST.
Pregoeiro	01/02/2019 10:43:16	A etapa de habilitação compreenderá ainda as consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União, ...
Pregoeiro	01/02/2019 10:44:01	...Balanço Patrimonial, à consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal, à consulta "on-line" ao SICAF da composição societária da licitante, sendo inabilitada a que esteja impedida de contratar no cadastro CEIS, que não possua atividade pertinente e compatível com o objeto e que possua dentre os sócios, servidores e/ou dirigente do TRE/CE.
Pregoeiro	01/02/2019 10:44:49	Enquanto realizamos as consultas necessárias, convocaremos a empresa vencedora, para anexar os documentos exigidos no item 8.5, alíneas 'd', 'e', 'f', e balanço patrimonial juntamente com as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (item 8.6 do edital).
Pregoeiro	01/02/2019 10:46:04	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Anexar: d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social; e) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, f) Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que a empresa forneceu o objeto da contratação para pessoa jurídica de direito privado ou público, na quantidade que represente 20% do total da quantidade a ser contratada.
Pregoeiro	01/02/2019 10:46:27	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Balanço Patrimonial e índices.
Sistema	01/02/2019 10:46:39	Senhor fornecedor VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	01/02/2019 10:47:51	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - O prazo para anexar os documentos de habilitação é de 2 (duas) horas, conforme item 8.4 do edital.
Pregoeiro	01/02/2019 11:36:05	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Está ciente dos documentos que deverão ser anexados e do prazo?
Sistema	01/02/2019 11:44:01	Senhor Pregoeiro, o fornecedor VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	01/02/2019 11:53:05	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Senhor Licitante, o Balanço Patrimonial não está completo, não constam os índices LG, SG, e LC (conforme exigência do edital) e o Atestado de Capacidade Técnica não comprova o fornecimento de 20% do total da quantidade a ser contratada.
Pregoeiro	01/02/2019 11:54:09	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Vossa Senhoria tem como cumprir essas exigências. Precisamos de Balanço completo, Índices calculados de LG, SG, e LC e Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que a empresa forneceu o objeto da contratação para pessoa jurídica de direito privado ou público, na quantidade que represente 20% do total da quantidade a ser contratada.
Pregoeiro	01/02/2019 11:54:24	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Vossa Senhoria tem como cumprir essas exigências?
Pregoeiro	01/02/2019 12:06:37	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - Vossa Senhoria tem como cumprir essas exigências?

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/02/2019 15:17:58
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

31.327.945/0001-46	01/02/2019 12:07:14	Infelizmente nossos atestados de capacidade técnica não cumprem com as exigências do edital.
31.327.945/0001-46	01/02/2019 12:10:22	Houve um equívoco também quanto a marca do produto, erroneamente colocamos ser original da marca samsung, mas o nosso valor para o toner original é inexequível, sendo assim, pedimos desclassificação.
Pregoeiro	01/02/2019 12:17:40	Para VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - V. Senhoria participou ativamente da fase de lances, anexou proposta e documentos de habilitação, e só quando questionado percebeu que seu produto não atende às especificações do edital?
Pregoeiro	01/02/2019 12:19:28	Mais uma vez chamamos a atenção dos senhores sobre as penalidades a que as empresas estão sujeitas por "ensejar o retardamento da execução do objeto do certame", conforme item 11.1 do edital.
Pregoeiro	01/02/2019 12:24:09	Em virtude da proximidade do encerramento do expediente, esta sessão será suspensa ficando desde já marcada sua reabertura para a próxima terça-feira (5 de fevereiro), às 15h (horário de Brasília/DF), 14h (horário local), quando convocaremos a próxima empresa classificada para o item.
Pregoeiro	01/02/2019 12:24:21	Boa tarde a todos e bom final de semana.
Pregoeiro	05/02/2019 15:13:25	Boa tarde, senhores licitantes.
Pregoeiro	05/02/2019 15:14:37	Reabrimos a presente sessão a fim de prosseguirmos com a convocação para envio de proposta, alertando aos senhores quanto à manutenção da proposta eletrônica, atendendo aos requisitos do edital, a fim de evitarmos a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidades.
Sistema	05/02/2019 15:14:46	Senhor fornecedor D V PINHEIRO, CNPJ/CPF: 13.645.010/0001-26, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	05/02/2019 15:15:09	Para D V PINHEIRO - Conforme item 4.9 do edital, e a fim de facilitar o julgamento objetivo, solicitamos a utilização do Modelo de Proposta constante do Anexo I (fls. 13 do edital), com a descrição do objeto, marca e modelo do material, bem como seu preço unitário e total.
Pregoeiro	05/02/2019 15:15:19	Para D V PINHEIRO - O prazo para envio da proposta é de 1(uma) hora, improrrogável, a contar da convocação. Exclusivamente como anexo do sistema, conforme item 4.7 do edital.
Pregoeiro	05/02/2019 15:15:33	Para D V PINHEIRO - Neste momento, anexar apenas a proposta, a fim de agilizar esta fase. Os demais documentos serão solicitados posteriormente.
Pregoeiro	05/02/2019 15:38:46	A pregoeira convocou o fornecedor D V PINHEIRO para anexar sua proposta no sistema, no prazo de uma hora, contado da convocação do sistema.
Pregoeiro	05/02/2019 16:44:44	O prazo para envio de propostas encerrou e a proposta não foi anexada.
Pregoeiro	05/02/2019 16:45:12	Assim, faremos a recusa no sistema por descumprimento do item 4.7 do edital.
Sistema	05/02/2019 16:45:30	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação do Fornecedor
Pregoeiro	05/02/2019 16:46:13	Faremos agora a convocação para envio de nova proposta.
Sistema	05/02/2019 16:46:19	Senhor fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	05/02/2019 16:46:43	A pregoeira convocou o fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI para anexar sua proposta no sistema, no prazo de uma hora, contado da convocação do sistema.
Pregoeiro	05/02/2019 16:47:41	Para POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE - Conforme item 4.9 do edital, e a fim de facilitar o julgamento objetivo, solicitamos a utilização do Modelo de Proposta constante do Anexo I (fls. 13 do edital), com a descrição do objeto, marca e modelo do material, bem como seu preço unitário e total.
Pregoeiro	05/02/2019 16:47:54	Para POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE - O prazo para envio da proposta é de 1(uma) hora, improrrogável, a contar da convocação. Exclusivamente como anexo do sistema, conforme item 4.7 do edital.
Pregoeiro	05/02/2019 16:48:06	Para POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE - Neste momento, anexar apenas a proposta, a fim de agilizar esta fase. Os demais documentos serão solicitados posteriormente.
31.808.307/0001-47	05/02/2019 16:48:46	boa tarde
Pregoeiro	05/02/2019 16:57:41	Para POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE - Estamos aguardando o envio da proposta solicitada.
Sistema	05/02/2019 17:05:30	Senhor Pregoeiro, o fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47, enviou o anexo para o item 1.
31.808.307/0001-47	05/02/2019 17:05:52	PREGOEIRO, PROPOSTA ANEXADA
Pregoeiro	05/02/2019 17:15:35	A proposta anexada atendeu às especificações do edital e será aceita pela pregoeira com o valor negociado de R\$113.425,30.
Pregoeiro	05/02/2019 17:16:48	Passaremos agora à fase de habilitação onde convocaremos o fornecedor que teve sua proposta aceita para anexar a documentação exigida no item no item 8.5, alíneas 'd', 'e', 'f', e balanço patrimonial juntamente com as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.
Pregoeiro	05/02/2019 17:18:27	Para POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE - Senhor representante, convocaremos para envio dos seguintes documentos: d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social; e) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, f) Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que a empresa forneceu o objeto na quantidade mínima de 20% do total solicitado no edital.
Pregoeiro	05/02/2019 17:18:35	Para POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE - Balanço Patrimonial e índices.
Sistema	05/02/2019 17:18:53	Senhor fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47, solicito o envio do anexo referente ao item 1.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/02/2019 15:17:58
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

Pregoeiro	05/02/2019 17:19:09	Para POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE - O prazo para anexar os documentos de habilitação é de 2 (duas) horas, conforme item 8.4 do edital.
31.808.307/0001-47	05/02/2019 17:21:47	boa tarde ok
31.808.307/0001-47	05/02/2019 17:37:58	Pregoeiro estamos anexando atestado + demais documentações da empresa, informo que nosso balanço patrimonial é o de abertura pois a empresa ainda não completou um ano.
Sistema	05/02/2019 17:38:03	Senhor Pregoeiro, o fornecedor POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	05/02/2019 18:03:22	Analisaremos o anexo enviado.
Pregoeiro	05/02/2019 18:16:58	Analisada a documentação apresentada e realizadas as consultas aos sites emitentes das certidões exigidas, a pregoeira considera a empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI habilitada no presente certame.
Sistema	05/02/2019 18:17:07	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado na aceitação'.
Pregoeiro	05/02/2019 18:17:40	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 06/02/2019 às 08:20:00.
Pregoeiro	05/02/2019 18:18:03	Realizada a habilitação, abriu-se o prazo para registro das intenções de recurso.
Pregoeiro	05/02/2019 18:18:24	Desde já, agradecemos a participação dos senhores e desejamos a todos uma boa tarde.
Pregoeiro	06/02/2019 15:43:17	Boa tarde, senhores. Retornamos neste chat para comunicar que houve um registro de intenção de recurso que foi aceita pela pregoeira.
Pregoeiro	06/02/2019 15:43:39	Encerramos agora a presente sessão agradecendo a participação dos senhores e desejando uma boa tarde.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	01/02/2019 08:50:45	Pregoeiro Anterior: 48684856368-ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ . Pregoeiro Atual: 49973142349-MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO . Justificativa: Pregoeira anterior em outra atividade.
Suspensão Administrativa	01/02/2019 12:28:09	Previsão de Reabertura: 05/02/2019 15:00:00. Motivo: Proximidade do encerramento do expediente.
Reativado	05/02/2019 15:12:31	
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	05/02/2019 15:13:03	Pregoeiro Anterior: 49973142349-MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO . Pregoeiro Atual: 48684856368-ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ . Justificativa: Pregoeira inicial não poderá operar.
Abertura de Prazo	05/02/2019 18:17:07	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	05/02/2019 18:17:40	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 06/02/2019 às 08:20:00.

Data limite para registro de recurso: 11/02/2019.

Data limite para registro de contra-razão: 14/02/2019.

Data limite para registro de decisão: 28/02/2019.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 26, do Decreto 5450/2005. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:44 horas do dia 06 de fevereiro de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
Pregoeiro Oficial

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Equipe de Apoio

 Imprimir o Relatório

Voltar



Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/02/2019 15:17:58
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

PREGÃO ELETRÔNICO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Pregão Eletrônico Nº 00098/2018

RESULTADO POR FORNECEDOR

31.808.307/0001-47 - POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
1	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG	UNIDADE	530	R\$ 214,0100	R\$ 113.425,3000

Marca: SAMSUNG

Fabricante: SAMSUNG

Modelo / Versão: MLT 203U

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung

Total do Fornecedor: R\$ 113.425,3000

Valor Global da Ata: R\$ 113.425,3000



Imprimir o
Relatório

Voltar

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 06/02/2019 15:17:58
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 016523/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 06/02/2019 15:17:58</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

AO
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ref.:
Pregão Eletrônico nº 98/2018
Processo TRE/CE nº 18881/2018

MICROSENS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 78.126.950/0011-26, com sede em Cariacica – Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 882, armazém 01, mezanino 01, Box 6-Bairro Padre Mathias - CEP: 29.157-100, por seu representante legal, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria, para apresentar suas razões de RECURSO ADMINISTRATIVO contra a classificação da proposta da empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME e sua habilitação, em se tratando do Item 1 (530 unidades de cartucho Toner MLT-D203U) constantes no Edital, com fulcro no art. 109, inciso I alínea “b” da Lei 8.666/93, no artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, e demais legislações pertinentes à matéria.

I – DOS FATOS:

A Recorrente participou do processo licitatório em epígrafe, na modalidade pregão eletrônico, o qual tem como objeto a “aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações abaixo e do Anexo III - Termo de Referência”.

A empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME foi declarada vencedora do certame para o fornecimento do item 1 (530 unidades de cartucho Toner MLT-D203U). Analisando-se o preço ofertado e a documentação apresentada pela empresa, esta Recorrente manifestou intenção de recorrer no seguinte sentido:

“Recorremos cfe Acórdãos 2569/2009-PI e 339/2010-PI-TCU (determinam não rejeição da intenção de recurso) pois o preço ofertado é inexecutável. Solicita diligência no atestado de capacidade técnica (emitido por empresa suspensa de participar licitações). Solicita acompanhar entrega para verificar dados que comprovem origem do produto e pgto dos tributos de importação, cfe Decreto 7174/2010 (subitem 8.6 do Anexo III) e convocação do fabricante para atestar originalidade do produto”.

Como se verá, a Recorrida deve ser desclassificada, nos termos demonstrados a seguir, a partir de argumentos fáticos e jurídicos:

II – DO DIREITO:

1. DA NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. DA INEXEQUIBILIDADE DO VALOR OFERTADO

Conforme se verifica ao longo do edital, para o item 01, somente serão aceitos produtos originais do fabricante do equipamento, conforme Edital:

“Item 1 – Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT-D203U. Marca: Samsung.”

Logo, ao participar desta licitação, a empresa deve ter ciência de que os produtos entregues devem possuir os requisitos acima especificados, para tanto, a empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME ofertou, conforme consta em sua proposta, cartucho de toner SAMSUNG.

Conforme se demonstrará adiante, o preço ofertado para um produto original da marca Samsung, possui indícios de inexecutabilidade, explica-se:

Nos termos do art. 3º, inc. III do Decreto Federal nº 7.174/2010, que disciplina as contratações de bens e serviços de informática, os órgãos devem exigir comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

No presente caso, o objeto do item em discussão (cartucho de toner) trata-se de produto importado, e, por

isso, deve possuir, obrigatoriamente, comprovação de origem e quitação de tributos, que tem como objetivo principal evitar o cometimento de crimes de contrabando, descaminho, e sonegação fiscal.

Justamente por tratar-se de produto importado, o ingresso do bem em território nacional depende de diversos acordos comerciais, que na grande maioria das vezes se resume à aquisição de grande quantidade de produtos, por empresa que represente a fabricante no Brasil, e que ao final, acabam por baratear o custo final de venda aos representantes e distribuidores.

Diante disso, em consulta realizada junto a SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A (representante dos produtos SAMSUNG fabricante no Brasil), esta informou que a empresa Recorrida não está relacionada como revendedora autorizada, não sendo classificada como revenda autorizada. Informa-se que oportunamente será enviada manifestação formal da mesma via e-mail, ante a limitação do sistema COMPRASNET.

Tal informação, demonstra que, possivelmente, o preço proposto pela Recorrida é inexequível, visto que, não sendo classificada com uma revenda, deve custear o frete, impostos, e outros custos inerentes à importação, anulando o lucro e certamente levando a empresa ao prejuízo, diferente de uma revenda autorizada que possui melhores condições para comercializar o produto.

Devemos lembrar, que além dos valores pagos, o revendedor deve considerar a incidência de diversos custos, quais sejam: impostos, frete, lucro, custo com administrativo, entre outros que, somados ou não, JÁ TORNAM A PROPOSTA DA RECORRIDA TOTALMENTE INEXEQUÍVEL.

Diante de todos os elementos apresentados, resta evidente que o valor informado pela POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME, é manifestamente inexequível, mostrando-se necessário que a Recorrida comprove em contrarrazões ou através de diligência do pregoeiro, conforme subitem 7.5 do Edital, a exequibilidade de sua proposta, demonstrando sua CAPACIDADE de fornecer toners originais do fabricante do equipamento Samsung, bem como a VIABILIDADE econômica de sua proposta, através de notas fiscais válidas (com quantitativo compatível ao da presente licitação) ou ainda, proposta elaborada pelos distribuidores autorizados (também com valores compatíveis ao preço ofertado).

Além disso, em que pese a apresentação de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes ser exigível somente na fase contratual, para evitar futuros prejuízos, em sede de diligências, a Administração Pública pode solicitar desde logo tais comprovações.

Neste interim, o TCU editou a súmula nº. 262 acerca da exequibilidade de propostas em licitações, pela qual se orienta a promoção de diligência para obter a informação da viabilidade da proposta apresentada:

"SÚMULA Nº 262/2010: O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Fundamento Legal

- Constituição Federal, art. 37, inciso XXI;
- Lei nº 8.666/1993, art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b".

Diante de todas as evidências, é que se requer a desclassificação da proposta da empresa Recorrida, tendo em vista as irregularidades já apontadas, ou, sucessivamente, conforme artigo 43, § 3º da Lei nº. 8.666/93, V. Sa. poderá realizar diligência em relação ao preço inexequível:

"É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

O artigo 48 da Lei 8.666/93 orienta conduta administrativa no sentido da desclassificação das propostas que não estejam compatibilizadas com o valor de mercado, formulando cotações irreais, abaixo do que se torna possível ou muito acima do que se faz admissível e aceitável:

"Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação."

Além disso, o próprio Edital prevê em seu Item 7.4 a desclassificação da proposta que apresentar preços manifestamente inexequíveis, destacando que INCUMBE AO AUTOR DA PRORPOSTA PROVAR A EXEQUIBILIDADE DO PREÇO, não bastando mera manifestação, sendo necessária sua demonstração.

Cumpramos destacar ainda que, a Lei 10.520/02 traz também em seu artigo 4º, inciso X, norma imperativa no sentido de que a oferta mais vantajosa não se confunde com o menor preço cotado, pois os valores muito inferiores opõem-se à livre concorrência, podendo, além disso, gerar prejuízos à administração pública. Transcreve-se, neste momento, o dispositivo em comento:

"Art. 4º, X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados

os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.”

É óbvio que um particular pode vir a dispor de meios que lhe permitam executar o objeto do contrato por preço inferior ao orçado inicialmente. Todavia, são casos bastante específicos geralmente relacionados a uma economia de escala ou a existência de estoques antigos conforme reitera o Egrégio Tribunal de Contas da União:

“(…) 3. O primeiro fato que causa espécie neste certame é a desqualificação sumária das propostas mais baixas. Acredito que o juízo de inexecutabilidade seja uma das faculdades postas à disposição da Administração cujo o exercício demanda a máxima cautela e comedimento. Afinal, é preciso um conhecimento muito profundo do objeto contratado, seus custos e métodos de produção para que se possa afirmar, com razoável grau de certeza, que certo produto ou serviço não pode ser fornecido por aquele preço. A questão se torna mais delicada quando verificamos que o valor com que uma empresa consegue oferecer um bem no mercado depende, muitas vezes, de particularidades inerentes àquele negócio, como por exemplo, a existência de estoques antigos, a disponibilidade imediata do produto, a economia de escala, etc. Nestes casos pode existir um descolamento dos preços praticados por determinado fornecedor em relação aos dos demais concorrentes, sem que isso implique sua inexecutabilidade. (Acórdão 284/2008 – Plenário)”

No entanto, esse não é o caso do presente certame. No caso, a proposta da Recorrida é manifestamente incompatível com os preços e condições de mercado, não sendo compatível, ainda, com a hipótese de importação direta – o que comprova, por si só, a inexecutabilidade da proposta.

Ressalte-se que são numerosos os casos tratados em situação análoga de entidades administrativas que, recusando o reconhecimento da inexecutabilidade das propostas, acabam por receber posteriormente toners falsificados ou remanufaturados.

Cita-se, como exemplo, o ocorrido após a assinatura da Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão Eletrônico nº 05/2018 realizado pelo INSS/AL, com a emissão do Empenho nº 2018NE800185 pelos participantes da ARP, em favor da empresa SMART DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI, que, no momento da entrega verificou-se que os produtos entregues tratavam-se de produtos falsificados, conforme ficou constatado pela fabricante.

Grifa-se que o entendimento acerca da comprovação da executabilidade, já é aplicado em vias de fato tanto pela Justiça Comum (inclusive STJ) até como pelo próprio TCU:

“Ao tempo em que a dissociação entre o valor oferecido e o constante do orçamento produz presunção relativa de inexecutabilidade, obriga a Administração a exigir comprovação, por parte do licitante, da viabilidade da execução do objeto nas condições por ele ofertadas.

Assim, se o lance vencedor do pregão apresentar-se como significativamente mais reduzido do que o valor orçado, caberá ao pregoeiro exigir do licitante, antes do encerramento da etapa de competição, a comprovação da executabilidade de sua oferta.

No pregão, destaca-se, a comprovação da executabilidade da oferta deve ser feita documentalmente, por meio de planilhas de custos e demonstrativos que evidenciem que o valor ofertado é suficiente para cobrir as despesas de execução dos serviços.

Destaco que o entendimento acima coaduna-se com a jurisprudência consolidada desta Corte de Contas no sentido de que não cabe à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro declarar a inexecutabilidade da proposta da licitante, devendo facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a executabilidade de suas ofertas (ex vi dos Acórdãos nº 2.093/2009-Plenário, 559/2009-1ª Câmara, 1.079/2009-2ª Câmara, 141/2008-Plenário, 1.616/2008-Plenário, 1679/2008-Plenário, 2.705/2008-Plenário e 1.100/2008-Plenário, dentre outros). (grifo nosso) (Acórdão TCU 1092/2010 – Segunda Câmara.”

Assim, a inversão do ônus probatório garante o dever constitucional de vinculação ao edital ao passo que asseguraria a executabilidade da proposta com produtos originais.

Por tais razões, em cumprimento à exigência do Edital, é necessário que a empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME demonstre a viabilidade de sua proposta por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os decorrentes da contratação pretendida, ou seja, notas fiscais e/ou proposta encaminhada por distribuidor/revenda autorizada da fabricante, bem como, comprove em diligência a ser realizada por esta Comissão de Licitação, a origem dos produtos, conforme art. 3º inc. III do Decreto nº 7.174/2010, sob pena da Recorrida ser desclassificada.

Outrossim, caso não seja esse o entendimento, requer-se autorização expressa para que a Recorrente realize o acompanhamento da entrega (tanto na eventual fase de amostra, quanto na eventual aquisição), inclusive proporcionando à SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A (representante Samsung) realizar a vistoria nos produtos que serão entregues, para verificação de autenticidade.

Ademais, a fim de comprovar a inexecutabilidade e a suposta originalidade dos produtos, a SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A, enviará declaração já citada anteriormente, reforçando que a POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME não é canal de revenda da SIMPRESS, e os valores apresentados são inexequíveis em relação ao preço de venda atual. Para tanto, caso seja necessário comprovar o supracitado, seguem telefones e e-mails para contato diretamente com a SIMPRESS:

Contatos da SIMPRESS:

Marcelo Rosa - marosa@simpress.com.br - (11) 3238-9470

Leticia Peli de Castro - lpcastro@simpress.com.br - (11) 3238-9534

Portanto a Recorrente demonstrou de forma veemente que a Recorrida deve ser desclassificada do presente certame ou, ainda, que deve ser declarado nulo o ato administrativo em sentido amplo, em conformidade com a súmula 473 do STF.

1.2. DA ASSINATURA DA REPRESENTANTE LEGAL

Além do valor apresentado ser manifestamente inexecuível, deve-se observar a assinatura da Sra. Dayane Fernandes (representante legal da empresa Recorrida), visto que, em recente licitação realizada pela Universidade Federal do Pará (Pregão Eletrônico nº 69/2018 – UASG 153063), a assinatura da Sra. Dayane Fernandes não condiz com a assinatura apresentada no presente certame em sua proposta, vejamos:

- Assinatura Proposta – Pregão Eletrônico 98/2018 – TRE/CE:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

- Assinatura Declaração – Pregão Eletrônico 69/2018 – UFPA:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

Conforme ficará mais evidente com o comparativo enviado via e-mail, é possível verificar que nitidamente as assinaturas são divergentes, já que nesta licitação, a assinatura apresenta-se de maneira cursiva e sem maiores detalhes – com uma letra mais arredondada, enquanto naquela licitação, a assinatura consta mais desenhada, com detalhes evidentes e personalizados.

Logo, é preciso apurar se a assinatura apresentada realmente pertence à representante legal da referida empresa.

2. DA RELAÇÃO COM EMPRESAS SUSPENSAS OU IMPEDIDAS DE LICITAR E INCONSISTÊNCIA DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Além dos pontos destacados acima, deve-se analisar o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI – ME em favor da Recorrida no presente certame.

Primeiramente, cabe destacar que a empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI – ME está impedida/suspensa de licitar com a Administração Pública, em decorrência de diversas condutas inapropriadas tais como apresentação de produto não original/genuíno, listadas no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/8318677>), vejamos:

Ocorrência 01:

Suspensão – art. 87, inc. III, Lei 8.666/1993

Data de início da sanção: 12/06/2018

Data de fim da sanção: 12/06/2020

Órgão sancionador: Banco do Brasil S/A

Descrição da fundamentação legal: pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Motivo da sanção: Descumprimento contratual

Ocorrência 02:

Impedimento – Art. 7, Lei 10250/2002

Data de início da sanção: 03/10/2018

Data fim da sanção: 29/07/2019

Órgão sancionador: Superior Tribunal Militar

Descrição da Fundamentação legal: quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a união, estados, distrito federal ou municípios e, será descredenciado no sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Observações: decisão do diretor-geral de aplicar a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a união pelo prazo de 10 meses, em virtude da inexecução total do objeto da nota de empenho nº 2017ne001518 e do fornecimento de 30 unidades de cartuchos de toner, black (preto), código mlt-d116l, samsung não originais e genuínos ao superior tribunal militar.

Ocorrência 03:

Impedimento – Art. 7, Lei 10250/2002

Data de início da sanção: 21/03/2018

Data fim da sanção: 20/03/2019

Órgão sancionador: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT/12)

Descrição da fundamentação legal: quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a união, estados, distrito federal ou municípios e, será descredenciado no sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Portanto, a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica fornecido por empresa que já realizou entrega de produtos não originais do fabricante do equipamento, como se o fossem, coloca em dúvida a procedência de seus produtos.

Inobstante, ao verificar detidamente as informações contidas no referido Atestado, é possível verificar diversas incongruências, as quais passa-se a expor:

2.1. INCOSISTÊNCIA DO ATESTADO

a) ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA PONTOCOM – SR. HUGO LEONARDO PINHEIRO LOPES:

Vale ressaltar, primeiramente, que o Sr. Hugo Leonardo Pinheiro Lopes é sócio e representante legal da empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI – ME – empresa que emitiu o Atestado de Capacidade Técnica apresentado no presente certame.

Sendo assim, ao observarmos a assinatura do representante legal, podemos encontrar diversas variações, demonstrando, possivelmente, que as assinaturas apresentadas em diversos documentos não são efetivamente do Sr. Hugo Leonardo Pinheiro Lopes, vejamos:

- Assinatura em sua CNH emitida em 15/12/2016:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

Apesar da qualidade da imagem não estar perfeita, pode-se observar que a assinatura possui 04 “lombadas”, perfeitamente visíveis. Sendo que, em outros Pregões Eletrônicos essas “lombadas” permaneceram, conforme documentos obtidos através de consulta pública diretamente no sistema Comprasnet:

- Assinatura Declaração – Pregão Eletrônico nº 01/2018 – UASG 510178 – INSS/SP – Emitida em 02/02/2018:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

- Assinatura Declaração – Pregão Eletrônico nº 13/2017 – UASG 510678 – INSS/DF – Emitida em 27/11/2017:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

- Assinatura Declaração – Pregão Eletrônico nº 85/2017 – UASG 925964 – Governo de Tocantins (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins) – Emitida em 16/08/2017:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

Ora, novamente, podemos observar que as quatro “lombadas” na assinatura do representante legal estão presentes. Todavia, no atestado apresentado pela empresa POINTER DISTRIBUIDORA para esta presente licitação, a assinatura do Sr. Hugo Leonardo diverge de todas apresentadas acima, visto que, pode-se identificar tão somente 3 (três) “lombadas”.

- Assinatura Atestado – Pregão Eletrônico nº 98/2018 – Emitida em 30/01/2019:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

Logo, após divergências apresentadas, é preciso apurar se a assinatura apresentada realmente pertence ao representante legal da referida empresa.

b) I.E (INSCRIÇÃO ESTADUAL) NÃO CONDIZ COM EMPRESA EMISSORA DO ATESTADO:

Além de a assinatura estar divergente, observando o Atestado de Capacidade Técnica apresentado para esta R. Administração Pública, podemos nos atentar para outra divergência notável, quer seja, inscrição estadual não condiz com a inscrição da empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI – ME.

Em consulta ao SINTEGRA (Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços - <http://www.sintegra.gov.br/>), ao buscarmos o CNPJ da empresa supracitada, encontramos o nº de inscrição estadual sendo 90766636-00, portanto, completamente divergente do apresentado no Atestado de Capacidade Técnica, 016040529-69, vejamos:

- Inscrição Estadual apresentada no Atestado de Capacidade Técnica:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

- Inscrição Estadual Sintegra PONTOCOM:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

A própria empresa emitente do atestado, apresenta informação irreal, não sendo este um simples erro, e sim um enorme erro material que diz respeito à sua própria qualificação.

c) TELEFONE PRESENTE NO ATESTADO (EMPRESA SMART DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA) E CEP APRESENTADO (EMPRESA S.O.S SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA)

Além de todo o exposto, destacamos duas divergências no Atestado que comprovam a intrínseca relação entre outras empresas que estão impedidas/suspensas de licitar (Smart Distribuidora Suprimentos para Informática – Pontocom Suprimentos para Informática – S.O.S Suprimentos para Informática). Visto que, o telefone constante no Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI é o mesmo da empresa SMART DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI, vejamos:

- Telefone constante no Atestado fornecido para o presente certame:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

- Telefone da empresa Smart constante em Atestado fornecido pela empresa POINTER para licitação do TRE/AM (UASG 70003 – Pregão Eletrônico nº 40/2018):

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

Não obstante, o CEP constante no Atestado de Capacidade Técnica apresentado para esta r. Administração Pública, que, supostamente, deveria pertencer ao endereço da empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI, na realidade, é o mesmo da empresa S.O.S SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA.

- CEP apresentado no Atestado emitido pela PONTOCOM:

(Imagens seguirão em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

- CEP da empresa S.O.S SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA:

(Imagem seguirá em anexo, por e-mail, devido as limitações do Comprasnet)

Vale ressaltar que as empresas acima citadas (SMART DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA e S.O.S SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA) estão suspensas/impedidas de licitar com a Administração Pública, de acordo com portal da transparência.

S.O.S SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA

Tipo da sanção: Impedimento, Art. 7, Lei 10520/2002

Data de início da sanção: 21/05/2014

Data de fim da sanção: 21/05/2019

Órgão sancionador: Comando da Aeronáutica/DF

Descrição da fundamentação legal: quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a união, estados, distrito federal ou municípios e, será descredenciado no sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/9018890>

SMART DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA

(Registrados no SICAF da empresa)

Ocorrência 1:

Impedimento de licitar e contratar – Lei nº 10.520/02, art. 7º

Retardamento da execução do objeto ou não manutenção da proposta

380956 – Deleg. Reg. Do Trab/AMAPA

Âmbito da Sanção: União

Prazo Inicial: 20/12/2018 – Prazo Final: 20/12/2023

Não entrega dos produtos constantes na nota de empenho nº 2018NE800055, do pregão eletrônico nº 02/2018 – UG 380956, cujo o objeto era aquisição de suprimento de informática para a SRTb/AP.

Ocorrência 2:

Impedimento de Licitar e Contratar – Lei nº 10.520/02, art.7º

Falha ou fraude na execução do contrato

152004 – MEC-IBC-INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT/RJ

Âmbito da Sanção: União

Prazo Inicial: 20/12/2018 – Prazo Final: 19/12/2020

Tendo sido esgotadas todas as tentativas de contato com a empresa vencedora do pregão eletrônico nº 10/2018, referente à nota de empenho 2018ne800349, não sendo entregue nenhum material desde o dia

05/10/2018.

Além disso, apenas para esclarecer o vínculo entre as empresas, em consulta ao SICAF da empresa SMART DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA (seguirá em anexo devido a limitação do sistema Comprasnet), é possível obter o vínculo com outras 3 empresas oriundas de Maringá/PR (mesma cidade da empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA) que se encontram impedidas/suspensas de licitar com a administração, sendo estas:

- S.O.S SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA;
- BYTE COLOR SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA;
- AUM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

Portanto, diante do descrito acima, bem como a fim de evitar eventual prejuízo a ser sofrido por esta r. Administração, torna-se imprescindível que sejam realizadas as diligências necessárias em relação ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado no presente certame, para que seja verificada a veracidade das informações dispostas em tal documento.

2.2. DA ATUAÇÃO DA POINTER EM OUTRA LICITAÇÃO:

De acordo com os apontamentos acima, a empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, tem apresentado Atestados de Capacidade Técnica de empresas impedidas de licitar, conforme pode-se acompanhar pelo site Comprasnet, no presente certame da empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI – ME, e em outros momentos da empresa SMART DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, tais como: Pregão Eletrônico nº 40/2018 UASG 70003, realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas e Pregão Eletrônico nº 69/2018 realizado pela Universidade Federal do Pará, o que coloca em dúvida, novamente, a veracidade das informações ali dispostas – tal como, o telefone do atestado emitido pela PONTOCOM é o mesmo da empresa SMART DISTRIBUIDORA.

Ora, se a empresa SMART DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA que está impedida de licitar atesta o recebimento de suprimentos duvidosos, afirmando que são verdadeiros, possivelmente esta fornecedora/vencedora comercializa produtos que carecem de diligência, comprovando-se porquê o preço inexequível, bem como, o fato de que a intrínseca relação com tais atestados pode prejudicar esta r. Administração Pública.

III – DOS PEDIDOS:

Em face de todo o exposto, requer-se seja conhecido o presente recurso administrativo, no seu mérito seja julgado totalmente procedente em relação ao Item 01 do Edital, para que:

1. Seja DESCLASSIFICADA a empresa Recorrida, POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI - ME, caso não demonstre a exequibilidade da proposta, em relação ao item 1.
 - a. Caso não seja esse o entendimento, seja realizada a homologação da amostra do produto entregue pela Recorrida a esta r. Administração.
 - b. Também seja autorizada expressamente por parte desta Administração, a realização do ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA, tanto na eventual fase de homologação das amostras, quanto na eventual contratação;
 - c. Cumulativamente ao pedido anterior, a intimação da SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A (Subsidiária Samsung/HP) para atestar a originalidade dos produtos Samsung eventualmente ofertados.
 - d. A apresentação pela Recorrida já em sede de contrarrazões ou logo após de documentos que comprovem a exequibilidade da proposta, bem como comprove a origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes., no Artigo 3º, III do Decreto nº 7174/2010.
2. Em caso de desclassificação da empresa declarada vencedora, sejam chamadas quantas empresas forem necessárias para o fornecimento do item, até que sejam atendidas todas as exigências editalícias, bem como o teor trazido nas razões recursais;
3. De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito; e
4. Seja o presente recurso julgado procedente, de acordo com as legislações pertinentes à matéria.

Nestes Termos,
Pede-se Deferimento. Curitiba, 11 de fevereiro de 2019.

MICROSENS S/A.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA

CNPJ 31.808.307\0001-47

AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

PREGAO ELETRONICO 982018

Defesa de recurso

Apresentamos Defesa contra recurso impertinente da empresa MICROSENS S/A , Vimos através deste respeitosamente perante Vossa Senhoria, para apresentar nossa contra Razao referente ao RECURSO apresentado pela recorrente a desclassificação da proposta da empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME e sua habilitação, em se tratando do Item 1 (530 unidades de cartucho Toner MLT-D203U) constantes no Edital.

I – DOS FATOS:

A empresa participou do processo licitatório em epígrafe, na modalidade pregão eletrônico, o qual tem como objeto a “aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações abaixo e do Anexo III - Termo de Referência” .

A empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME foi declarada vencedora do certame para o fornecimento do item 1 (530 unidades de cartucho Toner MLT-D203U), apresentamos documentos completo para habilitação e participamos com todas as regras edital , o Valor apresentado tem pouca diferença do valor da recorrente no qual faz acusações desconhecidas , para se beneficiar no pregao .

se o preço ofertado é inexequível a proposta da recorrente também é pois Valor muito pouco de diferença .

Referente ao acompanhamento de entrega dos materiais , a empresa recorrente não é uma empresa de pericia , porem solicitamos e autorizamos que todo material seja acompanhado por um empresa pericia autorizada pela Hp ou todos suprimentos sejam encaminhados direto para HP no qual so existe uma e não é a Simpress , pois como sabemos a marca Samsung Agora é HP e são varias Empresas distribuidoras da marca Hp no Brasil .

Declaramos que cumprimos requisito edital e entregaremos os materiais conforme descrito no edital, para o item 01, somente serão aceitos produtos originais do fabricante do equipamento, conforme Edital:

“Item 1 – Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT-D203U. Marca: Samsung.”

A empresa tem ciência de que os produtos entregues devem possuir os requisitos acima especificados, para tanto, a empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME ofertou, conforme consta em sua proposta, cartucho de toner SAMSUNG.

Diante disso, a SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A (representante dos produtos SAMSUNG fabricante no Brasil), não é mais a distribuidora oficial pois a Marca Samsung agora faz Parte Da HP , revendidos por distribuidores Hp e não Samsung , podendo ser comprovado através telefone ou site da propria Marca

Referente ao atestado temos nf de comprovação dos mesmos .

Efetuamos compras de diversos distribuidores da Hp marca Samsung .

Pública pode solicitar desde logo tais comprovações. Todos materiais de compra possuem nf de compra e efetuamos todos nossos pagamentos de impostos a empresa tem todas as suas certidões validas , mas um motivo que comprovamos que cumprimos edital.

serão desclassificadas :

“Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.”

Além disso, o próprio Edital prevê em seu Item 7.4 a desclassificação da proposta que apresentar preços manifestamente inexequíveis, destacando que INCUMBE AO AUTOR DA PRORPOSTA PROVAR A EXEQUIBILIDADE DO PREÇO, não bastando mera manifestação, sendo necessária sua demonstração.

Cumprir destacar ainda que, a Lei 10.520/02 traz também em seu artigo 4º, inciso X, norma imperativa no sentido de que a oferta mais vantajosa não se confunde com o menor preço cotado, pois os valores muito inferiores opõem-se à livre concorrência, podendo, além disso, gerar prejuízos à administração pública. Transcreve-se, neste momento, o dispositivo em comento:

"Art. 4º, X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital."

No entanto, esse não é o caso do presente certame. No caso, a proposta da Recorrida é compatível com os preços e condições de mercado, mas um motivo para não desclassificação da proposta da empresa Pointer Distribuidora .



1.2. DA ASSINATURA DA REPRESENTANTE LEGAL

Referente as assinaturas são todas da Proprietaria da Empresa .

2. DA RELAÇÃO COM EMPRESAS SUSPENSAS OU IMPEDIDAS DE LICITAR E INCONSISTÊNCIA DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Desconhecemos as SUSPENSAO de Empresas que não seja POINTER DISTRIBUIDORA E DESCONHECEMOS ESSAS LIGACOES NO QUAL A EMPRESA MICROSENS TEM POR ACUSAR , PEDIMOS TODAS DOCUMENTACOES DOS SOCIOS PARA CONFERIR E COMPROVAR QUE NÃO HÁ LIGAMENTO ENTRE EMPRESAS E PEDIMOS QUE SEJA ANALIZADO ESTES VALORES APRESENTADOS PELA MICROSENS UMA EMPRESA QUE NÃO É MICRO EMPRESA E SIM FABRICANTE DE OUTROS PRODUTOS . APRESETAREMOS TODAS DOCUMENTAÇÕES SOLICITADAS EM EDITAL E COMPROVACOES

Fechar

	<p align="center">SINTEGRA</p> <p align="center">Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná</p>	
---	---	---

IDENTIFICAÇÃO
 Cadastro atualizado até
a data da consulta

 Data/Hora Host
CELEPAR
22/02/2019 - 07:14:24

CNPJ:	27.230.038/0001-07	Inscrição Estadual:	90766636-00
Nome Empresarial:	PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI - ME		

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA 28 DE JUNHO		
Número:	1841	Complemento:	SL A
Bairro:	JARDIM TUPINAMBA		
Município:	MARINGA	UF:	PR
CEP:	87.040-280	Telefone:	(44)3031-7020
E-mail:	FISCAL@CADESCONTABILIDADE.COM.BR		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Atividade Econômica Principal:	4751202 - RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4751201 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA 4761003 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA 4789002 - COMERCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS 4789099 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Início das Atividades:	11/2017
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 11/2017
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 11/2017
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Este CNPJ possui outra Inscrição Estadual.
Clique no botão ao lado para consultá-la.

Outra Inscrição Estadual

[Consultar novo contribuinte do Paraná](#)
[Acessar cadastro de outros Estados](#)

	SINTEGRA Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná	
---	--	---

IDENTIFICAÇÃOCadastro atualizado até
a data da consultaData/Hora Host
CELEPAR
25/02/2019 - 15:31:49

CNPJ:	27.230.038/0001-07	Inscrição Estadual:	90744543-70
Nome Empresarial:	PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI - ME		

ENDEREÇO

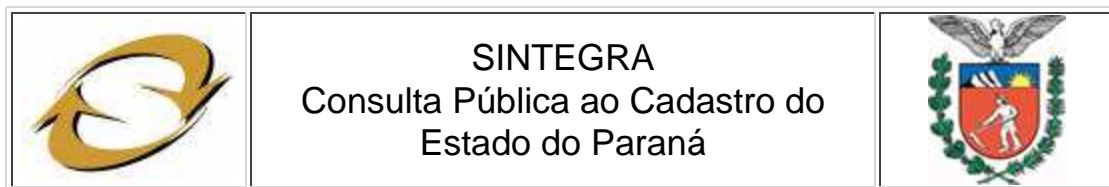
Logradouro:	RUA 28 DE JUNHO		
Número:	1841	Complemento:	SALA A
Bairro:	JARDIM TUPINAMBA		
Município:	MARINGA	UF:	PR
CEP:	87.040-280	Telefone:	(44)8443-4131
E-mail:	FISCAL@CADESCONTABILIDADE.COM.BR		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4751201 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	
Início das Atividades:	03/2017
Situação Atual:	
Situação Cadastral:	BAIXADO - DESDE 12/2017
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

[Consultar novo contribuinte do Paraná](#)[Acessar cadastro de outros Estados](#)



Sua solicitação não pode ser atendida

Serviço: SINTEGRA - Consulta Empresa
Data / Hora: 25/02/2019 às 15:50:04
Motivo: **1604052969 - INSCRIÇÃO ESTADUAL INVÁLIDA**
Recomendação: É provável que haja alguma incorreção nas informações que você digitou.
Por favor, verifique, corrija e tente novamente.

[Voltar](#)

VOCÊ ESTÁ AQUI: INÍCIO » PAINEL DE SANÇÕES » CEIS » **SANÇÃO APLICADA - CEIS**

Sanção Aplicada - CEIS

Data da consulta: 22/02/2019 07:47:36

Data da última atualização: 21/02/2019 18:00:04

Quantidade de sanções encontradas: 3

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da ReceitaPONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA
EIRELI - 27.230.038/0001-07

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA

**Nome informado pelo
Órgão sancionador**PONTOCOM
SUPRIMENTOS PARA
INFORMÁTICA EIRELI**Nome Fantasia**

SEM INFORMAÇÃO

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sançãoIMPEDIMENTO - LEI DO
PREGÃO**Fundamentação legal**

ART. 7, LEI 10520/2002

Descrição da fundamentação legal

QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 40 DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

Data de início da sanção


03/10/2018

Data de fim da sanção

29/07/2019

**Data de publicação da
sanção**

04/10/2018

PublicaçãoDIÁRIO OFICIAL DA
UNIÃO SEÇÃO 3 PAGINA
180 **Detalhamento do meio
de publicação****Data do trânsito em
julgado**

**

Número do processo

002629/17-00.10

**Abrangência definida
em decisão judicial**

SEM INFORMAÇÃO

Observações

DECISÃO DO DIRETOR-GERAL DE APLICAR A PENALIDADE DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO PELO PRAZO DE 10 MESES, EM VIRTUDE DA INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2017NE001518 E DO FORNECIMENTO DE 30 UNIDADES DE CARTUCHOS DE TONER, BLACK (PRETO), CÓDIGO MLT-D116L, SAMSUNG NÃO ORIGINAIS E GENUÍNOS AO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR		DF


ORIGEM DA INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade	Endereço	
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	NÃO INFORMADO	
Contatos da origem da informação	E-mail	Data de registro no sistema
NÃO INFORMADO	SEPAD@STM.JUS.BR;	14/11/2018

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção	Fundamentação legal	Descrição da fundamentação legal
IMPEDIMENTO - LEI DO PREGÃO	ART. 7, LEI 10520/2002	QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 40 DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

Data de início da sanção	Data de fim da sanção
21/03/2018	20/03/2019

Data de publicação da sanção	Publicação	Detalhamento do meio de publicação	Data do trânsito em julgado
21/03/2018	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 3 PAGINA 144 		12/03/2018

Número do processo	Abrangência definida em decisão judicial	Observações
PRE-10567/2017	EM TODOS OS PODERES DA ESFERA DO ÓRGÃO SANCIONADOR	

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO (TRT-12)		SC

ORIGEM DA INFORMAÇÃO**Órgão/Entidade**TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA 12ª
REGIÃO (TRT-12)**Endereço**

NÃO INFORMADO

**Contatos da origem da
informação**

(48) 3216-4000

E-mail

SECAD@TRT12.JUS.BR;SECAD@TRT12.JUS.BR;SECAD@TRT12.JUS.BR;SECAD@TRT12.JUS.BR

**Data de registro no
sistema**

21/03/2018

DETALHAMENTO DA SANÇÃO**Tipo da sanção**SUSPENSÃO - LEI DE
LICITAÇÕES**Fundamentação legal**ART. 87, INCISO III, LEI
8666/1993**Descrição da fundamentação legal**PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO
CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ,
GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO
CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III -
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM
LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A
ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2
(DOIS) ANOS;**Data de início da sanção**


12/06/2018

Data de fim da sanção

12/06/2020

**Data de publicação da
sanção**

04/07/2018

PublicaçãoDIÁRIO OFICIAL DA
UNIÃO SEÇÃO 3 PAGINA
114 **Detalhamento do meio
de publicação****Data do trânsito em
julgado**

**

Número do processoPROCESSO 017/2018 -
ATA 001/2018**Abrangência definida
em decisão judicial**

SEM INFORMAÇÃO

ObservaçõesMOTIVO DA SANÇÃO: DESCUMPRIMENTO
CONTRATUAL.

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR**Nome**

BANCO DO BRASIL S.A.

**Complemento do órgão
sancionador**ATIVOS S.A.
SECURITIZADORA DE
CRÉDITOS
FINANCEIROS
EMPRESA DO
CONGLOMERADO
BANCO DO BRASIL S.A.**UF do órgão
sancionador**

DF

ORIGEM DA INFORMAÇÃO**Órgão/Entidade**

BANCO DO BRASIL S.A.

Endereço

NÃO INFORMADO

**Contatos da origem da
informação**

NÃO INFORMADO

E-mail

CEIS@CGU.GOV.BR;

**Data de registro no
sistema**

04/07/2018

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 27.230.038/0001-07
Razão Social: PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução Total ou Parcial do Contrato
UASG Sancionadora: 60001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF
Data Aplicação: 03/10/2018 Valor da Multa: R\$ 4.007,15
Número do Processo: 003950/18-00.11 Número do Contrato: 2017NE001518
Descrição/Justificativa: O Diretor-Geral do STM aplicou à Empresa as penalidades de multa compensatória no valor de R\$ 4.007,15 (quatro mil e sete reais e quinze centavos) e de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 10 (dez) meses, bem como DETERMINAR o cancelamento da ARP 62/2017, em virtude da inexecução total do objeto da NE 2017NE001518 e do fornecimento de 30 unidades de cartucho de toner, black (preto), código MLT-D116L, SAMSUNG não originais e genuínos ao STM, com fulcro no art.87 da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente por força da autorização contida no art. 9ª da Lei 10.520/2002, no art 7ª da Lei 10.520/2002, no art. 20 do Dec. 7.892/2013 e nos Itens 20 e 30 do Edital PE 52/2017.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução Total ou Parcial do Contrato
UASG Sancionadora: 925603 - PROCURADORA-GERAL DE JUSICA AD.EST. DO RN
Data Aplicação: 31/07/2018 Valor da Multa: R\$ 20.944,94
Número do Processo: 20122/2018 Número do Contrato: AC 65/2018
Descrição/Justificativa: Atraso injustificado na entrega do material de informática (tonners P205 e D203U).

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **158305 - INST.SUL DE MG/CAMPUS INCONFIDENTES**
Data Aplicação: **29/01/2019** Valor da Multa: **R\$ 637,80**
Número do Processo: **2334400024420134** Número do Contrato: **2017NE800666**
Descrição/Justificativa: **Fornecimento de itens não originais, conforme constatado em laudo do fabricante** anexo ao Processo:23344.000.244.2018-34.

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **244001 - FUNAG-FUNDACAO ALEXANDRE GUSMAO/DF**
Âmbito da Sanção: **Administração**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **15/05/2018** Prazo Final: **14/05/2020**
Número do Processo: **09100000077201863**
Descrição/Justificativa: **Entrega de material falsificado, remanufaturados, não originais, recondicionados e/ou recarregados.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **158133 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO CEARÁ**
Âmbito da Sanção: **Administração**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **23/07/2018** Prazo Final: **23/07/2019**
Número do Processo: **23255.039324.2017**
Descrição/Justificativa: **Entrega de suprimentos de impressão fora das especificações** previstas em edital.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª
Motivo: Falha ou fraude na execução do contrato
UASG Sancionadora: 60001 - STM _ SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF
Âmbito da Sanção: União
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 03/10/2018 Prazo Final: 29/07/2019
Número do Processo: 003950/18-00.11 Número do Contrato: 2017NE001518
Descrição/Justificativa: O Diretor-Geral do STM aplicou à Empresa as penalidades de multa compensatória no valor de R\$ 4.007,15 (quatro mil e sete reais e quinze centavos) e de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 10 (dez) meses, bem como DETERMINAR o cancelamento da ARP 62/2017, em virtude da inexecução total do objeto da NE 2017NE001518 e do fornecimento de 30 unidades de cartucho de toner, black (preto), código MLT-D116L, SAMSUNG não originais e genuínos ao STM, com fulcro no art.87 da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente por força da autorização contida no art. 9ª da Lei 10.520/2002, no art 7ª da Lei 10.520/2002, no art. 20 do Dec. 7.892/2013 e nos Itens 20 e 30 do Edital PE 52/2017.

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª
Motivo: Retardamento da execução do objeto ou não manutenção da proposta
UASG Sancionadora: 70014 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG
Âmbito da Sanção: União
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 11/10/2018 Prazo Final: 10/12/2018
Número do Processo: 1806448/2018
Descrição/Justificativa: Aplicação da sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E DESCREDECIMENTO DO SICAF PELO PERÍODO DE 2 (DOIS) MESES, nos termos do item 12 e subitem 12.2 do Pregão Eletrônico nº 70/2017 e do art. 7ª, da Lei nº 10.520/02, c/c art. 28 do Decreto nº 5.450/05.

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª
Motivo: Falha ou fraude na execução do contrato
UASG Sancionadora: 158305 - INST.SUL DE MG/CAMPUS INCONFIDENTES
Âmbito da Sanção: União
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 18/01/2019 Prazo Final: 18/01/2024
Número do Processo: 23344000244201834 Número do Contrato: 2017NE800666
Descrição/Justificativa: Fornecimento de Itens não originais, conforme constatado no laudo do fabricante anexo ao processo.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª
Motivo: Retardamento da execução do objeto ou não manutenção da proposta
UASG Sancionadora: 925045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. DE SANTA CATARINA
Âmbito da Sanção: Estado
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 13/06/2018 Prazo Final: 12/06/2019
Número do Processo: 32383/2017 Número do Contrato: Pregão n. 95/2017
Descrição/Justificativa: Descumprimentos dos objetos das Notas de Empenho - os produtos estavam em desacordo com o edital.

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª
Motivo: Falha ou fraude na execução do contrato
UASG Sancionadora: 80013 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
Âmbito da Sanção: União
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 21/03/2018 Prazo Final: 20/03/2019
Número do Processo: PRE-10567/2017
Descrição/Justificativa: Descumprimento integral das obrigações assumidas.

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.
UASG Sancionadora: 90027 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL-SEC.1A.REG./DF
Impeditiva: Não
Número do Processo: 12511720184018000
Descrição/Justificativa: multa, no valor de R\$2.941,57, por atraso no cumprimento da obrigação decorrente da Nota de Empenho n. 2017NE800941, com fundamento no subitem 12.6 do Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 23/2017

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.
UASG Sancionadora: 80026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS
Impeditiva: Não
Prazo Inicial: 06/09/2018
Data Aplicação: 06/09/2018
Número do Processo: 5341/2017 Número do Contrato: 2017ne001446
Descrição/Justificativa: Penalidade de multa no valor de R\$ 2076,00 aplicada por atraso na entrega dos materiais objeto da nota de empenho 2017ne001446.

Alteração das Cláusulas Terceira, Oitava e dos Documentos nº 02 e 03; ASSINATURA em: 20.06.2018.

Pregão Eletrônico 2016/01959(7421); CESUP Compras e Contratações SP; Quarto Termo Aditivo ao Contrato 2016/7421-7040; CONTRATADA: ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA; OBJETO: Repactuação de Preços, Supressão e Alteração das Cláusulas Terceira, Sétima e dos Documentos nº 02 e 03; ASSINATURA em: 21.06.2018.

Pregão Eletrônico 2015/9312(7421); CESUP Compras e Contratações SP; Quinto Termo Aditivo ao Contrato 2015/7421-4272; CONTRATADA: PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA; OBJETO: Repactuação de Preços e Alteração das Cláusulas Terceira, Oitava e do Documentos nº 03; ASSINATURA em: 25.06.2018.

Pregão Eletrônico 2014/16652(7417); CESUP Compras e Contratações SP; Quinto Termo Aditivo ao Contrato 2015.7417.1020; CONTRATADA: ADS SEGURANÇA PRIVADA LTDA; OBJETO: Exclusão da Cláusula Décima e seus Respetivos Parágrafos; ASSINATURA em: 14.06.2018

Pregão Eletrônico 2016/01477(7421); CESUP Compras e Contratações SP; Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 2016.7421.6966; CONTRATADA: ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.; OBJETO: Atualização do Lote 2 e Alteração da Cláusula Nona e dos Documentos nº 01 e 02. Assinatura em: 20.06.2018.

Pregão Eletrônico 2013/12963(9600); CESUP Compras e Contratações SP; Sexto Termo Aditivo ao Contrato 2013.9600.0252; CONTRATADA: SECURITY SEGURANÇA LTDA.; OBJETO: Repactuação, Supressão e Alteração das Cláusulas Quinta e Nona e dos Documentos nº 01 e 02. Assinatura em: 20.06.2018.

Pregão Eletrônico 2015/09283(7421); CESUP Compras e Contratações SP; Quarto Termo Aditivo ao Contrato 2015.7421.4131; CONTRATADA: BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA: Atualização Quantitativa, Ajuste Redacional e Alteração das Cláusulas Terceira, Oitava e dos Documentos nº 02 e 03; ASSINATURA em: 11.06.2018.

Pregão Eletrônico 2016/00968(7421); CESUP Compras e Contratações SP; Quarto Termo Aditivo ao Contrato 2016.7421.8361; CONTRATADA: PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA; OBJETO: Prorrogação de Vigência Contratual e Alteração da Cláusula Oitava; ASSINATURA em: 19.06.2018.

Segundos termos aditivos para alteração da cláusula decorrente de ajuste relativo a supressão contratual, dos contratos: 2018.7421.0630 / 0642 / 0659 / 0664/ 0694 / 0747 / 0758 / 0776 / 0787 / 0881 /, decorrentes do Pregão Eletrônico 2016/00862 (7421); CONTRATADA: Marcenaria Sular Ltda.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 2016/00862 (7421); Cesup Compras e Contratações-São Paulo/SP; Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato 2018.7421.0706; CONTRATADA: Marcenaria Sular Ltda.- OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira do Contrato; ASSINATURA em 18.06.2018

PREGÃO ELETRÔNICO nº 2016/00862 (7421); Cesup Compras e Contratações-São Paulo/SP; Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato 2018.7421.0708; CONTRATADA: Marcenaria Sular Ltda.- OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira do Contrato; ASSINATURA em 18.06.2018

PREGÃO ELETRÔNICO nº 2016/03536 (7421); Cesup Compras e Contratações-São Paulo/SP; Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato 2018.7421.0595; CONTRATADA: Vértice Comunicação Visual e Sinalização Ltda. - EPP.- OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira do Contrato; Ajuste Redacional da Cláusula Décima; ASSINATURA em 22.06.2018

PREGÃO ELETRÔNICO nº 2016/03536 (7421); Cesup Compras e Contratações-São Paulo/SP; Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato 2018.7421.0903; CONTRATADA: Vértice Comunicação Visual e Sinalização Ltda. - EPP.- OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira do Contrato; Ajuste Redacional da Cláusula Décima; ASSINATURA em 22.06.2018

PREGÃO ELETRÔNICO nº 2016/03536 (7421); Cesup Compras e Contratações-São Paulo/SP; Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato 2018.7421.0988; CONTRATADA: Vértice Comunicação Visual e Sinalização Ltda. - EPP.- OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira do Contrato; Ajuste Redacional da Cláusula Décima; ASSINATURA em 26.06.2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - Brasília-DF (8876-5); Primeiro Termo de Aditivo ao Convênio 15.513 - Projeto Leite de Aguas Claras; CONVENIENTE: Associação dos Produtores de Leite de Aguas Claras e Região; OBJETO: Alteração das Cláusulas 15ª e 16ª - Prorrogação dos prazos de execução e vigência para 24 e 30 meses; ASSINATURA em: 22.06.2018.

EXTRATOS DE RESCISÃO

Termos de rescisão dos contratos 2014.7421.3826, 2014.7421.4204, 2014.7421.4610, 2014.7421.6308, 2014.7421.4201, 2014.7421.6148, 2014.7421.4608, 2014.7421.5005, 2014.7421.5004, 2015.7421.0040, 2015.7421.0088, decorrentes do Pregão Eletrônico 2013/18567 (7421), firmado entre o Banco do Brasil S.A. e a 6Brasil Projetos e Construções Ltda. - EPP a partir de 22.06.2018. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 - Art. 79, II.

Termo de rescisão do contrato 2013.7421.5156, decorrente do Pregão Eletrônico 2013/12567 (7421), firmado entre o Banco do Brasil S.A. e a BB Gestão de Recursos - Distrib. De Títulos e

Valores imobiliários - BB DTVM a partir de 07.04.2018. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 - Art. 79, II.

Termo de Rescisão Unilateral do contrato 2017.7421.7656, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 2017/01977(7421), firmado entre o BANCO DO BRASIL S.A. e a empresa M C S CAVALCANTI AR CONDICIONADO EIRELI - EPP., a partir de 01/02/2018- Fundamento Legal: Lei 8.666/93 - Art. 79, I

AVISOS DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA 2018/02024 - (7421) - (CESUP Compras e Contratações - São Paulo-SP) realizado por meio da Internet; OBJETO: Contratação de serviços de Manutenção de sistemas de ar condicionado (SAC), com fornecimento integral de peças e serviços, divididos em 07 lotes, nos Estados de Mato Grosso, Amapá, Pará, Alagoas e Minas Gerais; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: no endereço <https://licitacoes-e.com.br>, até 27.07.18 às 09:30h; OBTENÇÃO DO EDITAL: no endereço eletrônico acima por meio do número da licitação 725190. Informações: cesuplicit.eng2@bb.com.br

ERIKA DE MAIO
Responsável

LICITAÇÃO ELETRÔNICA 2018/02231 - (7421) - CESUP Compras e Contratações - São Paulo SP, realizado por meio da Internet; OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de anteprojetos de arquitetura e complementares visando subsidiar a contratação de Parceria Público Privada para modernização e operacionalização do Complexo Central de Tecnologia (CCT) em Brasília (DF); RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: no endereço <https://licitacoes-e.com.br>, até 27.07.2018 às 9h30; OBTENÇÃO DO EDITAL: no endereço eletrônico acima por meio do número da licitação 724750. Informações através do email: cesuplicit.eng2@bb.com.br.

ELISÂNGELA FREITAS DO NASCIMENTO
Responsável

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA 2018/02419 (8558) - Diretoria de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio - Brasília (DF), realizado por meio da Internet; OBJETO: Contratação de serviços técnicos de gestão de energia elétrica e diagnósticos energéticos, com a disponibilização de equipamentos de monitoramento remoto e sistema informatizado de gerenciamento para 1.162 unidades consumidoras do BB; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: no endereço <https://licitacoes-e.com.br>, até 26.07.2018 às 14h; OBTENÇÃO DO EDITAL: no endereço eletrônico acima por meio do número da licitação 726357. Informações: disec.dicon@bb.com.br.

VIVIANE BORNÉO DE ABREU
Responsável

AVISO DE PENALIDADE

O CESUP ADM CONTRATOS (MG) torna público que a empresa PRESERVAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., CNPJ 14.320.018/0001-85, situada à Rua Arthur Lima de Azevedo, 595 - Bairro Planalto - Belo Horizonte - MG - CEP 31.720-480, está suspensa do direito de licitar e contratar com o Banco do Brasil S.A. e suas Subsidiárias pelo prazo de 02 (dois) anos, face a conclusão do processo administrativo nº 2018-124001 (7417). Fundamento Legal: Inciso III do artigo 87 da Lei 8.666/93.

FÁBIO DE OLIVEIRA PIMENTA
Gerente de Área

AVISOS DE REGISTROS DE PREÇOS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA 2018/02329 (7421) - Cesup Compras e Contratações São Paulo (SP), realizado por meio da Internet; OBJETO: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de mobiliário Estilo 2.0, para atendimento às dependências localizadas em todo o país, dividido em 7 (sete) lotes; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: no endereço <https://licitacoes-e.com.br>, até 18.07.2018 às 09h00min; OBTENÇÃO DO EDITAL: no endereço eletrônico acima por meio do número de licitação 725820; Informações: cesuplicit.compras@bb.com.br e renato.correia@bb.com.br.

RENATO CORREIA FERNANDES DA SILVA
Responsável

LICITAÇÃO ELETRÔNICA 2018/02250 (7421) Cesup Compras e Contratações (SP), realizado por meio da Internet; OBJETO: Registro de Preços para fornecimento e montagem de Arquivos Deslizantes, para as dependências de interesse do Banco do Brasil localizadas em todo o território Nacional; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: no endereço <https://licitacoes-e.com.br>, até 16.07.2018 às 13h00; OBTENÇÃO DO EDITAL: no endereço eletrônico acima por meio do número de licitação 726301; Informações: cesuplicit.compras@bb.com.br.

SÉRGIO TAVARES CARNEIRO
Responsável

RESULTADO DE JULGAMENTO LEILÃO PÚBLICO Nº 2018/0616V(9101) - CESUP

PATRIMÔNIO PR; OBJETO: Venda de bens imóveis, situados nos estados do ES e RJ; VENCEDOR: LOTE 01 - Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário, CNPJ:01.235.622/0001-61, com 50% do arremate e Policlínica de Referência UVV Ltda, CNPJ:05.801.124/0001-90, com 50% do arremate. A partir desta data os autos do processo estão com vista franqueada.

PÉRICLES BRANDÃO ABRÃO
Presidente da Comissão de Licitação

ATIVOS S.A. COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 2014/019. CONTRATANTE: ATIVOS S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros. CONTRATADA: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47. Objeto: Formalização de reajustes e revisão de valor e acréscimo de 7,27% ao valor estimado do contrato, alterando a banda contratada de 30Mbps para 100Mbps. Fundamentação Legal: §§1º, 5º e 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Data de Assinatura: 22/06/2018.

AVISO DE PENALIDADE

OBJETO: A ATIVOS S.A., em virtude de descumprimento de exigência editalícia no Pregão Eletrônico nº 2017/009 - Fornecimento parcelado de cartuchos de toner, comunica que a empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA - EIRELI - ME, CNPJ nº 27.230.038/0001-07, está suspensa temporariamente de contratar com a ATIVOS S.A., pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 12/06/2018, com fulcro no Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 - Processo Administrativo 017/2018.

Brasília-DF, 3 de julho de 2018.

ELAINE DOS SANTOS
Diretora

COBRA TECNOLOGIA S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Aditivo ao Contrato - DGCO nº 00017/2018, firmado em 03/07/2018, Favorecido: SOLUÇÕES EM REVESTIMENTOS EIRELI - EPP; Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato até 05/04/2019. Fundamento Legal: art. 57, inc. II, da Lei nº8.666/1993.

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Pelo presente ATO fica RETIFICADO o Extrato de Termo Aditivo, publicado no D.O.U., Nº 117 de 20/06/2018, Seção 3, pág. 88; Onde se lê : ratificação dos preços do contrato, leia-se: Prorrogação do prazo de vigência do contrato até a data de 30/06/2019 e ratificação do preço contratado, e onde se lê: Fundamento Legal: art 55, inc III, da lei nº 8666/93; leia-se: art. 57, inc. II, c/c art 55,III da Lei nº 8666/93.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 2017.

SÉRGIO WENCESLAU
Gerente Divisão

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 2018/001110, de 28/05/2018; Objeto: Contratação de empresa para ministrar palestra in company sobre empreendedorismo e as novas tecnologias; Contratado: FALA CRIATIVA ASSESSORIA E EVENTOS LTDA.; Prazo de vigência: 02 (dois) meses; Fundamento legal: Art. 30, Inciso II - alínea f, da Lei 13.303/16; Valor Contratado: R\$ 37.000,00; Autorização: Comitê de Despesas e de Investimentos - CODIN, em 29/06/2018; Ratificação: Cláudio Luiz Freire Lima, Diretor de Administração, em 02/07/2018.

Processo: 2018/001194, de 13/06/2018; Objeto: Contratação de empresa para ministrar palestra in company sobre o futuro do agronegócio; Contratado: CERES CONSULTORIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA.; Prazo de vigência: 02 (dois) meses; Fundamento legal: Art. 30, Inciso II - alínea f, da Lei 13.303/16; Valor Contratado: R\$ 24.000,00; Autorização: Comitê Gestor de Desenvolvimento Humano, em 26/06/2018; Ratificação: Cláudio Luiz Freire Lima, Diretor de Administração, em 02/07/2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2018 - UASG 50001

Nº Processo: 008962/2018. Objeto: Aquisição e montagem de mobiliário na sede do Superior Tribunal de Justiça - STJ.. Total de Itens Licitados: 17. Edital: 04/10/2018 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/50001-5-00144-2018. Entrega das Propostas: a partir de 04/10/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2018 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stj.jus.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIASGnet - 03/10/2018) 50001-00001-2018NE000148

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO

Processo STJ 7236/2018.

Termo de Cancelamento da Ata de Registro de Preços STJ n. 17/18 - Parte Única. FORNECEDOR: LTBA Comércio e Serviços Ltda. ME. OBJETO: Prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação e acompanhamento de eventos, com fornecimento de materiais e serviços necessários à realização de eventos institucionais do STJ e da ENFAM. FUNDAMENTO: inciso III do artigo 20 do Decreto n. 7.892/2013 c/c item 14.2 do Edital do Pregão Eletrônico n. 64/2018. VIGÊNCIA: A partir da assinatura: 03/10/2018. SIGNATÁRIOS: Walter Disney Noleto Costa - SAD/STJ e Raquel Alves Ferreira - Fornecedor.

WALTER DISNEY NOLETO COSTA
SAD/STJ

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 81/2018

O Tribunal Superior do Trabalho comunica o resultado do PE-081/2018, cujo objeto, aquisição de equipamentos complementares para Central Técnica e Cinegrafia, foi adjudicado pelo valor total de R\$ 513.942,62, distribuídos da seguinte forma: item 1 à empresa COPERSON AUDIO E VIDEO LTDA pelo valor total de R\$ 137.300,00; itens 2, 4, 9 e 11 à empresa PRISMA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA EIRELI pelo valor total de R\$ 201.325,88; itens 3 e 5 à empresa TECNO SEG INFORMATICA E SEGURANCA DE DADOS LTDA pelo valor total de R\$ 54.649,97; item 6 à empresa SPENCER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E SERVICOS LTDA pelo valor total de R\$ 9.414,52; itens 7, 10 e 12 à empresa ESPACO DIGITAL COMERCIO E LOCACAO DE AUDIO, CINE, VIDEO E ILUMINACAO LTDA pelo valor total de R\$ 90.654,43; item 8 à empresa TEXAS IMPORTS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA pelo valor total de R\$ 3.869,12; e item 13 à empresa D. ZANIN COMERCIAL pelo valor total de R\$ 16.728,70.

DIRLEY SERGIO DE MELO
Secretário de Administração

(SIDECA - 03/10/2018) 080001-00001-2018NE000187

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2018 - UASG 80001

Nº Processo: TST-504517/2018-6. Objeto: Registro de preços para aquisição de luminárias tipo downlight em led.. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 04/10/2018 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Safs Qd 8, Conj A, Bl A, Sala 332., Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/80001-5-00091-2018. Entrega das Propostas: a partir de 04/10/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2018 às 14h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARCOS FRANCA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

(SIASGnet - 03/10/2018) 80001-00001-2018NE000187

SECRETARIA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo TST nº 505.394/2018-7. Join Tecnologia da Informática Ltda. CNPJ: 11.914.229/0001-58. Serviços de desenvolvimento e sustentação de soluções de software. Pregão Eletrônico. Contrato PE-092/2017-D. Lei nº 10.520/2002 e Decretos nºs 5.450/2005, 7.892/2013. Valor total de R\$ 140.370,00. Vigência: 12 meses, contados da data da assinatura do contrato. Programa de trabalho 02.122.0571.4256.0001, elemento de despesa 4.4.90.40, nota de empenho 2018NE001546. ASSINATURA: 02/10/2018. Pelo Contratante: Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração. Pela Contratada: Gustavo Veronese, Representante legal.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo 503.737/2018-0. Aquisição de cadeiras executivas. Pregão Eletrônico nº 072/2018. Fornecedor: Flexform Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Item/quantidade/valor unitário. Item 1, 17, R\$ 5.400,00. Vigência: de 26/9/2018 a 25/9/2019. A ata de registro de preços, na íntegra, encontra-se disponível em <https://aplicacao7.tst.jus.br/sacwebcp/PesquisarAtas.do>. Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo 503.078/2018-3. Confecção de pastas de papel. Pregão Eletrônico nº 075/2018. Fornecedor: Rone Publicidade e Eventos Eireli. Item/quantidade/valor unitário. Item 1, 3000, R\$ 2,17, Item 2, 3000, 2,90. Vigência: de 25/9/2018 a 24/9/2019. A ata de registro de preços, na íntegra, encontra-se disponível em <https://aplicacao7.tst.jus.br/sacwebcp/PesquisarAtas.do>. Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo 503.156/2018-2. Aquisição e locação de materiais para painéis gráficos. Pregão Eletrônico nº 079/2018. Fornecedor: Roberto Sá Rodrigues de Souza-ME. Item/quantidade/valor unitário: 1/150/R\$55,25, 2/100/R\$50,99, 3/100/R\$53,00, 4/210/R\$45,00, 12/20/R\$237,95, 13/40/R\$321,50, 14/20/R\$386,97, 15/20/R\$214,94 e 16/20/R\$190,00. Vigência: de 2/10/2018 a 1º/10/2019. A ata de registro de preços, na íntegra, encontra-se disponível em <https://aplicacao7.tst.jus.br/sacwebcp/PesquisarAtas.do>. Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

TST Processo 505.873/2018-1. Aquisição e locação de materiais para painéis gráficos. Pregão Eletrônico nº 079/2018. Fornecedor: Copiadora Universitária Ltda. Item/quantidade/valor unitário: 5/150/R\$85,00, 6/120/R\$34,10, 7/250/R\$41,00, 8/50/R\$39,50, 9/50/R\$100,00, 10/50/R\$56,99, 11/20/R\$118,00. Vigência: de 2/10/2018 a 1º/10/2019. A ata de registro de preços, na íntegra, encontra-se disponível em <https://aplicacao7.tst.jus.br/sacwebcp/PesquisarAtas.do>. Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração.

DESPACHO DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O Secretário de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o contido no processo TST nº 504.459/2018-6, comunica à empresa ÔNIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 10.392.669/0001-20, em função da não localização no endereço contratual, que está aberto prazo de 5 dias úteis improrrogáveis, para interposição de recurso contra a aplicação da penalidade administrativa de Multa, no valor de R\$ 6.059,46, em razão de atrasos verificados no pagamento de salários, na reposição de posto de trabalho e no pagamento dos efeitos retroativos da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, por ofensa ao disposto na Subcláusula Sexta, na alínea "c" do Inciso VI, e na Subcláusula Sétima da Cláusula Dez, respectivamente; e fundamento nos itens 11, 14 e 17 da Tabela 2 da Subcláusula Segunda da Cláusula Treze, todos do contrato PE-006/2017, c/c o disposto no inciso II, do Art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contar desta publicação.

DIRLEY SÉRGIO DE MELO

DESPACHO DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O Secretário de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o contido no processo TST nº 502.281/2018-7, comunica à empresa RDL PROJETOS REFORMAS E PLANEJADOS - EIRELI, inscrita no CNPJ 29.967.209/0001-00, em função da não localização no endereço contratual, que está aberto prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso contra a aplicação das penalidades administrativas de Multa, no valor de R\$ 4.071,60, e impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 anos, com descredenciamento do SICAF, em razão da inexecução total do objeto, por desrespeito ao inciso I da Cláusula Dez, e apoio na Subcláusula Segunda da Cláusula Treze do Contrato PE-047/2018, c/c o artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, a contar desta publicação.

DIRLEY SÉRGIO DE MELO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 118/2018 - UASG 060001

Nº Processo: 250/2018 . Objeto: Inscrição de 7 (sete) servidores no evento Liderança 360º - Como fazer a diferença na organização , promovido pela ENE TREINAMENTOS, CURSOS E EVENTOS LTDA., a ser realizado, nos dias 04 e 05 de outubro de 2018, nesta Capital. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei nº 8.666/1993 declaração de Inexigibilidade em 01/10/2018. AFONSO IVAN MACHADO. Diretor de Orçamento e Finanças. Ratificação em 01/10/2018. EDER SOARES DE OLIVEIRA. Diretor-geral. Valor Global: R\$ 20.580,00. CNPJ CONTRATADA : 05.025.586/0001-62 ENE TREINAMENTOS, CURSOS E EVENTOS EIRELI.

(SIDECA - 03/10/2018) 060001-00001-2018NE000072

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 74/2018

O Superior Tribunal Militar torna público que o Diretor-Geral, em Despacho de 2/10/2018, homologou o resultado do Pregão em epígrafe, cujo objeto é a aquisição de aparelhos de ar-condicionado pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), adjudicando os itens 1, 4, 6, 7, 9 e 11 à SLG COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, o item 2 à LICITOP COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI, os itens 3 e 5 à VENTISOL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA, os itens 8 e 10 à ES COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.

RAFAELA SILVA FIGUEIRÊDO CAMARGO
Pregoeira

(SIDECA - 03/10/2018) 060001-00001-2018NE000072

SECRETARIA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Processo nº 196/2018 - SEI nº 012583/18-00.15. Contrato nº 44/2018, celebrado entre o Superior Tribunal Militar e a sociedade empresária BELFORT GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de coleta, de transporte, de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos, perigosos e especiais, gerados pelos serviços de saúde do STM. VALOR ESTIMADO: R\$ 3.484,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0566.4225.0101 - Julgamento de Processos - JUPROC. VIGÊNCIA: 03.10.2018 a 02.10.2019. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. DATA DE ASSINATURA: 02.10.2018. ASSINAM: Eder Soares de Oliveira, Diretor-Geral, pelo Contratante, e Cicero Francisco Thomaz Tertuliano de Melo Brito, Procurador, pela Contratada.

AVISO DE PENALIDADE

Aplicar em desfavor da empresa DIEGO DE S. ANDRADE - ME, CNPJ nº 08.972.386/0001-05, com fulcro nos artigos 7º da Lei 10.520/2002 e 28 do Decreto nº 5.450/2005, no Parecer ASLIC nº 613/2018 e no Parecer ASLIC nº 815/2018, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 01 (um) mês, em virtude do não envio de proposta no Pregão Eletrônico nº 62/2017. A referida penalidade foi registrada no SICAF em 02/10/2018 e terá como termo final a data de 31/10/2018.

EDER SOARES DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

AVISO DE PENALIDADE

Aplicar em desfavor da empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI - ME, CNPJ nº 27.230.038/0001-07, com fulcro no art. 87 da Lei 8.666/93, aplicado subsidiariamente por força da autorização contida no art. 9º da Lei 10.520/02, no art. 7º da Lei 10.520/02, no art. 20 do Dec. 7.892/13 e nos Itens 20 e 30 do Edital do PE 52/2017, as penalidades de multa compensatória no valor de R\$ 4.007,15 e de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 10 meses, bem como DETERMINAR o cancelamento da ARP nº 62/2017, em virtude da inexecução total do objeto da NE 2017NE001518 e do fornecimento de 30 unidades de cartucho de toner não originais ao STM. A referida penalidade foi registrada no SICAF em 03/10/2018 e terá como termo final a data de 29/07/2019.

EDER SOARES DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo nº 18.0.000002223-0. Contrato nº 035/2018. Contratado: Caixa Econômica Federal. Objeto: prestação de serviços de pagamento de pessoal e concessão de empréstimos consignados em folha a magistrados, servidores e pensionistas. Fundamentação: Edital de Credenciamento nº 1/2016, derivado do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 60 meses. Assinatura: 19/03/18. Pelo Contratante: Gilvan Silva Pereira Ramos, Secretário de Administração. Pelo Contratado: Celso Eloi de Souza Cavalheiro, Representante Legal.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 11ª REGIÃO****RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 3/2018**

A Presidente do TRT11 torna público para conhecimento dos interessados a homologação da licitação supracitada, destinada ao registro de preço de acess. ergonômicos, adjudicado em favor da empresa: KIVER COM SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, COMPUSSET INFORMÁTICA LTDA, DOLCIMAR ANTONIO TESTA-ME e resolve COM DE EQUIP ERGONÔMICOS E DE INFORM. Os itens e respectivos valores estão publicados no DOU, Seção 3, fls. 130 e no Jornal do Comércio, ambos de 12/3/2018.

ELEONORA DE SOUZA SAUNIER

(SIDEC - 20/03/2018) 080002-00011-2018NE000021

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 15/2018**

A Presidente do TRT11 torna público para conhecimento dos interessados a homologação da licitação supracitada, destinada ao registro de preços para prestação de serviço de gráfica rápida, adjudicado em favor da empresa GRÁFICA E EDITORA VITÓRIA LTDA, CNPJ n. 05.526.766/001-28, com o valor total de R\$ 11.520,00 (itens 1 e 2).

ELEONORA DE SOUZA SAUNIER

(SIDEC - 20/03/2018) 080002-00011-2018NE000021

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 12ª REGIÃO**

SECRETARIA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: RP 1184/2018. Participação na Ata RP 45/2017 do TRT7. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Tecnisys Informática e Assessoria Ltda. Objeto: Subscrições Jboss Enterprise Application Platform com suporte e garantia. Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0042/00 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. Natureza da Despesa 3390.40.07 - Serviços de TIC. Valor anual: R\$ 164.226,94. Vigência: 12 meses a contar da data da assinatura. Data da assinatura: 14-3-2018. Pelo TRT: Mari Eleda Migliorini, Desembargadora do Trabalho-Presidente. Pela Contratada: Giovanni Coelho da Silva, Diretor-Presidente.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: PRE 13521/2015. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Reunidas Turismo S/A. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato por mais 12 meses, no período de 26-4-2018 a 25-4-2019. Data da assinatura: 20-3-2018. Pelo TRT: Mari Eleda Migliorini, Desembargadora do Trabalho-Presidente. Pela Contratada: Selvino Caramori Filho, Diretor Vice-Presidente.

T

AVISO DE PENALIDADE

O TRT 12ª Região torna público que aplicou à empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o n. 27.230.038/0001-07, nos autos do processo PRE-10567/2017, a penalidade de impedimento de licitar ou contratar com a União, pelo período de 1 (um) ano, com fundamento no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

Florianópolis, 20 de março de 2018.
Des. MARI ELEDA MIGLIORINI

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1630/2018**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região torna público que realizará licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização e controle de pragas urbanas para todas as Unidades do TRT 12ª Região.

1 - Prazo: as propostas deverão ser postadas no site licitações-e do Banco do Brasil até as 17 horas do dia 06/04/2018. A sessão para disputa terá início às 13:30 horas do dia 09/04/2018. O horário referência é o de Brasília.

2 - Obtenção do edital e informações: o edital deverá ser retirado no site www.licitacoes-e.com.br. Outras informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Preparo de Licitações no site www.trt12.jus.br ou pelos telefones (48) 3216-4069 e 3216-4091 e e-mail cpl@trt12.jus.br, no horário compreendido entre as 12 e 19 horas.

Florianópolis, 20 de março de 2018.
ANDREIA HAWERROTH EXTERKÖTTER
Assistente-Chefe do Setor de Preparo
de Licitações

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 13ª REGIÃO****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo TRT n. 828/2018. Contratante: Tribunal Regional do Trabalho da 13 Região. Contratada: AOVIS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (CNPJ n. 05.555.382/0001-33). Objeto: Contratação de 19 (dezenove) licenças de acesso ao pacote Premium, na plataforma virtual de aprendizagem da Alura, na modalidade EAD, com acesso ilimitado aos cursos e conteúdos, durante 12 (doze) meses, consoante elementos dos autos. Fundamentação: art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993. Declaração de Inexigibilidade em 19/03/2018, por Aryoswaldo José Brito Espínola, Ordenador de Despesas. Ratificação em 20/03/2018, por Paulo Henrique Tavares da Silva, Diretor da Escola Judicial em exercício.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 1/2018 AO CONTRATO TRT N. 39/2014

Processo TRT n. 082/2018. Contratante: Tribunal Regional do Trabalho da 13 Região. Contratada: AP Engenharia e Arquitetura Ltda. (CNPJ n. 01.664.506/0001-68). Objeto: Alteração do Contrato com acréscimo e supressão de serviços. Valor: Em virtude dos acréscimos e supressões descritos no Projeto Básico, o valor do referido Contrato fica acrescido em R\$ 1.261.699,86 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos) e suprimido em R\$ 1.261.699,86 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), permanecendo o valor total contratado em R\$ 30.868.116,18 (trinta milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, cento e dezesseis reais e dezoito centavos). Data da assinatura: 20/03/2018. Assinam: Paulo Lindenberg Castor de Lima, Diretor-Geral, pelo Contratante, e Marcelo Antônio Pontes de Araújo, Sócio-Diretor, pela Contratada.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 14ª REGIÃO**

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 8/2018

PROCESSO ADM. VIRTUAL - PROAD Nº 25715/2018. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: RJR COMÉRCIO E SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ-MF Nº 11.508.825/0001-38. Objeto: Fornecimento de solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em computação em nuvem (Cloud Computing), incluindo suporte técnico, implantação e treinamento. Vigência: 19/03/2018 a 18/03/2020. Assinado: 19/03/2018. Dotação Orçamentária: programa de trabalho 02.122.0571.4256.6020, natureza da despesa 339040.19, nota de empenho n.º 2018NE000448 de 12/03/2018, Valor total: R\$ 268.458,00. Assinaturas: Lélío Lopes Ferreira Júnior, Diretor Geral das Secretarias do TRT 14 e, de outro, Sra. Luciana Cristina da Silva, representante da contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/2018

PROCESSO ADM. VIRTUAL - PROAD Nº 22864/2017. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: A M FIGUEREDO COMÉRCIO E SERVIÇOS-ME. CNPJ-MF Nº 20.221.687/0001-00. Objeto: prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar nas unidades administrativas e jurisdicionais do TRT da 14ª Região, com elaboração de PMOC. Vigência: 20/03/2018 a 19/03/2019. Assinado: 20/03/2018. Dotação Orçamentária: programa de trabalho 02.122.0571.4256.6020, natureza da despesa 3390.39.16, nota de empenho n.º 2018NE000393 de 7/3/2018, Valor total: R\$ 146.904,00. Assinaturas: Lélío Lopes Ferreira Júnior, Diretor Geral das Secretarias do TRT 14 e, de outro, Sr. João José Mourão Figueiredo, representante da contratada.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 15ª REGIÃO**

DIRETORIA-GERAL

SERVIÇO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

Processo 02/2008 PC. Termo de Cessão de Uso nº 02/2018. Partes: TRT e Município de Américo Brasiliense. CNPJ: 43.976.166/0001-50. Objeto: Permissão de uso gratuito de imóvel situado na Avenida 09 de Julho, esquina com a Rua Felício Neves, Centro, Américo Brasiliense/SP. Vigência: 05 (cinco) anos, de 07/03/2018 a 06/03/2023. Assinam: pelo TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e, pelo município, Dirceu Brás Pano. Data: 05/03/18.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº CP0580/2017-A Pregão Eletrônico. Contrato: 49/2018. Partes: TRT e 5F Soluções, Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda. CNPJ: 07.273.916/0001-64. Objeto: Fornecimento de solução hardware e software para estabelecimento de rede de dados Wi-Fi. Fundamento: Lei 8.666/1993. Valor total: R\$ 234.320,00. L.O. Nº 13.587, de 02/01/2018. Notas de Empenho: 2018NE000640 e 2018NE000641, ambas de 22/02/2018. Classificação: 02.122.0571.4256.3474 4490.52 37 e 02.122.0571.4256.3474 3390.40 22. Vigência: 36 meses, a contar da data da assinatura. Assinam: pelo TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e, pela empresa, George Oliveira da Silva. Data: 09/03/2018.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº CP0673/2017 Pregão Eletrônico. Contrato: 51/2018. Partes: TRT e Colúmbia Comercial de Equipamentos Eireli-EPP. CNPJ: 10.378.106/0001-87. Objeto: Fornecimento e instalação de equipamentos odontológicos. Fundamento: Lei 8.666/1993. Valor total: R\$ 79.125,04. L.O. Nº 13.587, de 02/01/2018. Notas de Empenho: 2018NE000745 e 2018NE000746, ambas de 07/03/2018. Classificação: 02.122.0571.4256.3474 4490.52 08 e 02.122.0571.4256.3474 3390.30 10. Vigência: 120 dias a contar da data da assinatura. Assinam: pelo TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e, pela empresa, Dorival da Silva. Data: 15/03/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº CP0646/2017-B. Contrato nº 200/2017. Espécie: I TA. Partes: TRT e Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda. CNPJ: 89.237.911/0001-40. Objeto: prorrogação do prazo para a entrega dos servidores de rede, por 30 dias, fixando o final do prazo em 13/03/2018. Fundamento: Lei 8.666/93, artigo 57, § 1º, inciso V. Assinam: pelo TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e pela empresa, Vinicius da Silva. Data: 09/03/2018.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 17ª REGIÃO****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2018**

O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, visando contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem ecológica simples dos veículos deste TRT (lavagem a seco), com aplicação de cera e polimento, conforme condições e especificações descritas no Edital e anexos. A sessão pública, por meio da internet, acontecerá dia 10 de abril de 2018, às 13h30min, sendo o acolhimento de propostas encerrado no dia 10 de abril de 2018, às 13 horas. A licitação será realizada no site www.licitacoes-e.com.br, provido pelo Banco do Brasil S/A. O edital encontra-se disponível no site www.trtes.jus.br e www.licitacoes-e.com.br. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone (27) 3321-2404/2429, de 12 às 19 horas, ou pelo endereço de correio eletrônico licitacoes@trtes.jus.br.

GENÉSIO ROSAS BRITTO
Pregoeiro

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 18ª REGIÃO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

PROCESSO: TRT/18ª PA nº 15446/2017. CONTRATADA: CR SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME. ESPÉCIE: 1º termo aditivo ao contrato nº 023/2018. OBJETO: Inclui 5 veículos ao objeto do contrato, bem como atualiza a relação de veículos do Anexo do Contrato. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "a" da Lei nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 19/03/2018.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Informação nº 12/2019 - Recurso interposto ao Pregão Eletrônico n.º 98/2018

Objeto: aquisição de suprimentos para impressoras



Trata de recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa MICROSENS S/A, contra a aceitação da proposta e habilitação da empresa POINTER DIDTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI - ME, no referido certame.

DO RECURSO INTERPOSTO

As razões da recorrente foram apresentadas tempestivamente na ferramenta de pregão eletrônico constante no sítio de compras do Governo Federal (Doc. PAD nº 020387/2019).

Na referida peça, a recorrente alega, em suma, “inexequibilidade da proposta, divergência na assinatura da representante legal da empresa e inconsistência no atestado de capacidade técnica apresentado”.

REQUER, por fim:

- 1.** *Seja DESCLASSIFICADA a empresa Recorrida, POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI - ME, caso não demonstre a exequibilidade da proposta, em relação ao item 1.*
 - a.** *Caso não seja esse o entendimento, seja realizada a homologação da amostra do produto entregue pela Recorrida a esta r. Administração.*
 - b.** *Também seja autorizada expressamente por parte desta Administração, a realização do ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA, tanto na eventual fase de homologação das amostras, quanto na eventual contratação;*
 - c.** *Cumulativamente ao pedido anterior, a intimação da SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A (Subsidiária Samsung/HP) para atestar a originalidade dos produtos Samsung eventualmente ofertados.*
 - d.** *A apresentação pela Recorrida já em sede de contrarrazões ou logo após de documentos que comprovem a exequibilidade da proposta, bem como comprove a origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes., no Artigo 3º, III do Decreto nº 7174/2010.*
- 2.** *Em caso de desclassificação da empresa declarada vencedora, sejam chamadas quantas empresas forem necessárias para o fornecimento do item, até que sejam atendidas todas as exigências editalícias, bem como o teor trazido nas razões recursais;*
- 3.** *De qualquer decisão proferida sejam fornecidas as fundamentações jurídicas da resposta e todos os pareceres jurídicos e técnicos a este respeito; e*
- 4.** *Seja o presente recurso julgado procedente, de acordo com as legislações pertinentes à matéria.*

DAS CONTRARRAZÕES

A empresa POINTER DIDTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI - ME apresentou tempestivamente suas contrarrazões ao recurso interposto (Doc. PAD nº 25082/2019), rebatendo as afirmações da empresa recorrente:

“...o Valor apresentado tem pouca diferença do valor da recorrente no qual faz acusações desconhecidas , para se beneficiar no pregao. se o preço ofertado é inexequível a proposta da recorrente também é pois Valor muito pouco de diferença .

...

Referente ao acompanhamento de entrega dos materiais , a empresa recorrente não é uma empresa de perícia, porem solicitamos e autorizamos que todo material seja acompanhado por um empresa perícia autorizada pela Hp ou todos suprimentos sejam encaminhados direto para HP no qual so existe uma e não é a Simpress , pois como sabemos a marca Samsung Agora é HP e são varias Empresas distribuidoras da marca Hp no Brasil .

...

Referente ao atestado temos nf de comprovação dos mesmos .Efetuamos compras de diversos distribuidores da Hp marca Samsung. Pública pode solicitar desde logo tais comprovações. Todos materiais de compra possuem nf de compra e efetuamos todos nossos pagamentos de impostos a empresa tem todas as suas certidões validas , mas um motivo que comprovamos que cumprimos edital."

DO ENTENDIMENTO DA PREGOEIRA

No que diz respeito à exequibilidade do preço contratado, esclarecemos:

A empresa POINTER foi declarada vencedora com lance no valor total negociado de R\$113.425,30, e valor unitário de R\$214,01.

O último lance da empresa MICROSENS foi no valor total de R\$128.800,00, e valor unitário de R\$243,02.

O valor total de referência para o produto é de R\$185.500,00, e valor unitário de R\$350,00.

Facilmente calculamos que o valor adjudicado corresponde a 61,14% do preço de referência, desta forma, o aceite da proposta está amparado no item 7.6 do edital, a seguir transcrito:

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecuibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

Quanto à divergência na assinatura da representante legal da empresa, esclarecemos através dos itens 3.4., 4.4. e 20.4. do edital, a seguir transcritos:

Edital - Capítulo III - DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

"3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico." (grifamos).

Edital - Capítulo IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

"4.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública(Inciso III, do Art. 13º, do Decreto n.º 5.450/05)." (grifamos).

Edital - Capítulo XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

"20.4. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação." (grifamos).

Portanto, nos pregões eletrônicos, realizados por certificação digital, é dispensável a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta, bem como a utilização de papel timbrado, uma vez que sua senha

de acesso equivale a sua assinatura eletrônica, podendo a Administração exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou, sob pena de desclassificação da proposta e aplicação das penalidades legais.

A proposta anexada, Doc. PAD nº 16519/2019, atende a todos os requisitos editalícios, conforme aqueles estabelecidos no item 4.8 e suas alíneas. Portanto, não vislumbramos vícios que acarretem a sua desclassificação, sendo ela a mais vantajosa para a Administração.

Para amparar nossa decisão, trazemos diversos Acórdãos do Tribunal de Contas da União, que já se posicionaram da seguinte forma:

“Observe os princípios da supremacia do interesse público, da razoabilidade, da proporcionalidade, da motivação e da ampla defesa, de forma a evitar a desclassificação de propostas em face de falhas em que não haja comprovação de que o licitante obteve vantagem com a situação, especialmente quando a motivação para o ato desclassificatório for imprecisa e houver o risco de contratação antieconômica.”

Acórdão 536/2007 Plenário

“A existência de falhas formais em procedimentos licitatórios, que não tragam prejuízos à competitividade do certame e à contratação da proposta mais vantajosa pela Administração Pública, não ensejam sua nulidade.”

Acórdão 2586/2007 Primeira Câmara (Sumário)

No que concerne à habilitação da empresa vencedora, quanto à inconsistência no atestado de capacidade técnica apresentado:

Realizando consulta ao sítio eletrônico <http://www.sintegra.gov.br/>, constatamos a divergência apontada pela empresa recorrente, entre o número da Inscrição Estadual fornecido no atestado e o número constante do SINTEGRA, para a empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI – ME, CNPJ nº 27.230.038/0001-07. Na verdade, a empresa PONTOCOM possui dois números de I.E., sendo eles: 90766636-00 e 90744543-70 (Doc. PAD nº 27382/2019). Porém, o número que consta no atestado, I.E. nº 016040529-69, este foi considerado inválido na busca do SINTEGRA.

Consultamos, ainda, a aplicação de penalidades à empresa PONTOCOM SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI – ME, conforme relatado pela empresa recorrente, e constatamos que a mesma possui diversas penalidades vigentes, entre elas, de suspensão e de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da União, entre outras causas, por entregar produto falsificado ou não original (Doc. PAD nº 027386/2019).

Entendemos que a empresa emitente do atestado técnico não está corretamente identificada no documento (atestado) de forma que o torna inválido, não podendo ser considerado para fins de habilitação. Uma vez que apenas um atestado foi anexado pela empresa POINTER, fica descumprido o item 8.5, alínea ‘f’ do edital.

Do exposto, analisando o edital, o recurso, a contrarrazão, o atestado de capacidade técnica apresentado, os dispositivos legais e editalícios, bem como pautada nos princípios da impessoalidade, da legalidade e supremacia do interesse público, a pregoeira resolve reformar a decisão de habilitação da empresa POINTER DIDTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI - ME, com esteio no item 8.9 do edital do Pregão Eletrônico 98/2018 e no art. 43, § 3º e § 5º da Lei n.º 8.666/93, uma vez que não foram cumpridos todos os requisitos do Termo de Referência e do Capítulo VIII do edital.

Com fulcro no art. 11, VII do Decreto 5.450/2005, uma vez que a pregoeira reconsiderou a decisão questionada na fase de recurso, decidiu-se pela volta da fase de aceitação de proposta no presente certame, com data marcada para o próximo dia 27 de fevereiro, às 14 horas.

Fortaleza/CE, 25 de fevereiro de 2019.

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Pregoeira

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 25/02/2019 17:02:56
Por: MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 027427/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 25/02/2019 17:02:56</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP
CNPJ: Nº: 29.106.687/0001-26 Inscrição Estadual: 10.710.486-5
PABX: 3274.1609 E-mail: adm.hrcosta@gmail.com

PROPOSTA COMERCIAL

Ao
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
Pregão nº98/2018.

Nome da Proponente: **HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP**
CNPJ Nº: **29.106.687/0001-26** Inscrição Estadual: **10.710.486-5**
Endereço: AV.C07 N°2390 QD. 68 LT. 03 SALA 01 ST. SUDOESTE GOIANIA-GO CEP:74.305-080.
Telefone/Fax/ 3274.1609 E-mail: adm.hrcosta@gmail.com
Dados Bancários: Banco do Brasil Nº001, agência 4148-3, nº da conta corrente 23.853-8.

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo conforme especificações do Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 98/2018 e anexos, com os seguintes valores: dos itens abaixo:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U N	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
01	530	Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U.	U N	samsung	243,00	128.790,00
Cento e vinte oito mil setecentos e noventa reais					VALOR TOTAL R\$	R\$ 128.790,00

2. Declaramos de que todos os tributos, custos e demais despesas correm por conta da proponente.

3. Prazo de Validade da Proposta: [mínimo 60 (sessenta) dias].

4. PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS: 12 (doze) meses contados da data da entrega do material.

5. Prazo De Entrega: 15 dias (trinta dias)

DECLARAMOS, para todos os fins de direito, que **cumprimos plenamente os requisitos de habilitação** e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

DECLARAMOS, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Obrigamo-nos, caso no seja adjudicado o objeto da licitação em causa, a comparecer na data, horário e locais estabelecidos pela, para se proceder à assinatura do Contrato e/ou recebimento **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA**.

Goiânia/GO, 27 fevereiro de 2019.

HR COMERCIO E SERVIÇOS.
NATHANNE MARTINS AMORIM.
CPF. Nº 700.011.981-06.
RG. 5676552. SSP/GO.
DIRETORA.



HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP
CNPJ: Nº: 29.106.687/0001-26 Inscrição Estadual: 10.710.486-5
PABX: 3274.1609 E-mail: adm.hrcosta@gmail.com

Ao

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA.
Pregão nº 98/2018.

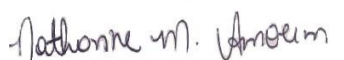
I – DADOS DA PESSOA JURÍDICA

Razão Social:		Nome de Fantasia:	
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP		HR COMERCIO E SERVICOS	
RUA AV.C07 N°2390 QD. 68 LT. 03 SALA 01 ST. SUDOESTE GOIANIA-GO CEP:74.305-080.			
Cidade: Goiânia	Estado: Goiás	País: Brasil	CEP: 74.250-320
CNPJ: 29.106.687/0001-26	Insc. Estadual: 10.710.486-5	Insc. Municipal: 451616-8	
Banco: 001- Banco do Brasil	Agência nº: 4148-3	Conta bancária nº 23.853-8.	
Telefones: (0**62) / 3274.1609.			E-mail: adm.hrcosta@gmail.com

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE que assinará a Ata/Contrato, vencedora do certame:

Nome completo: NATHANNE MARTINS AMORIM		
Estado Civil: Solteira		
Cargo/Função: Diretora comercial		Profissão: Empresária
		Nacionalidade: Brasileira
RG: 5676552 2°VIA	CPF: 700011981-06	Data de nascimento: 05 de outubro de 1992.
Endereço Residencial: AV C-7 N°2390 QD.68 LT.03 SALA 01 SETOR SUDOESTE, GOIÂNIA, GO.		
Cidade: Goiânia	Estado: Goiás	País: Brasil
		CEP: 74.305-080
Telefones: (0**62) / 3274.1609.		E-mail: adm.hrcosta@gmail.com

Goiânia/GO, 27 fevereiro de 2019.


HR COMERCIO E SERVIÇOS.
NATHANNE MARTINS AMORIM.
CPF. Nº 700.011.981-06.
RG. 5676552. SSP/GO.
DIRETORA.



HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP
CNPJ: Nº: 29.106.687/0001-26 Inscrição Estadual: 10.710.486-5
PABX: 3274.1609 E-mail: adm.hrcosta@gmail.com

Ao
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA.
Pregão nº 98/2018.

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE TRABALHO COM MENORES DE 18 ANOS

A
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP inscrito no CNPJ sob o nº **29.106.687/0001-26**, com sede à **RUA AV.C07 Nº2390 QD. 68 LT. 03 SALA 01 ST. SUDOESTE GOIANIA-GO CEP:74.305-080.**, por intermédio de seu representante legal o **Sra. NATHANNE MARTINS AMORIM**, portador da carteira de identidade nº **5676552** e do **CPF nº 700011981-06**, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

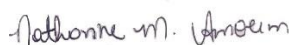
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVA

A
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP E inscrito no CNPJ sob o nº **29.106.687/0001-26**, com sede à **AV.T-63 QD.361 LOTE.04 SALA 03 JD AMERICA , GOIÂNIA-GO**, por intermédio de seu representante legal o **Sra. NATHANNE MARTINS AMORIM**, portador da carteira de identidade nº **5676552** e do **CPF nº 700011981-06**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Publico de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina o presente.

Goiânia/GO, 27 fevereiro de 2019.


HR COMERCIO E SERVIÇOS.
NATHANNE MARTINS AMORIM.
CPF. Nº 700.011.981-06.
RG. 5676552. SSP/GO.
DIRETORA.



HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP
CNPJ: Nº. 29.106.687/0001-26 Inscrição Estadual: 10.710.486-5
PABX: 3274.1609 E-mail: adm.hrcosta@gmail.com

Ao
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA.
Pregão nº 98/2018.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Por intermédio de seu Representante legal **Sra. NATHANNE MARTINS AMORIM.**, como representante devidamente constituído da **HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP** inscrito no CNPJ sob o nº **29.106.687/0001-26**, Com sede à, RUA AV. C07 Nº2390 QD. 68 LT. 03 SALA 01 ST. SUDOESTE GOIANIA-GO CEP:74.305-080.: Tele/Fax: (0**62) 3274.1609, doravante denominado Licitante, para fins do disposto. Pregão Eletrônico nº. 7/2018 declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. **98/2018** foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº **98/2018**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº **98/2018** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº **98/2018**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº **98/2018** quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) **Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. 98/2018. não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 98/2018 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;**

Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº **98/2018** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA. antes da abertura oficial das propostas; e

- (e) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Goiânia/GO, 27 fevereiro de 2019.

HR COMERCIO E SERVIÇOS.
NATHANNE MARTINS AMORIM.
CPF. Nº 700.011.981-06.
RG. 5676552. SSP/GO.
DIRETORA.



HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP
CNPJ: Nº: 29.106.687/0001-26 Inscrição Estadual: 10.710.486-5
PABX: 3274.1609 E-mail: adm.hrcosta@gmail.com

Ao
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA.
Pregão nº 98/2018.

DECLARAÇÃO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELLI-EPP inscrito no CNPJ sob o nº **29.106.687/00001-26**, com sede á **RUA AV.C07 Nº2390 QD. 68 LT. 03 SALA 01 ST. SUDOESTE GOIANIA-GO CEP:74.305-080.**, por intermédio de seu representante legal o **Sra. NATHANNE MARTINS AMORIM**, portador da carteira de identidade nº **5676552** e do **CPF nº 700011981-06**, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa individual/Microempresa/Empresa de Pequeno Porte e que:

- 1 Atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, em particular no artigo 3º;
- 2 Possui registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro ou CCMEI indicando que se enquadra como **MEI**, ou **ME** ou **EPP**;
- 3 Que no ano fiscal anterior ao exercício atual não excedeu o limite de faturamento referente ao enquadramento como **MEI** ou **ME** ou **EPP**,

Estando assim apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Atenciosamente,

Goiânia/GO, 27 fevereiro de 2019.

HR COMERCIO E SERVIÇOS.
NATHANNE MARTINS AMORIM.
CPF. Nº 700.011.981-06.
RG. 5676552. SSP/GO.
DIRETORA.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.106.687/0001-26
Razão Social: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI
Nome Fantasia: HR COMERCIO E SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/06/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	10/06/2019
FGTS	Validade:	13/03/2019
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	13/07/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	07/03/2019
Receita Municipal	Validade:	02/03/2019

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.106.687/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/11/2017
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) HR COMERCIO E SERVICOS	PORTE EPP
---	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 26.22-1-00 - Fabricação de periféricos para equipamentos de informática 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia 46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári
--

LOGRADOURO AV C 7	NÚMERO 2390	COMPLEMENTO QUADRA68 LOTE 03 SALA 01
-----------------------------	-----------------------	--

CEP 74.305-080	BAIRRO/DISTRITO SETOR SUDOESTE	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO
--------------------------	--	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ADM.HRCOSTA@GMAIL.COM	TELEFONE (62) 3274-1609
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/11/2017
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **27/02/2019** às **16:08:53** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.106.687/0001-26
Razão Social: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI
Nome Fantasia: HR COMERCIO E SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 700.011.981-06 Participação Societária: 100,00%
Nome: NATHANNE MARTINS AMORIM
Carteira de Identidade: 5676552 Órgão Expedidor: SSP/GO
Data de Expedição: 28/09/2015 Data de Nascimento: 05/10/1992
Filiação Materna: MARIA APARECIDA DE LIMA AMORIM
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 74.370-614
Endereço: RUA RC 13, SN - QD16 LT39 C1 - RESIDENCIAL CANADA
Município / UF: Goiânia / Goiás
Telefone: (62) 86265070
Email: adm.hlcosta@gmail.com

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 29106687000126

LIMPAR

Data da consulta: 27/02/2019 16:10:39

Data da última atualização: 27/02/2019 12:00:07

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/02/2019 às 16:13) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 29.106.687/0001-26.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5C76.E177.0644.5839



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI**

CPF/CNPJ: **29.106.687/0001-26**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:14:45 do dia 27/02/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 301W270219161445

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Luis Silva
Luis Silva
Escrivão



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do
Termo e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de
Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO

CERTIFICA a requerimento verbal da parte interessada
que, revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas,
papéis e demais assentos, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em andamento **CONTRA**:

Identificação:

Requerente : **HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI**
Profissão : **PESSOA JURIDICA**
CPF/CGC : **29.106.687/0001-26**
Domicílio : **NESTA CAPITAL**

Certifica mais que em desfavor de **HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI** CPF/CNPJ No.: **29.106.687/0001-26**, verificou **inexistir** quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de **Execução Patrimonial, Falência e Concordata**, até a presente data.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do
que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital
do Estado de Goiás aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e
dezenove (**14/02/2019**).

Luis Silva

Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão

Valor da certidão.....: R\$33,60
Valor da Taxa Judiciária.....: R\$14,06
Total.....: R\$ 47,66
Data Receita.....: 14/02/2019
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 201285649



40000192012856495624

AUTENTICAÇÃO/HASH : ABCA030A90F29711E7F081ED64EA7AE4 Solicitante:6101
Verificar em <https://www.tjgo.jus.br/sicad/>



TAVARES Assessoria Contábil

CNPJ: 10.420.415/0001-78

1º ATO DE ALTERAÇÃO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 29.106.687/0001-26

NIRE: 52600588575

NATHANNE MARTINS AMORIM, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o número: 700.011.981-06, nacionalidade brasileira, solteira, nascida em 05/10/1992, empresária, carteira nacional de habilitação (CNH): 05938843681 DETRAN-GO, carteira de identidade (RG): 5676552 SSP-GO, residente e domiciliada na RC 13, S/N, Quadra 16, Lote 39, Casa 01, Residencial Canadá, Goiânia – GO, CEP 74370-614, filha de Wesley Ávila Martins Ferreira e Maria Aparecida de Lima Amorim, titular da empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, NIRE: 52600588575, CNPJ: 29.106.687/0001-26, com sede situada na Avenida T 63, Nº 2529, Quadra 361, Lote 04, Sala 03, Jardim América, Goiânia, GO, CEP 74250-320, resolve proceder a presente alteração, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE

O endereço da sede da empresa **neste ato passa a ser**: Av. C7, Nº 2390, Quadra 68, Lote 03, Sala 01, Setor Sudoeste, Goiânia – GO, CEP: 74305-080.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A empresa terá como objetivo:

4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;

2622-1/00 - Fabricação de periféricos para equipamentos de informática;



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2018 13:24 SOB Nº 20180837036.
PROTOCOLO: 180837036 DE 12/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803825272. NIRE: 52600588575.
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/09/2018

www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

TAVARES Assessoria Contábil

CNPJ: 10.420.415/0001-78

- 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- 4642-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança;
- 4642-7/02 – Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;
- 4645-1/02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia;
- 4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- 4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- 4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- 4647-8/01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
- 4649-4/04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria;
- 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- 4651-6/01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- 4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças;
- 4669-9/99 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos, partes e peças;
- 9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos.

Tendo em vista as alterações ora procedidas, resolve o titular consolidar seu ato de alteração com a seguinte redação:



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2018 13:24 SOB Nº 20180837036.
PROTOCOLO: 180837036 DE 12/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803825272. NIRE: 52600588575.
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/09/2018
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

TAVARES Assessoria Contábil

CNPJ: 10.420.415/0001-78

CONSOLIDAÇÃO

CLAUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

A empresa girara sob o nome empresarial **HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, e tem sua sede na Av. C7, Nº 2390, Quadra 68, Lote 03, Sala 01, Setor Sudoeste, Goiânia – GO, CEP: 74305-080, e usa a expressão **HR COMERCIO E SERVIÇOS** como nome fantasia, podendo, todavia estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou fora dele mediante alteração do ato constitutivo.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A empresa terá como objetivos:

4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;

2622-1/00 - Fabricação de periféricos para equipamentos de informática;

4645-1/01- Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;

4642-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança;

4642-7/02 – Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;

4645-1/02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia;

4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos;

4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;

4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;

4647-8/01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2018 13:24 SOB Nº 20180837036.
PROTOCOLO: 180837036 DE 12/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803825272. NIRE: 52600588575.
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/09/2018

www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

TAVARES Assessoria Contábil

CNPJ: 10.420.415/0001-78

4649-4/04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria;
4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
4651-6/01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática;
4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças;
4669-9/99 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos, partes e peças;
9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciou suas atividades na data de 21/11/2017, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUARTA – DO CAPITAL DA EMPRESA

O capital da empresa é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

CLAUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa é exercida isoladamente por seu titular NATHANNE MARTINS AMORIM, que ficará incumbido de exercer todos os atos pertinentes e necessários ao exercício das atividades ora assumidas, bem como, de representá-la judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente perante todas as repartições e instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social.

CLAUSULA SEXTA - DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2018 13:24 SOB Nº 20180837036.
PROTOCOLO: 180837036 DE 12/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803825272. NIRE: 52600588575.
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/09/2018
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

TAVARES Assessoria Contábil

CNPJ: 10.420.415/0001-78

resultado econômico, cabendo-lhe os lucros ou suportando os prejuízos apurados.

CLAUSULA SETIMA – DO DESIMPEDIMENTO

A administradora NATHANNE MARTINS AMORIM declara, sob as penas da lei, não estar impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade.

Parágrafo único: A titular NATHANNE MARTINS AMORIM declara, sob as penas da Lei, não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes de EIRELI, em qualquer parte do território nacional.

CLASULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito do Foro da comarca de Goiânia - GO, para dirimir qualquer divergência oriunda do presente instrumento.

Goiânia - GO, 10 de setembro de 2018.



NATHANNE MARTINS AMORIM

Titular/Administradora



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2018 13:24 SOB Nº 20180837036.
PROTOCOLO: 180837036 DE 12/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803825272. NIRE: 52600588575.
HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 12/09/2018
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

  **CARTÓRIO LUCAS FERNANDES**
8º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA

Cartório Lucas Fernandes - 8º Tabelionato de Notas
Consulte o selo em <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>
02081807121244634633708 0069-701766

Reconheço por **VERDADEIRA** a assinatura de NATHANNE MARTINS AMORIM, pessoa por mim devidamente identificada, e por haver sido aposta em minha presença, do que dou fé, Goiânia, 10/09/2018.

Em Teste da Verdade.
Laranne Lucilla Machado Tavares - Escrevente




8º Ofício de Notas
Laranne Lucilla M. Tavares
Escrevente
Cep: 74.425-250
lucilla@hotmail.com

FL SUPRIMENTOS DE INFORMATICA

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TECNICA

A FL SUPRIMENTOS DE INFORMATICA INSCRITA NO CNPJ Nº 26.930.358/0001-07, SEDIADA NA RUA C-139 Nº 1013 QD:339 LT:03 SALA:07 CEP: 74.275-070 NA CIDADE DE GOIÂNIA/GO, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE A EMPRESA HR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ Nº29.106.687/0001-26 , SEDIADA NA RUA AV-T63 Nº 2529 SETOR JARDIM AMERICA CEP:74.250-320 – GOIÂNIA-GO NÓS FORNECEU SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (TONER) , SEM NENHUMA RECLAMAÇÃO DE NOSSA PARTE NO QUE SE REFERE A QUANTIDADE, QUALIDADE, E PRAZOS , E QUE CUMPRIU SATISFATORIAMENTE COM O QUE FOI ACORDADO ENTRE AS PARTES, SEGUE ABAIXO MATERIAL ENTREGUE:



TONER SAMSUNG
QUANTIDADE: 115 UNIDADES
MODELO : MLT-D203U
CAPACIDADE : 15 MIL COPIAS
NOTA FISCAL: Nº 15
EMIÇÃO : 07/08/18

GOIÂNIA 25 DE SETEMBRO DE 2018

1º tab.

Fábio Fernandes Cabral
FABIO FERNANDES CABRAL

COMPRAS E LICITAÇÃO

	CARTÓRIO JOÃO TEIXEIRA	1º TABELIONATO DE NOTAS	
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de			
527523 - FABIO FERNANDES CABRAL			
análoga a de meu arquivo Dou Fé			
Goiânia/GO - 28/11/2018 16:28:49 - U = 59			
Nr. Selo Eletrônico - 02011811081144094608084			
Em Testemunho		<i>mk</i>	da verdade
Marita Teixeira Rodrigues da Cunha		<i>Marita Teixeira Rodrigues da Cunha</i>	
Av T9, nº2310, Jd. América, Goiânia-GO, CEP 74.255-220 - tel.: 62 3526.3755 WWW.CARTORIOJOAOATEIXEIRA.NOT.BR			

26.930.358/0001 - 07
FL SUPRIMENTOS
DE INFORMÁTICA EIRELI - ME
Rua C - 139 Nº 1013 Qd. 339 Lt. 03 - Sala 07
Jardim América
CEP: 74.275-070
GOIÂNIA - GO

- Ressonância Magnética Campo Aberto 0.2 Tesla
- Ultrassonografia com Doppler Colorido
- Ecodopplercardiograma Colorido
- Ressonância Magnética 1.5 Tesla
- Tomografia Multislice 16 Canais
- Raios-X e Mamografia Digitais
- Densitometria Óssea

UNIDADE AEROPORTO

Av. Dr. Ismerino S. Carvalho (Av. Z)
nº 775 - St. Aeroporto - Goiânia-GO
(62) 3212-1015

UNIDADE BURITI

Rua Tauari - Qd. 21 - Lt. 08
St. Pq. Amazônia - Goiânia-GO
(62) 3922-6610

UNIDADE IMS

Al. das Rosas esq. c/ Rua R-4
nº 1.949 - St. Oeste - Goiânia-GO
(62) 3920-2671

UNIDADE MARISTA

Al. Coronel Joaquim Bastos
nº 263 - St. Marista - Goiânia-GO
(62) 3091-6611

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa. **HR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.106.687/0001-26, estabelecida na AV. C-07 Nº 2390 QUADRA 62 LOTE 03 SALA 01 ST. SUDOESTE, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, forneceu satisfatoriamente ao **CLINICA GOIANA DE RADIOLOGIA LTDA**, CNPJ nº 02.852.408/0001-17, Nota Fiscal 000.021 – 000.0023 – 000.0028. Série: 1 os produtos constantes da relação abaixo, dentro dos prazos contratados:

Produtos	Quantidade
TONER ORIGINAL HP CE285A.	17
TONER ORIGINAL HP CF283AB	10
TONER ORIGINAL HP CE505A	06
TONER ORIGINAL HP CF280A	07

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, entregando produto original do fabricante do equipamento HP, atendendo todas as exigências técnicas e em perfeita obediência, não sendo do nosso conhecimento, quaisquer fatos que desabonem sua idoneidade técnica e comercial.

Goiânia, em 21 de novembro de 2018.



Dr. Divino Eustáquio Dos Santos.



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa. **HR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.106.687/0001-11, estabelecida na AV. T63 Nº 2529 QUADRA 361, LOTE 04, SALA 03, JARDIM AMERICA, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, forneceu satisfatoriamente ao **SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE GOIAS**, CNPJ nº 02.266.070/0001-11, Nota Fiscal 000.013 Série: 1 os produtos constantes da relação abaixo, dentro dos prazos contratados:

Produtos	Quantidade
TONER ORIGINAL HP CE285A.	38
TONER ORIGINAL HP CE278A	29

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, entregando produto original do fabricante do equipamento HP, atendendo todas as exigências técnicas e em perfeita obediência, não sendo do nosso conhecimento, quaisquer fatos que desabonem sua idoneidade técnica e comercial.

Goiânia, em 18 de junho de 2018.

MARIA DE FATIMA MIRANDA RODRIGUES PERES.
Dpto Compras.

Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 4.768.036-9**

Prazo de Validade: até 02/03/2019

CNPJ: 29.106.687/0001-26

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CNPJ, nos termos do artigo 203 da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M), atualizado e do artigo 89, inciso I e seus parágrafos 2º e 7º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

Esta CERTIDÃO abrange as informações de dívidas de natureza tributária imobiliária, de natureza tributária mobiliária ou de natureza não tributária.

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 204, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M.), atualizado.

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 92, parágrafo 1º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

GOIANIA(GO), 1 DE FEVEREIRO DE 2019

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 21045250

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

CNPJ

29.106.687/0001-26

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.489.542.545

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 9 JANEIRO DE 2019

HORA: 13:22:11:9

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL HR COMERCIO E SERVICOS EIRELINATUREZA JURÍDICA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 60058857-5	29.106.687/0001-26	21/11/2017	21/11/2017

ENDEREÇO AVENIDA C 7NÚMERO 2390 COMPLEMENTO QUADRA 68;LOTE 03;SALA 01; BAIRRO Setor SudoesteMUNICÍPIO GOIÂNIA ESTADO GO

OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;
2622-1/00 - Fabricação de periféricos para equipamentos de informática;
4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
4642-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança;
4642-7/02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;
4645-1/02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia;
4645-1/03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
4646-0/01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; 4646-0/02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
4647-8/01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;
4649-4/04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria;
4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
4651-6/01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática;
4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças;
4669-9/99 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos, partes e peças;
9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos.

CAPITAL R\$ 100.000,00

CEM MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)

Empresa de pequeno porte

CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 100.000,00

CEM MIL REAIS

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

TITULAR			
NOME / CPF	ADMINISTRADOR	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
NATHANNE MARTINS AMORIM / 700.011.981-06	SIM	10/11/2017	XXXXXXXXXXXXXX

ADMINISTRADOR NOMEADO / INÍCIO DO MANDATO / TÉRMINO DO MANDATO			
NOME	CPF	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
NATHANNE MARTINS AMORIM	700.011.981-06	10/11/2017	XXXXXXXXXXXXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA <u>12/09/2018</u>	NÚMERO <u>20180837036</u>
ATO <u>ALTERAÇÃO</u>	SITUAÇÃO DAS FILIAIS REGISTRO ATIVO
EVENTO(S) <u>ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)</u>	
	STATUS <u>XXXXXXXXXXXXXX</u>

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

continuação

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

NATUREZA JURÍDICA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA

NIRE (Sede)	CNPJ
52 60058857-5	29.106.687/0001-26



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
NATHANNE MARTINS AMORIM

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
5676552 SSP GO



CPF
700.011.981-06

DATA NASCIMENTO
05/10/1992

FILIAÇÃO
**WESLEY AVILA MARTINS
 FERREIRA
 MARIA APARECIDA DE
 LIMA AMORIM**

PERMISSÃO

ACC.

CAT. HAB.

Nº REGISTRO
05938843681

VALIDADE
29/04/2018

1ª HABILITAÇÃO
19/11/2013

OBSERVAÇÕES

Nathanne M. Amorim

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
GOIANIA, GO

DATA EMISSÃO
19/08/2015

[Signature]

ASSINATURA DO EMISSOR

**74215746687
 GO110810694**

DETRAN GO (GOIAS)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

VÁLIDA EM TODO
 O TERRITÓRIO NACIONAL

1143465346

PROIBIDO PLASTIFICAR

1143465346

TERMO DE ABERTURA

LIVRO DIÁRIO

Nº de Ordem 1

Contém este livro 11 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 11 e servirá de Livro Diário, referente à movimentação contábil do período compreendido entre 21/11/2017 a 31/12/2017 obtidas através de processamento eletrônico conforme instrução normativa do DREI Nº 11 de 05/12/2013 com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome : HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP
Endereço : AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03
Bairro : JARDIM AMERICA
C.E.P. : 74250-320
Cidade : GOIANIA / GO

Registrado na JUCEG
sob nº 52600588575

Arquivado em 21/11/2017

Inscrição Estadual nº 107104865
C.N.P.J. nº 29.106.687/0001-26

ENCERRAMENTO DO EXERCICIO SOCIAL EM 31/12/2017

Goiania/GO, 21 de Novembro de 2017

18 de dez
WELMER LEANDRO VAVARES DE JESUS
Contador
C.P.F.: 812.378.127-04 R.G.: 3654942 SSP PA
C.R.C.: GO-017152

Nathanne m Amorim
NATHANNE MARTINS AMORIM
TITULAR
C.P.F.: 700.011.981-06 R.G.: 5676552 SSP/GO

Termo de Autenticação
18/020269-3
O presente livro/ficha, por mim examinado e conferido,
acha-se em conformidade com a legislação em vigor em
seus termos de abertura e encerramento

GOIÂNIA
220518

CLEIDIMAR RODRIGUES CAETAN
AUXILIAR



LIVRO DIÁRIO

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP **0496**

AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA CEP : 74250-320

GOIANIA / GO

CNPJ / CEI : 29.106.687/0001-26

Inscrição Estadual: 107104865

Local de Registro : JUCEG

Data do Registro : 21/11/2017

Nº do Registro : 52600588575

FOLHA: 2

Período Movimento: 21/11/2017 a 31/12/2017

LIVRO : 0001

0496

Inscrição Estadual: 107104865

Data do Registro : 21/11/2017

[illegible]

LIVRO : 0001

FOLHA: 2

Data Lançamento	Conta Débito Histórico / Complemento	Conta Crédito	Valor
Abertura	1.01.01.01.0001 - Caixa Matriz		20.000,00
Abertura		2.03.01.01.0001 - Nathanne Martins Amorim	100.000,00
Abertura	2.03.01.01.0003 - (-) Capital Social a Integraliz		80.000,00
		Total Saldo de Abertura do ATIVO ==>	20.000,00
		Total Saldo de Abertura do PASSIVO ==>	20.000,00
21/11 11.0000	4.01.01.03.0010 - Taxas Estaduais 300 - ABERTURA DA EMPRESA JUCEG	1.01.01.01.0001 - Caixa Matriz	141,00
21/11 12.0000	4.01.01.03.0013 - Taxas Federais 300 - ABERTURA DA EMPRESA JUCEG	1.01.01.01.0001 - Caixa Matriz	21,00
		Total Débitos	162,00
		Total Créditos	162,00
27/11 9.0000	4.01.01.03.0010 - Taxas Estaduais 300 - ABERTURA DA EMPRESA BOMBEIROS	1.01.01.01.0001 - Caixa Matriz	102,91
27/11 10.0000	4.01.01.03.0010 - Taxas Estaduais 300 - ABERTURA DA EMPRESA BOMBEIROS	1.01.01.01.0001 - Caixa Matriz	5,23
		Total Débitos	108,14
		Total Créditos	108,14
28/11 6.0000	4.01.01.04.0007 - Material de Escritório 040 - Pagamento efetuado conforme CERTIFICADO DIGITAL	1.01.01.01.0001 - Caixa Matriz	455,00
		Total Débitos	455,00
		Total Créditos	455,00
29/11 13.0000	4.01.01.02.0008 - Serviços Prestados Pessoa Jurídica 002 - Serviços Prestados Ref. NF N° 11007 AROEIRA EXTINTORES	1.01.01.01.0001 - Caixa Matriz	50,00
		Total Débitos	50,00
		Total Créditos	50,00
05/12 1.0000	1.01.02.01.0046 - Corae Centro de Orient Reabil e a 001 - VENDA DE MERCADORIA CONF NF 05/12/2017 01.103.480/0001-89 CORAE CENTRO DE ORIENT REABIL E ASSIST A 2	3.01.01.01.0001 - Vendas de Mercadorias	816,00
05/12 2.0000	1.01.02.01.0016 - Clinica Goiana de Radiologia S/S. 001 - VENDA DE MERCADORIA CONF NF 05/12/2017 02.852.408/0001-17 CLINICA GOIANA DE RADIOLOGIA S/S. 3	3.01.01.01.0001 - Vendas de Mercadorias	5.299,00
		Total Débitos	6.115,00
		Total Créditos	6.115,00
06/12 3.0000	1.01.02.01.0027 - Sindicato dos Engenheiros no Esta 001 - VENDA DE MERCADORIA CONF NF 06/12/2017 02.266.070/0001-11 SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE G 4	3.01.01.01.0001 - Vendas de Mercadorias	1.080,00
		Total Débitos	1.080,00
		Total Créditos	1.080,00
14/12 5.0000	4.01.01.03.0011 - Taxas Municipais 300 - ABERTURA DA EMPRESA TAXA ABERTURA	1.01.01.01.0001 - Caixa Matriz	136,69
		Total Débitos	136,69
		Total Créditos	136,69
	A Transportar ==>>>>>	108.106,83	108.106,83
		Créditos :	108.106,83

LIVRO DIÁRIO

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP

0496

AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA CEP : 74250-320
GOIANIA / GO

CNPJ / CEI : 29.106.687/0001-26

Inscrição Estadual: 107104865

Local de Registro : JUCEG

Data do Registro : 21/11/2017

Nº do Registro : 52600588575

Período Movimento: 21/11/2017 a 31/12/2017

LIVRO : 0001

FOLHA: 3

Data Lançamento	Conta Débito Histórico / Complemento	Conta Crédito		Valor
		Débitos :	Créditos :	
	De Transporte ==>		108.106,83	108.106,83
31/12 4.0000	4.01.01.03.0012 - Simples 140 - Provisão do Simples ref. mês: 12/2017 //		2.01.03.01.0006 - Simples a Recolher	287,80
31/12 14.0000	3.01.01.01.0001 - Vendas de Mercadorias 020 - Saldos de Encerramento do Balanço		2.03.04.01.0001 - Lucro no Período	7.195,00
31/12 15.0000	2.03.04.01.0001 - Lucro no Período 020 - Saldos de Encerramento do Balanço		4.01.01.02.0008 - Serviços Prestados Pessoa Jurídica	50,00
31/12 16.0000	2.03.04.01.0001 - Lucro no Período 020 - Saldos de Encerramento do Balanço		4.01.01.03.0010 - Taxas Estaduais	249,14
31/12 17.0000	2.03.04.01.0001 - Lucro no Período 020 - Saldos de Encerramento do Balanço		4.01.01.03.0011 - Taxas Municipais	259,88
31/12 18.0000	2.03.04.01.0001 - Lucro no Período 020 - Saldos de Encerramento do Balanço		4.01.01.03.0012 - Simples	287,80
31/12 19.0000	2.03.04.01.0001 - Lucro no Período 020 - Saldos de Encerramento do Balanço		4.01.01.03.0013 - Taxas Federais	21,00
31/12 20.0000	2.03.04.01.0001 - Lucro no Período 020 - Saldos de Encerramento do Balanço		4.01.01.04.0007 - Material de Escritório	455,00
		Total Débitos		8.805,62
		Total Créditos		8.805,62
Total do Mês ==>		Débitos :	116.912,45	Créditos :
				116.912,45

BALANÇO PATRIMONIAL

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP

0496

AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA - CEP : 74250-320

GOIANIA / GO

CNPJ : 29.106.687/0001-26

Local de Registro : JUCEG

Período de Movimento : NOVEMBRO/2017 a DEZEMBRO/2017

Inscrição Estadual : 107104865

Data de Registro : 21/11/2017

Número de Registro: 52600588575

Folha: 4

ATIVO

CIRCULANTE	26.159,98 D
DISPONIVEL	18.964,98 D
CAIXA	18.964,98 D
Caixa Matriz	18.964,98 D
CREDITOS	7.195,00 D
CLIENTES	7.195,00 D
Clinica Goiana de Radiologia S/S.	5.299,00 D
Sindicato dos Engenheiros no Estado de	1.080,00 D
Corae Centro de Orient Reabil e Assist a	816,00 D
TOTAL DO ATIVO =====>	26.159,98 D

PASSIVO

CIRCULANTE	287,80 C
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	287,80 C
IMPOSTOS A RECOLHER	287,80 C
Simplex a Recolher	287,80 C
PATRIMONIO LIQUIDO	25.872,18 C
CAPITAL SOCIAL	20.000,00 C
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	20.000,00 C
Nathanne Martins Amorim	100.000,00 C
(-) Capital Social a Integralizar	80.000,00 D
LUCRO OU PREJUZO NO EXERCICIO	5.872,18 C
LUCRO NO EXERCICIO	5.872,18 C
Lucro no Período	5.872,18 C
TOTAL DO PASSIVO =====>	26.159,98 C

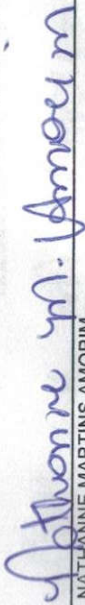
Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido, a importância de :

R\$ 26.159,98 (Vinte e Seis Mil e Cento e Cinquenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)


WELMER LEANDRO TAVARES DE JESUS
CONTADOR

C.P.F.: 812.378.127-04 RG : 3654942 SSP PA
C.R.C.: GO-017152

GOIANIA/GO, 31 de DEZEMBRO de 2017


NATHANNE MARTINS AMORIM
TITULAR
C.P.F.: 700.011.981-06
R.G.: 5676552 SSP/GO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP			0496
AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA CEP : 74250-320			
GOIANIA / GO			
CNPJ / CEI : 29.106.687/0001-26	Inscrição Estadual: 107104865	Nº do Registro: 52600588575	
Local de Registro: JUCEG	Data do Registro: 21/11/2017		
Período Movimento: NOVEMBRO/2017 a DEZEMBRO/2017			FOLHA: 5
Receita Bruta de vendas e/ou serviços			
RECEITAS DE VENDAS			
VENDAS DE MERCADORIAS	7.195,00		7.195,00
(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços			7.195,00
(=) Lucro Bruto			7.195,00
(-) Despesas Operacionais			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA	50,00		50,00
DESPESAS TRIBUTARIAS			
TAXAS ESTADUAIS	249,14		
TAXAS MUNICIPAIS	259,88		
SIMPLES	287,80		
TAXAS FEDERAIS	21,00		817,82
DESPESAS GERAIS			
MATERIAL DE ESCRITORIO	455,00		455,00
(=) Lucro Operacional			5.872,18
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			5.872,18

GOIANIA / GO, 31 de Dezembro de 2017


W. de J.
WELMER LEANDRO TAVARES DE JESUS
CONTADOR
C.P.F. : 812.378.127-04 RG : 3654942 SSP PA
C.R.C. : GO-017152


Nathanne m. Amorim
NATHANNE MARTINS AMORIM
TITULAR
C.P.F. : 700.011.981-06
R.G. : 5676552 SSP/GO

D. F. C. (Método Direto)

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP 0496
 AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA - CEP : 74250-320
 GOIANIA / GO
 CNPJ: 29.106.687/0001-26
 Local de Registro: JUCEG
 Período Movimento: NOVEMBRO/2017 a DEZEMBRO/2017
 Incrição Estadual: 107104865
 Data do Registro: 21/11/2017
 Nº do Registro: 52600588575
 FOLHA: 6

MÉTODO DIRETO	VALOR
Das Atividades Operacionais	
(+) Recebimento de Clientes e outros	0,00
(-) Pagamento a Fornecedores	580,02
4.01.01.03.0011 - TAXAS MUNICIPAIS	259,88
4.01.01.03.0010 - TAXAS ESTADUAIS	249,14
4.01.01.03.0013 - TAXAS FEDERAIS	21,00
4.01.01.02.0008 - SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA	50,00
(-) Pagamento a Funcionários	0,00
(-) Recolhimentos ao governo	0,00
(-) Pagamentos a credores diversos	455,00
4.01.01.04.0007 - MATERIAL DE ESCRITORIO	455,00
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-1.035,02
Das Atividades de Investimentos	
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	0,00
(+) Recebimento de Dividendos	0,00
(-) Aquisição de Ativo Permanente	0,00
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades de investimentos	0,00
Das Atividades de Financiamentos	
(+) Novos Empréstimos	0,00
(+) Emissão de Debêntures	0,00
(+) Integralização de Capital	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00
(-) Pagamento de Dividendos	0,00
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos	0,00
Aumento/Diminuição nas Disponibilidades	
(=) Disponibilidades no Início do Período	20.000,00
(=) Disponibilidades no Período	-1.035,02
(=) Disponibilidades no Final do Período	18.964,98


 WELMER LEANDRO TAVARES DE JESUS
 Contador
 C.P.F.: 812.378.127-04
 C.R.C.: GO-017152


 NATHANNE MARTINS AMORIM
 TITULAR
 C.P.F.: 700.011.981-06
 R.G.: 5676552 SSP/GO

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP

AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA - CEP : 74250-320

GOIANIA / GO

CNPJ: 29.106.687/0001-26 I.E.: 107104865

Local de Registro: JUCEG Data do Registro: 21/11/2017

Período Movimento: NOVEMBRO/2017 a DEZEMBRO/2017

Nº do Registro: 52600588575

FOLHA : 0007

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ GERAL

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$ $\frac{26.159,98}{26.159,98}$ Pontuação : 5 ILG : 1,00000

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE

ILC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ $\frac{26.159,98}{26.159,98}$ Pontuação : 4 ILC : 1,00000

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ SECA

ILS = $\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$ $\frac{26.159,98}{26.159,98}$ ILS : 1,00000

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ IMEDIATA

ILI = $\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$ $\frac{18.964,98}{26.159,98}$ ILI : 0,72496

ÍNDICE DE ESTRUTURA DO ATIVO

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO DISPONÍVEL

IPD = $\frac{\text{Disponível}}{\text{Ativo Circulante}}$ $\frac{18.964,98}{26.159,98}$ IPD : 0,72496

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTOQUES

IPE = $\frac{\text{Estoque}}{\text{Ativo Circulante}}$ $\frac{0,00}{26.159,98}$ IPE : 0,00000

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE

IPAC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Ativo}}$ $\frac{26.159,98}{26.159,98}$ IPAC : 1,00000

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE CREDORES

IPC = $\frac{\text{Fornecedores}}{\text{Ativo Circulante}}$ $\frac{0,00}{26.159,98}$ IPC : 0,00000

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP

AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA - CEP : 74250-320

GOIANIA / GO

CNPJ: 29.106.687/0001-26 I.E.: 107104865

Local de Registro: JUCEG

Período Movimento: NOVEMBRO/2017 a DEZEMBRO/2017

Nº do Registro: 52600588575

FOLHA : 0008

ÍNDICE DE ESTRUTURA DO PASSIVO

ÍNDICE DE VARIAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS

IVRP = $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Anterior}}$ $\frac{25.872,18}{20.000,00}$ IVRP = $\frac{25.872,18}{20.000,00}$ IVRP : 1,29361

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO E.L.P.

IPELP = $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo não Circulante}}$ $\frac{25.872,18}{0,00}$ IPELP = $\frac{25.872,18}{0,00}$ IPELP : 0,00000

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO EXIGÍVEL TOTAL

IPET = $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante}}$ $\frac{25.872,18}{26.159,98}$ IPET = $\frac{25.872,18}{26.159,98}$ IPET : 0,98900

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO PASSIVO

IPP = $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo}}$ $\frac{25.872,18}{26.159,98}$ IPP = $\frac{25.872,18}{26.159,98}$ IPP : 0,98900

ÍNDICE DE CAPITAL DE GIRO

CAPITALIZAÇÃO

C = $\frac{\text{Patrimônio Líquido} * 100}{\text{Ativo}}$ $\frac{2.587.218,00}{26.159,98}$ Pontuação : 10 C : 98,89985

IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

IC = $\frac{\text{Ativo Imobilizado} * 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$ $\frac{0,00}{25.872,18}$ Pontuação : 0 IC : 0,00000

LÍQUIDEZ DOS RECURSOS PRÓPRIOS

LRP = $\frac{\text{Capital de Giro}}{\text{Patrimônio Líquido}}$ $\frac{26.159,98}{25.872,18}$ LRP = $\frac{26.159,98}{25.872,18}$ LRP : 1,01112

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

IEG = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo}}$ $\frac{26.159,98}{26.159,98}$ IEG = $\frac{26.159,98}{26.159,98}$ IEG : 1,00000

ÍNDICE DE CAPITAL DE TERCEIROS

ICT = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$ $\frac{26.159,98}{25.872,18}$ ICT = $\frac{26.159,98}{25.872,18}$ ICT : 1,01112

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP

AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA - CEP : 74250-320
GOIANIA / GO

CNPJ: 29.106.687/0001-26 I.E.: 107104865

Local de Registro: JUCEG

Data do Registro: 21/11/2017

Período Movimento: NOVEMBRO/2017 a DEZEMBRO/2017

Nº do Registro: 52600588575

FOLHA : 0009

ÍNDICE DE RENTABILIDADE

ÍNDICE DE GIRO DO ATIVO

IGA = Receitas / Ativo = 7.195,00 / 26.159,98 IGA : 0,27504

MARGEM OPERACIONAL

MO = Lucro/Prejuízo Operacional / Receitas = 0,00 / 7.195,00 MO : 0,00000

RENTABILIDADE DO ATIVO

RA = Lucro/Prejuízo do Exercício / Ativo = 5.872,18 / 26.159,98 RA : 0,22447

RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

RPL = Lucro/Prejuízo do Exercício * 100 / Patrimônio Líquido = 587.218,00 / 25.872,18 Pontuação : 10
RPL : 22,69689

ÍNDICE RECEITAS SOBRE DESPESAS

IRD = Receitas / Despesas = 7.195,00 / 1.322,82 IRD : 5,43914

ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

IIF = Patrimônio Líquido / Ativo = 25.872,18 / 26.159,98 IIF : 0,98900

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

ISG = Ativo / Passivo Circulante + Passivo não Circulante = 26.159,98 / 26.159,98 ISG : 1,00000

ÍNDICE DE GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

ÍNDICE DE GRAU DE IMOBILIZAÇÃO

IGI = Ativo Imobilizado / Patrimônio Líquido = 0,00 / 25.872,18 IGI : 0,00000

ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP

AV T 63, 2529 - QUADRA361 LOTE 04 SALA 03 - JARDIM AMERICA - CEP : 74250-320
GOIANIA / GO

CNPJ: 29.106.687/0001-26 I.E.: 107104865

Local de Registro: JUCEG

Data do Registro: 21/11/2017

Nº do Registro: 52600588575

Período Movimento: NOVEMBRO/2017 a DEZEMBRO/2017

FOLHA : 0010

TABELA AVALIAÇÃO

RENTABILIDADE	LIQUIDEZ CORRENTE	LIQUIDEZ GERAL	CAPITALIZAÇÃO	IMOBILIZAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	PONTOS
Negativa	0,00 a 0,39	0,00 a 0,29	Negativa	Acima de 90,00	0
0,00 a 1,99	0,40 a 0,59	0,30 a 0,49	0,00 a 9,99	80,01 a 90,00	1
2,00 a 3,99	0,60 a 0,79	0,50 a 0,59	10,00 a 16,99	70,01 a 80,00	2
4,00 a 5,99	0,80 a 0,99	0,60 a 0,69	17,00 a 20,99	60,01 a 70,00	3
6,00 a 7,99	1,00 a 1,19	0,70 a 0,89	21,00 a 24,99	50,01 a 60,00	4
8,00 a 9,99	1,20 a 1,39	0,90 a 1,09	25,00 a 34,99	40,01 a 50,00	5
10,00 a 11,99	1,40 a 1,59	1,10 a 1,29	35,00 a 44,99	35,01 a 40,00	6
12,00 a 13,99	1,60 a 1,79	1,30 a 1,49	45,00 a 54,99	30,01 a 35,00	7
14,00 a 15,99	1,80 a 1,99	1,50 a 1,79	55,00 a 69,99	25,01 a 30,00	8
16,00 a 20,00	2,00 a 2,20	1,80 a 2,00	70,00 a 80,00	20,01 a 25,00	9
Mais de 20,00	Mais de 2,20	Mais de 2,00	Mais de 80,00	0,00 a 20,00	10

De acordo com edital Petrobrás - Critério para Classificação de Empresas

TERMO DE ENCERRAMENTO

LIVRO DIÁRIO

Nº de Ordem 1

Contém este livro 11 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 11 e serviu de Livro Diário, referente à movimentação contábil do período compreendido entre 21/11/2017 a 31/12/2017 obtidas através de processamento eletrônico conforme instrução normativa do DREI Nº 11 de 05/12/2013 com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome : HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP
 Endereço : AV T 63, 2529 - QUADRA 361 LOTE 04 SALA 03
 Bairro : JARDIM AMERICA
 C.E.P. : 74250-320
 Cidade : GOIANIA / GO


Registrado na JUCEG
 sob nº 52600588575


Arquivado em 21/11/2017

Inscrição Estadual nº 107104885
 C.N.P.J. nº 29.106.687/0001-26

ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM 31/12/2017

Goiania/GO, 31 de Dezembro de 2017


 WELMER LEANDRO TAVARES DE JESUS
 Contador
 C.P.F.: 812.378.127-04 R.G.: 3654942 SSP PA
 C.R.C.: GO-017152


 NATHANNE MARTINS AMORIM
 TITULAR
 C.P.F.: 700.011.981-06 R.G.: 5676552 SSP/GO



220518

Pregão Eletrônico

Este pregão possui 1 Ata Complementar

[Ver Ata Original](#)

70007 .982018 .28091 .4700 .65006526576



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1 Nº 00098/2018

Às 14:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2019, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 1/2019 de 02/01/2019, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 18881/2018, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00098/2018. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do Edital e Anexo., tendo em vista Inabilitação da empresa declarada vencedora..

Item: 1

Descrição: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Descrição Complementar: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Sim

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 530

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 185.500,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 128.790,0000 .

Histórico

Item: 1 - CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
29.106.687/0001-26	27/02/2019 15:22:29:527	27/02/2019 15:26:04:870	Fornecedor enviou lance	R\$ 128.790,0000

Não existem lances de desempate 7174 para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Volta de Fase	25/02/2019 17:01:57	Volta de Fase para Aceitação
Recusa	27/02/2019 14:09:28	Recusa da proposta. Fornecedor: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ/CPF: 31.327.945/0001-46, pelo melhor lance de R\$ 113.100,0000. Motivo: Empresa solicitou desclassificação no chat: "Houve um equívoco também quanto a marca do produto, erroneamente colocamos ser original da marca samsung, mas o nosso valor para o toner original é inquestionável, sendo assim, pedimos desclassificação. "
Recusa	27/02/2019 14:09:58	Recusa da proposta. Fornecedor: D V PINHEIRO, CNPJ/CPF: 13.645.010/0001-26, pelo melhor lance de R\$ 113.429,9900. Motivo: Descumprimento do item 4.7 do edital.
Recusa	27/02/2019 14:10:20	Recusa da proposta. Fornecedor: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRE, CNPJ/CPF: 31.808.307/0001-47, pelo melhor lance de R\$ 113.430,0000. Motivo: Inabilitada por descumprimento do item 8.5, alínea 'f' do edital, após decisão em fase de recurso.

Abertura do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 14:10:58	Convocado para envio de anexo o fornecedor COMERCIAL E SERVICOS SAO CRISTOVAO EIRELI, CNPJ/CPF: 18.078.753/0001-85.
Recusa	27/02/2019 15:22:04	Recusa da proposta. Fornecedor: COMERCIAL E SERVICOS SAO CRISTOVAO EIRELI, CNPJ/CPF: 18.078.753/0001-85, pelo melhor lance de R\$ 115.800,0000. Motivo: Descumprimento do item 4.7 do edital.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 15:22:04	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor COMERCIAL E SERVICOS SAO CRISTOVAO EIRELI, CNPJ/CPF: 18.078.753/0001-85.
Volta de Fase	27/02/2019 15:22:29	Item retornou para a fase de desempate ME/EPP.
Início do desempate	27/02/2019 15:22:29	Item está em 1º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	27/02/2019 15:26:04	Item teve o 1º desempate ME/EPP encerrado. O fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29106687000126 enviou um lance no valor de 128.790,0000
Encerrado	27/02/2019 15:26:04	Item encerrado.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 15:28:58	Convocado para envio de anexo o fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 15:40:34	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26.
Aceite	27/02/2019 15:50:42	Aceite individual da proposta. Fornecedor: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, pelo melhor lance de R\$ 128.790,0000.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 16:02:14	Convocado para envio de anexo o fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 16:17:20	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 16:42:40	Convocado para envio de anexo o fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 16:44:56	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 16:55:22	Convocado para envio de anexo o fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	27/02/2019 17:21:20	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26.
Habilitado	27/02/2019 17:38:16	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, pelo melhor lance de R\$ 128.790,0000.

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	25/02/2019 17:01:57	Sr(s) fornecedor(es), o item 1 está retornando à fase de Aceitação.
Sistema	25/02/2019 17:01:57	Este pregão foi reagendado para 27/02/2019 14:00.

Pregoeiro	27/02/2019 14:06:35	Boa tarde, senhores licitantes. Estamos reabrindo o P.E. nº 98/2018, do TRE/CE, para aquisição de suprimentos para impressoras, uma vez que a empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI foi inabilitada por descumprimento do item 8.5, alínea 'f' do edital, após decisão em fase de recurso.
Pregoeiro	27/02/2019 14:07:22	Daremos seguimento ao certame, convocando a próxima empresa classificada para o item, para anexar sua proposta ao sistema no prazo máximo de 1(uma) hora.
Sistema	27/02/2019 14:10:58	Senhor fornecedor COMERCIAL E SERVICOS SAO CRISTOVAO EIRELI, CNPJ/CPF: 18.078.753/0001-85, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	27/02/2019 14:11:47	Para COMERCIAL E SERVICOS SAO CRISTOVAO EIRELI - Conforme item 4.9 do edital, e a fim de facilitar o julgamento objetivo, solicitamos a utilização do Modelo de Proposta constante do Anexo I (fls. 13 do edital), com a descrição do objeto, marca e modelo do material, bem como seu preço unitário e total.
Pregoeiro	27/02/2019 14:12:08	Para COMERCIAL E SERVICOS SAO CRISTOVAO EIRELI - O prazo para envio da proposta é de 1(uma) hora, improrrogável, a contar da convocação. Exclusivamente como anexo do sistema, conforme item 4.7 do edital.
Pregoeiro	27/02/2019 14:12:19	Para COMERCIAL E SERVICOS SAO CRISTOVAO EIRELI - Neste momento, anexar apenas a proposta, a fim de agilizar esta fase. Os demais documentos serão solicitados posteriormente.
Sistema	27/02/2019 15:22:04	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação do Fornecedor
Sistema	27/02/2019 15:22:29	Sr. Fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29106687000126, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 15:27:29 de 27/02/2019. Acesse a fase de lance.
Sistema	27/02/2019 15:26:04	O item 1 teve o 1º desempate ME/EPP encerrado. O fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29106687000126 enviou um lance no valor de 128.790,0000
Sistema	27/02/2019 15:26:04	Srs. Fornecedores, todos os itens estão encerrados. Será iniciada a fase de aceitação das propostas. Favor acompanhar através da consulta "Acompanha aceitação/habilitação/admissibilidade"
Sistema	27/02/2019 15:28:58	Senhor fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	27/02/2019 15:30:17	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Conforme item 4.9 do edital, e a fim de facilitar o julgamento objetivo, solicitamos a utilização do Modelo de Proposta constante do Anexo I (fls. 13 do edital), com a descrição do objeto, marca e modelo do material, bem como seu preço unitário e total.
Pregoeiro	27/02/2019 15:30:26	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - O prazo para envio da proposta é de 1(uma) hora, improrrogável, a contar da convocação. Exclusivamente como anexo do sistema, conforme item 4.7 do edital.
29.106.687/0001-26	27/02/2019 15:32:39	Boa Tarde, estaremos anexando conforme solicitado!! obrigada.
Sistema	27/02/2019 15:40:34	Senhor Pregoeiro, o fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	27/02/2019 15:50:21	A proposta anexada pela empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI está de acordo com as exigências estabelecidas no edital. Faremos sua aceitação no sistema.
Pregoeiro	27/02/2019 15:51:07	Realizada a aceitação da proposta, passaremos agora, à fase de habilitação da empresa vencedora, conforme Capítulo VIII do edital.
Pregoeiro	27/02/2019 15:51:16	Para a fase de habilitação, faremos consulta da documentação fiscal da empresa no SICAF, bem como consulta sobre a existência de débitos trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, do TST.
Pregoeiro	27/02/2019 15:51:54	A etapa de habilitação compreenderá ainda as consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União, ...

Pregoeiro	27/02/2019 15:52:10	...Balanço Patrimonial, à consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal, à consulta "on-line" ao SICAF da composição societária da licitante, sendo inabilitada a que esteja impedida de contratar no cadastro CEIS, que não possua atividade pertinente e compatível com o objeto e que possua dentre os sócios, servidores e/ou dirigente do TRE/CE.
Pregoeiro	27/02/2019 16:00:12	Enquanto realizamos as consultas necessárias, convocaremos a empresa vencedora, para anexar os documentos exigidos no item 8.5, alíneas 'd', 'e', 'f', e balanço patrimonial juntamente com as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (item 8.6 do edital).
Pregoeiro	27/02/2019 16:00:51	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Anexar: d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social; e) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, f) Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que a empresa forneceu o objeto da contratação para pessoa jurídica de direito privado ou público, na quantidade que represente 20% do total da quantidade a ser contratada.
Pregoeiro	27/02/2019 16:01:52	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Anexar também o Balanço Patrimonial e índices calculados de LG, SG, e LC.
Sistema	27/02/2019 16:02:14	Senhor fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	27/02/2019 16:02:44	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - O prazo para anexar os documentos de habilitação é de 2 (duas) horas, conforme item 8.4 do edital.
29.106.687/0001-26	27/02/2019 16:07:47	Ok Estaremos providenciando. Obrigada.
Sistema	27/02/2019 16:17:20	Senhor Pregoeiro, o fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	27/02/2019 16:30:15	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Vossa Senhoria teria os índices de LG, SG, e LC já calculados para nos enviar?
29.106.687/0001-26	27/02/2019 16:34:17	So um minuto por gentileza.
29.106.687/0001-26	27/02/2019 16:40:59	Sr.Pregoeiro o Senhor poderia por gentileza abrir o anexo para podermos encaminhar?
Pregoeiro	27/02/2019 16:42:29	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Sim.
Sistema	27/02/2019 16:42:40	Senhor fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	27/02/2019 16:44:56	Senhor Pregoeiro, o fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	27/02/2019 16:55:05	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Prezado(a) Licitante, vou convocá-lo novamente para que anexe o Balanço Patrimonial completo, a fim de averiguarmos os índices solicitados, uma vez que não foram anexadas todas as páginas.
Sistema	27/02/2019 16:55:22	Senhor fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	27/02/2019 17:21:20	Senhor Pregoeiro, o fornecedor HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	27/02/2019 17:38:04	Realizadas as consultas necessárias e analisada a documentação anexada, verificamos que a empresa vencedora está com sua documentação regular e sem proibições de contratação com a Administração Pública, conforme exigido no Capítulo VIII do edital. Portanto, a pregoeira considera a empresa habilitada no presente pregão.
Sistema	27/02/2019 17:38:16	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado na aceitação'.
Pregoeiro	27/02/2019 17:38:44	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 27/02/2019 às 17:59:00.
Pregoeiro	27/02/2019 18:04:10	Senhores licitantes, está encerrado o prazo para registro de intenção de recursos sem que nenhuma empresa tenha se manifestado nesse sentido.
Pregoeiro	27/02/2019 18:04:36	Para HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - Avisamos à empresa vencedora que NÃO há necessidade de envio de proposta assinada ou documentação de habilitação.
Pregoeiro	27/02/2019 18:05:08	Assim, damos por encerrado o presente certame. Em nome do TRE/CE agradecemos a participação de todos. Boa noite.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Volta de Fase	25/02/2019 17:01:57	Inabilitação da empresa declarada vencedora.. Reagendado para: 27/02/2019 14:00
Abertura de Prazo	27/02/2019 17:38:16	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	27/02/2019 17:38:44	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 27/02/2019 às 17:59:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 26, do Decreto 5450/2005. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 18:05 horas do dia 27 de fevereiro de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Pregoeiro Oficial

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
Equipe de Apoio

[Ver Ata Original](#)



Imprimir o
Relatório

Voltar



PREGÃO ELETRÔNICO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Pregão Eletrônico Nº 00098/2018

RESULTADO POR FORNECEDOR

29.106.687/0001-26 - HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
1	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG	UNIDADE	530	R\$ 243,0000	R\$ 128.790,0000

Marca: SAMSUNG

Fabricante: SAMSUNG

Modelo / Versão: MLT-D203U

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung

Total do Fornecedor: R\$ 128.790,0000

Valor Global da Ata: R\$ 128.790,0000



Imprimir o
Relatório

Voltar



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

RELATÓRIO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018

Atendendo à solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALX, e após autorização do Diretor-Geral, foi iniciado procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º 98/2018, com a utilização da ferramenta constante no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para **aquisição de suprimentos para impressoras**, conforme justificativa e especificações constantes no Termo de Referência.

O Edital de convocação foi submetido à apreciação da Assessoria Jurídica, e publicado no Diário Oficial da União, no Diário da Justiça Eletrônico e no caderno de classificados do Diário do Nordeste, (Doc. PAD nº 8042/2019), e disponibilizado no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e na página eletrônica do TRE/CE.

A sessão eletrônica de abertura das propostas de preços iniciou-se na data marcada no Edital, tendo participado as empresas constantes da Ata de Realização do Pregão Eletrônico (Doc. PAD nº 16523/2019).

Após a fase de habilitação, a empresa MICROSENS S/A manifestou intenção de recorrer contra a aceitação da proposta e habilitação da empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME, conforme recurso inserido no Doc. PAD nº 20387/2019. A contrarrazão da empresa recorrida está no Doc. PAD nº 25082/2019.

A pregoeira reformou a decisão de habilitação da empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME pelo motivo exposto no Doc. PAD nº 27427/2019, sendo necessário o retorno do certame à fase de aceitação de proposta, conforme Ata Complementar nº 1 (Doc. PAD nº 29399/2019) e Resultado por Fornecedor (Doc. PAD nº 29401/2019).

A proposta da empresa vencedora encontra-se no Doc. PAD nº 29145/2019, e documentação de habilitação nos Docs. PAD nº 29395 e 29396/2019.

Enviamos este processo à COLIC para ciência e encaminhamento à Secretaria de Administração - SAD para providências, à Secretaria de Controle Interno - SCI para se manifestar quanto à legalidade do certame e, após, à autoridade superior para fins de **adjudicação (por ter havido manifestação de recurso no item) e homologação**, inclusive na ferramenta de constante do sistema de pregão eletrônico existente no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2019.

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Seção de Licitações



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 029402/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 27/02/2019 19:12:59</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 28/02/2019 13:17:39</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 28 de Fevereiro de 2019.



À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para providenciar a homologação do certame.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 029713/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 28/02/2019 13:19:18</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



DESPACHO

À SCI, para manifestação técnica.



Fortaleza, 28 de Fevereiro de 2019.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 029749/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 28/02/2019 14:31:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 28 de Fevereiro de 2019.



À
**SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ÀS GESTÕES
ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS**

Para análise.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 030155/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 28/02/2019 18:08:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Secretaria de Controle Interno
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativa e de Recursos Humanos

INFORMAÇÃO/SAGES/COGES/SCI N.º 048/2019

Assunto: Administrativo. Licitação. Pregão Eletrônico n.º 98/2018. Aquisição de material de suprimentos para impressoras. Análise.
Referência: PAD n.º 18881/2018
Interessado: SEALX – Seção de Almoxarifado

Senhor Coordenador,

Em cumprimento ao disposto no artigo 5º-B, inciso I, letra “a”, item 6 da Resolução TRE/CE n.º 303/2006, alterada pela Resolução TRE/CE n.º 383/2009, retornam ao exame deste órgão técnico os autos do processo administrativo em referência, visando efetuar a análise de atos de gestão originários de procedimento licitatório.

Preliminarmente, destacamos que, nos termos do item II, “c”, do **Parecer n.º 02/2013 – SCI/Presi/CNJ**, foi exarada determinação aos dirigentes dos órgãos do Poder Judiciário, no sentido de que **a unidade ou núcleo de controle interno dos respectivos tribunais se abstenha de realizar atividades próprias e típicas de gestão, tais como: “c.6) decisão ou aprovação de objeto a ser contratado”, “c.7) enfrentamento de questões jurídicas provocadas pelo gestor” e “c.8) exercício de práticas de atividades de assessoria jurídica, que possam comprometer a independência de atuação da unidade ou núcleo de controle interno”**, razão pela qual efetuaremos a presente análise nos estritos termos do art. 5º-B, inciso I, “a”, item 1, do Resolução TRE-CE n.º 303/2006, o qual determina que incumbe à Sages *“executar as atividades de acompanhamento, orientação e emissão de pareceres que visem racionalizar a execução da despesa, bem como aumentar a eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”*.

1. MODALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (art. 45, §1º, Lei n.º 8.666/1993)

1.1 Trata-se, em síntese, de licitação realizada na modalidade de **Pregão Eletrônico, do tipo menor valor total**, objetivando a aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme justificativa apresentada no termo de referência constante dos autos e nos termos das Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993, Decretos n.º 5.450/2005 e n.º 7.892/2013, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela LC n.º 147/2014), além das condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativas e de Recursos Humanos
Inf048_2019_PE 98-2018 - Aquisição material suprimentos p impressora - Análise - PAD 18881-2018.doc

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 07/03/2019 17:46:24

Por: CLAUDIA CARVALHO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE e out

TRE



2. DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA **(art. 30, Decreto n.º 5.450/2005)**

2.1 Com efeito, ao compulsarmos os presentes autos, observamos que se encontram devidamente instruídos dos seguintes documentos: termo de referência (DOC PAD n.º 837/2019), edital de licitação (DOC PAD n.º 6887/2019), comprovação da publicação resumida do instrumento convocatório (DOC PAD n.º 8042/2019), ata de realização de pregão eletrônico (DOC PAD n.º 29399/2019), relatório final (DOC PAD n.º 29402/2019), dentre outros documentos legalmente indispensáveis.

3. COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS **(art. 15, inc. V, c/c art. 43, inc. IV, Lei n.º 8.666/1993)**

3.1. Quanto à necessária cotação de preços, a Seção de Compras – SCOMP informa haver realizado sua pesquisa em conformidade com o que dispõe a Lei de Licitações, a IN nº 5/2014 do MPOG e o acórdão do TCU nº 805/2016 (DOC. PAD n.º 183999/2018). A tabela com o preço médio de referência encontra-se disposta no mesmo DOC. PAD nº 183999/2018.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA **(art. 7º, §2º, inc. III, Lei n.º 8.666/1993 c/c art. 7, §2º, Decreto n.º 7.892/2013)**

4.1 Quanto ao saldo orçamentário, repousa informação da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, datada de 06 de novembro de 2018, atestando existir saldo suficiente. (DOC. PAD nº 184253/2018).

5. APROVAÇÃO DO EDITAL **(art. 38, p. único, Lei n.º 8.666/1993)**

5.1 A minuta do Edital de licitação foi previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Diretoria-Geral (ASDIR), em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, constante do DOC PAD n.º 213659/2018, havendo a ASDIR pontualmente analisado: a) objeto da licitação; b) condições para participação da licitação; c) critério para julgamento; d) instruções para recursos; e) prazos e condições para assinatura do contrato e sua execução; f) sanções para o caso de inadimplemento; h) condições de pagamento; i) anexos.



6. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME

(art. 30, *caput*, Lei n.º 8.666/1993, art. 8º, inc. III c/c art. 30, inc. V, Decreto n.º 5.450/2005)

6.1 Importa ainda ressaltar que a autorização para a realização do certame foi concedida pela Diretoria-Geral, condicionada a alteração no edital, sendo, na ocasião, adotada a modalidade Pregão Eletrônico (DOC PAD n.º 6720/2018).

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

(art. 43, inc. VI, Lei n.º 8.666/1993)

7.1 No mérito, convém registrar que o pregão eletrônico teve início no dia 1º de fevereiro de 2019, sendo realizado por meio do sistema de compras do Governo Federal – **Comprasnet**, contando com a participação de vários licitantes (DOC PAD n.º 16523/2018 e DOC PAD 29399/2019). Cumpre ressaltar, entretanto, que houve interposição de recurso e a pregoeira resolveu reformar a decisão de habilitação da empresa POINTER DIDTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI – ME, para prosseguir na fase de aceitação da licitação. Na oportunidade, conforme decidido pela pregoeira no DOC PAD n.º. 27427/2019, em 27 de fevereiro do corrente ano, voltou-se a fase de aceitação de proposta do presente certame (DOC PAD n.º. 29399/2019).

8. ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

(art. 40, inc. X, Lei n.º 8.666/1993)

8.1 Com relação ao lance vencedor, observa-se que o objeto do pregão em referência apresentou-se com valor inferior ao preço médio obtido na pesquisa levada a cabo pela Seção de Compras, viabilizando, assim, a aceitabilidade da proposta acostada aos autos.

9. REGULARIDADE FISCAL, REGULARIDADE TRABALHISTA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 29, Lei n.º 8.666/1993)

9.1 No que tange à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da vencedora, resta evidenciado, pelas certidões constantes dos autos, que se encontra regular perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Justiça do Trabalho e as Fazendas Estadual e Municipal.

9.2 Ademais, foi verificado que constam dos autos documentos que atestam a ausência de registro da citada licitante no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Secretaria de Controle Interno

Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão

Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativa e de Recursos Humanos

Ato de Improbidade Administrativa e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), que impeçam a licitante de ser contratada por este Regional, em atendimento à orientação ventilada no Acórdão TCU n.º 1.793/2011 – Plenário.

10. CONCLUSÃO

10.1 Destarte, considerando-se tão somente os quesitos acima analisados, sem prejuízo de eventual exame posterior em sede de procedimento de auditoria, ocasião na qual poderão ser examinadas outras questões não abrangidas na presente informação, esta unidade de controle interno encaminha o presente feito para deliberação da autoridade superior.

Sages, 07 de março de 2019.

(assinado eletronicamente)

Claudia Carvalho Rodrigues de Albuquerque
Chefe da SAGES, em exercício

De acordo.

De acordo.

(assinado eletronicamente)

José Hermínio Pinho Neto
Coordenador da COGES

(assinado eletronicamente)

Rodrigo Ribeiro Cavalcante
Secretário da SCI



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 031816/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	CLAUDIA CARVALHO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE <i>Assinado eletronicamente em 07/03/2019 17:46:24</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	JOSE HERMINIO PINHO NETO <i>Assinado eletronicamente em 07/03/2019 19:10:08</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 08/03/2019 10:03:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 8 de Março de 2019.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para seguimento.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 032208/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 08/03/2019 10:03:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29106687/0001-26
Razão Social: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP
Nome Fantasia: HR COMERCIO E SERVICOS
Endereço: AV C7 2390 QD68 LT03 SL01 / SETOR SUDOESTE / GOIANIA / GO
/ 74305-080

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2019 a 20/04/2019

Certificação Número: 2019032204063438527142

Informação obtida em 28/03/2019, às 11:00:18.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

✓ **Certidão negativa de inidôneo emitida!**

×

Certidão

⬅ Voltar



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Seja bem-vindo ao Sistema Inabilita

 Fale conosco

Relação de inab. Relação de inid. Emitir certidão Verificar certidão

NAO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:54:55 do dia 28/03/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: LGKU280319105455

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Fazer download](#)



Seja bem-vindo ao Sistema Inabilita

 Fale conc

Relação de inab: Relação de inic Emitir certidão n Verificar certidão



INFORMAÇÃO DA ASDIR

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se da homologação do Pregão Eletrônico n.º 98/2018, cujo objeto é a aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do Edital.

O presente certame licitatório é regido pela Lei n.º 10.520/2002, bem como, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/1993, com as alterações das Leis n.º 8.883/1994 e 9.648/1998.

A Seção de Licitações, no relatório final [doc. 29.402/2019], informou que, após a fase de habilitação, a empresa MICROSENS S/A manifestou intenção de recorrer contra a aceitação da proposta e habilitação da empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME, a pregoeira reformou a decisão de habilitação da empresa POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI-ME.

Com efeito, esta Assessoria já se manifestou no presente processo para exame e aprovação do edital [Doc. Pad n.º 21.659/2018], nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, e agora se manifesta por ocasião da homologação do certame licitatório.

Ressalta-se que essa informação segue o padrão adotado pela Portaria Diger n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios.

A seguir, a análise jurídica do processo licitatório:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	DOC. PAD	OBSERVAÇÕES
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n.º 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção I, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	PAD 18.881/2018	
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	Doc PAD 837/2019	
3. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	Doc PAD 172.698/2018 e 172.708/2018	
4. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)?	N.A.		

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 29/03/2019 11:22:42

Por: LILIAN REBOUCAS DE ARAUJO e outro

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 18.881/2019
--	---	--------------------------------------

5. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	SIM	Doc PAD 837/2019 (item 2)	
6. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93 e arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05)?	SIM	Doc PAD 214.109/2018	
7. Há termo de referência (art. 9º, I, § 2º do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc PAD 837/2019	
8. Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente (art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc PAD 178.676/2018	
9. Foi realizada a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?	SIM	Doc PAD 184.001/2018	
10. Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II, art. 15, XII, "a", da IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU.	N.A.		
11. Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no § 2º do art. 2º da IN/SLTI 05/2014, foi tal situação justificada? (art. 2º, § 3º da IN/SLTI 05/2014)	N.A.		
12. No caso de pesquisa com menos de três preços/fornecedores, foi apresentada justificativa? (art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)	N.A.		
13.. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (art. 30, IV, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)?	SIM	Doc PAD 184.253/2018	Observa-se que a informação reportando arrimo orçamentário suficiente é referente ao exercício de 2018
14. Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da	N.A.		

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 18.881/2019
--	---	--------------------------------------

despesa incidir no <i>caput</i> do art. 16?			
15. Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015, e art. 34 da Lei nº 11.488/07)?	N.A.		
16. Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	N.A.		
17. Foram observados os dispositivos legais que dispõem sobre a margem de preferência? (Decretos nºs 7546/ 2011 e 8538/2015)	N.A.		
18. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc PAD 6887/2019	
19. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)? O TCU firmou entendimento no sentido de que, em licitação na modalidade pregão, “o orçamento estimado em planilhas e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital”, devendo estar necessariamente inserido no processo relativo ao certame, conforme exigido pela Lei 10.520/02 (art. 3º, III, c/c o art. 4º, III) e pelo Decreto 5.450/05 (art. 30, III), acessível a quem o solicitar, ficando a critério do gestor a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir “dita peça” no edital como anexo - Acórdão 1888/2010 - Plenário)	SIM	Doc PAD 6887/2019	
20. Análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)	SIM	Doc PAD 231659/2018	
21. Publicação do aviso de edital (art. 4º, I e II, da Lei nº 10.520/02 e art. 17 do Decreto nº 5.450/05)	SIM	Doc PAD 8042/2019	
22. Constam as seguintes comprovações ou declarações: a) de regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66); b) de regularidade com a Seguridade Social (INSS - art. 195, §3º, CF 1988);	SIM	Doc PAD 14301/2019 42983/2019 42986/2019	

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 18.881/2019
--	---	--------------------------------------

c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 2º, Lei 9.012/95); d) de consulta ao CADIN (inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/02, STF, ADI nº 1454/DF); e) de regularidade trabalhista (Lei 12.440/11); f) declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99; e g) verificação de eventual proibição para contratar com a Administração?			
---	--	--	--

O ato homologatório, nos termos do art. 4º da Lei n.º 10.520/02, constitui o controle final da legalidade de todo o procedimento, convindo observar que, segundo o Tribunal de Contas da União, *“adjudicação e homologação não conferem ao licitante vencedor direito à execução do objeto. Esses atos geram apenas expectativa de direito, que somente serão confirmados com assinatura do contrato”*¹.

Diante do exposto, verificando-se, conforme as informações prestadas, que foi atendida a legislação em toda sua tramitação, **opina-se pela adjudicação em favor da empresa mencionada no Relatório de Resultado por Fornecedor (Doc. PAD n.º 29.401/2019), em face do recurso interposto, e homologação de todo o certame, caso haja disponibilidade orçamentária.**

É o entendimento que se submete à consideração superior.

Fortaleza(CE), data registrada no sistema.

De acordo.

Francisco José Primo Bitu
Assessor-Chefe da Asdir, em exercício
Mat. n.º 12.364

Lílian Rebouças de Araújo
Analista Judiciário
Mat. n.º 77.4124

¹ Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU/ Tribunal de Contas da União – 4.ª edição, Brasília, DF: TCU, 2014. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br/portal/verba/verba.asp?verba=1&id=1>. Acesso em: 29/03/2019.



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 044167/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	LILIAN REBOUCAS DE ARAUJO <i>Assinado eletronicamente em 29/03/2019 11:22:42</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	FRANCISCO JOSE PRIMO BITU <i>Assinado eletronicamente em 29/03/2019 12:57:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



DESPACHO

R. h.



Trata-se, como relatado pela ASDIR [doc. PAD nº 44.167/2019], de procedimento destinado a aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do Edital.

Realizados todos os atos concernentes ao pregão, na forma eletrônica, entendo demonstrada a conveniência e oportunidade da contratação, notadamente a partir do exame das justificativas apresentadas no doc. PAD n.º 837/2019.

Assim, presente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro (art. 16, I e § 2º), nos termos da Lei Complementar n.º 101/00, e, estando as despesas adequadas aos limites do orçamento anual deste Tribunal (art. 16, II e § 1º, I), além de compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 16, II e § 1º, II), adotando, como razões de decidir, as explanações contidas nas manifestações oriundas da ASDIR, e considerando estar na ordenação de despesas por delegação, nos termos da Portaria TRE/CE n.º 581/2017, **adjudico o item deste pregão em favor da empresa mencionada no Relatório de Resultado por Fornecedor (Doc. PAD n.º 29.401/2019), em face do recurso interposto, e em seguida, homologo todo o procedimento licitatório relativo ao Pregão Eletrônico n.º 98/2018, caso atendida a ressalva apontada pela ASDIR.**

À SOF, para emissão de empenho em favor da(s) licitante(s) vencedora(s), conforme relatório contido no Doc. PAD n.º 29.401/2018.

Em seguida, à COLIC, para conclusão do certame.

Fortaleza(CE), data registrada no sistema.

DIRETOR-GERAL
[assinatura no sistema]



CERTIDÃO

Na condição de ordenador de despesas do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nos termos da Portaria n.º 581/2017, certifico, na presente data, a realização dos seguintes procedimentos no Sistema Comprasnet:

- () Decisão de Recurso Administrativo.
- () Anulação do Pregão Eletrônico n.º ____/2018.
- (X) Homologação do Pregão Eletrônico n.º 04/2019.
- () Homologação da Cotação Eletrônica n.º ____/2018.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 044476/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 29/03/2019 14:07:31</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 1 de Abril de 2019.

À
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Para empenhamento da despesa.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 045619/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 01/04/2019 17:47:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 02Abr19 NUMERO: 2019NE000261 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CN : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080
CREDOR : 29106687/0001-26 - HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI
ENDERECO : C 7 2390 QUADRA68 SETOR SUDOESTE
MUNICIPIO : 9373 - GOIANIA UF: GO CEP: 74305-080
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
2019NECT - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS(TONER).CONFOR
ME EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2018 E ANEXOS.

CLASS : 1 14106 02122057020GP0023 084573 01000000000 339030 000000 AOSI MATDAD
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: PAD 18881/2018
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: GO / 9373
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 128.790,00
CENTO E VINTE E OITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 17 -MATERIAL DE TIC
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 530 VALOR UNITARIO: 243,00
VALOR DO SEQ. : 128.790,00

TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG MODELO: M4070FR NOVO, GENUÍNO DA FABRICANTE DA
IMPRESSORA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE 15.000 PÁ
GINAS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. RE-
FERÊNCIA DO TONER: MLT203U. MARCA: SAMSUNG.

T O T A L : 128.790,00

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR



IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 046443/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 02/04/2019 16:27:02</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2019 17:06:47</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 2 de Abril de 2019.



À
**SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ÀS GESTÕES
ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS**

Para emitir nota de análise sobre o empenhamento efetuado.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 046704/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 02/04/2019 16:27:25</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Secretaria de Controle Interno
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativas e de Recursos Humanos

ANÁLISE DA NOTA DE EMPENHO

PAD N° 18881/2018 – Pregão Eletrônico n° 98/2018 – Aquisição de toner para impressora Samsung, conforme autorização, com ressalva, da Diretoria Geral (doc. PAD n° 44476/2019).

➤ **2019NE000261 – HR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**

ITEM	QUESITO	SIM	NÃO	Não se aplica	OBS.
01	A ARP está vigente?			X	
02	A data da emissão da NE é igual ou posterior à publicação da ARP ou contrato ou autorização do Ordenador de Despesa?	X			
03	O CNPJ do fornecedor está de acordo com o do vencedor do item?	X			
04	A despesa foi alocada no Programa de Trabalho correto?	X			
05	A despesa foi alocada no Plano Interno correto?	X			
06	O tipo da NE (ordinário, global ou estimativo) está de acordo com a contratação?	X			
07	A despesa foi alocada na natureza de despesa correta?	X			
08	A quantidade dos bens informada na NE está de acordo com o previsto no Edital de Licitação/Pedido de aquisição?	X			
09	A descrição do bem/serviço na NE está de acordo com a ARP, Edital de Licitação ou descrição do setor solicitante?	X			
10	O valor do bem/serviço está de acordo com a ARP, Termo de Adjudicação do PE, Proposta de Preços, contrato ou autorização do Ordenador de Despesa?	X			
11	A regularidade fiscal do fornecedor está atualizada?	X			

Observação: No doc. PAD n° 44476/2019 consta Homologação do Pregão Eletrônico n° 04/2019 quando deveria ser Pregão Eletrônico n° 98/2018.

Considerando os quesitos analisados e a observação acima, encaminha-se a nota de empenho para deliberação do Ordenador de Despesas deste TRE-CE, sem prejuízo de o presente procedimento ser submetido a exame ulterior em sede de auditoria interna por esta unidade de controle.

Analisada em data registrada no sistema

De acordo

(Assinado Eletronicamente)
Jadey Braga Libório
Técnico Judiciário - Mat. 14464

(Assinado Eletronicamente)
Francisca Lourdezete de Castro Teles
Chefe da SAGES, em exercício

De acordo

De acordo

(Assinado Eletronicamente)
José Hermínio Pinho Neto
COGES

(Assinado Eletronicamente)
Rodrigo Ribeiro Cavalcante
Secretário de Controle Interno



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 047589/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JADEY BRAGA LIBORIO <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2019 15:13:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	FRANCISCA LOURDIZETE CASTRO TELES <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2019 15:15:01</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	JOSE HERMINIO PINHO NETO <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2019 15:21:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2019 16:35:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 3 de Abril de 2019.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para seguimento.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 047779/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2019 16:35:31</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 3 de Abril de 2019.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Encaminha-se empenho assinado para as devidas providências.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 047910/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2019 17:46:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 4 de Abril de 2019.



À
SEÇÃO DE CONTRATOS

Para providenciar contrato.

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 048494/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 04/04/2019 15:32:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

PRESIDÊNCIA

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL**Atos do Diretor Geral****Atos Diversos****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO****HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/18**

Pregão Eletrônico n.º 98/18. Processo n.º 18.333/2018. Objeto: Aquisição de material de suprimentos para impressoras, toner para impressora Samsung Modelo: M407FR novo. O objeto foi adjudicado à empresa: HR COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 29106687/0001-26. Valor: R\$ 128.790,00. Homologado por: Benedito Sérgio Monte Silva Coelho, Diretor – Geral do TRE/CE em exercício. Data: 29/3/2019.

BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO**DIRETOR-GERAL em exercício****SECRETARIA JUDICIÁRIA****Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição****Despachos****DESPACHO**

REPRESENTAÇÃO Nº 1120-19.2014.6.06.0000

ORIGEM: FORTALEZA-CE

RELATOR: Juiz Antonio Sales de Oliveira

Protocolo: 29.333/2014

REPRESENTANTE(S): COLIGAÇÃO CEARÁ DE TODOS (PMDB / PSC / DEM / PSDC / PRP / PSDB / PR / PTN / PPS)

ADVOGADO(S): Camila Goes Barbosa - OAB: 30136-A/CE Amanda Montenegro Carvalho - OAB: 28.800/CE Edson Manuel Feijó Guimarães - OAB: CE003082/CE Vicente Martins Prata Braga - OAB: 19.309/CE DAMIÃO SOARES TENÓRIO - OAB: 26614/CE Sabino Henrique Elpidio de Carvalho - OAB: 14819/CE Vicente Bandeira de Aquino Neto - OAB: CE009665/CE Tibério Cavalcante - OAB: CE015877/CE Waldir Xavier de Lima Filho - OAB: CE010400/CE

REPRESENTADO(S): CID FERREIRA GOMES, Governador

ADVOGADO(S): André Garcia Xerez Silva - OAB: CE25545/CE Fernanda Lima Fernandes Vieira - OAB: 22840/CE Gladson Mota - OAB: 10587/CE Aline Saldanha de Lima Ferreira - OAB: 12575/CE

REPRESENTADO(S): ARIALDO DE MELLO PINHO, Chefe da Casa Civil do Estado do Ceará

ADVOGADO(S): Francisco Jório Bezerra Martins - OAB: 12423/CE

REPRESENTADO(S): CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, Candidato ao cargo de Governador

ADVOGADO(S): Gladson Wesley Mota Pereira - OAB: CE010587/CE David Gabriel Ferreira Duarte - OAB: CE018157/CE Thiago Araújo Montezuma - OAB: 23667/CE Sarah Feitosa Cavalcante - OAB: 13493/CE Joaquim Lúcio Melo Freitas - OAB: 18419/CE Joao de Aguiar Pupo - OAB: 12707/CE

REPRESENTADO(S): MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO, candidata ao cargo de Vice-governadora

ADVOGADO(S): Joao de Aguiar Pupo - OAB: 12707/CE Joaquim Lúcio Melo Freitas - OAB: 18419/CE Sarah Feitosa Cavalcante - OAB: 13493/CE Thiago Araújo Montezuma - OAB: 23667/CE David Gabriel Ferreira Duarte - OAB: CE018157/CE Gladson Wesley Mota Pereira - OAB: CE010587/CE

REPRESENTADO(S): CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO, candidato ao cargo de Senador

ADVOGADO(S): Erlon albuquerque - OAB: 12419/CE Jório Bezerra Martins - OAB: 12.423/CE Davi Medeiros Fontenele - OAB: 23758/CE

REPRESENTADO(S): JOSÉ LINHARES PONTES, candidato ao cargo de primeiro suplente de Senador

ADVOGADO(S): Thiago Montezuma - OAB: 23.667/CE

REPRESENTADO(S): FRANCISCO HONORIO PINHEIRO ALVES, candidato ao cargo de segundo suplente de Senador

ADVOGADO(S): Jório Bezerra Martins - OAB: 12.423/CE Erlon Albuquerque de Oliveira - OAB: CE011750/CE Davi Medeiros Fontenele - OAB: 23758/CE

REPRESENTADO(S): EDUARDO SÁVIO PASSOS, Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará

REPRESENTADO(S): INÊS PRATA GIRÃO, Coordenadora de Imprensa da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará

ADVOGADO(S): Marcos André Sousa da Silva - OAB: 29346/CE

REPRESENTADO(S): CHRISTIANNE SILVA SALES, Coordenadora de Imprensa da Casa Civil do Estado do Ceará

ADVOGADO(S): Marcos André Sousa da Silva - OAB: 29346/CE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 050890/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 09/04/2019 13:52:28</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

SECRETARIA DO TRIBUNAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: PAD 3282/2019 - TRE/AM. Termo de Acordo de Cooperação Técnica N. 07/2019, celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS e a PREFEITURA DE TABATINGA/AM. Objeto: disponibilização de colaboradores para auxiliar nos trabalhos de coleta de dados biométricos do eleitorado de Tabatinga/AM. Fundamentação Legal: art. 7º, parágrafo único e art. 9º, inciso III da Lei n. 7.444/1985 e no art. 12 da Resolução TSE n. 23.440/2015. Prazo de Vigência: a partir da data da assinatura a 24/04/2019. Data da Assinatura: 26/03/2019. Assinam: Pelo TRE/AM, Exmo. Desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY, e pela PREFEITURA DE TABATINGA/AM, o Sr. Prefeito SAUL NUNES BEMERGUY.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: PAD 3628/2019 - TRE/AM. Termo de Acordo de Cooperação Técnica N. 08/2019, celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS e a PREFEITURA DE JUTAIÁ/AM. Objeto: disponibilização de colaboradores para auxiliar nos trabalhos de coleta de dados biométricos do eleitorado no município de Jutaiá/AM. Fundamentação Legal: art. 7º, parágrafo único e art. 9º, inciso III da Lei n. 7.444/1985 e no art. 12 da Resolução TSE n. 23.440/2015. Prazo de Vigência: de 02/04/2019 a 15/05/2019. Data da Assinatura: 02/04/2019. Assinam: Pelo TRE/AM, Exmo. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES, e pela PREFEITURA DE JUTAIÁ, o Sr. Prefeito PEDRO MACARIO BARBOZA.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: PAD 3342/2019 - TRE/AM. Termo de Acordo de Cooperação Técnica N. 06/2019, celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS e a PREFEITURA DE URUCARÁ/AM. Objeto: disponibilização de colaboradores para auxiliar nos trabalhos de coleta de dados biométricos do eleitorado de Urucará/AM. Fundamentação Legal: art. 7º, parágrafo único e art. 9º, inciso III da Lei n. 7.444/1985 e no art. 12 da Resolução TSE n. 23.440/2015. Prazo de Vigência: a partir da data da assinatura a 24/04/2019. Data da Assinatura: 21/03/2019. Assinam: Pelo TRE/AM, Exmo. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES, e pela PREFEITURA DE URUCARÁ, o Sr. Prefeito ENRICO DE SOUZA FALABELLA.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO N.º 2019NE000612, emitida em 25/03/2019. FAVORECIDO: RAVI COMÉRCIO DE PAPEIS EIRELI. OBJETO: Aquisição de Material de Expediente. VALOR: R\$ 83.572,80. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico 40/2018 e Leis 10.520/02 e 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento 3.3.90.30.16; Ação 02.122.0570.20 GP.0029, PROCESSO n.º 16.014/2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERALAVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2018

Espécie: Pregão Eletrônico n.º 98/18. Processo n.º 18.333/2018. Objeto: Aquisição de material de suprimentos para impressoras, toner para impressora Samsung Modelo: M407FR novo. O objeto foi adjudicado à empresa: HR COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 29106687/0001-26. Valor: R\$ 128.790,00. Homologado por: Benedito Sérgio Monte Silva Coelho, Diretor - Geral do TRE/CE em exercício. Data: 29/3/2019.

BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
Diretor-Geral
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica n.º 1/2019; SEI n.º. 0001254-27.2018.6.07.8100; Acordantes: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, por intermédio da Escola Nacional da Magistratura - ENM; Objeto: Intercâmbio de informações, material bibliográfico, métodos e técnicas de trabalho, cooperação acadêmica, científica e cultural, intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências, realização de cursos e outros eventos visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de magistrados. Vigência: 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura; Signatários: Des.ª Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias, Presidente do TRE/DF, Sr. Jayme Martins de Oliveira Neto e Sr. Sérgio Ricardo de Souza.

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

(2019NE000188) (2019NE000191). PA SEI n.º 0001117-11.2019.6.07.8100. Contratado: Inácio Magalhães Filho. (CPF: 309.857.061-04); Objeto: Contratação do curso "Aspectos controversos na legislação de pessoal no serviço público." Valor total: R\$ 19.200,00; Fundamento Legal: artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI, da Lei n.º. 8.666/93; Data e assinaturas: 08/04/2019, Sr.ª Lúcia Carvalho Bitar Yung-Tay, Diretora-Geral do TRE/DF - Substituta, e Sr. Wesley Nogueira Amaral.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
DIRETORIA-GERALSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOSRESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 7/2019

O TRE/MT torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão nº 07/2019. Proc. Adm. nº 5654/2018. Objeto: Registro de Preços de serviços de agenciamento de passagens terrestres. Licitação Fracassada.

Cuiabá-MT, 5 de abril de 2019.
RAFAEL ZORNITTA
Secretário de Adm. e Orçamento

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

PA SEI 0000898-12.2019.6.12.8018- Termo de Cessão de Uso n.º 019/2019. Objeto: cessão de uso de 12 urnas eletrônicas para votação (10 efetivas e 2 reservas), para realização de eleição para escolha dos cargos de Diretor Presidente, Diretor Administrativo, Diretor de Benefícios e Diretor Financeiro, a ser realizada no dia 05 de abril de 2019. Cessionária: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS. CNPJ: 08.797.960/0001-36. Vigência: 90 dias a partir da assinatura. Fundamento Legal: Resolução 457, de 19/3/2011. Assinatura: 05/04/2019. Hardy Waldschmidt - Diretor-Geral do TRE/MS e Hélio do Nascimento, Presidente da Comissão Eleitoral.

EXTRATO DE COOPERAÇÃO

Proc. n.º 00011213-94.2019.6.12.8000. OBJETO: desenvolvimento de atividades educacionais pelos estudantes matriculados nos cursos Técnico Integrado de nível médio, técnico subsequente e graduação oferecidos pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, através do Estágio Não Obrigatório, conforme o oferecimento de vagas pelo CONCEDENTE em áreas de seu interesse, de acordo com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. CONCEDENTE: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS. Vigência: 15 meses. DATA: 27 de março de 2019.

EXTRATO DE COOPERAÇÃO

Proc. n.º 0001955-22.2019.6.12.8000. OBJETO: desenvolvimento de atividades educacionais pelos estudantes matriculados nos cursos oferecidos pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, através do Estágio Não Obrigatório, conforme o oferecimento de vagas pelo CONCEDENTE em áreas de seu interesse, de acordo com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. CONCEDENTE: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. INSTITUIÇÃO DE ENSINO: ETEC de Ilha Solteira. Vigência: 15 meses. DATA: 29 de março de 2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. SEI n.º 0001121-24.2016.6.12.8000 - 3º Termo de Alteração Contratual n.º 021/2019 - Contrato 62/2016 - OBJETO: Prorrogação da vigência contratual por mais um período de 12 (doze) meses, de 09/05/2019 a 08/05/2020 e reajuste de valores. Fundamento Legal: inciso II do art. 57 c/c § 8º do art. 65 da Lei n. 8.666/93. Contratada: Comercial Campo Nobre Ltda - EPP. CNPJ: 05.566.867/0001-22. Assinatura: 05/04/2018. Valor do reajuste: R\$ 5.267,73. Valor total: R\$ 197.177,22. Assinam: Hardy Waldschmidt - Diretor-Geral do TRE/MS e Luís Henrique de Sousa Rodrigues - representante legal da empresa Comercial Campo Nobre Ltda - EPP.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2019 - UASG 70016

Nº Processo: 03.883.929/0001-0. Objeto: Contratação de seguro de veículos para a frota pertencente à Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 09/04/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque Dos Poderes - Campo Grande/MS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70016-5-00014-2019. Entrega das Propostas: a partir de 09/04/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/04/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

HARDY WALDSCHMIDT
Diretor-geral

(SIASGnet - 05/04/2019) 70016-00001-2019NE000100

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 1816412/2018; 1º TA ao Contrato nº 173/18; Contratada: ENGBM Construções Ltda.; Vigência: até 2/8/2019; Objeto: Prorrogação do prazo de execução dos serviços; Fundamento Legal: Art. 57, § 1º, III, da Lei 8.666/93.; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Guilherme Barbosa de Bem - Sócio-Administrador, pela Contratada; Assinatura 4/4/2019.

EDITAL DE 8 DE ABRIL DE 2019
RESULTADO FINAL DAS OPÇÕES

QUE TRATA O EDITAL Nº 1/2019/TRE-MG

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 8º do Edital nº 1/2019/TRE-MG, torna público o resultado final das opções por localidades, constantes do Anexo I do mencionado Edital, efetivadas pelos servidores e candidatos convocados no período de 25/3 a 29/3/2019, objetivando a lotação definitiva dos cinco Técnicos Judiciários - Área Administrativa que foram nomeados com lotação provisória em 24/09/2018 e o provimento dos cargos de seis candidatos ocupantes do cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa:

MUNICÍPIOS	CLASSIFICAÇÃO	NOME
083ª ZE de Conceição do Mato Dentro	158ª	José Danilo Arrais de Oliveira
PA 204 de Paraguaçu	159ª	Jacques Jabes Marques
PA 289 de Mercês	161ª	Lucas Silva Senna Pereira
PA 20 de Baependi	7ª PNE	Luciana Mara de Oliveira Vale
PA 292 de Pirapetinga	162ª	Jéssica de Lourdes Souza
196ª ZE de Novo Cruzeiro	164ª	Willian Lucas Rodrigues
070ª ZE de Divino	166ª	José Roberto Almeida Sales Júnior
244ª ZE de Salinas	167ª	Wilson Ferreira dos Santos
PA 290 de Miradouro	169ª	Simone da Costa Soares
329ª ZE de Bonfinópolis de Minas	170ª	Sirlene Valquíria Santos

CANDIDATO NÃO OPTANTE (art. 7º do Edital TRE/MG nº 1/2019)

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
320ª ZE de Arinos	168ª	Fabício Soares

DES. PEDRO BERNARDES

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 09/04/2019 13:53:30
Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA





Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 050892/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 09/04/2019 13:53:30</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 9 de Abril de 2019.



À
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

Para ciência e comunicação ao contratado.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 050897/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 09/04/2019 13:57:22</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Coordenador(a) Chefe da Seção de Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará.

Assunto: NOTA DE EMPENHO 2019NE000261 - TRE-CE

HR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.106.687/0001-26, NIRE nº 52600588575, situada na Av. C-7, nº. 2390, quadra 68, lote 03, sala 01, Setor Sudoeste, Goiânia-GO, CEP nº. 74305-080, por intermédio de sua representante legal, in fine, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, expor e requerer o quanto se segue:

Síntese Fática

Esta empresa sagrou-se vencedora no certame licitatório, modalidade de Pregão Eletrônico nº. 98/2018, processo nº. PAD 18881/2018, tendo como objeto aquisição de material de suprimentos para impressoras(toner), originais, marca SAMSUNG.

Tramitado regularmente o feito, restando cumprido todas as exigências contidas no Edital e seus anexos, acusamos o recebimento do comunicado abaixo transcrito:

Início da mensagem encaminhada:

De: "Diego Feitosa" <diego@tre-ce.jus.br>

Data: 9 de abril de 2019 14:13:46 BRT

Para: <adm.hrcosta@gmail.com>

Cc: "sealx" <sealx@tre-ce.jus.br>

Assunto: NOTA DE EMPENHO 2019NE000261 - TRE-CE

Senhor Fornecedor,

Encaminhamos, em anexo, a Nota de Empenho de 261/2019. A Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para entrega do material, no endereço e horário abaixo especificados e deverá agendar a entrega pelo e-mail: sealx@tre-ce.jus.br, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ou pelo telefone: 85-3453-3741.

Endereço para entrega: Parque Empresarial BR 116, Rodovia Santos Dumont (BR116), km 6, nº 2555, Galpão 16.Fortaleza-CE - CEP: 60842-395

Horário: 8 às 17 h - Segunda a quinta

8 às 13 h - Sexta

PARA AGILIZAR O PAGAMENTO, SEGUIR OS PROCEDIMENTOS ABAIXO:

1. Observar o previsto no anexo III do Edital:

8.6. A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a *origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme determina o art. 3º, inciso III, do decreto 7.174/2010.*

2. Anexar à Nota Fiscal - Declaração de Optante pelo Simples (para empresa optante pelo Simples Nacional)

3. Enviar para o e-mail sealx@tre-ce.jus.br as certidões abaixo :

- Certidão Negativa do Trabalho -
- Certidão Regularidade do FGTS -
- Certidão Conjunta da Receita e Previdência

Por favor, confirmar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

DIEGO FEITOSA DE OLIVEIRA

Seção de Almoxarifado TRE-CE

85-3453-3741

Extraí-se do comunicado acima, a observação destacada pelo servidor desta r. Seção, condicionando, para o prosseguimento normal do certame e finalização do contrato, a exigência de apresentação de documentos comprobatórios da “**origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação**”.

Pois bem.

Antes de adentrar ao mérito, mister se faz tecer comentários quanto à necessidade, leia-se obrigatoriedade, de interpretação e aplicação da Lei Geral de Licitação, **em sintonia e aplicação subsidiária à Constituição Federal e demais Leis Ordinárias Infraconstitucionais**, salientando, no entanto, que esta subsidiariedade deverá ser aplicada naquilo que as legislações, tidas como inferiores, for silente.

Isto porque a Lei 8.666/90, bem como outras normas administrativas, estão dispostos abaixo da CF/88, bem como subordinada às Leis Ordinárias, tais como Código Civil, Código de Processo Civil, Código Penal, Código de Processo Penal, que não podem ser feridas com decisões que não são abarcadas por elas.

Vale dizer que são Leis constituídas por normas jurídicas (escritas) e por princípios jurídicos (implícitos ou explícitos). São os regramentos jurídicos superiores e básicos, devendo, todas as demais normas observarem os ditames da Lei Constitucional e, no presente caso, também das Leis infraconstitucionais.

Assim, além da necessidade de se observar as disposições administrativas e legais, devem, também, observar os preceitos constitucionais, seguindo o princípio da hierarquia da lei, sob pena de serem considerados ilegais.

Dito isso, sabe-se que a Lei de Licitações foi criada para regular os atos praticados por todos aqueles que participam e atuam em um certame licitatório, portanto, deve-se suas aplicações, no que couber, aos casos ali ocorridos.

Neste limiar, deparemos com um equívoco interpretativo no que concerne à exigência ventilada pelo servidor acima identificado. Isto porque não se trata de produto importado por esta empresa, eis que todos os produtos licitados e apresentados na proposta primeira, em que pese a possível fabricação destes ser de origem estrangeira,

definitivamente, são adquiridos de distribuidores nacionais, devidamente autorizados pela fabricante.

Por essa razão, a apresentação de documentos comprobatórios de importação dos toners, objetos da presente licitação, é totalmente desarrazoada e desproporcional, uma vez que, se há importação da mercadoria ora ofertada, esta é feita pela empresa fabricante da impressora, ou seja, pela empresa SAMSUNG, a qual não fornece aos seus distribuidores a documentação ora exigida.

Mister mencionar o Princípio da Razoabilidade Administrativa ou Proporcionalidade, como denominam alguns autores. A este respeito temos nas palavras de Marçal Justem Filho¹:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida do limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. **Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos.**”
(grifo nosso)

A Carta Magna Federal, em seu art. 37, inciso XXI², limita as exigências desnecessárias para a participação dos interessados em licitações desta modalidade, no sentido de se permitir que sejam exigidas as qualificações técnicas e economia indispensável, tão somente visando à garantia do cumprimento das obrigações.

Ao mesmo tempo em que o citado artigo delinea as limitações destas exigências, remete às Leis esparsas que complementam seus dispositivos, visto que a Constituição Federal não abarca todas as situações.

Assim é que necessário e fundamental a obediência dos envolvidos na presente demanda às Leis Ordinárias que a regem, quais sejam: Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), Lei e Lei 10.520/202, ambas traduzidas pelo Edital Licitatório e seus anexos.

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 5ª edição - São Paulo - Dialética, 1998.

² **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

(...)

Lado outro, condicionar a finalização do contrato entabulado à apresentação das documentações de importação, tal qual determinado pelo servidor deste r. órgão, fundamentando na necessidade de obediência ao disposto no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 7.174/2010, no presente caso não se justifica. Posto que o referido artigo se refere na necessidade e obrigatoriedade de **“se fazer constar no instrumento convocatório”** tal disposição, e não a exigência de cumprimento do mandamento, quando se tratar de produto comercializado internamente, como é o caso.

Senão vejamos o preceituado:

Art.3º—Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, **o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente:**

I- as normas e especificações técnicas a serem consideradas na licitação;

II- as exigências, na fase de habilitação, de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos:

a) segurança para o usuário e instalações;

b) compatibilidade eletromagnética; e

c) consumo de energia;

III - exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa; e

Observa-se que a determinação reside em regular e instrumentalizar o ato convocatório, ou seja, o Edital, estendendo a obrigação à licitante de apresentação das documentações de importação, quando se tratar de produtos importados, lógico.

Destarte, de uma simples leitura das notas fiscais de aquisição do produto em anexo, comprovado está que esta empresa não importa qualquer tipo de produto por ela ofertada, ao contrário, todos são adquiridos no mercado interno, diretamente das distribuidoras autorizadas pela fabricante SAMSUNG, dentre outras fabricantes.

Ainda, sabendo da sua responsabilidade em ofertar somente produtos originais de fábrica e, visando atender o que solicitado, esta empresa enviou requerimento à distribuidora da qual adquiriu a mercadoria ora licitada, obtendo como resposta a impossibilidade do envio da documentação exigida. Veja-se:

De: **Rute Carvalho** <rute.carvalho@cogra.com.br>
Date: ter, 9 de abr de 2019 às 15:11
Subject: RES: NOTA DE EMPENHO 2019NE000261 - TRE-CE
To: grupo hr costa <adm.hrcosta@gmail.com>

Hélio , boa tarde
Amigo infelizmente nenhum fabricante fornece este tipo de informação ou comprovação.

grata

De: grupo hr costa <adm.hrcosta@gmail.com>

Enviada em: terça-feira, 9 de abril de 2019 14:58

Para: Rute Carvalho <rute.carvalho@cogra.com.br>

Assunto: Fwd: NOTA DE EMPENHO 2019NE000261 - TRE-CE

Boa tarde Rute, conforme conversamos a possibilidade de nos fornecer o solicitado deste empenho na observação previsto. 8.6 a baixo, quanto a origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação!
atenciosamente

Helio R. Costa.

Nesta senda, comprovado está que esta empresa pauta todos os seus atos praticados até o presente, em total obediência ao estabelecido no Edital. Basta verificar a descrição do objeto a ser licitado, exige o edital, em seu 1.1 descreve o objeto como ***“Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung”.*** (grifo nosso)

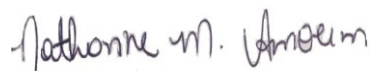
Como se vê, em momento algum o Edital exige a apresentação dos documentos exigidos pelo servidor em tela, posto não se tratar de produtos importados pela licitante, o que demonstra, satisfatoriamente, o fiel cumprimento, por esta empresa, das exigências estipuladas no Edital Licitatório do presente Certame.

Igualmente, visando assegurar a originalidade dos nossos produtos, bem como a boa fé e a humilde honestidade praticadas por esta empresa, segue em anexo notas fiscais de aquisição dos produtos objeto da presente operação licitatória, os quais requer a devida juntada, e ainda, cópia das mensagens eletrônicas enviadas à distribuidora

autorizada de comercialização dos toners SAMSUNG e, por fim, entendendo Vossa Senhoria pela necessidade de análise técnica do produto oferecida, esta empresa se dispõe a enviar-lhe amostras para tais mister.

Certos de ter sanado as dúvidas existentes, bem como demonstrado a inviabilidade e desarrazoabilidade da apresentação dos documentos, na forma requerida, pugna-se pelo normal prosseguimento do certame até o fiel cumprimento do contrato entabulado.

De Goiânia-GO p/ Fortaleza-CE, 11 de abril de 2019.




NATHANE MARTINS AMORIM – Sócia Proprietária

Representante Legal

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE COGRA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e N. 000028745 SÉRIE 0
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

Identificação do emitente COGRA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. ROD. GOV. MARIO COVAS, 10600 - C omplemento: GALPAO 17 - SALA 6 SERRA DO ANIL Cep:29147-030 CARIACICA/ES Fone: 1128218900	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1 1-SAÍDA N. 000028745 SÉRIE 0 FOLHA 01/01	 CHAVE DE ACESSO DA NF-E 3218 0706 0641 1400 0262 5500 0000 0287 4510 0596 4750 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizada
---	---	--

NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERCEIROS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 332180031429721 06/07/2018 10:24:05
INSCRIÇÃO ESTADUAL 082722986	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ 06.064.114/0002-62

DESTINATARIO/REMETENTE		
NOME/RAZÃO SOCIAL HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP		CNPJ/CPF 29.106.687/0001-26
ENDEREÇO AV T 63, 2529, Q 361 LT 4 SL 3	BAIRRO/DISTRITO JARDIM AMERICA	CEP 74250-320
MUNICIPIO GOIANIA	FONE/FAX 6232741609	UF GO
FATURA	INSCRIÇÃO ESTADUAL 107104865	HORA ENTRADA/SAÍDA 09:57:00

BLT028745 A 03/08/2018 2.983,35	BLT028745 B 31/08/2018 2.788,33	BLT028745 C 28/09/2018 2.788,33	BLT028745 D 26/10/2018 2.788,33	BLT028745 E 23/11/2018 2.788,33	BLT028745 F 21/12/2018 2.788,33			
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	--	--	--

CALCULO DO IMPOSTO				
BASE DE CALCULO DO ICMS 16.925,00	VALOR DO ICMS 2.031,00	BASE DE CALCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 16.730,00
VALOR DO FRETE 195,00	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI
				VALOR TOTAL DA NOTA 16.925,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS						
RAZÃO SOCIAL TNT MERCURIO CARGAS E ENC EXPRESS SA		FRETE POR CONTA 0-EMITENTE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF 95.591.723/0038-00
ENDEREÇO AV MARGINAL DIREITA DO TIETE , 2500		MUNICIPIO SAO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 108254280116		
QUANTIDADE 9	ESPECIE VOLUME	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 1,800	PESO LIQUIDO 1,800	

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO													
COD. PROD MLT-D203U/XA Z	DESCRIÇÃO DO PROD./SER. CART TONER SAMSUNG P/ S L-M4020 / SL-M4070 Valor aproximado do(s) Tributo(s): R\$ 2503.21 (0%) Federal e R\$ 2877. 25 (0%) Estadual Fonte : IBPT.	NCM/SH 84439933	CST 700	CFOP 6102	UN UN	QUANT. 70,0000	V.UNITARIO 239,0000	V.TOTAL 16.730,00	BC.ICMS 16.925,00	V.ICMS 2.031,00	V.IPI 0,00	A.ICMS 12,00%	A.IPI 0,00%

CALCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Protocolo: 332180031429721 Caso nao receba seu boleto de pagamento ate 5 (cinco) dias antes do vencimento, solicite 2a. via atraves do e-mail cobranca@cogra.com.br ou entre em contato conosco.	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE COGRA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N. 000027927
SÉRIE 0

Identificação do emitente

COGRA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA.

ROD. GOV. MARIO COVAS, 10600 - C

omplemento:

GALPAO 17 - SALA 6

SERRA DO ANIL Cep:29147-030

CARIACICA/ES

Fone: 1128218900

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA
NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0-ENTRADA 1
1-SAÍDA

N. 000027927

SÉRIE 0

FOLHA 01/01



CHAVE DE ACESSO DA NF-E

3218 0606 0641 1400 0262 5500 0000 0279 2710 0914 5546

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizada

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERCEIROS

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

332180028244065 15/06/2018 16:58:12

INSCRIÇÃO ESTADUAL

082722986

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIB.

CNPJ

06.064.114/0002-62

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP

ENDEREÇO

AV T 63, 2529, Q 361 LT 4 SL 3

MUNICÍPIO

GOIANIA

FONE/FAX

6232741609

BAIRRO/DISTRITO

JARDIM AMERICA

CEP

74250-320

FATURA

BLT027927 A

13/07/2018

3.041,67

BLT027927 B

10/08/2018

3.041,67

BLT027927 C

07/09/2018

3.041,67

BLT027927 D

05/10/2018

3.041,67

BLT027927 E

02/11/2018

3.041,67

BLT027927 F

30/11/2018

3.041,65

DATA DE EMISSÃO

15/06/2018

DATA ENTRADA/SAÍDA

15/06/2018

HORA ENTRADA/SAÍDA

14:13:00

CALCULO DO IMPOSTO

BASE DE CALCULO DO ICMS

18.250,00

VALOR DO ICMS

2.190,00

BASE DE CALCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

18.250,00

VALOR DO FRETE

VALOR DO SEGURO

DESCONTO

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

VALOR DO IPI

VALOR TOTAL DA NOTA

18.250,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

FL BRASIL HOLDING, LOGISTICA E TRANSP

ENDEREÇO

AVENIDA TALMA RODRIGUES RIBEIRO

QUANTIDADE

50

ESPECIE

VOLUME

MARCA

FRETE POR CONTA

0-EMITENTE

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ/CPF

18.233.211/0002-10

MUNICÍPIO

SERRA

UF

ES

INSCRIÇÃO ESTADUAL

083318321

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

COD. PROD

MLT-D201L/XA

Z

DESCRIÇÃO DO PROD./SER.

CART TONER SAMSUNG PRET

O 20K M4080FX

Valor aproximado do(s)

Tributo(s): R\$ 2699,18

(0%) Federal e R\$ 3102.

50 (0%) Estadual Fonte

: IBPT.

NCM/SH

84439933

CST

700

CFOP

6102

UN

UN

QUANT.

50,0000

V.UNITARIO

365,0000

V.TOTAL

18.250,00

BC.ICMS

18.250,00

V.ICMS

2.190,00

V.IPI

0,00

A.ICMS

12,00%

A.IPI

0,00%

CALCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Protocolo: 332180028244065

Caso nao receba seu boleto de pagamento ate 5 (cinco) dias antes do vencimento,
solicite 2a. via atraves do e-mail cobranca@cogra.com.br ou entre em contato
conosco.

RESERVADO AO FISCO



Fortaleza, 11 de Abril de 2019.



À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ENCAMINHO MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA HR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
ME, APÓS RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000261.

DIEGO FEITOSA DE OLIVEIRA
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 052793/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	DIEGO FEITOSA DE OLIVEIRA <i>Assinado eletronicamente em 11/04/2019 12:16:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Abril de 2019.

PAD nº 18881/2018



Ciente.

À Diger, para análise e decisão.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 052842/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 11/04/2019 17:47:28</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 18.881/2018

DESPACHO

R.h.

Tendo tomado conhecimento de restrições da empresa HR COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME em contratar com a Administração, envio o feito à SECON para juntar certidão do SICAF, e, caso se constate o descumprimento de requisitos exigidos para habilitação, encaminhe-se a ASDIR, para verificar possível aplicação de penalidades.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL, em exercício



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 053721/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 12/04/2019 11:53:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.106.687/0001-26
Razão Social: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI
Nome Fantasia: HR COMERCIO E SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/06/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	03/09/2019
FGTS	Validade:	20/04/2019
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	06/09/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	07/05/2019
Receita Municipal	Validade:	02/05/2019

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.106.687/0001-26
Razão Social: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI
Nome Fantasia: HR COMERCIO E SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Impedimento de Licitar no Âmbito:

Órgãos do Governo Federal



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.106.687/0001-26
Razão Social: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI
Nome Fantasia: HR COMERCIO E SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª
Motivo: Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa

UASG Sancionadora: 80009 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A.REGIAO
Âmbito da Sanção: União
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 12/03/2019 Prazo Final: 11/05/2019

Número do Processo: 19163/2018 Número do Contrato: Pregão Eletrônico 71/2018
Descrição/Justificativa: A empresa descumpriu os subitens 11.4 e 12.7 do edital da licitação, uma vez que deixou de encaminhar, ao TRT da 1ª Região, sua proposta comercial e demais documentos dentro do prazo de 2 (duas) horas.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 12/04/2019 12:01:24

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI**
CNPJ: **29.106.687/0001-26**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Impedimento - Lei do Pregão (11/05/2019) - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1)

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Fortaleza, 12 de Abril de 2019.

À

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL



Anexamos a documentação solicitada e informamos que a empresa em comento no momento da habilitação encontrava-se em plena regularidade, após a homologação do certame e antes da emissão da nota da empenho foi declarada impedida de licitar e contratar com a União.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 053767/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 12/04/2019 12:22:53</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

PAD n.º 18.881/2018



DESPACHO

R. h.

Trata-se de processo licitatório cujo objeto é a aquisição de material de suprimento para impressoras. No doc. PAD nº 53.771/2019, foi solicitado à SECON a verificação junto ao SICAF de possível impedimento da licitante vencedora de contratar com a Administração.

Anexando a documentação solicitada, a COLIC anexa certidão do SICAF, em que se constata impedimento de licitar (doc. PAD nº 53.733/2019), informando que “a empresa em comento no momento da habilitação encontrava-se em plena regularidade, após a homologação do certame e antes da emissão da nota de empenho foi declarada impedida de licitar e contratar com a União”.

Verificando a documentação dos autos, saliente-se que o Capítulo VIII do Edital prevê que serão inabilitadas as licitantes que não comprovem, mediante consulta ao SICAF, a regularidade fiscal e trabalhista exigida.

Assim, concluímos que a irregularidade constatada na consulta ao SICAF tem base suficiente para inabilitá-la, por vislumbrar ofensa ao item 8.1 do Instrumento Convocatório. Não é demais lembrar que a **vinculação aos exatos termos estipulados no Edital de Licitação** é princípio fundamental do procedimento licitatório.

Ante o exposto, considero inabilitada a empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI.

À COLIC, para cientificar referida licitante e convocar o próximo classificado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 054760/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 15/04/2019 18:43:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 16 de Abril de 2019.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para providenciar a volta de fase conforme decisão da Diger.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 055092/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 16/04/2019 14:08:11</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Cariacica/ES, 23 de Abril de 2019.

Ao

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Rua Jaime Benévolo, 21 - Centro
60.050-080 - Fortaleza - CE

Att. Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2018

Processo TRE/CE Nº 18881/2018

Estamos encaminhando Proposta e Documentos de Habilitação referentes ao Item 01 da presente licitação.

Qualquer dúvida, entrar em contato:
Microsens S.A.
Av. João Gualberto, 1740 – 1º andar
80.030-001 – Curitiba – Pr
Contato: Sr. Luciano Tercilio Biz
Fone: (41) 3024-2050
Fax: (41) 3254-3524
e-mail: licitacao@microsens.com.br

Atenciosamente,

Microsens S.A.
Luciano Tercilio Biz
RG Nº 4.383.926-8/Pr



Cariacica/ES, 23 de Abril de 2019.

Ao

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Rua Jaime Benévolo, 21 - Centro
60.050-080 - Fortaleza - CE

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2018

Processo TRE/CE Nº 18881/2018

Proposta de preços para fornecimento de suprimentos para impressoras, observadas as especificações estabelecidas abaixo e no Anexo III – Termo de Referência.

ITEM 01.

- Fabricante HP, marca Samsung, modelo MLT-D203U.
- Toner para impressora laser Samsung Modelo: M4070FR.
- Novo, genuíno do fabricante da impressora.
- Capacidade de impressão de 15.000 páginas.
- Com validade de 12 meses a partir da data de entrega.
- Referência do Toner: MLT-D203U. Marca: Samsung.
- Produto original do fabricante da impressora.

Unidade: UN.

Quantidade: 530 (Quinhentos e trinta).

Preço Unitário:..... R\$ 243,00
(Duzentos e quarenta e três reais)

Preço Total:..... R\$ 128.790,00
(Cento e vinte e oito mil, setecentos e noventa reais)

Nome da empresa proponente: Microsens S.A.

Local e dados para emissão do Contrato e Faturamento:

Endereço: Rod. Gov. Mário Covas, nº 882 - Armazém 01, Mezanino 01, Box 6 - Bairro Padre
Mathias - CEP: 29.157-100
Cidade: Cariacica - ES
CNPJ: 78.126.950/0011-26
Insc. Est.: 083.184.84-8
Insc. Mun.: 132732

13



Local e dados para envio de correspondências e contato comercial:

Endereço: Av. João Gualberto, 1.740 - 1º Andar – Juvevê - CEP: 80.030-001

Cidade: Curitiba - Pr

Fone: (41) 3024-2050

Fax: (41) 3254-3524

E-mail: licitacao@microsens.com.br

Pessoa de Contato: Luciano Tercilio Biz

Dados Bancários da Proponente:

Banco: Banco do Brasil S/A – 001

Nome da Agência: Empresarial Norte Londrina/PR

Número da Agência: 3407-X

Número da Conta-Corrente: 92689-2

Pessoa responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços e Contratos:

Nome: Luciano Tercilio Biz

Estado civil: casado

Profissão: Engenheiro eletricitista

CPF Nº 844.724.729-53

Cédula de Identidade: RG Nº 4.383.926-8 SSP/PR

Nacionalidade: Brasileiro

Nascimento: Curitiba/PR

Endereço: Av. João Gualberto, 1.740 - 1º Andar, bairro Juvevê, CEP 80.030-001, Curitiba/PR

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os produtos fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico Nº 98/2018.

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação.

Prazo de Entrega: Até 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação da emissão da nota de empenho, via e-mail.

Prazo de Validade do produto: 12 (doze) meses, a partir da entrega na Seção de Almoxarifado do TRE/CE.

Condições de Pagamento: Conforme Cláusula Quinta da Minuta do Contrato.

Demais Condições: Conforme Edital e Anexos.

Atenciosamente,

Microsens S.A.

Luciano Tercilio Biz

RG Nº 4.383.926-8/Pr

tre-ce-pre-98-proposta

Londrina (Matriz)

43 3315-8200 – Fax 43 3315-8220
Av. Higienópolis, 583 – 15º Andar
86020-080 - Londrina/PR

Londrina (Complexo Industrial)

43 3348-6937
Av. Dez de Dezembro, 7033
86046-140 – Londrina/PR

Curitiba

41 3024-2050 – Fax 41 3254-3524
Av. João Gualberto, 1740 - 1º Andar
Juvevê - 80030-001 - Curitiba/PR

São Paulo

11 5071-6285 – 11 5071-5919
R. Fiação da Saúde, 145, cjs 95 e 97
04144-020 - São Paulo/SP

Porto Alegre

51 3029-7806 – Fax 51 3029-7807
Av. Pernambuco, 1197 - sl. 302
90240-004 - Porto Alegre/RS



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26

Razão Social: MICROSENS S/A

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 04/12/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta

Impedimento de Licitar: Nada Consta

Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 18/09/2019

FGTS Validade: 13/05/2019

Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 11/10/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 16/05/2019

Receita Municipal Validade: 15/06/2019

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26
Razão Social: MICROSENS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 90020 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA_ - RS
Data Aplicação: 28/08/2018
Número do Processo: 0006158822017 Número do Contrato: 61/2017
Descrição/Justificativa: Atraso na entrega dos equipamentos.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 200117 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-SP
Data Aplicação: 09/10/2018
Número do Processo: 08658.053293/2018 Número do Contrato: 01/2017
Descrição/Justificativa: Com base nos Itens 6.1., 6.1.1., 6.1.5. e 10.2.1.1. do Termo de Referência do Pregão nº 28/2016-PRF, combinado com item 2 do Anexo A do mesmo Termo de Referência, por não ter mantido a referida plataforma de segurança por 24 meses a partir do recebimento definitivo do material, ocorrido em 24/03/2017.

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 200125 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-SC
Data Aplicação: 27/06/2018
Número do Processo: 08666017726201805 Número do Contrato: 3/2017
Descrição/Justificativa: Inexecução parcial do Contrato Administrativo 3/2017, por infração ao item 2 do Anexo A do Termo de Referência.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200130 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-SE**
Data Aplicação: **18/05/2018**
Número do Processo: **08672001687201837** Número do Contrato: **3/2017**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento da Cláusula Nona do Contrato Administrativo nº 03/2017-SRPRF/SE.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **80025 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIAO**
Data Aplicação: **25/02/2019**
Número do Processo: **514/2018** Número do Contrato: **Contrato 02/2018**
Descrição/Justificativa: **ADVERTÊNCIA aplicada, em face do atraso na prestação de serviço de assistência técnica, conforme Ofício doc. 134, bem como da determinação constante do despacho doc. 138.**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.126.950/0011-26 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/08/2007
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL MICROSENS S/A
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

<p>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</p> <p>46.18-4-99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente</p> <p>46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática</p> <p>47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática</p> <p>47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação</p> <p>47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo</p> <p>47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis</p> <p>47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios</p> <p>47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente</p> <p>47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos</p> <p>47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos</p> <p>77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios</p> <p>82.19-9-01 - Fotocópias</p> <p>95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos</p> <p>95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico</p>

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO ROD GOVERNADOR MARIO COVAS	NÚMERO 882	COMPLEMENTO ARMZ 01 MZNINO01 BOX 6
---	----------------------	--

CEP 29.157-100	BAIRRO/DISTRITO PADRE MATHIAS	MUNICÍPIO CARIACICA	UF ES
--------------------------	---	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABIL@MICROSENS.COM.BR	TELEFONE (43) 3373-8204 / (43) 3373-8200
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/08/2007
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/04/2019** às **14:39:38** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Linha de Fornecimento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26

Razão Social: MICROSENS S/A

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Município / UF: Cariacica / Espírito Santo

Porte: Demais

Linhas de Fornecimento

Materiais

Código	Descrição	Situação
3610	EQUIPAMENTO PARA IMPRESSÃO, DUPLICAÇÃO E ENCADERNAÇÃO	Ativo
3650	MÁQUINAS PARA INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	Ativo
4330	CENTRIFUGADORES, SEPARADORES E FILTROS DE PRESSÃO E A VÁCUO	Ativo
5815	EQUIPAMENTOS DE TELETIPO E FAC-SÍMILE	Ativo
5895	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA COMUNICAÇÕES	Ativo
5915	FILTROS E REDES	Ativo
5940	BORNES, TERMINAIS E LÂMINAS TERMINAIS	Ativo
5961	DISPOSITIVOS A SEMICONDUTOR E PLACAS ASSOCIADAS (CIRCUITOS)	Ativo
5962	MICROCIRCUITOS ELETRÔNICOS	Ativo
5995	CONJUNTOS DE CABOS, CORDÕES E FIOS ELÉTRICOS PARA EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES	Ativo
5998	CONJUNTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, PLACAS, CARTÕES E ITENSCORRELATOS	Ativo
6015	CABOS DE FIBRA ÓTICA	Ativo
6110	EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO	Ativo
6130	CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS	Ativo
6140	BATERIAS RECARREGÁVEIS	Ativo
6210	APARELHOS DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DE USO INTERNO E EXTERNO	Ativo
6540	EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E SUPRIMENTOS OFTALMOLÓGICOS	Ativo

Relatório de Linha de Fornecimento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26

Razão Social: MICROSENS S/A

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Município / UF: Cariacica / Espírito Santo

Porte: Demais

Linhas de Fornecimento

Materiais

Código	Descrição	Situação
6720	CÂMARAS FOTOGRÁFICAS	Ativo
6730	EQUIPAMENTO PARA PROJEÇÃO FOTOGRÁFICA	Ativo
6750	SUPRIMENTOS FOTOGRÁFICOS	Ativo
7010	COMPUTADORES	Ativo
7020	IMPRESSORAS	Ativo
7021	UNIDADES CENTRAIS DE PROCESSAMENTO DIGITAIS	Inativo
7025	UNIDADES DE ARMAZENAMENTO DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS	Inativo
7030	EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS	Ativo
7035	EQUIPAMENTOS SUPORTES DE PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS	Inativo
7045	ARTIGOS DIVERSOS PARA PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS	Inativo
7050	EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA	Ativo
7110	MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO	Ativo
7195	MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS	Ativo
7290	UTENSÍLIOS COMERCIAIS E DOMÉSTICOS DIVERSOS	Ativo
7435	EQUIPAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA ESCRITÓRIO	Ativo
7490	MÁQUINAS DIVERSAS PARA ESCRITÓRIO	Ativo
7510	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	Ativo
7730	FONÓGRAFOS, RÁDIOS E TELEVISORES DE TIPO DOMÉSTICO	Ativo
9150	ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS	Ativo

Serviços

Código	Descrição	Situação
612	Estudos e Projetos de Comunicação de Dados	Ativo
1260	Informática - Manutenção/Instalação Sistemas/Periféricos	Ativo
1279	Informática - Programas Fechados (Software)	Ativo
1287	Informática - Serviço de Bureau	Ativo
1295	Informática - Administração e Operação em Processamento de Dados	Ativo
2178	Instalação e Montagem para Equipamentos de Processamento de Dados	Ativo

Relatório de Linha de Fornecimento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26

Razão Social: MICROSENS S/A

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Município / UF: Cariacica / Espírito Santo

Porte: Demais

Linhas de Fornecimento

Serviços

Código	Descrição	Situação
2658	Manutenção / Instalação - Nobreak	Ativo
2712	Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados	Ativo
3530	Informática - Manutenção de Computadores	Ativo
3840	Treinamento Informática - Sistema / Software	Ativo
4006	Locação de computadores / Periféricos	Ativo
4065	Locação de Equipamentos de Telecomunicações	Ativo
4405	Locação / Manutenção de Equipamentos Permanentes	Ativo
4413	Locação de Materiais Permanentes	Ativo
5398	Prestação de Serviços de Informática	Ativo
5479	Manutenção - Equipamentos Gráficos / Impressoras / Scanners Computadores	Ativo
5576	Banco de Dados - Programa (Software) de Gerenciamento	Ativo
5673	Rede - Programa (Software) de Gerenciamento	Ativo
5827	Manutenção / Reparo Máquina Copiadora / Duplicadora	Ativo
5835	Manutenção em Projetor de Imagem	Ativo
9989	Manutenção e Reparo de Aparelhos Eletrodomésticos	Ativo
12556	Locação de Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem	Ativo
13668	Estudos e Projetos de Instalação de Rede Local de Microcomputador	Ativo
13676	Instalação de Rede Local de Microcomputador	Ativo
13684	Estudos e Projetos de Instalação de Rede Comunicação / Local	Ativo
13692	Instalação e Montagem de Rede Local de Conectividade	Ativo
13757	Instalação / Manutenção / Operação / Locação - Equipamentode Luz / Imagem / Som	Ativo
15741	Informática - Locação (Software)	Ativo
15750	Informática - Locação Equipamentos	Ativo
15792	Instalação / Manutenção - Equipamento Eletroeletrônico	Ativo
16217	Informática - Atualização (Up Grade) de Configuração deEquipamento / Programa	Ativo
16764	Impressão Eletrônica - Laser / Jato Tinta	Ativo
16772	Consultoria e Assessoria - Processamento Eletrônico de Docu-mentos	Ativo
16780	Informática - Automação de Escritório	Ativo
16799	Informática - Armazenamento Eletrônico de Relatórios / Dados	Ativo

Relatório de Linha de Fornecimento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26

Razão Social: MICROSENS S/A

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Município / UF: Cariacica / Espírito Santo

Porte: Demais

Linhas de Fornecimento

Serviços

Código	Descrição	Situação
16802	Informática - Leitura Eletrônica de Caracteres	Ativo
16918	Informática - Desenvolvimento / Implantação / Manutenção Re-de de Computador	Ativo
17930	Manutenção e Reparo - Máquina / Equipamento Fotográfico	Ativo
17990	Locação Equipamentos de Impressão	Ativo
19615	Informática - Instalação / Manutenção Comunicação Dados	Ativo
23140	Prestação de Serviço de Reprografia Envolvendo Equipamento /Operação/Suprimentos - Reprodução Cor Preta	Ativo
23159	Prestação de Serviço de Reprografia Envolvendo Equipamento /Operação/Suprimentos - Reprodução Colorida	Ativo
23167	Prestação de Serviço de Reprografia - Locação de EquipamentoReprodução Cor Preta	Ativo
23175	Prestação de Serviço de Reprografia - Locação de EquipamentoReprodução Colorida	Ativo
23183	Prestação de Serviço de Reprografia - Operação de Equipamen-to	Ativo
24082	Prestação de Serviço de Reprografia - Outras Necessidades	Ativo
25054	Impressão Digital	Ativo



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26
Razão Social: MICROSENS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 844.724.729-53
Nome: LUCIANO TERCILIO BIZ
Carteira de Identidade: 4383926-8 Órgão Expedidor: SESP/PR
Data de Expedição: 08/06/1985 Data de Nascimento: 18/02/1968
Filiação Materna: CAROLINA DIZIEVIESKI BIZ
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 838.923.469-68
Nome: CRISTIANE MODESTO BIZ
Carteira de Identidade: 37098876 Órgão Expedidor: SSP/PR
Data de Expedição: 05/11/1997

CEP: 80.520-220
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA JOSE GODOY, 103 - BOM RETIRO
Município / UF: Curitiba / Paraná
Telefone: (41) 00000000
Email: licitacao@microsens.com.br

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 079.163.629-10
Nome: LUAN LIMA COUTINHO
Carteira de Identidade: 10461054-4 Órgão Expedidor: SESP/PR
Data de Expedição: 11/08/2005 Data de Nascimento: 21/08/1990
Filiação Materna: MARLEY APARECIDA LIMA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 045.912.929-59
Nome: CAMILA TAMAROZI MORAES COUTINHO
Carteira de Identidade: 103419417 Órgão Expedidor: SSP/PR
Data de Expedição: 14/01/2016

CEP: 86.082-701
Endereço: RUA LUIZ VIEIRA SAGRILLO, 111 - BL 04 AP 04 - JARDIM SAO PAULO II
Município / UF: Londrina / Paraná
Telefone: (43) 00000000
Email: licitacao@microsens.com.br

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 78126950001126

LIMPAR

Data da consulta: 23/04/2019 14:40:47

Data da última atualização: 23/04/2019 12:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (23/04/2019 às 14:43) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 78.126.950/0011-26.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5CBF.4EB5.456D.C397

MICROSENS S.A.

CNPJ/MF nº 78.126.950/0001-54
NIRE 4130029602-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2017

1. **Data, hora e local:** Ao 20º dia do mês de novembro de 2017, às 10:00 horas, na matriz da MICROSENS S/A, localizada na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Higienópolis, n. 583, 15º andar, Centro, CEP 86020-080 ("Companhia").
2. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre as Sociedades por Ações", tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença dos Acionistas da Companhia.
3. **Composição da mesa:** Presidente – Sr. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA; e Secretário – Sr. LUAN LIMA COUTINHO.
4. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: retificações e alterações no estatuto da Companhia relativo aos seguintes artigos (i) Art. 2º, § 1º "i" – retificação do CNPJ da filial 78.126.950/0003-16, da Companhia; (ii) Art. 2º, § 1º, "ii", "iv" e "v" – alteração o objeto social; (iii) Art. 3º - alteração do objeto social; (iv) Art. 5º - inclusão do § 3º que dispõe sobre o acionista controlador; (v) art. 6º § 2º - alteração; (vi) art. 6º § 3º - alteração; (vii) art. 9º, "k", "m", "p", e "r" - alteração (viii) art. 14 – retificação denominação de Diretor; (ix) art. 16 – alteração integral nos termos do Art. 144 c/c art. 142, VIII da Lei Federal nº 6.404/1976 e art. 15 do Estatuto social; e, (x) art. 19 e § 1º - alteração; (xi) consolidação do Estatuto da Companhia.

5. Deliberações:

5.1. Posto em votação o item (i) constante da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade sem quaisquer ressalvas, a re-retificação do CNPJ da Companhia, constante na ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
 PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801355961. NIRE: 41300296022.
 MICROSENS S/A

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20170375676 em 31/01/2017, onde consta o CNPJ 78.126.950/0003-13, o correto é 78.126.950/0003-16, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...).

§ 1º (...):

(i) filial na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Dez de Dezembro, nº 7033, Parque Ouro Branco, CEP 86046-140, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0003-16, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41900560162, cujo objeto social é o mesmo da matriz;”

5.2. Posto em votação o item (ii) constante da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a alteração do objeto social presente no Art. 2º, § 1º, “ii”, “iv” e “v”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...).

§ 1º (...):

(i) (...)

(ii) filial na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida João Gualberto, nº 1740, 1º andar, Bairro Juvevê, CEP 80030-001, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0005-88, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41900847917, cujo objeto social é (i) a integração, industrialização e montagem de microcomputadores e periféricos; (ii) comércio atacadista de equipamentos e suprimentos de informática, eletroeletrônicos e assistência técnica especializada em equipamentos e suprimentos de informática (iii) locação de bens móveis, equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicação e software; (iv) prestação de serviço de reprografia;



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

(iii) (...)

(iv) *filial na Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 882, armazém 01, mezanino 01, Box 6, Bairro Padre Mathias, CEP 29157-100, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0011-26, devidamente registrada na Junta Comercial do Espírito Santo sob NIRE 41900997226, cujo objeto social é (i) comércio atacadista e importação de equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicação, software, artigos esportivos, móveis e utensílios domésticos, brinquedos, artigos recreativos; (ii) locação de bens móveis, equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicação e software; (iii); prestação de serviço de assistência técnica em equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos e de telecomunicação; (iv) prestação de serviço de reprografia; (v) depósito fechado de mercadorias próprias; (vi) representação de fabricantes e fornecedores; (vii) vendas por internet;*

(v) *filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fiação da Saúde, nº 145, conjuntos 95 e 97, Bairro Saúde, CEP 04144-020, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0015-50, devidamente registrada na Junta Comercial de São Paulo sob NIRE 35903757621, cujo objeto social é (i) integração, industrialização e montagem de microcomputadores e periféricos; (ii) comércio atacadista de equipamentos e suprimentos de informática e eletroeletrônicos; e (iii) assistência técnica especializada em equipamentos e suprimentos de informática (iii) locação de bens móveis, equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicação e software; (iv) prestação de serviço de reprografia"*

5.3. Posto em votação o item (iii) constante da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a alteração do objeto social presente Art. 3º, passando a vigorar com a seguinte redação:



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

“Art. 3º A Companhia tem por objeto social (i) comércio atacadista, importação integração, industrialização e montagem de microcomputadores e periféricos; (ii) locação de bens móveis, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, reprográficos de informática e telecomunicações, suprimentos de informática; (iii) especialização de equipamentos de telefonia e comunicação, artigos esportivos, móveis e utensílios domésticos, brinquedos, artigos recreativos; (iv) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; (v) representação de fabricantes e fornecedores; (vi) vendas por internet; (vii) comércio atacadista de máquinas de ultrassom, instrumentos, materiais de uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (viii) prestação de serviço de reprografia.”

5.4. Posto em votação o item (iv) constante da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a inclusão do § 3º que dispõe sobre o acionista controlador no Art. 5º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. (...)

§3º. *Será considerado acionista controlador aquele que possuir maioria de votos nas deliberações da Assembleia Geral, podendo ainda, utilizar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, na forma do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/1976.”*

5.5. Posto em votação o item (v) constante da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a alteração do art. 6º § 2º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. (...)

§2º. *A Assembleia Geral será convocada por um dos Diretores ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social e no parágrafo único do Art. 123 da Lei n.º 6.404/1976.”*



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

5.6. Posto em votação o item (vi) constante da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a alteração do art. 6º § 3º – presidente da assembleia, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. (...)

§3º. *A Assembleia Geral será presidida por um participante da mesma eleito dentre os presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la.”*

5.7. Posto em votação o item (vii) constante da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a alteração do art. 9º, “k”, “m”, “p”, e “r”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. (...)

(k) Emissão de instrumento de dívida de qualquer natureza que, em conjunto com outras operações da mesma natureza realizadas no mesmo ano-calendário, seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais);

(...)

(m) Autorização para que a Companhia figure no polo ativo de procedimento judicial, administrativo ou arbitral cujo valor em disputa seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais);

(...)

(p) A venda ou transferência, em uma operação ou em uma série de operações relacionadas, dos ativos ou negócios da Companhia ou de suas Controladas em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), aplicando-se tal limite quantitativo de forma agregada, considerando o conjunto das operações de mesma natureza realizadas dentro de qualquer período de 12 (doze) meses consecutivos; e



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

(q) Celebração de qualquer contrato que implique na assunção de obrigações pela Companhia, inclusive a constituição de garantias em favor de terceiros, em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), aplicando-se tal limite quantitativo de forma agregada, considerando o conjunto das operações de mesma natureza realizadas dentro de qualquer período de 12 (doze) meses consecutivos.”

5.8. Posto em votação o **item (viii) constante da ordem do dia**, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a retificação art. 14 – denominação de Diretor, constante na ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2016, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o nº 20170375676 em 31/01/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. A Diretoria é composta por 2 (dois) diretores sem denominação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (anos) anos, sendo permitida a reeleição”

5.9. Posto em votação o **item (ix) constante da ordem do dia**, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a alteração integral do art. 16, com base no Art. 144 c/c art. 142, VIII da Lei Federal nº 6.404/1976 e art. 15 do Estatuto social, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A Representação da Companhia dar-se-á:

(a) Por um Diretor, isoladamente, com amplos poderes para dirigir a sociedade, podendo praticar todos os atos que sejam compatíveis com o objeto social e guardem adequabilidade ao interesse da empresa, excluindo-se a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantia a obrigações de terceiros, atos estes que somente poderão ser praticados após manifestação favorável da assembleia geral ou acionista controlador.



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

(b) Por dois Diretores, conjuntamente, em se tratando de poderes para onerar bens do ativo da Companhia e conceder garantias reais em geral, independente da manifestação favorável da assembleia geral ou acionista controlador.

(c) Por um ou mais procuradores, agindo em conjunto ou isoladamente, de acordo com a extensão dos poderes que lhe foram conferidos;

Parágrafo único. *Os instrumentos de mandato serão sempre outorgados ou revogados pela Companhia mediante a assinatura de 1 (um) Diretor, e terão prazo não superior à 2 (dois) anos."*

5.10. Posto em votação o item (x) constante da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a retificação do art. 19 e seu § 1º considerando que não há no estatuto a figura do Conselho de Administração, ficando inalterados os demais parágrafos deste artigo, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. A Companhia por deliberação da Diretoria ou da Maioria dos Acionistas poderá levantar balanços semestrais e declarar, também por deliberação, dividendos à conta de lucros apurados ou reservas de lucros existentes nesses balanços.

§1º. Por deliberação do Diretoria ou da Maioria dos Acionistas poderão também ser declarados e distribuídos dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Art. 182, § 1º, da Lei n.º 6.404/76.

(...)"



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

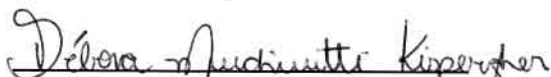
5.11. Em razão das alterações estatutárias ora aprovadas, os acionistas resolvem consolidá-las e aprovam o novo Estatuto Social - **item (xi) constante da ordem do dia** -, que passa a vigorar nos termos e condições previstos no **Anexo A** à presente Ata.

6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes. Londrina, 20 de novembro de 2017. Luan Lima Coutinho – Secretário da Mesa e Diretor; Cesar de Oliveira; e, José Roberto de Oliveira.

Declaro que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio.


LUAN LIMA COUTINHO – Secretário da mesa e Diretor

Visto do Advogado:


Débora Muchiutti Kispergher
OAB/PR nº 67.435



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

ANEXO A
À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA
MICROSENS S.A.
CNPJ/MF nº 78.126.950/0001-54
NIRE 4130029602-2

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º A Microsens S.A. (“Companhia”) é uma companhia que se rege pelo presente Estatuto e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

Art. 2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Higienópolis, nº 583, 15º andar, Centro, CEP 86020-080, sendo-lhe facultado estabelecer e encerrar filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional e no exterior, por deliberação da Diretoria.

§ 1º A Companhia possui filiais nas seguintes localidades:

- (i) filial na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Dez de Dezembro, nº 7033, Parque Ouro Branco, CEP 86046-140, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0003-16, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41900560162, cujo objeto social é o mesmo da matriz;
- (ii) filial na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida João Gualberto, nº 1740, 1º andar, Bairro Juvevê, CEP 80030-001, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0005-88, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41900847917, cujo objeto social é (i) a integração, industrialização e montagem de microcomputadores e periféricos; (ii) comércio atacadista de equipamentos e suprimentos de informática, eletroeletrônicos e assistência técnica especializada em equipamentos e suprimentos de informática (iii) locação de bens móveis, equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicação e software; (iv) prestação de serviço de reprografia;



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
 PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801355961. NIRE: 41300296022.
 MICROSENS S/A

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

- (iii) filial na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Pernambuco, nº 1197, sala 302, Bairro Navegantes, CEP 90240-004, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0008-20, devidamente registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob NIRE 43901107978, cujo objeto social é o mesmo da matriz;
- (iv) filial na Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 882, armazém 01, mezanino 01, Box 6, Bairro Padre Mathias, CEP 29157-100, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0011-26, devidamente registrada na Junta Comercial do Espírito Santo sob NIRE 41900997226, cujo objeto social é (i) comércio atacadista e importação de equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicação, software, artigos esportivos, móveis e utensílios domésticos, brinquedos, artigos recreativos; (ii) locação de bens móveis, equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicação e software; (iii); prestação de serviço de assistência técnica em equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos e de telecomunicação; (iv) prestação de serviço de reprografia; (v) depósito fechado de mercadorias próprias; (vi) representação de fabricantes e fornecedores; (vii) vendas por internet; (viii) comércio atacadista de máquinas de ultrassom, instrumentos, materiais de uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; e
- (v) filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fiação da Saúde, nº 145, conjuntos 95 e 97, Bairro Saúde, CEP 04144-020, inscrita no CNPJ nº 78.126.950/0015-50, devidamente registrada na Junta Comercial de São Paulo sob NIRE 35903757621, cujo objeto social é (i) integração, industrialização e montagem de microcomputadores e periféricos; (ii) comércio atacadista de equipamentos e suprimentos de informática e eletroeletrônicos; e (iii) assistência técnica especializada em equipamentos e suprimentos de informática (iii) locação de bens móveis, equipamentos de informática, periféricos, equipamentos reprográficos, suprimentos, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de telecomunicação e software; (iv) prestação de serviço de reprografia.



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
 PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801355961. NIRE: 41300296022.
 MICROSENS S/A

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Art. 3º A Companhia tem por objeto social (i) comércio atacadista, importação, integração, industrialização e montagem de microcomputadores e periféricos; (ii) locação de bens móveis, equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, reprográficos de informática e telecomunicações, suprimentos de informática; (iii) especialização de equipamentos de telefonia e comunicação, artigos esportivos, móveis e utensílios domésticos, brinquedos, artigos recreativos; (iv) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; (v) representação de fabricantes e fornecedores; (vi) vendas por internet; (vii) comércio atacadista de máquinas de ultrassom, instrumentos, materiais de uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (viii) prestação de serviço de reprografia.

Art. 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 5º O capital social da Companhia é de R\$ 5.351.000,00 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e um mil Reais), expresso em moeda nacional, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 5.351.000 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e um) ações ordinárias, de uma única classe, nominativas e sem valor nominal.

§1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira aprovada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o art. 35, § 3º, da Lei n.º 6.404/76.

§2º. Cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§3º. Será considerado acionista controlador aquele que possuir maioria de votos nas deliberações das Assembleia Geral, podendo ainda, utilizar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, na forma do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/1976.



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

CAPÍTULO III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 6º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132 da Lei n.º 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

§1º. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

§2º. A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social e no parágrafo único do Art. 123 da Lei n.º 6.404/1976.

§3º. A Assembleia Geral será presidida por um participante da mesma eleito dentre os presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la.

§4º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário nomeado na forma do Art. 126, § 1º, da Lei n.º 6.404/76.

Art. 7º Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta do capital social da Companhia, exceto se quórum maior for exigido nos termos da lei.

Art. 8º Compete à Assembleia Geral decidir sobre todas as matérias que lhe sejam reservadas privativamente por lei e por este Estatuto Social.

Art. 9º Além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social, as matérias abaixo discriminadas serão de competência exclusiva da Assembleia Geral, mediante a exigência de voto favorável de acionistas titulares de mais da metade do capital social da Companhia para serem aprovadas:

- (a) Aprovação e alteração do plano anual de negócios, incluindo investimentos, custos e despesas, proposto pela Diretoria;
- (b) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia;



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

- (c) Estabelecimento da remuneração anual total da Diretoria;
- (d) Emissão de novas ações ou de instrumentos conversíveis em ações da Companhia;
- (e) A criação de novas classes de ações ou a conversão das classes de ação atualmente existentes;
- (f) Alteração, aumento ou redução do capital social da Companhia;
- (g) Modificação do Estatuto Social da Companhia;
- (h) Qualquer reestruturação societária (como, por exemplo, cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações) ou transformação do tipo societário da Companhia;
- (i) Aprovação das demonstrações financeiras, dos relatórios da administração e da destinação dos lucros do exercício, ressalvadas as destinações obrigatórias por força de lei ou do Estatuto Social da Companhia;
- (j) Requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer ato similar;
- (k) Emissão de instrumento de dívida de qualquer natureza que, em conjunto com outras operações da mesma natureza realizadas no mesmo ano-calendário, seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais);
- (l) Celebração de contrato de parceria, *joint venture*, associação, investimento ou desinvestimento e a aquisição de participação em outras entidades;
- (m) Autorização para que a Companhia figure no polo ativo de procedimento judicial, administrativo ou arbitral cujo valor em disputa seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais);
- (n) Liquidação e dissolução da Companhia ou de qualquer controlada, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- (o) Redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia;



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

- (p) A venda ou transferência, em uma operação ou em uma série de operações relacionadas, dos ativos ou negócios da Companhia ou de suas Controladas em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), aplicando-se tal limite quantitativo de forma agregada, considerando o conjunto das operações de mesma natureza realizadas dentro de qualquer período de 12 (doze) meses consecutivos; e
- (r) Celebração de qualquer contrato que implique na assunção de obrigações pela Companhia, inclusive a constituição de garantias em favor de terceiros, em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), aplicando-se tal limite quantitativo de forma agregada, considerando o conjunto das operações de mesma natureza realizadas dentro de qualquer período de 12 (doze) meses consecutivos.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 10. A administração da Companhia compete à Diretoria.

Art. 11. Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de trinta dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Art. 12. A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração pode ser fixada de forma individual para cada administrador ou de forma global.

CAPÍTULO V – DIRETORIA

Art. 13. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Art. 14. A Diretoria é composta por 2 (*dois*) diretores sem denominação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (*anos*) anos, sendo permitida a reeleição.



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
 PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801355961. NIRE: 41300296022.
 MICROSENS S/A

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Art. 15. Compete à Diretoria:

- (a) Zelar pela observância da lei e deste Estatuto;
- (b) Elaborar demonstrativos periódicos aos acionistas, de acordo com o que deliberar em Assembleia Geral, o relatório anual da Administração, as demonstrações financeiras de cada exercício e demais documentos que devam ser apresentados à Assembleia Geral;
- (c) Criar ou extinguir cargos, admitir e demitir empregados e fixar os níveis de remuneração correspondentes;
- (d) Observadas as restrições previstas no Artigo 9, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar bens do ativo da Companhia e conceder garantias em geral;
- (e) Movimentar contas correntes e realizar pagamentos em geral, inclusive a emissão e assinaturas de cheques;
- (f) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto; e
- (g) Resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

“Art. 16. A Representação da Companhia dar-se-á:

- (a) Por um Diretor, *isoladamente, com amplos poderes para dirigir a sociedade, podendo praticar todos os atos que sejam compatíveis com o objeto social e guardem adequabilidade ao interesse da empresa, excluindo-se a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantia a obrigações de terceiros, atos estes que somente poderão ser praticados após manifestação favorável da assembleia geral ou acionista controlador.*



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
 PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11801355961. NIRE: 41300296022.
 MICROSENS S/A

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

(b) Por dois Diretores, conjuntamente, em se tratando de poderes para onerar bens do ativo da Companhia e conceder garantias reais em geral, independente da manifestação favorável da assembleia geral ou acionista controlador.

(c) Por um ou mais procuradores, agindo em conjunto ou isoladamente, de acordo com a extensão dos poderes que lhe foram conferidos;

Parágrafo único. Os instrumentos de mandato serão sempre outorgados ou revogados pela Companhia mediante a assinatura de 1 (um) Diretor, e terão prazo não superior à 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL

Art. 17. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DOS LUCROS DAS AÇÕES

Art. 18. O exercício social terá início no primeiro dia do mês de janeiro e término no último dia do mês de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia.

Art. 19. A Companhia por deliberação da Diretoria ou da Maioria dos Acionistas poderá levantar balanços semestrais e declarar, também por deliberação, dividendos à conta de lucros apurados nas ações ou reservas de lucros existentes nesses balanços.

§1º. Por deliberação do Diretoria ou da Maioria dos Acionistas poderão também ser declarados e distribuídos dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Art. 182, § 1º, da Lei n.º 6.404/76.



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/04/2018 11:02 SOB Nº 20181000504.
PROTOCOLO: 181000504 DE 02/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801355961. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 13/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

§2º. A Diretoria poderá determinar montante a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com o Art. 9º da Lei n.º 9.249/95, alterada pela Lei n.º 9.430/96.

§3º. Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO IX - LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 20. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

§1º. O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

§2º. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

CAPÍTULO X – TRANSFORMAÇÃO

Art. 21. A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo que não sociedade anônima, assegurado o direito de retirada aos acionistas dissidentes.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei, e a sua liquidação se processará de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo único. Quaisquer controvérsias ou disputas oriundas do presente Estatuto Social serão submetidas ao Foro da Cidade de Londrina-PR, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

MICROSENS S/A
CNPJ/MF. 78.126.950/0001-54
NIRE 4130029602-2
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 2019

- 1. HORA, DATA E LOCAL:** Realizada aos 03 (dois) dias do mês de janeiro de 2019, às 10 horas, reuniram-se na sede da **MICROSENS S/A**, localizada na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Higienópolis, n. 583, 15º andar, Centro, CEP 86020-080 ("Companhia").
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre as Sociedades por Ações", tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença dos Acionistas da Companhia.
- 3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente da mesa - Sr. **LUAN LIMA COUTINHO**; e Secretário da mesa - Sr. **PAULO HENRIQUE DE SOUZA**.
- 4. PRESENÇA:** Presentes os atuais Acionistas representando a totalidade do capital social inicial da Companhia.
- 5. ORDEM DO DIA:** O Presidente declarou instalada a Assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, **(i)** a distribuição de dividendos intermediários com base em balanço patrimonial; **(ii)** a reeleição dos diretores **LUAN LIMA COUTINHO** e **LUCIANO TERCILIO BIZ**; **(iii)** a publicação da ata.
- 6. DELIBERAÇÕES:** Os membros da Diretoria, juntamente com os Acionistas presentes, por decisão unânime, deliberaram: **(i)** a distribuição de dividendos intermediários com base em balanço patrimonial levantado em 31.12.2017; **(ii)** o projeto referente a reeleição da diretoria; **(iii)** publicação de ata em extrato.

(i) aprovar a declaração e distribuição de (a) dividendos intermediários no montante de R\$ 8.150.000,00 (Oito milhões e quinhentos mil reais), à conta de retenção de lucros referente à exercícios anteriores), com base nas demonstrações levantadas em 31 de dezembro de 2017.



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB Nº 20190094958.
PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900644129. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

MICROSENS S/A
CNPJ/MF. 78.126.950/0001-54
NIRE 4130029602-2
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 2019

(ii) A eleição do membro da Diretoria da Companhia, tendo sido eleitos, pelos Acionistas, para um mandato de **2 (dois)** anos, com início na data de assinatura de seus respectivos Termos de Posse e término na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinará as contas do exercício de 2019 e elegerá os novos membros da Diretoria, ou até que sejam substituídos por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, ao Sr.:

(a) **LUCIANO TERCILIO BIZ**, Brasileiro, casado, diretor, portador da cédula de identidade RG n. 4.383.926-8/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 844.724.729-53, residente e domiciliado na Rua Professora Maria José Godoy, nº 83, Bom Retiro, cidade de Curitiba, estado do Paraná, CEP 80520-220 e

(b) **LUAN LIMA COUTINHO**, Brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n. 10.461.054-4/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 079.163.629-10, residente e domiciliado na Rua Luiz, Vieira Sagrilo, 111, Bloco 4, Apto T04, Jardim São Paulo, II, cidade de Londrina, estado do Paraná, CEP 86082-701.

(iii) a publicação desta ata por meio de extrato, nos termos do Art. 130 § 3º da Lei das Sociedades por Ações.

4.1. Os Diretores ora nomeados aceitaram os cargos para os quais foram eleitos, tomando posse por meio da assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, cujas cópias passam a integrar a presente ata como Anexos I e II, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB Nº 20190094958.
PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900644129. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

2

MICROSENS S/A
CNPJ/MF. 78.126.950/0001-54
NIRE 4130029602-2
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 2019

5. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Declaro que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio.

Londrina, 03 de janeiro de 2.019.

Mesa:

  
LUAN LIMA COUTINHO
Presidente da Mesa


PAULO HENRIQUE DE SOUZA
Secretário da Mesa

Diretores:

LUCIANO TERCILIO BIZ
Diretor


LUAN LIMA COUTINHO
Diretor

Visto do Advogado:

 
DÉBORA MUCHIUTTI KISPERGHER
OAB/PR nº 67.435



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB Nº 20190094958.
PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900644129. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

3

14º TABELIONATO DE NOTAS DE LONDRINA **CARTÓRIO FUGIWARA**
 Mauro Hiroshi Fugiwara - Tabelião Designado Av. Duque de Caxias, 800/810, Térreo - Jd. Europa
 Cep: 86015-000 - Londrina - PR Telefone/Fax: (43) 3343-4645

Selo Digital N° 7kJMQ.saUWx.yvk3o-6aykX.KT7UG
 Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de LUAN LIMA COUTINHO (59592) (por duas vezes) e PAULO HENRIQUE DE SOUZA (102460). *0024* 1144350*. Dou fé Londrina-Paraná, 14 de janeiro de 2019 - 10:17:02h.

Em Test^o da Verdade
 Fernanda de Araújo Moya de Oliveira Usuário
 Emolumentos: R\$25,23 (VRC 43,60). Selo Funarpen: R\$0,80
 Funrejus: R\$6,31 RADEP: R\$1,26




CARTÓRIO DO BACACHERI Rogério Portugal Bacellar Filho
 Tabelião e Oficial Designado

AV. PARANÁ, 1330 - CEP: 80.035-130 | CURITIBA - PR | 41 3071-7000 | contato@bacellar.not.br

Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de:
 DEBORA MUCIUTTI KISBERGHER, LUCIANO
 TERCILIO BIZ

Em testemunho da verdade.
 Curitiba, 16 de Janeiro de 2019
 JGDST - SAMUEL QUEVEDO DA COSTA -
 ESCRIVÃO JURAMENTADO




CFTnc . bGuNx . zZH8f - rmCTa . 38FNJ
 FUNARPEN-SELO DIGITAL Valide em funarpen.com.br

Rita de Cácia Silverio Maciel
 Escrevente




CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB N° 20190094958.
 PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11900644129. NIRE: 41300296022.
 MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

MICROSENS S/A
CNPJ/MF. 78.126.950/0001-54
NIRE 4130029602-2
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 2019

Página de assinaturas da Ata da Assembleia Geral Ordinária de Distribuição de Dividendos e reeleição da Diretoria MICROSENS S/A, realizada em 03 de janeiro de 2019.

 x *Luan Lima Coutinho*

x *Luciano Tereza Big* 



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB Nº 20190094958.
PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900644129. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

14º TABELIONATO DE NOTAS DE LONDRINA **CARTÓRIO FUGIWARA**
 Mauro Hiroshi Fugiwara - Tabelião Designado Av. Duques de Caxias, 800/810, Térreo - Jd. Europa
 Cap: 86015-000 - Londrina - PR Telefone/Fax: (43) 3343-4645

Selo Digital N° EkJMQ.tJCc.ZpNCD-MTdtk.ZXezJ
 Valde esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de **LUAN LIMA COUTINHO** (59592), "0024" 881063" Dou fé Londrina-Paraná, 14 de janeiro de 2019 - 10:18:18h.

Em Teste da Verdade
 Fernanda de Araújo Mayer de Oliveira Usuário
 Emolumentos: R\$8,41 (VR: 43,60), Selo Funarpen: R\$0,80
 Funrejus: R\$2,10, FADEP: R\$0,42





CARTÓRIO DO BACACHERI | Rogério Portugal Bacellar Filho
 Tabelião e Oficial Designado

AV. PARANÁ, 1330 - CEP: 80.035-130 | CURITIBA - PR | 41 3071-7000 | contato@bacellar.net.br

Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de:
LUCIANO TERCILIO BIZ

Em testemunho da verdade.
 Curitiba, 16 de Janeiro de 2019
 JGDST - SAMUEL QUEVEDO DA COSTA -
 ESCRIVENTE JURAMENTADO

OFTnc . zkYFV . Wr5vA - VvN72 . kcHwm
 FUNARPEN-SELO DIGITAL Valde em funarpen.com.br

Rita de Cácia Silverio Maciel
 Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB N° 20190094958.
 PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11900644129. NIRE: 41300296022.
 MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

MICROSENS S/A
CNPJ/MF. 78.126.950/0001-54
NIRE 4130029602-2
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 2019

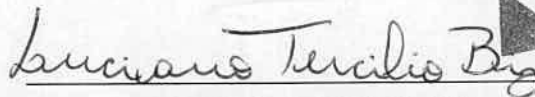
ANEXO I

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Em 03 de Janeiro de 2.019, toma posse na sede social da **MICROSENS S/A**, localizada na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Higienópolis, n. 583, 15º andar, Centro, CEP 86020-080 ("Companhia"), o Sr. **LUCIANO TERCILIO BIZ**, brasileiro, casado, diretor, portador da cédula de identidade RG n. 4.383.926-8/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 844.724.729-53, residente e domiciliado na Rua Professora Maria José Godoy, nº 83, Bom Retiro, cidade de Curitiba, estado do Paraná, CEP 80520-220, para o cargo de Diretor, conforme Ata de Assembleia de Reeleição realizada nesta data. O Diretor ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- I. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");
- II. não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações; e
- IV. não ocupa cargo em companhia que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações.

Londrina, 03 de janeiro de 2.019.



LUCIANO TERCILIO BIZ



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB Nº 20190094958.
PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900644129. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br



CARTÓRIO DO BACACHERI

Rogério Portugal Bacellar Filho
Tabelião e Oficial Designado

AV. PARANÁ, 1330 - CEP: 80.035-130 | CURITIBA - PR | 41 3071-7000 | contato@bacellar.not.br

Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de:
LUCIANO TERCILIO BIZ

Em testemunho da verdade.

Curitiba, 16 de Janeiro de 2019

JGDST - SAMUEL QUEVEDO DA COSTA -
ESCREVENTE JURAMENTADO

KFTnc . zkYFV . eW5vA - Vvx72 . Po8Zr
FUNARPEN-SELO DIGITAL Valide em funarpen.com.br



Rita de Cácia Silverio Maciel
Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB Nº 20190094958.
PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900644129. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

MICROSENS S/A
CNPJ/MF. 78.126.950/0001-54
NIRE 4130029602-2
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 2019

ANEXO II

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Em 03 de janeiro de 2019, toma posse na sede social da **MICROSENS S/A**, localizada na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Higienópolis, n. 583, 15º andar, Centro, CEP 86020-080 ("Companhia"), o Sr. **LUAN LIMA COUTINHO**, Brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n. 10.461.054-4/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 079.163.629-10, residente e domiciliado na Rua Luiz, Vieira Sagrilo, 111, Bloco 4, Apto T04, Jardim São Paulo, II, cidade de Londrina, estado do Paraná, CEP 86082-701, para o cargo de Diretor, conforme Ata de Assembleia de Reelection realizada nesta data.

O Diretor ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- V. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");
- VI. não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações;
- VII. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações; e
- VIII. não ocupa cargo em companhia que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações.



Londrina, 03 de janeiro de 2019

Luana Lima Coutinho
LUAN LIMA COUTINHO



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/02/2019 15:16 SOB Nº 20190094958.
PROTOCOLO: 190094958 DE 06/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900644129. NIRE: 41300296022.
MICROSENS S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 12/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

 **14º TABELIONATO DE NOTAS DE LONDRINA**
Mauro Hirashi Fujiwara - Tabelião Designado

CARTÓRIO FUJIWARA
Av. Duque de Caxias, 800/810, Térreo - Jd. Europa
Cep: 86015-000 - Londrina - PR Telefone/Fax: (43) 3343-4645

Selo Digital N° CkJMq.ttJCc.VRNCD-MTtk.qfv8d
Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de LUAN LIMA COUTINHO (59592), "0024" 96106B" Dou fé: Londrina-Paraná, 14 de janeiro de 2019 - 10:18:38h.

Em Teste* da Verdade
Fernanda de Araújo Noya de Oliveira Usuário
Emolumentos: R\$8,40 (VR) R\$3,60; Selo Funarpen: R\$0,80.
Futuro: R\$2,10. FADEP: R\$0,42









MICROSENS S/A									
CNPJ nº 78.126.950/0001-54									
RELATÓRIO DA DIRETORIA									
Senhores Acionistas: A diretoria da Microsens S/A, tem a honra e o prazer de submeter à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e demais demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017, com igual posição do ano anterior. Colocamo-nos a inteira disposição de Vossas Senhorias. Londrina 16/03/2018. A diretoria.									
Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2017			Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2017			Demonstração do Fluxo de Caixa em 31/12/2017			
Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016	Fluxo de Cx. Atividades Operacionais	2017	2016	
Total do Ativo Circulante	49.096.132	62.710.574	Total do Passivo Circulante	(17.855.828)	(28.470.265)	Lucro Antes do IR/CS	2.987.374	769.274	
Disponível	610.237	444.537	Fornecedores	(12.334.933)	(17.419.044)	Ajustes:			
Caixas e Bancos	610.237	444.537	Débitos Sociais e Fiscais	(1.446.792)	(1.273.365)	Depreciação e amortização	692.568	1.134.154	
Realizável a Curto Prazo	48.465.056	62.247.967	Dividendos a Pagar	(1.197.127)	(4.800.000)	Juros e Variações Cambiais	674.077	1.566.272	
Aplicações Financeiras	2.347.653	5.106.929	Financiamento a Curto Prazo	(2.876.976)	(4.977.856)	Valor residual de Imobilizado Baixado	8.078	998.161	
Títulos a Receber	15.774.000	19.890.511	Total do Passivo Não Circulante	(28.135.840)	(16.670.154)		4.362.097	4.467.861	
Estoque	26.128.226	32.229.828	Obrigações a Longo Prazo	(28.135.840)	(16.670.154)	Redução/Aumento dos Ativos Operacionais			
Créditos Tributários	4.215.177	5.020.699	Patrimônio Líquido	(46.736.446)	(49.163.278)	Contas a receber	4.281.707	(3.688.389)	
Despesas do Exercício Seguinte	20.839	18.070	Capital Social	(5.351.000)	(5.350.000)	Estoques	6.101.602	8.410.538	
Total do Ativo Não Circulante	43.631.982	31.593.123	Capital Integralizado	(5.351.000)	(5.350.000)	Impostos a Recuperar	805.522	1.161.625	
Realizável a Longo Prazo	22.989.625	23.903.522	Reservas de Lucros	(41.385.446)	(43.813.278)	Outros ativos a Receber	-	120.206	
Depósitos Judiciais	358.216	196.235	Reservas de Capital	(28.273.388)	(27.391.292)	Aumento/Redução dos Passivos Operacionais			
Contas Correntes Devedoras	7.168.557	7.301.361	Lucros Acumulados	(17.807.058)	(23.621.987)	Fornecedores	(5.084.111)	(3.462.036)	
Impostos a Recuperar	15.462.852	16.405.926	Distribuição de Dividendos	4.695.000	7.200.000	Impostos a recolher	(8.243)	(120.311)	
Investimentos	573.157	570.922	Total do Passivo + Patrimônio Líquido	(92.728.114)	(94.303.697)	Outras obrigações	(86.948)	(3.553.343)	
Imobilizado	20.069.200	7.118.679				Líquido dos ativos a passivos	6.009.529	(1.131.710)	
Tangível/Intangível	42.069.260	28.426.171				Cx.Líquido gerado p/atividades operacionais	10.371.626	3.336.151	
Depreciação	(22.000.060)	(21.307.492)				Investimentos nas atividades			
Total do Ativo	92.728.114	94.303.697				Imobilizado	(12.950.521)	1.481.035	
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados			Demonstração de Resultado do Exercício			Aplicações financeiras	2.759.276	3.631.929	
Saldo de Lucros Acum.Exercício Anterior	2017	2016	Receita Operacional Bruta	2017	2016	Cx.Liq. gerado p/atividade de Investimento	(10.191.245)	5.112.964	
(+/-) Ajuste do Exercício Anterior	16.421.987	25.956.589	Receita de Vendas	103.567.689	101.864.170	Financiamento das Atividades			
(+) Lucro Líquido do Exercício	-	411.327	Receita de Serviços	89.665.578	87.366.551	Aumento de Capital	1.000	-	
(=) Lucro Total Disponível	2.267.167	769.274	(-) Impostos sobre Vendas	13.902.111	14.497.619	Emprestimos e Financiamentos bancários	9.586.855	24.190.914	
(-) Destinação dos Lucros	18.689.154	27.137.190	Receita Operacional Líquida	(21.084.221)	(17.054.348)	Pagamentos de empres/financiamentos	(11.687.735)	(28.082.917)	
a. Distribuição de Lucros	(5.577.096)	(10.715.203)	(-) Custo dos Produtos e Serviços	82.483.468	84.809.822	Pagamentos de juros s/ empréstimos	(674.077)	(1.566.272)	
b. Reservas para Subvenção	(4.695.000)	(7.200.000)	Lucro Operacional Bruto	(2.979.296)	(228.888)	Cx.Liq.gerado p/atividade de financiamento	(2.773.957)	(5.458.276)	
Saldo de Lucros Acum.Final do Exercício	(882.096)	(3.515.203)	Resultado Não Operacional	2.987.374	769.274	Redução/Aum.de Cx.e Equivalentes de Cx.	(2.593.576)	2.990.839	
	13.112.058	16.421.987	Resultado Antes das Provisões	720.207	-	Caixa e Equivalentes no início do exercício	5.551.466	2.560.627	
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Gerais			Provisão de IRPJ e CSLL	2.267.167	769.274	Caixa e Equivalentes no fim do exercício	2.957.890	5.551.466	
Foram observadas as disposições da legislação de regência da Lei Federal 6404/76, alteradas			Lucro Líquido por ação	0,42	0,14	Receita Operacional Bruta			
peças Leis 9457/97, 10303/01, 11638/07 e 11.941/2009, e legislação Tributária RIR/99,						Venda de produtos	89.665.578	87.366.551	
através do Decreto 3000/99, e alterações posteriores.						Serviços prestados	4.880.115	4.591.704	
Nota 1 – Estoques: Avaliados ao custo médio ponderado, líquido de tributos quando						Locação	9.021.996	9.905.915	
recuperável. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas						Menos:			
quando consideradas necessárias pela Administração, com laudos específicos.						Impostos s/vendas e serviços	(17.490.866)	(15.080.949)	
Nota 2 – Imobilizado: É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações						Devoluções e abatimentos	(3.593.355)	(1.973.399)	
acumuladas e não excede ao valor justo.						Receita Operacional Líquida	82.483.468	84.809.822	
Nota 3 – Depreciação: É calculada pelo método linear, as taxas, encontram-se dentro dos									
parâmetros previstos pelo tempo de vida útil dos bens e dos valores exauridos.									
Nota 4 – Débitos Trabalhistas, Sociais e Fiscais: São apropriados pela competência e seus									
vencimentos dar-se-ão em período seguinte.									
Nota 5 – Provisão de IRPJ e CSLL: Ativos e passivos tributários correntes no exercício, são									
mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais, com base em									
Balanço de Suspensão ou Redução, com apuração definitiva no fim do ano civil.									
Nota 6 – Empréstimos e Financiamentos: Registrados pelo valor justo destes instrumentos									
financeiros, acrescidos de juros pró-rata dié calculados de acordo com as taxas estabelecidas									
nos contratos de empréstimos.									
Nota 7 – Passivo não Circulante: Trata-se de tributos com exigibilidade suspensa, discutidos administrativamente, com contrapartida de impostos a recuperar a LP no ativo não circulante.									
Nota 8 – Capital Social: Totalmente integralizado e representado por 5.351 mil cotas de ações ordinárias de capital fechado.									
Nota 9 – Reserva para Incentivos Fiscais: Referem-se a incentivo fiscal de redução de ICMS, cf. Dec.Est.1922/11 RICMS-PR, e Subvenção para Investimento com Base no MCT, por produção Incentivada.									
Nota 10 – Destinação de Dividendos: Obrigatoriamente devem ser antecipadas pela AGO, respeitado o limite mínimo de 5% para reserva de contingência e no mínimo 50% de dividendos obrigatórios até 60 dias após a publicação do balanço e AGO.									
Londrina, 16 de março de 2018							PAULO HENRIQUE DE SOUZA		
							CONTADOR		
							CRC/PR 073250/O-8.		

PETRO RIO S.A.

CNPJ/MF: 10.629.105/0001-68
NIRE: 33.3.0029084-2

AVISO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 606/2007
1ª Retificação

: Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda., torna público que recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Renovação de Licença de Operação - 1ª Retificação, válida por 4 (quatro) anos, referente à atividade de perfuração marítima de 7 (sete) poços de desenvolvimento no âmbito do Sistema de Produção do Campo de Polvo, Bloco BM-C-8, Bacia de Campos, a partir da plataforma fixa Polvo A, localizada na coordenada geográfica central 23°04'59,8728"S/40°59'42,0180W (Processo IBAMA 02.022.000763/2015-12).

CARLOS LEAL
Gerente Executivo de operações

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2018

Processo 1024/2017 - OC 811000801002018OC00031.

O Pregoeiro e a Comissão Permanente de Licitação do SEBRAE-SP tornam público que se encontra aberto a licitação supra, destinada a contratação de empresa especializada no fornecimento de lâmpadas para projetos para o SEBRAE-SP, cujas especificações constam do termo de referência, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 24/04/2018, às 09:00 horas. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no portal do SEBRAE-SP (www.sebraesp.com.br).

Em, 10 de abril de 2018.
VALMIR DOS SANTOS JUNIOR

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 7/2018

Objeto Aquisição de Utensílios de Cozinha, com entrega parcial, para atender as necessidades do Senac-DF, conforme especificações contidas no Instrumento Convocatório e seus Anexos. Regido pela Resolução Senac nº 958/2012. Abertura dos envelopes: dia 27/04/2018 às 10h, no SIA Sul Trecho 03 Lotes 945/955 - Brasília - DF, CEP 71.200-030. O edital está disponível no site www.senacdf.com.br.

LUIZ OTÁVIO DA JUSTA NEVES
Diretor Regional

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2018

Objeto Contratação do serviço de vigilância armada, para atuação nas dependências dos Centros de Educação Profissional do Senac-DF, conforme especificações contidas no Instrumento Convocatório e seus Anexos. Regido pela Resolução Senac nº 958/2012. Entrega das Propostas: a partir de 11/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/04/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIZ OTÁVIO DA JUSTA NEVES
Diretor Regional

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DE SERGIPE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018

A Comissão de Licitação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de Sergipe-SESCOOP/SE torna pública que fará realizar a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, apresentando cotação para: Aquisição de material de divulgação institucional para as ações finalísticas do SESCOOP/SE, conforme condições e especificações estabelecidas no instrumento convocatório. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA LOCAL: Rua Dr. Leonardo Leite, (Antiga Rua Vila Cristina), nº 368, Bairro São José-Aracaju-Se-CEP 49.015-000. Telefone: (79) 3213-0619. DIA: 24/04/2018, às 09:00 horas (horário local). Edital: Disponibilizado mediante solicitação através dos telefones (79)3213-0619/3259-6434, e-mail: ketila@sescopse.org.br ou através do site: http://www.somoscooperativismo-se.coop.br/editais-licitacoes/.

Aracaju/SE, 9 de abril de 2018.
JOÃO TELES DE MELO FILHO
Presidente da Comissão

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2018

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Distrito Federal - SESCOOP-DF, com sede no SCS Quadra 04 Bloco A Edifício Embaixador Salas 219 a 222 - Brasília - DF, inscrito no CNPJ sob o nº 07.158.692/0001-40, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão, no dia 20 de abril de 2018 às 14:00 horas, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na confecção de camisetas e camisas personalizadas para diversos eventos que serão realizados no ano de 2018, conforme

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41200523787	CNPJ 78.126.950/0001-54	
NOME EMPRESARIAL MICROSENS S/A		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário com Escrituração Resumida	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2017 a 31/12/2017
NATUREZA DO LIVRO DIARIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 79
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) B8.02.12.AD.7F.F7.07.B2.DC.F5.F5.DB.B7.3C.41.F3.DC.5C.4F.06	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PESSOA JURIDICA	78126950000154	MICROSENS S A: 78126950000154	101853005223621773 952442939482088114 445	29/03/2018 a 29/03/2019	Sim
CONTADOR	07486904926	PAULO HENRIQUE DE SOUZA:07486904926	295744337469426947 0	06/12/2017 a 06/12/2018	Não
CONTADOR	07486904926	PAULO HENRIQUE DE SOUZA:07486904926	295744337469426947 0	06/12/2017 a 06/12/2018	Não

NÚMERO DO RECIBO:
B8.02.12.AD.7F.F7.07.B2.DC.F5.F5.
DB.B7.3C.41.F3.DC.5C.4F.06-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/04/2018 às 11:50:51

1D.84.C7.CF.B9.B0.A7.32
A1.0B.69.1A.ED.2F.9F.2B

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: MICROSENS S/A

CNPJ: 78.126.950/0001-54 **Nire:** 41200523787 **Scp:**

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário com Escrituração Resumida

Natureza do Livro: DIARIO GERAL

Identificação do arquivo(hash): B8.02.12.AD.7F.F7.07.B2.DC.F5.F5.DB.B7.3C.41.F3.DC.5C.4F.06-

Consulta Realizada em: 02/05/2018 06:30:12

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	MICROSENS S/A
NIRE	41200523787
CNPJ	78.126.950/0001-54
Número de Ordem	79
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Município	LONDRINA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	25/11/1984
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2017
Quantidade total de linhas do arquivo digital	241912

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	MICROSENS S/A
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Número de ordem	79
Quantidade total de linhas do arquivo digital	241912
Data de inicio	01/01/2017
Data de término	31/12/2017

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B8.02.12.AD.7F.F7.07.B2.DC.F5.F5.DB.B7.3C.41.F3.DC.5C.4F.06-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 90.708.278,11	R\$ 92.728.113,41
CIRCULANTE	R\$ 59.115.154,66	R\$ 49.096.130,99
DISPONIVEL	R\$ 5.551.466,09	R\$ 2.957.889,25
CAIXA	R\$ 20.806,77	R\$ 15.180,93
CAIXA	R\$ 20.806,77	R\$ 15.180,93
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 423.730,11	R\$ 595.055,75
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 819,51	R\$ 993,38
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 5.312,23	R\$ 240.233,26
BANCO ITAU SA	R\$ 76.240,80	R\$ 0,00
BANCO SANTANDER SA	R\$ 93.124,93	R\$ 350.048,80
BANCO BANRISUL SA	R\$ 33.467,22	R\$ 1.899,56
BANCO ABC BRASIL	R\$ 43,32	R\$ 0,00
BANCO HSBC	R\$ 11,30	R\$ 0,00
PARANA BANCO	R\$ 214.710,80	R\$ 0,00
UNIPRIME COOPERATIVA DE CREDITO	R\$ (0,00)	R\$ 1.556,24
SICOOB	R\$ (0,00)	R\$ 135,22
BANCO SEMEAR	R\$ (0,00)	R\$ 189,29
APLICACOES FINANCEIRAS	R\$ 5.106.929,21	R\$ 2.347.652,57
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 140.284,17	R\$ 24.849,99
BANCO ITAU SA	R\$ (0,00)	R\$ 84.958,83
BANCO SANTANDER SA	R\$ 4.637.547,22	R\$ 19.127,69
BANCO BRADESCO	R\$ 17.097,82	R\$ 6.516,18
PARANA BANCO	R\$ 312.000,00	R\$ 0,00
UNIPRIME COOPERATIVA DE CREDITO	R\$ (0,00)	R\$ 2.212.199,88
CLIENTES	R\$ 19.846.635,74	R\$ 15.565.578,17
DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 19.999.055,16	R\$ 19.047.738,05
DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 23.002.396,59	R\$ 23.227.939,49
(-) (-) ADIANTAMENTO DE CLIENTES	R\$ (3.003.341,43)	R\$ (4.180.201,44)
(-) DUPL DESCONTADAS E CESSAO DE CREDITOS	R\$ (152.419,42)	R\$ (3.482.159,88)
(-) DUPLICATAS DESCONTADAS	R\$ (0,00)	R\$ (3.482.159,88)
RECEBIMENTO DE CESSAO ANTECIPADA	R\$ (152.419,42)	R\$ 0,00
OUTROS CREDITOS	R\$ 2.482.716,36	R\$ 3.693.629,48
TITULOS A RECEBER	R\$ 648,84	R\$ 0,00
CHEQUES EM COBRANCA	R\$ 648,84	R\$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	R\$ 44.822,38	R\$ 51.079,09
ADIANTAMENTO DE SALARIOS	R\$ 82,78	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO DE FERIAS	R\$ 35.441,58	R\$ 51.079,09
ADIANTAMENTO DE BENEFICIOS	R\$ 9.298,02	R\$ 0,00
ADIANTAMENTOS DE VIAGENS	R\$ 17.527,51	R\$ 17.100,51
ADIANTAMENTO DE VIAGEM	R\$ 17.527,51	R\$ 17.100,51
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	R\$ (222.142,47)	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO FORNECEDORES	R\$ (222.142,47)	R\$ 0,00
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	R\$ (0,00)	R\$ 140.241,91
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	R\$ (0,00)	R\$ 140.241,91
IMPOSTOS A RECUPERAR	R\$ 2.641.860,10	R\$ 3.485.207,97
IPI A RECUPERAR	R\$ 529.007,20	R\$ 579.415,91
ICMS A RECUPERAR	R\$ 2.074.742,13	R\$ 2.802.286,81
IRRF S APLICACOES E RENDIMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ 38.135,79
INSS A COMPENSAR	R\$ 36.815,07	R\$ 56.440,58
DEPOSITO COMPULSORIO	R\$ 1.294,26	R\$ 1.294,26
PIS RETIDO NA FONTE	R\$ 0,25	R\$ 1.037,21
COFINS RETIDO NA FONTE	R\$ 1,19	R\$ 6.597,41
ESTOQUES	R\$ 30.599.473,90	R\$ 26.128.225,81
ESTOQUES	R\$ 27.161.594,23	R\$ 25.275.417,42
PRODUTOS ACABADOS	R\$ 286.308,97	R\$ 286.509,68
PECAS E ACESSORIOS	R\$ 1.780.296,23	R\$ 890.979,29
CONSUMIVEL PARA REVENDA	R\$ 46.027,69	R\$ 122.189,11
USO E CONSUMO	R\$ 171,18	R\$ 171,18
MATERIA PRIMA	R\$ 397.135,37	R\$ 223.620,45
MERCADORIAS PARA REVENDA	R\$ 19.168.919,15	R\$ 19.708.350,86
MATERIAL EM TRANSITO	R\$ 1.541.998,02	R\$ 1.406.773,99
ACERTO DE ESTOQUE	R\$ 4.797,02	R\$ 0,00
ESTOQUE DE PRODUCAO	R\$ 112.574,39	R\$ 127.708,50
ESTOQUE ASSISTENCIA TECNICA	R\$ 3.481.099,14	R\$ 1.872.046,53
ESTOQUE DE SUCATA	R\$ 342.267,07	R\$ 637.067,83
ESTOQUE DE TERCEIROS	R\$ 3.437.879,67	R\$ 852.808,39
MATERIAL EM PODER DE TERCEIROS	R\$ 2.772.085,47	R\$ 0,00
CONSIGNACAO	R\$ 201.139,32	R\$ 280.202,28

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ESTOQUE DE GARANTIA	R\$ 464.654,88	R\$ 572.606,11
DESPESAS A APROPRIAR CURTO PRAZO	R\$ 18.069,58	R\$ 20.839,31
DESPESAS A APROPRIAR CURTO PRAZO	R\$ 18.069,58	R\$ 20.839,31
SEGUROS DE VEICULOS	R\$ 18.069,58	R\$ 20.793,98
ASSINATURA JORNAIS E REVISTAS	R\$ (0,00)	R\$ 45,33
CREDITOS FISCAIS BASE NEGATIVA	R\$ 616.792,99	R\$ 729.968,97
CREDITOS FISCAIS CSLL BASE CALC NEGATIVA	R\$ 413.794,78	R\$ 530.378,68
BASE NEGATIVA CSLL EXERC ANTERIORES	R\$ 413.794,78	R\$ 530.378,68
CREDITOS FISCAIS IRPJ BASE CALC NEGATIVA	R\$ 202.998,21	R\$ 199.590,29
BASE NEGATIVA IRPJ EXERC ANTERIORES	R\$ 202.998,21	R\$ 199.590,29
ATIVO NAO CIRCULANTE	R\$ 24.474.444,20	R\$ 23.562.782,55
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 23.903.522,22	R\$ 22.989.625,09
DEPOSITOS JUDICIAIS	R\$ 196.235,06	R\$ 358.215,92
PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS	R\$ 60.819,82	R\$ 0,00
PROCESSOS JUDICIAIS CIVIS	R\$ 34.241,61	R\$ 277.837,59
PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS	R\$ 58.378,46	R\$ 58.378,46
PROCESSOS JUDICIAIS COMERCIAIS	R\$ 2.519,99	R\$ 0,00
DEPOSITOS E CAUCOES - LICITACAO	R\$ 40.275,18	R\$ 21.999,87
CREDITOS COM ACIONISTAS	R\$ 150.935,99	R\$ 18.131,55
CREDITOS DE ACIONISTAS	R\$ 150.935,99	R\$ 18.131,55
IMPOSTOS A RECUPERAR A LONGO PRAZO	R\$ 16.405.926,03	R\$ 15.462.852,48
ICMS A RECUPERAR A LONGO PRAZO	R\$ 16.405.926,03	R\$ 15.462.852,48
CLIENTES A LONGO PRAZO	R\$ 7.150.425,14	R\$ 7.150.425,14
CLIENTES A LONGO PRAZO	R\$ 7.150.425,14	R\$ 7.150.425,14
INVESTIMENTOS	R\$ 570.921,98	R\$ 573.157,46
INVESTIMENTOS EM PESQUISA - P & D	R\$ 459.543,73	R\$ 461.779,21
INVESTIMENTO P & D	R\$ 459.543,73	R\$ 461.779,21
INVESTIMENTOS EM SUBVENCAO	R\$ 111.378,25	R\$ 111.378,25
INCENTIVOS FISCAIS	R\$ 800,80	R\$ 800,80
SUBVENCAO PARA INVESTIMENTOS 2012	R\$ 110.577,45	R\$ 110.577,45
IMOBILIZADO	R\$ 7.118.679,25	R\$ 20.069.199,87
TANGIVEL	R\$ 28.380.889,30	R\$ 42.014.377,85
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 9.281.125,39	R\$ 9.297.313,62
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 7.368.505,38	R\$ 7.384.693,61

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS IPC	R\$ 33.006,51	R\$ 33.006,51
INSTALAÇÕES	R\$ 26.633,00	R\$ 26.633,00
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO 2007	R\$ 1.852.980,50	R\$ 1.852.980,50
MOVEIS E UTENSILIOS	R\$ 640.620,31	R\$ 652.360,57
MOVEIS E UTENSILIOS	R\$ 626.555,69	R\$ 638.295,95
MOVEIS E UTENSILIOS IPC	R\$ 14.064,62	R\$ 14.064,62
FERRAMENTAS LEI 8200/91	R\$ 13.873,23	R\$ 13.873,23
FERRAMENTAS LEI 8200/91	R\$ 13.873,23	R\$ 13.873,23
VEICULOS	R\$ 782.277,88	R\$ 788.494,62
VEICULOS	R\$ 692.515,61	R\$ 698.732,35
VEICULOS IPC	R\$ 89.762,27	R\$ 89.762,27
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO	R\$ 17.597.531,12	R\$ 31.259.113,49
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO ATE 2011	R\$ 4.867.164,00	R\$ 4.867.164,00
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO 2012	R\$ 2.275.838,91	R\$ 2.275.838,91
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO 2013	R\$ (0,00)	R\$ 26,41
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO 2014	R\$ 5.048.855,06	R\$ 5.048.855,06
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO 2015	R\$ 5.365.450,07	R\$ 5.365.450,07
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO 2016	R\$ 40.223,08	R\$ 2.815.308,55
MAQUINAS EQUIPAMENTOS LOCACAO 2017	R\$ (0,00)	R\$ 10.886.470,49
ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING	R\$ 65.461,37	R\$ 0,00
ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING	R\$ 65.461,37	R\$ 0,00
INVESTIMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ 3.222,32
INVESTIMENTOS EM JOIAS	R\$ (0,00)	R\$ 3.222,32
INTANGIVEL	R\$ 45.282,19	R\$ 54.881,70
INTANGIVEL	R\$ 45.282,19	R\$ 54.881,70
TREINAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ 6.089,62
SOFTWARE E PROGRAMAS	R\$ 10.296,19	R\$ 11.351,08
MARCAS E PATENTES	R\$ 34.986,00	R\$ 37.441,00
(-) (-) DEPRECIACAO DO IMOBILIZADO	R\$ (21.307.492,24)	R\$ (22.000.059,68)
(-) (-) DEPRECIACAO DO IMOBILIZADO	R\$ (21.307.492,24)	R\$ (22.000.059,68)
(-) (-) DEPRECIACAO DO IMOBILIZADO	R\$ (21.242.865,95)	R\$ (21.935.433,39)
(-) (-) DEPRECIACAO DO IMOBILIZADO - IPC	R\$ (64.626,29)	R\$ (64.626,29)
(-) CONTAS DE COMPENSACOES	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) CONTAS DE COMPENSACOES	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) COMPENSACOES DIVERSAS	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) CREDITO PRESUMIDO A APROPRIAR	R\$ (2.527.501,44)	R\$ (2.917.470,05)
(-) CREDITO PRESUMIDO A APROPRIAR	R\$ 2.527.501,44	R\$ 2.917.470,05
PASSIVO	R\$ 90.708.278,11	R\$ 92.728.113,41
CIRCULANTE	R\$ 28.248.204,91	R\$ 17.855.827,84
FORNECEDORES	R\$ 16.555.222,11	R\$ 12.334.934,07
FORNECEDORES	R\$ 16.555.222,11	R\$ 12.334.934,07
FORNECEDORES NACIONAIS	R\$ 24.247.858,27	R\$ 13.380.551,94
(-) ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES	R\$ (7.692.636,16)	R\$ (1.045.617,87)
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	R\$ 1.273.447,73	R\$ 1.446.791,23
OBRIGACOES FISCAIS FEDERAIS	R\$ 102.341,52	R\$ 8.071,08
PIS A RECOLHER	R\$ 6.170,72	R\$ 825,00
(-) COFINS A RECOLHER	R\$ 28.215,31	R\$ (0,00)
IRRF A RECOLHER RETENCAO	R\$ 0,00	R\$ 7.246,08
(-) PARCELAMENTO FEDERAL	R\$ 67.955,49	R\$ (0,00)
OBRIGACOES FISCAIS ESTADUAIS	R\$ 220.129,74	R\$ 335.505,19
ICMS A RECOLHER	R\$ 58.933,49	R\$ 87.190,58
ICMS DIFAL DESTINO A RECOLHER	R\$ 161.196,25	R\$ 248.314,61
OBRIGACOES FISCAIS MUNICIPAIS	R\$ 38.625,33	R\$ 9.277,51
ISS A RECOLHER	R\$ 38.625,33	R\$ 9.277,51
OBRIGACOES TRABALHISTAS	R\$ 14.736,84	R\$ 207.094,04
SALARIOS A PAGAR	R\$ 0,00	R\$ 183.384,22
IRRF S/ FOLHA A RECOLHER	R\$ 14.654,06	R\$ 22.464,76
ADIANTAMENTO SALARIOS PAGAR	R\$ 82,78	R\$ 1.245,06
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 143.876,24	R\$ 127.935,59
INSS A RECOLHER S/ FOLHA DE PAGAMENTO	R\$ 96.812,17	R\$ 97.369,46
FGTS A RECOLHER	R\$ 47.064,07	R\$ 30.566,13
PROVISOES TRABALHISTAS	R\$ 753.738,06	R\$ 758.907,82
PROVISAO DE FERIAS E 130. SALARIO	R\$ 605.854,06	R\$ 615.226,99
PROVISAO DE FGTS S/ FERIAS E 13 SALARIO	R\$ 40.094,40	R\$ 38.720,65
PROVISAO DE INSS S/ FERIAS E 13 SALARIO	R\$ 107.789,60	R\$ 104.960,18
CONTAS A PAGAR	R\$ 5.441.679,08	R\$ 1.197.126,84
CONTAS A PAGAR	R\$ 5.441.679,08	R\$ 1.197.126,84
CONTAS A PAGAR	R\$ 641.679,08	R\$ 17.100,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
LUCROS A DISTRIBUIR	R\$ 4.800.000,00	R\$ 1.180.026,84
FINANCIAMENTOS CURTO PRAZO	R\$ 4.977.855,99	R\$ 2.876.975,70
FINANCIAMENTOS CP	R\$ 4.977.855,99	R\$ 2.876.975,70
BANCO ITAU - CAPITAL DE GIRO	R\$ 3.574.052,43	R\$ 1.496.285,91
BANCO BRADESCO	R\$ 71.946,38	R\$ 43.251,43
BANCO SANTANDER	R\$ 1.331.857,18	R\$ 670.771,58
UNIPRIME COOPERATIVA DE CREDITO	R\$ 0,00	R\$ 666.666,78
PASSIVO NAO CIRCULANTE	R\$ 13.297.989,19	R\$ 28.135.839,97
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	R\$ 13.297.989,19	R\$ 28.135.839,97
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	R\$ 13.297.989,19	R\$ 28.135.839,97
PROV .PROCESSO ADMINISTRATIVOS ICMS-ST	R\$ 13.297.989,19	R\$ 28.135.839,97
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 49.162.084,01	R\$ 46.736.445,60
CAPITAL SOCIAL	R\$ 5.350.000,00	R\$ 5.351.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	R\$ 5.350.000,00	R\$ 5.351.000,00
CAPITAL SOCIAL	R\$ 5.350.000,00	R\$ 5.351.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	R\$ 12.962,97	R\$ 12.962,97
RESERVAS DE CAPITAL	R\$ 12.962,97	R\$ 12.962,97
RESERVAS DE CAPITAL	R\$ 12.962,97	R\$ 12.962,97
RESERVAS DE LUCROS	R\$ 27.378.328,86	R\$ 28.260.425,33
CONSTITUICAO DE RESERVAS	R\$ 27.378.328,86	R\$ 28.260.425,33
RESERVA INCENTIVO FISCAL - SUBVENCAO	R\$ 27.378.328,86	R\$ 28.260.425,33
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	R\$ 23.620.792,18	R\$ 17.807.057,30
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	R\$ 22.852.712,94	R\$ 15.538.695,71
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	R\$ 22.852.712,94	R\$ 15.538.695,71
RESULTADO DO EXERCICIO	R\$ 768.079,24	R\$ 2.267.166,59
LUCRO NO EXERCICIO	R\$ 768.079,24	R\$ 2.267.166,59
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 0,00	R\$ 1.195,00
RECEITAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 0,00	R\$ 1.195,00
(-) DISTRIBUICAO DE LUCROS	R\$ (7.200.000,00)	R\$ (4.695.000,00)
(-) DISTRIBUICAO DE LUCROS	R\$ (7.200.000,00)	R\$ (4.695.000,00)
(-) DISTRIBUICAO DE LUCROS	R\$ (7.200.000,00)	R\$ (4.695.000,00)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ (0,00)	R\$ 30.263.877,09
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ (0,00)	R\$ 82.483.468,21
RECEITA BRUTA DE VENDA	R\$ (0,00)	R\$ 103.567.688,79
VENDA MERCADO INTERNO	R\$ (0,00)	R\$ 89.665.577,94
VENDA DE PRODUTOS	R\$ (0,00)	R\$ 11.135.953,03
VENDA MERCADORIA	R\$ (0,00)	R\$ 78.529.624,91
SERVICOS PRESTADOS	R\$ (0,00)	R\$ 4.880.115,18
PRESTACAO DE SERVICOS NACIONAL	R\$ (0,00)	R\$ 4.880.115,18
LOCACAO DE BENS MOVEIS	R\$ (0,00)	R\$ 9.021.995,67
LOCACAO DE BENS MOVEIS	R\$ (0,00)	R\$ 9.021.995,67
(-) DEDUCAO DA RECEITA BRUTA	R\$ (0,00)	R\$ (21.084.220,58)
(-) DEVOLUCOES E ABATIMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (3.593.355,11)
(-) DEVOLUCOES MERCADO INTERNO	R\$ (0,00)	R\$ (3.593.355,11)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDA PRODUTOS E SERVICOS	R\$ (0,00)	R\$ (17.490.865,47)
(-) IPI SOBRE FATURAMENTO	R\$ (0,00)	R\$ (191.798,18)
(-) ICMS SOBRE FATURAMENTO	R\$ (0,00)	R\$ (9.685.059,78)
(-) PIS SOBRE FATURAMENTO NAO CUMULATIVO	R\$ (0,00)	R\$ (1.496.485,23)
(-) COFINS SOBRE FATURAMENTO NAO CUMULATIVO	R\$ (0,00)	R\$ (6.893.866,41)
(-) ISS SOBRE FATURAMENTO	R\$ (0,00)	R\$ (250.974,30)
ICMS CREDITO PRESUMIDO	R\$ (0,00)	R\$ 882.096,47
ICMS SOBRE DEVOLUCOES	R\$ (0,00)	R\$ 51.658,10
PIS SOBRE DEVOLUCOES	R\$ (0,00)	R\$ 14.878,72
COFINS SOBRE DEVOLUCOES	R\$ (0,00)	R\$ 68.532,09
IPI SOBRE DEVOLUCOES	R\$ (0,00)	R\$ 10.153,05
(-) CUSTOS DAS VENDAS PRODUTOS E SERVICOS	R\$ (0,00)	R\$ (52.219.591,12)
(-) CUSTOS DAS VENDAS PRODUTOS E SERVICOS	R\$ (0,00)	R\$ (52.219.591,12)
(-) CUSTO PRODUTO VENDIDO - CPV	R\$ (0,00)	R\$ (52.219.591,12)
(-) CUSTO PRODUTOS VENDIDOS	R\$ (0,00)	R\$ (1.648.033,32)
(-) CUSTO DE PRODUTOS	R\$ (0,00)	R\$ (1.282.128,00)
(-) INVENTARIO	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	R\$ (0,00)	R\$ (41.662.149,10)
(-) SUCATAS	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS COM IMPORTACAO	R\$ (0,00)	R\$ (618.079,43)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO - CUSTO	R\$ (0,00)	R\$ (247.295,89)
(-) FORNECIMENTO DE MATERIAIS NO SERVICO	R\$ (0,00)	R\$ (3.051.496,60)
(-) EXTENSAO DE GARANTIA	R\$ (0,00)	R\$ (2.519,99)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
(-) FRETES PJ	R\$ (0,00)	R\$ (1.483.280,39)
(-) DIFERENCIAL DE ICMS E ST S/ VENDAS	R\$ (0,00)	R\$ (71.004,57)
(-) ARRENDAMENTO MERCANTIL DE MAQUINAS	R\$ (0,00)	R\$ (2.012.529,77)
(-) ICMS DIFAL ORIGEM	R\$ (0,00)	R\$ (146.935,22)
(-) ICMS DIFAL DESTINO	R\$ (0,00)	R\$ (1.877.631,36)
(-) CUSTO COM OPERADOR LOGISTICO	R\$ (0,00)	R\$ (509.530,70)
(-) DESPESAS COM TERCEIRIZADAS	R\$ (0,00)	R\$ (483.208,31)
(-) DESPESAS COM SOFTWARE LOCACAO	R\$ (0,00)	R\$ (173.881,40)
(-) ICMS FILIAL ES - COMPETE	R\$ (0,00)	R\$ (776.454,12)
(-) ICMS BENEFICIO ES - ESTORNO DE CREDITOS	R\$ (0,00)	R\$ (3.743.261,51)
ICMS BENEFICIO ES - ESTORNO DE DEBITOS	R\$ (0,00)	R\$ 7.790.928,54
(-) ICMS PR - ESTORNO DE ICMS	R\$ (0,00)	R\$ (221.099,98)
(-) CUSTOS E DESPESAS	R\$ (0,00)	R\$ (12.418.518,33)
(-) CUSTOS E DESPESAS	R\$ (0,00)	R\$ (12.418.518,33)
(-) MAO DE OBRA	R\$ (0,00)	R\$ (5.769.694,08)
(-) REMUNERACOES	R\$ (0,00)	R\$ (3.093.617,19)
(-) SALARIOS	R\$ (0,00)	R\$ (2.759.670,94)
(-) HORAS EXTRAS	R\$ (0,00)	R\$ (102.230,20)
(-) FERIAS	R\$ (0,00)	R\$ (2.901,45)
(-) 13 SALARIO	R\$ (0,00)	R\$ (2.769,93)
(-) INDENIZACOES	R\$ (0,00)	R\$ (58.791,49)
(-) ACOES TRABALHISTAS	R\$ (0,00)	R\$ (10.913,57)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS ADM	R\$ (0,00)	R\$ (156.339,61)
(-) ENCARGOS SOCIAIS	R\$ (0,00)	R\$ (1.037.274,16)
(-) INSS SOBRE FOLHA	R\$ (0,00)	R\$ (738.752,28)
(-) FGTS SOBRE FOLHA	R\$ (0,00)	R\$ (298.521,88)
(-) BENEFICIOS E RECUPERAÇÃO DE BENEFEÍCIOS	R\$ (0,00)	R\$ (792.383,04)
(-) SEGURO DE VIDA	R\$ (0,00)	R\$ (23.381,88)
(-) PARTICIPACAO RESULTADO	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) ASSISTENCIA MEDICA E MEDICAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (237.506,43)
(-) LANCHES E REFEICOES FUNCIONARIOS	R\$ (0,00)	R\$ (393.194,98)
(-) CURSOS E TREINAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (65.078,45)
(-) CONFRATERNIZACAO	R\$ (0,00)	R\$ (6.196,48)
(-) ASSISTENCIA SOCIAL DIVERSA	R\$ (0,00)	R\$ (210,00)
(-) ASSOCIACOES DE CLASSE/SINDICATO	R\$ (0,00)	R\$ (8.641,36)
(-) VALE TRANSPORTE	R\$ (0,00)	R\$ (58.173,46)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
(-) PROVISÕES	R\$ (0,00)	R\$ (828.419,69)
(-) PROVISÕES FERIAS	R\$ (0,00)	R\$ (273.607,77)
(-) PROVISÕES 1/3 FERIAS	R\$ (0,00)	R\$ (89.490,57)
(-) PROVISÕES INSS FERIAS	R\$ (0,00)	R\$ (96.721,06)
(-) PROVISÕES FGTS FERIAS	R\$ (0,00)	R\$ (17.262,63)
(-) PROVISÕES 13 SALARIO	R\$ (0,00)	R\$ (260.897,00)
(-) PROVISÕES INSS 13 SALARIO	R\$ (0,00)	R\$ (69.663,00)
(-) PROVISÕES FGTS 13 SALARIO	R\$ (0,00)	R\$ (20.777,66)
(-) HONORARIOS DA DIRETORIA	R\$ (0,00)	R\$ (18.000,00)
(-) HONORARIOS DIRETORIA	R\$ (0,00)	R\$ (18.000,00)
(-) DESPESAS GERAIS	R\$ (0,00)	R\$ (6.648.824,25)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS PJ	R\$ (0,00)	R\$ (2.091.344,55)
(-) SERVICOS TERCEIROS PJ	R\$ (0,00)	R\$ (1.000,00)
(-) LIMPEZA PJ	R\$ (0,00)	R\$ (9.846,20)
(-) SEGURANCA PJ	R\$ (0,00)	R\$ (194.399,45)
(-) MEDICINA DO TRABALHO PJ	R\$ (0,00)	R\$ (4.605,77)
(-) HONORARIOS ADVOCATICIOS E CONTABEIS PJ	R\$ (0,00)	R\$ (371.869,98)
(-) FRETES PJ	R\$ (0,00)	R\$ (901,41)
(-) COMISSOES DE TERCEIROS	R\$ (0,00)	R\$ (260.251,75)
(-) CONSULTORIA TECNICA PJ	R\$ (0,00)	R\$ (371.154,20)
(-) MECANICA PJ	R\$ (0,00)	R\$ (9.534,00)
(-) ELETRICA PJ	R\$ (0,00)	R\$ (1.180,00)
(-) SEGUROS DE EQUIPAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (28.844,66)
(-) EDITAIS LICITACOES E CONCORRENCIAS	R\$ (0,00)	R\$ (22.177,30)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	R\$ (0,00)	R\$ (6.916,44)
(-) DESPESAS COM PROGRAMAS E PROC. DADOS	R\$ (0,00)	R\$ (793.108,93)
(-) LOCACAO DE EQUIPAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (7.066,30)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE	R\$ (0,00)	R\$ (8.488,16)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS PF	R\$ (0,00)	R\$ (15.111,34)
(-) MEDICINA DO TRABALHO PF	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) CURSOS E TREINAMENTOS PF	R\$ (0,00)	R\$ (150,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	R\$ (0,00)	R\$ (14.961,34)
(-) SERVICOS DE LIMPEZA PF	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) MATERIAIS	R\$ (0,00)	R\$ (942.008,53)
(-) MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ (0,00)	R\$ (12.725,22)
(-) MATERIAL DE REFEITORIO	R\$ (0,00)	R\$ (222.019,53)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
(-) MATERIAL DE MANUTENCAO	R\$ (0,00)	R\$ (55.277,23)
(-) MATERIAL DE SEGURANCA	R\$ (0,00)	R\$ (8.142,16)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	R\$ (0,00)	R\$ (15.254,17)
(-) MATERIAL DE LABORATORIO	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) MATERIAL COPA E COZINHA	R\$ (0,00)	R\$ (6.495,56)
(-) MATERIAL ELETRICO	R\$ (0,00)	R\$ (65.364,60)
(-) MATERIAL DE CONSTRUCAO	R\$ (0,00)	R\$ (54.195,82)
(-) MATERIAL DE INFORMATICA	R\$ (0,00)	R\$ (19.761,21)
(-) MATERIAL DE CONSUMO	R\$ (0,00)	R\$ (196.842,62)
(-) PNEUS E CAMARAS	R\$ (0,00)	R\$ (370,00)
(-) DESPESAS COM COMBUSTIVEIS	R\$ (0,00)	R\$ (241.397,25)
(-) DESPESAS COM TAXI	R\$ (0,00)	R\$ (36.714,13)
(-) REPOSICAO DE PECAS EM GARANTIA	R\$ (0,00)	R\$ (7.449,03)
(-) SEGUROS	R\$ (0,00)	R\$ (93.582,31)
(-) SEGUROS EM GERAL	R\$ (0,00)	R\$ (93.582,31)
(-) DESPESAS DE VIAGENS	R\$ (0,00)	R\$ (752.546,98)
(-) DESPESAS DE VIAGENS	R\$ (0,00)	R\$ (752.546,98)
(-) ALUGUEIS E CONDOMINIOS	R\$ (0,00)	R\$ (641.235,33)
(-) ALUGUEIS E CONDOMINIOS	R\$ (0,00)	R\$ (641.235,33)
(-) UTILIDADE PUBLICA	R\$ (0,00)	R\$ (114.984,20)
(-) ENERGIA ELETRICA	R\$ (0,00)	R\$ (111.999,97)
(-) AGUA E ESGOTO	R\$ (0,00)	R\$ (2.984,23)
(-) COMUNICACAO	R\$ (0,00)	R\$ (352.987,08)
(-) TELEFONE	R\$ (0,00)	R\$ (121.469,26)
(-) CORREIOS E SEDEX - DESPESAS POSTAIS	R\$ (0,00)	R\$ (195.105,04)
(-) INTERNET	R\$ (0,00)	R\$ (36.412,78)
(-) DESPESAS INDEDUTIVEIS	R\$ (0,00)	R\$ (51.831,61)
(-) MULTAS	R\$ (0,00)	R\$ (45.069,53)
(-) MULTAS DE TRANSITO	R\$ (0,00)	R\$ (6.762,08)
(-) PERDAS E SINITROS (NAO USAR)	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) MANUTENCOES GERAIS	R\$ (0,00)	R\$ (567.294,93)
(-) MANUTENCAO PREDIAL	R\$ (0,00)	R\$ (248.589,68)
(-) MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (74.396,21)
(-) MANUTENCAO MOVEIS UTENSILIOS	R\$ (0,00)	R\$ (240,00)
(-) MANUTENCAO INFORMATICA	R\$ (0,00)	R\$ (10.709,74)
(-) MANUTENCAO VEICULOS	R\$ (0,00)	R\$ (227.475,90)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
(-) FERRAMENTAS	R\$ (0,00)	R\$ (129,90)
(-) MANUTENCAO ELETRICA	R\$ (0,00)	R\$ (5.753,50)
(-) BENS DE PEQUENO VALOR	R\$ (0,00)	R\$ (8.880,84)
(-) BENS DE PEQUENO VALOR	R\$ (0,00)	R\$ (8.880,84)
(-) DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	R\$ (0,00)	R\$ (692.567,44)
(-) DEPRECIACOES EM GERAL	R\$ (0,00)	R\$ (692.567,44)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS	R\$ (0,00)	R\$ (201.815,00)
(-) TAXAS	R\$ (0,00)	R\$ (132.888,33)
(-) IMPOSTOS	R\$ (0,00)	R\$ (34.241,61)
(-) MENSALIDADES	R\$ (0,00)	R\$ (158,00)
(-) LICENCIAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (1.422,42)
(-) IPVA E LICENCIAMENTO	R\$ (0,00)	R\$ (30.366,62)
(-) MULTAS CONTRATUAIS	R\$ (0,00)	R\$ (2.738,02)
(-) IPTU E ISS	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) OUTRAS DESPESAS	R\$ (0,00)	R\$ (122.634,11)
(-) LIVROS JORNAIS REVISTAS	R\$ (0,00)	R\$ (26.058,06)
(-) XEROX, AUTENTICACOES E CARTORIO	R\$ (0,00)	R\$ (41.126,60)
(-) UNIFORMES	R\$ (0,00)	R\$ (1.452,00)
(-) PROPAGANDAS	R\$ (0,00)	R\$ (11.052,00)
(-) BRINDES E AMOSTRAS	R\$ (0,00)	R\$ (676,62)
(-) ALIMENTACAO	R\$ (0,00)	R\$ (13.456,88)
(-) ESTACIONAMENTO	R\$ (0,00)	R\$ (28.811,95)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	R\$ (0,00)	R\$ (14.866.062,91)
(-) RESULTADO FINANCEIRO	R\$ (0,00)	R\$ (14.866.062,91)
(-) RESULTADO FINANCEIRO	R\$ (0,00)	R\$ (27.202,91)
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ (0,00)	R\$ 1.282.908,40
DESCONTOS OBTIDOS	R\$ (0,00)	R\$ 392.240,37
JUROS RECEBIDOS	R\$ (0,00)	R\$ 206.785,75
(-) JUROS SOBRE FINANCIAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
RENDIMENTOS SOBRE APLICACOES	R\$ (0,00)	R\$ 52.959,77
VARIACOES MONETARIAS ATIVAS	R\$ (0,00)	R\$ 474.839,23
RECUPERACOES DIVERSAS	R\$ (0,00)	R\$ 21.404,20
RECEITAS DE REBATES	R\$ (0,00)	R\$ 42.938,16
REVERSAO DE PERDAS NO RECEBTO DE CREDITO	R\$ (0,00)	R\$ 48.742,60
ATUALIZACAO CREDITOS FEDERAIS	R\$ (0,00)	R\$ 42.998,32
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ (0,00)	R\$ (1.310.111,31)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MICROSENS S/A

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 78.126.950/0001-54

Número de Ordem do Livro: 79

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS	R\$ (0,00)	R\$ (14.888,59)
(-) JUROS PASSIVOS	R\$ (0,00)	R\$ (2.806,58)
(-) JUROS SOBRE FINANCIAMENTOS	R\$ (0,00)	R\$ (373.138,29)
JUROS	R\$ (0,00)	R\$ 878,42
(-) VARIACOES MONETARIAS PASSIVAS	R\$ (0,00)	R\$ (297.254,33)
(-) DESPESAS BANCARIAS	R\$ (0,00)	R\$ (38.938,81)
(-) IOF	R\$ (0,00)	R\$ (98.078,54)
(-) PIS E COFINS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ (0,00)	R\$ (1.126,20)
(-) MULTAS SOBRE TRIBUTOS	R\$ (0,00)	R\$ (286,78)
(-) TARIFA BANCARIA	R\$ (0,00)	R\$ (29.633,11)
(-) ATUALIZACAO CONSORCIO	R\$ (0,00)	R\$ (6.444,64)
(-) DESPESAS COM CAMBIO	R\$ (0,00)	R\$ (370,33)
(-) TARIFA DE ADMINISTRACAO DE COBRANCA	R\$ (0,00)	R\$ (35.157,49)
(-) IR SOBRE EMPRESTIMOS	R\$ (0,00)	R\$ (100,00)
(-) PERDAS NO RECEBIMENTO DE CREDITO	R\$ (0,00)	R\$ (52.439,58)
(-) DESPESAS DE SWAP	R\$ (0,00)	R\$ (335.598,09)
(-) MULTAS CONTRATUAIS	R\$ (0,00)	R\$ (24.728,37)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS	R\$ (0,00)	R\$ (14.838.860,00)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS	R\$ (0,00)	R\$ (14.838.860,00)
(-) IMPOSTOS FEDERAIS	R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) AUTOS DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVOS	R\$ (0,00)	R\$ (14.837.850,78)
(-) TAXAS SOBRE FUNDOS ESPECIAIS	R\$ (0,00)	R\$ (1.009,22)
(-) RESULTADOS NAO OPERACIONAIS	R\$ (0,00)	R\$ (712.129,26)
GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL	R\$ (0,00)	R\$ 8.077,69
GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL	R\$ (0,00)	R\$ 8.077,69
RECEITA DE VENDA DE BENS	R\$ (0,00)	R\$ 19.500,00
VALOR DE VENDA DE BENS	R\$ (0,00)	R\$ 19.500,00
(-) OPERAÇÕES DE SINISTRO	R\$ (0,00)	R\$ (11.422,31)
(-) VALOR DE VENDA DO BEM SINISTRADO	R\$ (0,00)	R\$ (11.422,31)
(-) PROVISAO DE IMP RENDA E CONTRIB SOCIAL	R\$ (0,00)	R\$ (720.206,95)
(-) PROVISAO DE IMP RENDA E CONTRIB SOCIAL	R\$ (0,00)	R\$ (720.206,95)
(-) PROVISAO DE CONTRIBUICAO SOCIAL	R\$ (0,00)	R\$ (191.172,43)
(-) CONTRIBUICAO SOCIAL S LUCRO LIQUIDO	R\$ (0,00)	R\$ (191.172,43)
(-) PROVISAO IMPOSTO DE RENDA	R\$ (0,00)	R\$ (529.034,52)
(-) IMPOSTO DE RENDA S LUCRO LIQUIDO	R\$ (0,00)	R\$ (529.034,52)



EMPRESA: MICROSENS S.A. - CNPJ/MF: 78.126.950/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DE ÍNDICES RELATIVOS AO BALANÇO DE 31/12/2017

a) Índice de Liquidez Geral (LG):

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LG} &= \frac{49.096.132,00 + 22.989.625,00}{17.855.828,00 + 28.135.840,00} = \frac{72.085.757,00}{45.991.668,00} = 1,56 \end{aligned}$$

b) Índice de Solvência Geral (SG):

$$\begin{aligned} \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{92.728.114,00}{17.855.828,00 + 28.135.840,00} = \frac{92.728.114,00}{45.991.668,00} = 2,01 \end{aligned}$$

c) Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$\begin{aligned} \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{49.096.132,00}{17.855.828,00} = 2,74 \end{aligned}$$

d) Índice de Endividamento (E)

$$\begin{aligned} \text{E} &= \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \\ \text{E} &= \frac{17.855.828,00 + 28.135.840,00}{92.728.114,00} = \frac{45.991.668,00}{92.728.114,00} = 0,49 \end{aligned}$$

Londrina/PR, 31 de Dezembro de 2017.

Luciano Tercilio Biz
DIRETOR

Nome: Luciano Tercilio Biz
CPF Nº 844.724.729-53

Luan Lima Coutinho
DIRETOR

Nome: Luan Lima Coutinho
CPF Nº 079.163.629-10

Paulo Henrique Souza
CONTADOR

Nome: Paulo Henrique Souza
CRC Nº PR 073.250/O-8
CPF Nº 074.869.049-26

Londrina (Matriz)
43 3315-8200 – Fax 43 3315-8220
Av. Higienópolis, 583 – 15º Andar
86020-080 - Londrina/PR

Londrina (Complexo Industrial)
43 3348-6937
Av. Dez de Dezembro, 7033
86046-140 – Londrina/PR

Curitiba
41 3024-2050 – Fax 41 3254-3524
Av. João Gualberto, 1740 - 1º Andar
Juvevê - 80030-001 - Curitiba/PR

São Paulo
11 5071-6285 – 11 5071-5919
R. Fiação da Saúde, 145, cjs 95 e 97
04144-020 - São Paulo/SP

Porto Alegre
51 3029-7806 – Fax 51 3029-7807
Av. Pernambuco, 1197 - sl. 302
90240-004 - Porto Alegre/RS

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2018**

A FUPEF torna público a quem interessar possa que realizará processos licitatórios na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO n. 25/18, os quais serão regidos pelo disposto na lei 10.520/02, decretos 3.555/00, 5.450/05 e 3.784/01. OBJETO - contratação de empresa de Engenharia especializada para realização de aerolevantamentos cartográficos de rodovias e disponibilização e implantação de SIG - Sistema de Informações Geográficas para Regularização Ambiental da Rodovia BR-116 nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - Lote 01 VALOR GLOBAL MÁXIMO PARA O LOTE: R\$ 700,00 (setecentos mil reais) - DATA LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/05/2018 HORARIO: 10:00min - DATA DO PREGÃO: 18/05/2018 HORARIO: 10:30min. O Edital esta disponível no site www.licitacoes-e.com.br. Dúvidas entrar em contato pelo telefone (41) 3121-4222.

FÁBIO MIRANDA BORGES
Pregoeiro

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2018**

contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção de equipamentos nobreaks - Projeto Métodos Analíticos para Biocombustíveis e Derivados de Petróleo: Atividades de Pesquisa, Extensão e Ensino - BIOPETRO. Adjudicada: POLC EMPREENHIMENTOS, SERVIÇOS E COMERCIO LTDA - EPP, CNPJ 14.667.684/0001-94 com valor de R\$ 6.000,00. Dot. Orçamentária: 007.002.022/2017/UFMA/FSADU. Data de Homologação: 26/04/2017.

LUCIANA Mª P. GURGEL ROCHA CORDEIRO
Superintendente/FSADU

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 368/2018**

CONTRATADA: Hotel Bourbon Curitiba Ltda. - CNPJ/MF nº 78.943.321/0001-17 VALOR TOTAL: R\$ 10.500,00 - OBJETO: Locação de 01 Auditório e 03 Salas para Congresso. PROJETO: XVII Congresso Brasileiro e X Congresso Internacional de Psicologia do Esporte e do Exercício. AMPARÃO LEGAL: Artigo 24 Inciso X, da Lei 8666/93 e demais alterações. SUPERINTENDENTE DA FUNPAR: Prof João da Silva Dias.

IGB ELETRÔNICA S.A.**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2018**

Ficam convidados os senhores acionistas da IGB ELETRÔNICA S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada, em segunda convocação, em 17 de maio de 2018, às 14:00, na sede da Companhia, à Av. Açaí, n. 875 - Bloco C - Distrito Industrial, Manaus, AM, para deliberar em 2ª convocação, tendo em vista o não comparecimento de acionistas representando o quórum mínimo de 2/3 para instalação da assembleia que seria realizada em 24 de abril de 2018, convocada por meio do Edital de Convocação publicado nas edições dos dias 09, 10 e 11 de abril de 2018, no Diário Oficial da União, páginas 154, 125, 126 e 224, Jornal "Diário do Amazonas", páginas B3, A20, A18 e A14, e, Folha de São Paulo, 29, 30, 29 e 28, respectivamente, sobre: (i) exclusão do capital autorizado; (ii) autorização à Companhia a realizar a conciliação diretamente com a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em substituição ao escriturador; (iii) alteração dos períodos em que serão realizadas as publicações obrigatórias da Companhia; (iv) reforma e consolidação do estatuto social da Companhia, para refletir as deliberações aprovadas, e ainda os seguintes itens: 1) exclusão do inciso (i), do Art. 9º, §1º, uma vez que a possibilidade de convocação da assembleia geral pelo Conselho Fiscal já é previsão legal; 2) alteração do limite de participação nos lucros dos administradores (Art. 11, (xiii)); 3) exclusão do §5º do Art. 11, pois o quórum ali previsto para instalação de assembleia que delibera reforma do estatuto já está previsto em lei; 4) exclusão da obrigatoriedade de contratação de conselheiro independente para o Conselho de Administração (Art. 13, §§ 1º, 2º, 3º e 4º); 5) alteração do prazo de reunião ordinária do Conselho de Administração (Art. 15); 6) exclusão da obrigatoriedade do conselho indicar lista tríplice para avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou OPA (Art. 16, (xviii)); 7) diminuição de 12 para 6 Diretores, sendo 1 Diretor Presidente, 2 Diretores Vice-Presidentes e 3 Diretores sem designação específica (Art. 18 e § 1º);

8) exclusão dos artigos 23 e 24 que tratam da responsabilidade dos administradores e garantias prestadas pela Companhia aos administradores; e, 9) exclusão da reserva de expansão dos negócios da Companhia (Art. 27, (iv)). Adicionalmente, em vista do ajuizamento de pedido de recuperação judicial da Companhia, realizado em regime de urgência pelos administradores no dia 27 de abril de 2018, os acionistas são ora convidados a deliberar, em 1ª convocação, na AGE de 17 de maio de 2018, às 14:00, na sede da Companhia, a ratificação do pedido de recuperação judicial. Os acionistas podem se fazer representar por procurador constituído por instrumento público ou particular, emitido com prazo máximo de 1 (um) ano, conferido exclusivamente a acionista maior e capaz, administrador da Companhia ou advogado, devendo o instrumento conter os requisitos elencados na Lei n. 6.404/76 e na Instrução CVM n. 481/2009. Para tomar parte e votar na AGE, o acionista e procurador devem provar a sua qualidade como tal, apresentando, até o momento de abertura dos trabalhos da AGE, o documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária, por original ou cópia enviada por e-mail (ri@igbelectronica.com), e, se o caso, o instrumento de mandato. Em conformidade com o parágrafo 3º do art. 133 da Lei 6.404/76, a Companhia esclarece que os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia, inclusive a proposta de reforma do Estatuto Social, serão atualizados e disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia, na sede administrativa localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pais Leme, n. 524 - 14º Andar, assim como nos endereços eletrônicos da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.bmfbovespa.com.br>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site da própria Companhia (www.igbelectronica.com).

Manaus, 30 de abril de 2018.
EUGÊNIO EMÍLIO STAUB
Presidente do Conselho de Administração

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TUCURUI**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-CPL-005/2018-IPASET**

Autarquia Municipal, conforme a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02 torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº PP-CPL-005/2018-IPASET, Menor Preço por lote, com abertura para o dia 16/05/2018, às 09:00 horas - horário local. Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação, materiais de expediente, materiais de limpeza e materiais de informática, a serem utilizados nas atividades de rotina do IPASET- instituto de previdência dos servidores do Município de Tucuruí-PA. O Edital estará disponível na sede do IPASET, sito à Avenida Marilucy nº 29, Qd 15, Bairro: Jardim Marilucy, Tucuruí-PA, na Sala de Licitações ou através do www.ipaset.pa.gov.br.

Tucuruí-PA, 3 de maio de 2018.
KLEYSON LUIZ MARTINS MAGNO
Pregoeiro

MICROSENS S/A

CNPJ/MF nº 78.126.950/0001-54 - NIRE41300296022

**ATA
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM
12/04/2018**

Em 12/04/2018, 9h, na sede da Companhia. 2. Mesa: Presidente - Sr. José Roberto de Oliveira; e Secretário - Sr. Luciano Tercilio Biz. 4. Presença: Presentes 100% do capital social e diretores da Companhia. Deliberações aprovadas por unanimidade: (a) Aprovação do Relatório Anual da Diretoria; Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (b) Destinação do Lucro Líquido de R\$ 2.267.167,00: 5% para reserva legal (R\$ 113.358,35); 50% em dividendos obrigatórios (R\$ 1.076.904,33), em razão das cotas, efetuados em até 60 dias; restante (R\$ 1.076.904,32) para reserva de investimentos/projetos da Companhia. Encerramento: Nada mais. O presente é extrato da Ata lavrada em livro próprio. JUCEPAR nº 20182084418 em 23/04/2018.

Londrina, 26 de Abril de 2018
LUCIANO TERCILIO BIZ
Secretário

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - REPRESENTAÇÃO NO BRASIL**EDITAL Nº 11/2018****PROJETO 914BRZ4005.**

Contrata Consultor na modalidade produto. Publicação de 01 perfil(is) para contratação de profissional(is) na(s) área(s) de Comunicação Social, cuja(s) vaga(s) está(ão) disponível (is) na página da UNESCO, www.brasilia.unesco.org/vagasprojetos. e na página do IPHAN, <http://portal.iphan.gov.br/editais>. Os interessados deverão enviar o CV do dia 04/05/2018 até o dia 11/05/2018 no e-mail projeto.clc@iphan.gov.br. Em atenção às disposições do

decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

MARCELO BRITO
Coordenador

EDITAL Nº 1/2018**PROJETO 914BRZ4013.**

Contrata Consultor na modalidade produto. Publicação de 1 perfil para contratação de profissional na área de Ciências Humanas, Ciências Sociais ou Artes, cuja vaga está disponível na página da UNESCO, www.brasilia.unesco.org/vagasprojetos. Os interessados deverão enviar o CV do dia 04/05/2018 até o dia 13/05/2018 no e-mail coop@cultura.gov.br; no modelo Currículo Lattes (disponível para preenchimento no endereço eletrônico: <http://lattes.cnpq.br>). Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

EDUARDO PAREJA COELHO
Diretor Nacional do Projeto 914brz4013

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**AVISO
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

Alterações estatutárias do Partido Social Democrático deliberadas pela Executiva Nacional, em reunião realizada às 12:00 horas do dia 11 de abril de 2018 na sede em Brasília/DF, considerando a nova redação, em razão de determinação do Tribunal Superior Eleitoral: Art. 41 - Será designada Comissão Provisória onde: I - inexistia Diretório ou tenha sido considerado perempto; II - houver dissolução do Diretório ou de Comissão Provisória anteriormente designada; III - ocorrer sanção mediante procedimento disciplinar em que forem garantidos a ampla defesa e o contraditório; e IV - ocorrer renúncia e/ou desfiliação de mais de 50% do respectivo Diretório. §1º - No caso de extinção, dissolução ou substituição de Diretório ou de Comissão Provisória, a prestação de contas perante a Justiça Eleitoral e referente ao período anterior deverá ser realizada pelo órgão sucessor. §2º - Não havendo a nomeação de uma nova direção partidária, a prestação de contas será apresentada pelo órgão anterior. §3º - Os dirigentes dos órgãos extintos, dissolvidos ou substituídos permanecerão com vínculo de responsabilidade de gestão pelo período de comando e poderão ser acionados civil e criminalmente caso se recusarem ou extraviarem os documentos exigidos pelo sucessor para a devida prestação de Contas. §4º - Os órgãos provisórios municipais somente poderão ser constituídos, substituídos, prorrogados, alterados ou extintos pelo respectivo órgão Estadual ou pela Executiva Nacional, observado o devido processo legal. §5º - Os órgãos provisórios estaduais somente poderão ser constituídos, substituídos, prorrogados, alterados ou extintos pela Executiva Nacional, observado o devido processo legal. Art. 42 - A Comissão Provisória se equivale a Diretório e a Executiva, com as mesmas atribuições e competências, inclusive aquelas assinaladas no ato de designação. §1º - Os órgãos provisórios poderão ser constituídos, substituídos, prorrogados, alterados ou extintos consideradas as disposições estatutárias, a legislação e as regras de regência. §2º - Para a constituição, substituição, prorrogação, alteração ou extinção dos órgãos provisórios deverão ser consideradas as peculiaridades políticas e partidárias de cada localidade, salvaguardados elementos democráticos consecutórios do devido processo legal. §3º - Os órgãos provisórios terão vigência por até 180 (cento e oitenta) dias, caso não seja consignado prazo menor. §4º - Ao final do período de vigência dos órgãos provisórios, e na hipótese de não ser possível a sua alteração, ajustes ou, principalmente, for impossibilitada a realização de Convenção para eleição de Diretório definitivo, poderá ser prorrogada sua vigência por até 180 (cento e oitenta) dias. §5º - A informação à Justiça Eleitoral posterior a data da constituição, substituição, prorrogação ou alteração não inviabiliza a atuação dos órgãos provisórios e nem mesmo macula suas deliberações. (...) Art. 98-C - Em razão das alterações dos arts. 41 e 42, sobre a formação e duração das Comissões Provisórias, tal como determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral, a validade da regra consignada no art. 33 ficará suspensa por dois anos ou até nova definição pela Executiva Nacional mediante Resolução. Parágrafo único - A regra do caput terá início a partir da data da deliberação, em 11 de abril de 2018.

Brasília, 11 de abril de 2018.
ALFREDO COTAIT NETO
Presidente Nacional do PSD
Em exercício



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 78.126.950/0011-26

Razão Social: MICROSENS S/A

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 04/12/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta

Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 18/09/2019

FGTS Validade: 13/05/2019

Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 11/10/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 16/05/2019

Receita Municipal Validade: 15/06/2019

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 15/04/2019 12:42

CPF: 844.724.729-53 Nome: LUCIANO TERCILIO BIZ

Ass: _____



PROCURAÇÃO

MICROSENS S.A., com sede e foro na Av. Higienópolis, nº 583 - 15º andar - Centro, Londrina/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.126.950/0001-54, e Filiais estabelecidas na Av. Dez de Dezembro, nº 7033 - Bairro Parque Ouro Branco, Londrina/PR, CNPJ/MF nº 78.126.950/0003-16; Av. João Gualberto, nº 1.740 - 1º andar - Bairro Juvevê, Curitiba/PR, CNPJ/MF nº 78.126.950/0005-88; Av. Pernambuco, nº 1.197 - Sala 302 - Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, CNPJ/MF nº 78.126.950/0008-20; Rodovia Governador Mário Covas, nº 882, Armazém 01, Mezanino 01, Box 6 - Bairro Padre Mathias, Cariacica/ES, CNPJ nº 78.126.950/0011-26; Rua Fiação da Saúde, nº 145 - conj. 95 e 97 - Bairro Saúde, São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 78.126.950/0015-50, neste ato representada pelo Diretor, Sr. **LUCIANO TERCILIO BIZ**, brasileiro, casado, diretor, portador da cédula de identidade RG n. 4.383.926-8/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 844.724.729-53, residente e domiciliado na Rua Professora Maria José Godoy, nº 103, Bom Retiro, cidade de Curitiba, estado do Paraná, CEP 80520-220, em conjunto com o Diretor Sr. **LUAN LIMA COUTINHO**, Brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n. 10.461.054-4/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 079.163.629-10, residente e domiciliado na Rua Almirante Crocane, nº 195, Jardim Califórnia, cidade de Londrina, estado do Paraná, CEP 86040-100, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **LUCIANO TERCILIO BIZ**, portador da Cédula de Identidade - RG nº 4.383.926-8/Pr, CPF nº 844.724.729-53, nos termos do art. 16, § 1º do Estatuto Social, a quem confere poderes para representar a Companhia outorgante em Licitações, podendo, para tanto, retirar edital; acordar, renunciar, discordar, transigir, receber em devolução documentos pertencentes à outorgante; tomar decisões; firmar e rubricar documentos; formular ofertas e lances de preços; apresentar propostas, recursos e impugnações; assinar propostas, declarações, recursos, impugnações, Atas, Contratos de fornecimentos de materiais, Contratos de prestação de serviço e compromissos referente a adjudicações à outorgante, praticar, enfim, todos os demais atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer a outra pessoa, com ou sem reservas, os mesmos poderes constantes nesta procuração, que tem validade até **31/08/2019**.

Londrina/PR, 27 de Fevereiro de 2019.

Luciano Tercilio Biz
Microsens S.A.
LUCIANO TERCILIO BIZ
Diretor

CARTÓRIO FUGIWARA

CARTÓRIO BACACHERI

Luana Lima Coutinho
Microsens S.A.
LUAN LIMA COUTINHO
Diretor

CARTÓRIO DO BACACHERI | Rogério Portugal Bacellar Filho
Tabelião e Oficial Designado

AV. PARANÁ, 1330 - CEP: 80.035-130 | CURITIBA - PR | 41 3071-7000 | contato@bacellar.not.br

Reconheço a(s) firma(s) por SEMELHANÇA de:
LUCIANO TERCILIO BIZ

Em testemunha da verdade

Curitiba, 15 de Março de 2019

JGDST - ANA PAULA MARTINS DE WITT
ZAMBONIN - ESCRIVENTE JURAMENTADA

qpaPq 8t2FV Gt5v5 - Z7T72 x5ulc
FUNARPEN-SELO DIGITAL Valde em funarpen.com.br

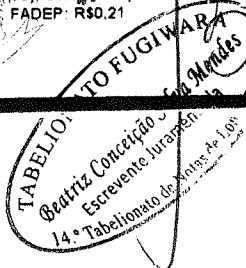
14º TABELIONATO DE NOTAS DE LONDRINA | CARTÓRIO FUGIWARA
Mauro Hiroshi Fugiwara - Tabelião Designado | Av. Duque de Caxias 800/810, 14º andar - Jd. Europa
Cep: 86015-000 - Londrina - PR | Telefone/Fax: (43) 3343-4645

Selo Digital Nº 46q8P MoBCC V4NCD-M7ctk.OxT7H
Valde esse selo em funarpen.com.br

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura de **LUAN LIMA COUTINHO** (59592) - 0052 - 876250 - Insul: Londrina-Paraná, 12 de março de 2019 - 14:37:30h

Em Testemunha da verdade
Beatriz Conceição Silva Mendes - Escrivente Juramentada

Emolumentos: R\$19 (VRC 2173), Selo Funarpen: R\$0,30, Funfejus: R\$1,05, FADEP: R\$0,21



Londrina (Matriz)
43 3315-8200 - Fax 43 3315-8220
Av. Higienópolis, 583 - 15º Andar
86020-080 - Londrina/PR

Londrina (Complexo Industrial)
43 3348-6937
Av. Dez de Dezembro, 7033
86046-140 - Londrina/PR

Curitiba
41 3024-2050 - Fax 41 3254-3524
Av. João Gualberto, 1740 - 1º Andar
Juvevê - 80030-001 - Curitiba/PR

São Paulo
11 5071-6285 - 11 5071-5919
R. Fiação da Saúde, 145, cjs 95 e 97
04144-020 - São Paulo/SP

Porto Alegre
51 3029-7806 - Fax 51 3029-7807
Av. Pernambuco, 1197 - sl. 302
90240-004 - Porto Alegre/RS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suá, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

CERTIDÃO NEGATIVA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
NATUREZA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (FALÊNCIA E
CONCORDATA)

Dados da Certidão**Razão Social:** MICROSENS S.A.**CNPJ:** 78.126.950/0011-26**Data de Expedição:** 15/04/2019 08:16:01**Validade:** 30 DIAS**Nº da Certidão:** * 2017193361 ***-- ENDEREÇO --****Município:** CARIACICA**Bairro:** PADRE MATHIAS**Logradouro:** RODOVIA GOVERNADOR MÁRIO COVAS**Número:** 882**Complemento:** ARM. 1, MEZ. 1, BOX 6**CEP:** 29.157-100**-- CONTATO --****Email:** CONTABIL@MICROSENS.COM.BR**Telefone Fixo:** - NÃO INFORMADO -**Telefone Celular:** - NÃO INFORMADO -

CERTIFICA que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante .

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 352 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - www.tjes.jus.br -, utilizando o número da certidão acima identificado;
- Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
- As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Juizado Especial Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública, Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item e);
- As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de execução penal e de auditoria militar e de juizados especiais criminais;
- As matérias atinentes as varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
- A base de dados do sistema de gerenciamento processual (E-Jud, SIEP, PROJUDI, PJe e Segunda Instância) contém o registro de todos os processos distribuídos no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LONDRINA
CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Ary Tristão
Titular

Empregados Juramentados
Ana Paula Tristão
Lourival Danelutti
Edenilson Donisete Macri
Iwerlei Bueno Moraes
Ozeas Pinheiro de Goes
Marta Rocha

CERTIDÃO

Fl. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo os livros do Cartorio a meu cargo, deles não consta ter sido distribuida a qualquer Vara desta Comarca, FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL alguma em que fosse obrigado(a):

MICROSENS SA, 78.126.950/0001-54.....

Busca referente aos últimos 20 anos, exclusivamente sobre as ações supra citadas.

CUSTAS: R\$ 32,73

Lei 19.803/18 - Tab XVI - 141 VRC x 0,211 + 10%

O referido é verdade e dou fé.

Londrina, 29 de Marco de 2019.



DISTRIBUIDOR
Iwerlei Bueno Moraes
Empregado Juramentado

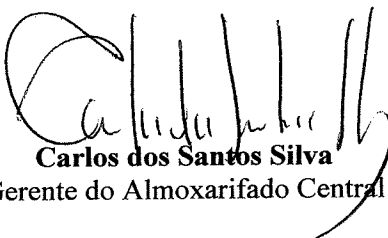
Lauro Cesar Soares

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 001/2019

A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, inscrita no CNPJ sob o número 33.787.094/0001-40, situada na Avenida Franklin Roosevelt, nº 166, na cidade do Rio de Janeiro/ RJ, declara, para os devidos, que a empresa Microsens S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.126.950/0011-26, situada na Rodovia Governador Mário Covas Armazém 01, Mezanino 01, Box 6, Cariacica – Espírito Santo, Cep. 29157-100, forneceu ao IBGE o material abaixo relacionado, contratado por meio da Autorização de Fornecimento nº 050/ 2017, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT	VALOR TOTAL
1	Cartucho Toner Referência MLT-D203U, Impressora Multifuncional Samsung SL-M4070FR, Toner da Fabricante Samsung, Novo, não reconicionado e não remanufaturado, cor Preta.	1200	R\$ 394.800,00

Rio de Janeiro, 08 de março de 2019.



Carlos dos Santos Silva
Gerente do Almoxarifado Central





Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

CNPJ nº 06.302.492/0001-56
Rua Francisca Miquelina nº 123
CEP: 01316-900 – Bela Vista – São Paulo – S.P.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA nº 20/2019

Processo Administrativo Digital nº 002922/2019
Adesão nº 10/2017 à Ata de Registro de Preços nº 50/2017 dos Correios/DF
Notas de Empenho nº 2104/2017
Aquisição de material por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços

ATESTO, para os devidos fins, que a empresa MICROSENS S.A., inscrita no CNPJ sob nº 78.126.950/0003-16, estabelecida na Avenida Dez de Dezembro, 7033 – Parque Ouro Branco – Londrina/PR, forneceu a este Tribunal o seguinte objeto:

1.000 cartuchos de toner para impressora Samsung SL M4020ND - 15000 páginas - original, modelo MLT-D203U, marca Samsung, referente à Adesão nº 10/2017.

DECLARO que a empresa não incorreu em penalidade administrativa e que prestou os serviços nos termos contratados, dentro do prazo, nada havendo em nossos registros que a desabone até a presente data.

Era o que cumpria atestar.

São Paulo, 13 de março de 2019.

CHARLES TEIXEIRA COTO
Secretário de Administração de Material
Substituto



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 047734/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	CHARLES TEIXEIRA COTO <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2019 16:53:36</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Pregão Eletrônico

Este pregão possui 2 Atas Complementares

[Ver Ata Original](#) [Ver Ata Anterior](#)

70007 .982018 .33280 .4676 .12826042621



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 2 Nº 00098/2018

Às 14:00 horas do dia 23 de abril de 2019, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 1/2019 de 02/01/2019, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 18881/2018, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00098/2018. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme as especificações do Edital e Anexo., tendo em vista Decisão do Diretor-Geral do TRE/CE: "... a empresa vencedora momento da habilitação encontrava-se em plena regularidade, após a homologação do certame e antes da emissão da nota de empenho foi declarada impedida de licitar e contratar com a União." "...a irregularidade constatada na consulta ao SICAF tem base suficiente para inabilitá-la, por vislumbrar ofensa ao item 8.1 do Instrumento Convocatório.".

Item: 1

Descrição: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Descrição Complementar: CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Sim

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 530

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor estimado: R\$ 185.500,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: MICROSENS S/A, pelo melhor lance de R\$ 128.800,0000 e com valor negociado a R\$ 128.790,0000 .

Histórico

Item: 1 - CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Não existem lances de desempate 7174 para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Volta de Fase	16/04/2019 14:18:41	Volta de Fase para Habilitação
Inabilitado	23/04/2019 14:18:03	Inabilitação de proposta. Fornecedor: HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 29.106.687/0001-26, pelo melhor lance de R\$ 128.790,0000. Motivo: Após a homologação do certame e antes da emissão da nota de empenho foi detectada a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União - Lei nº 10.520/02, art. 7º, aplicada pelo TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A.REGIAO, à empresa.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	23/04/2019 14:20:23	Convocado para envio de anexo o fornecedor MICROSENS S/A, CNPJ/CPF: 78.126.950/0011-26.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	23/04/2019 14:21:34	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor MICROSENS S/A, CNPJ/CPF: 78.126.950/0011-26.

Aceite	23/04/2019 14:25:36	Aceite individual da proposta. Fornecedor: MICROSENS S/A, CNPJ/CPF: 78.126.950/0011-26, pelo melhor lance de R\$ 128.800,0000 e com valor negociado a R\$ 128.790,0000. Motivo: Valor negociado conforme valor constante da proposta da empresa vencedora.
Habilitado	23/04/2019 14:46:28	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: MICROSENS S/A, CNPJ/CPF: 78.126.950/0011-26, pelo melhor lance de R\$ 128.800,0000 e com valor negociado a R\$ 128.790,0000.

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	16/04/2019 14:18:41	Sr(s) fornecedor(es), o item 1 está retornando à fase de Habilitação.
Sistema	16/04/2019 14:18:41	Este pregão foi reagendado para 23/04/2019 14:00.
Pregoeiro	23/04/2019 14:02:25	Boa tarde, senhores licitantes.
Pregoeiro	23/04/2019 14:09:32	Estamos reabrindo o P.E. nº 98/2018, do TRE/CE, para aquisição de suprimentos para impressoras.
Pregoeiro	23/04/2019 14:11:59	Após a homologação do certame e antes da emissão da nota de empenho foi detectada a penalidade de Impedimento de Licitare e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7º, aplicada pelo TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A.REGIAO, à empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI.
Pregoeiro	23/04/2019 14:13:30	Assim, concluímos que a irregularidade constatada na consulta ao SICAF tem base suficiente para inabilitá-la, por vislumbrar ofensa ao item 8.1 do Instrumento Convocatório. Não é demais lembrar que a vinculação aos exatos termos estipulados no Edital de Licitação é princípio fundamental do procedimento licitatório.
Pregoeiro	23/04/2019 14:14:49	Salientamos que "a empresa em comento no momento da habilitação encontrava-se em plena regularidade, após a homologação do certame e antes da emissão da nota de empenho foi declarada impedida de licitar e contratar com a União".
Pregoeiro	23/04/2019 14:16:15	Desta forma, a Autoridade Superior deste TRE/CE decidiu: "Ante o exposto, considero inabilitada a empresa HR COMERCIOE SERVICOS EIRELI. ..., para cientificar referida licitante e convocar o próximo classificado."
Pregoeiro	23/04/2019 14:20:00	Inabilitada a empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, daremos seguimento ao certame, convocando a próxima empresa classificada para o item, para que anexe sua proposta ao sistema no prazo máximo de 1(uma) hora, conforme item 4.7 do edital.
Sistema	23/04/2019 14:20:23	Senhor fornecedor MICROSENS S/A, CNPJ/CPF: 78.126.950/0011-26, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	23/04/2019 14:21:33	Para MICROSENS S/A - Conforme item 4.9 do edital, e a fim de facilitar o julgamento objetivo, solicitamos a utilização do Modelo de Proposta constante do Anexo I (fls. 13 do edital), com a descrição do objeto, marca e modelo do material, bem como seu preço unitário e total.
Sistema	23/04/2019 14:21:34	Senhor Pregoeiro, o fornecedor MICROSENS S/A, CNPJ/CPF: 78.126.950/0011-26, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	23/04/2019 14:21:48	Para MICROSENS S/A - O prazo para envio da proposta é de 1(uma) hora, improrrogável, a contar da convocação. Exclusivamente como anexo do sistema, conforme item 4.7 do edital.
78.126.950/0011-26	23/04/2019 14:22:13	Boa tarde. Já anexamos a proposta e documentos de habilitação.
78.126.950/0011-26	23/04/2019 14:23:11	Favor informar se é necessário ou não o envio dos documentos originais por Correios.
Pregoeiro	23/04/2019 14:27:42	Realizada a aceitação da proposta, passaremos agora, à fase de habilitação da empresa vencedora, conforme Capítulo VIII do edital.
Pregoeiro	23/04/2019 14:28:28	Aguardem conectados enquanto realizamos as consultas necessárias e analisamos os documentos já anexados pela empresa MICROSENS S/A.

Pregoeiro	23/04/2019 14:45:29	Para MICROSENS S/A - Atentar para a obrigação constante no item 8.6 do Termo de Referência: "A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do material, comprovar a origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme determina o art. 3º, inciso III, do decreto 7.174/2010."
Pregoeiro	23/04/2019 14:46:06	Realizadas as consultas necessárias e analisados os documentos anexados, verificamos que a empresa vencedora está com sua documentação regular e sem proibições de contratação com a Administração Pública, conforme exigido no Capítulo VIII do edital. Portanto, a pregoeira considera a empresa habilitada no presente pregão.
Sistema	23/04/2019 14:46:28	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado na aceitação'.
Pregoeiro	23/04/2019 14:46:42	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 23/04/2019 às 15:07:00.
Pregoeiro	23/04/2019 15:08:10	Senhores licitantes, está encerrado o prazo para registro de intenção de recursos sem que tenha havido qualquer manifestação nesse sentido.
Pregoeiro	23/04/2019 15:08:28	Para MICROSENS S/A - Avisamos à empresa vencedora que NÃO há necessidade de envio de proposta assinada ou documentação de habilitação.
Pregoeiro	23/04/2019 15:08:53	Assim, damos por encerrado o presente certame. Em nome do TRE/CE agradecemos a participação de todos. Boa tarde.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Volta de Fase	16/04/2019 14:18:41	Decisão do Diretor-Geral do TRE/CE: "... a empresa vencedora momento da habilitação encontrava-se em plena regularidade, após a homologação do certame e antes da emissão da nota de empenho foi declarada impedida de licitar e contratar com a União." "...a irregularidade constatada na consulta ao SICAF tem base suficiente para inabilitá-la, por vislumbrar ofensa ao item 8.1 do Instrumento Convocatório.". Reagendado para: 23/04/2019 14:00
Abertura de Prazo	23/04/2019 14:46:28	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	23/04/2019 14:46:42	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 23/04/2019 às 15:07:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 26, do Decreto 5450/2005. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:09 horas do dia 23 de abril de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Pregoeiro Oficial

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
Equipe de Apoio

[Ver Ata Original](#) [Ver Ata Anterior](#)



Voltar



PREGÃO ELETRÔNICO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Pregão Eletrônico Nº 00098/2018

RESULTADO POR FORNECEDOR

78.126.950/0011-26 - MICROSENS S/A

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
1	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG	UNIDADE	530	R\$ 243,0000	R\$ 128.790,0000

Marca: Samsung.

Fabricante: HP.

Modelo / Versão: MLT-D203U.

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Marca Samsung, modelo MLT-D203U. Toner para impressora SAMSUNG Modelo: M4070FR, novo, genuíno da fabricante da impressora, embalado individualmente, com capacidade de impressão de 15.000 páginas, com validade de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Referência do Toner: MLT 203U. Marca: Samsung.

Total do Fornecedor: R\$ 128.790,0000

Valor Global da Ata: R\$ 128.790,0000



Imprimir o
Relatório

Voltar



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

RELATÓRIO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 98/2018

Atendida à determinação da Diretoria-Geral contida no Doc. PAD nº 054760/2019, foi realizada a inabilitação da empresa HR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME e o retorno do certame à Fase de Aceitação de Propostas para o item do P.E. nº 98/2018.

A proposta da empresa MICROSENS S/A encontra-se no Doc. PAD nº 056890/2019, e a documentação de Habilitação no Doc. PAD nº 056922/2019.

Foi gerada Ata Complementar nº 2, Doc. PAD nº 056928/2019, onde pode-se acompanhar os procedimentos de reabertura do certame, bem como Resultado por Fornecedor (Doc. PAD nº 056937/2019).

Enviamos este processo à COLIC para ciência e encaminhamento à Secretaria de Administração - SAD para providências, à Secretaria de Controle Interno - SCI para se manifestar quanto à legalidade do certame e, após, à autoridade superior para fins de **adjudicação e homologação**, na ferramenta de pregão eletrônico existente no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Fortaleza/CE, 23 de abril de 2019.

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Seção de Licitações



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 056976/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 23/04/2019 15:56:33</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 23 de Abril de 2019.



À
SEÇÃO DE CONTRATOS

Para providenciar a homologação do certame.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 056991/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 23/04/2019 16:08:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 23 de Abril de 2019.



À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para providenciar a homologação do certame.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 057020/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 23/04/2019 16:21:05</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PAD nº 18881/2018



DESPACHO

De acordo com a informação da SELIC no doc. nº 56976/2019.

Encaminhe-se à SCI, para emissão de nota técnica.

Após, à DIGER para, sendo o caso, homologação do certame, inclusive na ferramenta do sítio eletrônico *comprasgovernamentais*.

Fortaleza, 23 de abril de 2019.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
Secretário de Administração



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 057041/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 23/04/2019 17:15:40</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 23 de Abril de 2019.



À
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ÀS GESTÕES
ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

Para seguimento.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 057204/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 23/04/2019 18:37:45</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Secretaria de Controle Interno
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativa e de Recursos Humanos

INFORMAÇÃO/SAGES/COGES/SCI N.º 100/2019

Assunto: Administrativo. Licitação. Pregão Eletrônico n.º 98/2018. Aquisição de material de suprimentos para impressoras. Análise.
Referência: PAD n.º 18881/2018
Interessado: SEALX – Seção de Almoxarifado

Senhora Chefe,

Em cumprimento ao disposto no artigo 5º-B, inciso I, letra “a”, item 6 da Resolução TRE/CE n.º 303/2006, alterada pela Resolução TRE/CE n.º 383/2009, retornam ao exame deste órgão técnico os autos do processo administrativo em referência, visando efetuar a análise de atos de gestão originários de procedimento licitatório.

Preliminarmente, destacamos que, nos termos do item II, “c”, do **Parecer n.º 02/2013 – SCI/Presi/CNJ**, foi exarada determinação aos dirigentes dos órgãos do Poder Judiciário, no sentido de que **a unidade ou núcleo de controle interno dos respectivos tribunais se abstenha de realizar atividades próprias e típicas de gestão, tais como: “c.6) decisão ou aprovação de objeto a ser contratado”, “c.7) enfrentamento de questões jurídicas provocadas pelo gestor” e “c.8) exercício de práticas de atividades de assessoria jurídica, que possam comprometer a independência de atuação da unidade ou núcleo de controle interno”,** razão pela qual efetuaremos a presente análise nos estritos termos do art. 5º-B, inciso I, “a”, item 1, do Resolução TRE-CE n.º 303/2006, o qual determina que incumbe à Sages *“executar as atividades de acompanhamento, orientação e emissão de pareceres que visem racionalizar a execução da despesa, bem como aumentar a eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”*.

1. MODALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (art. 45, §1º, Lei n.º 8.666/1993)

1.1 Trata-se, em síntese, de licitação realizada na modalidade de **Pregão Eletrônico, do tipo menor valor total**, objetivando a aquisição de material de suprimentos para impressoras, conforme justificativa apresentada no termo de referência constante dos autos e nos termos das Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993, Decretos n.º 5.450/2005 e n.º 7.892/2013, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela LC n.º 147/2014), além das condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativas e de Recursos Humanos
Inf100_2019_PE 98-2018 - Aquisição material suprimentos p impressora - Análise - PAD 18881-2018.doc

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 29/04/2019 15:30:02

Por: CLAUDIA CARVALHO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE e out

TRE



2. DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA **(art. 30, Decreto n.º 5.450/2005)**

2.1 Ao compulsarmos os presentes autos, ante a inabilitação da vencedora do certame e convocação da próxima empresa classificada para o item, verifica-se que foram instruídos com os seguintes documentos: termo de referência (DOC PAD n.º 837/2019), edital de licitação (DOC PAD n.º 6887/2019), comprovação da publicação resumida do instrumento convocatório (DOC PAD n.º 56928/2019), ata de realização de pregão eletrônico (DOC PAD n.º 29399/2019), relatório final (DOC PAD n.º 56976/2019), dentre outros documentos legalmente indispensáveis.

3. COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS **(art. 15, inc. V, c/c art. 43, inc. IV, Lei n.º 8.666/1993)**

3.1 Quanto à necessária cotação de preços, a Seção de Compras – SCOMP informa haver realizado sua pesquisa em conformidade com o que dispõe a Lei de Licitações, a IN nº 5/2014 do MPOG e o acórdão do TCU nº 805/2016 (DOC. PAD n.º 183999/2018). A tabela com o preço médio de referência encontra-se disposta no mesmo DOC. PAD nº 183999/2018.

3.2 Entretanto, verifica-se que a Diretoria-Geral, na oportunidade, fixou, à luz da cotação apresentada no DOC. nº 183.999/2018, o preço de referência em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) como preço máximo unitário para a presente contratação, próximo à média das quatro menores cotações colhidas pela SCOMP.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA **(art. 7º, §2º, inc. III, Lei n.º 8.666/1993 c/c art. 7, §2º, Decreto n.º 7.892/2013)**

4.1 Quanto ao saldo orçamentário, repousa informação da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, datada de 06 de novembro de 2018, atestando existir saldo suficiente. (DOC. PAD nº 184253/2018).

5. APROVAÇÃO DO EDITAL **(art. 38, p. único, Lei n.º 8.666/1993)**

5.1 A minuta do Edital de licitação foi previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Diretoria-Geral (ASDIR), em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, constante do DOC PAD n.º 213659/2018, havendo a ASDIR pontualmente analisado: a) objeto da licitação; b) condições para participação da licitação; c) critério para julgamento; d) instruções para recursos; e) prazos e condições para



assinatura do contrato e sua execução; f) sanções para o caso de inadimplemento; h) condições de pagamento; i) anexos.

6. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME

(art. 30, *caput*, Lei n.º 8.666/1993, art. 8º, inc. III c/c art. 30, inc. V, Decreto n.º 5.450/2005)

6.1 Importa ainda ressaltar que a autorização para a realização do certame foi concedida pela Diretoria-Geral, condicionada a alteração no edital, sendo, na ocasião, adotada a modalidade Pregão Eletrônico (DOC PAD n.º 6720/2018).

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

(art. 43, inc. VI, Lei n.º 8.666/1993)

7.1 No mérito, convém registrar que o pregão eletrônico teve continuidade no dia 23 de abril de 2019, sendo realizado por meio do sistema de compras do Governo Federal – **Comprasnet**, contando com a participação de vários licitantes (DOC PAD n.º 16523/2018, DOC PAD 29399/2019 e DOC 56928/2019).

7.2 Cumpre ressaltar, que com inabilitação da empresa HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI, ante a constatação de que a mesma responde à penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, retornou-se mais uma vez a fase de aceitação das propostas e convocou-se a próxima empresa classificada para o item, MICROSENS S/A. Na oportunidade, não houve interposição de recurso (DOC 56928/2019).

8. ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

(art. 40, inc. X, Lei n.º 8.666/1993)

8.1 Com relação ao lance vencedor, observa-se que o objeto do pregão em referência apresentou-se com valor inferior ao preço médio obtido na pesquisa levada a cabo pela Seção de Compras, viabilizando, assim, a aceitabilidade da proposta acostada aos autos.

9. REGULARIDADE FISCAL, REGULARIDADE TRABALHISTA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 29, Lei n.º 8.666/1993)

9.1 No que tange à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da vencedora, resta evidenciado, pelas certidões constantes dos autos, que se encontra regular perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)/Procuradoria-



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Secretaria de Controle Interno

Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão

Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativa e de Recursos Humanos

Geral da Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Justiça do Trabalho e as Fazendas Estadual e Municipal.

9.2 Ademais, foi verificado que constam dos autos documentos que atestam a ausência de registro da citada licitante no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), que impeçam a licitante de ser contratada por este Regional, em atendimento à orientação ventilada no Acórdão TCU n.º 1.793/2011 – Plenário.

10. CONCLUSÃO

10.1 Destarte, considerando-se tão somente os quesitos acima analisados, sem prejuízo de eventual exame posterior em sede de procedimento de auditoria, ocasião na qual poderão ser examinadas outras questões não abrangidas na presente informação, esta unidade de controle interno encaminha o presente feito para deliberação da autoridade superior.

Sages, 29 de abril de 2019.

De acordo.

(assinado eletronicamente)

Claudia Carvalho Rodrigues de Albuquerque

Analista Judiciária

Mat. n.º 81.627

(assinado eletronicamente)

Marcela Nicácio Quezado

Chefe da SAGES

De acordo.

De acordo.

(assinado eletronicamente)

José Hermínio Pinho Neto

Coordenador da COGES

(assinado eletronicamente)

Rodrigo Ribeiro Cavalcante

Secretário da SCI



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 059867/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	CLAUDIA CARVALHO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE <i>Assinado eletronicamente em 29/04/2019 15:30:02</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	MARCELA NICACIO QUEZADO <i>Assinado eletronicamente em 30/04/2019 11:48:11</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	JOSE HERMINIO PINHO NETO <i>Assinado eletronicamente em 30/04/2019 17:02:17</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 30/04/2019 17:27:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 30 de Abril de 2019.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para seguimento.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 061109/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 30/04/2019 17:27:25</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se da homologação do Pregão Eletrônico nº 98/2018, cujo objeto é a aquisição de aquisição de suprimentos para impressoras Samsung: SL - M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR , nos termos das Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006, Decretos n.º 5.450/2005 e 7.892/2013, além das condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

O Relatório final do Pregão com a adjudicação do seu objeto ao licitante vencedor consta no doc. 056976/2019.

Com efeito, esta Assessoria agora se manifesta analisando a conformidade legal dos atos e documentos deste procedimento com base na Portaria TRE-CE nº 295/2018, de 2 de março de 2018, a qual determina a utilização das listas de verificação da AGU para balizar a atuação da assessoria jurídica nos processos licitatórios do TRE-CE.

Atos Administrativos e Documentos verificados	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	PAD 018881
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara - TCU	SIM	Doc. 172696
3. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	Docs. 172696/2018 e 172698
4. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº	SIM	Doc. 172696

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 018881/2018
--	---	--------------------------------------

10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?		
5. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93 e arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05)?	SIM	Doc.214109
6. Há termo de referência (art. 9º, I, § 2º do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc. 172696
7. Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente (art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc.178676
8. Foi realizada a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?	SIM	Doc. 183999
9. Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação: A- (art. 7º, § 2º, II, art. 15, XII, "a", da IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada B - (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU.	Não se aplica	
10. Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no § 2º do art. 2º da IN/SLTI 05/2014, foi tal situação justificada? (art. 2º, § 3º da IN/SLTI 05/2014)	Não se aplica	
11. No caso de pesquisa com menos de três preços/fornecedores, foi apresentada justificativa? (art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)	Não se aplica	
12. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação	SIM	

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 018881/2018
--	---	--------------------------------------

das respectivas rubricas (art. 30, IV, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?		Doc. 184253/2018
13. Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?	Não se aplica	O saldo orçamentário no exercício corrente para a realização da despesa.
14. Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015, e art. 34 da Lei nº 11.488/07)?	NÃO	
15. Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	Não se aplica	
16. Foram observados os dispositivos legais que dispõem sobre a margem de preferência? (Decretos nº s 7546/ 2011 e 8538/2015)	Não se aplica	
17. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc.001123
18. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)? O TCU firmou entendimento no sentido de que, em licitação na modalidade pregão, “o orçamento estimado em planilhas e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital”, devendo estar necessariamente inserido no processo relativo ao certame, conforme	SIM	Doc. 006887/2019



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 061553/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MAURO ANGELO CARDOSO PAZ <i>Assinado eletronicamente em 02/05/2019 13:37:07</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



DESPACHO

R. h.



Trata-se de procedimento destinado à aquisição aquisição de suprimentos para impressoras Samsung: SL - M4020 - ND e da multifuncional M 4070FR.

Realizados todos os atos concernentes ao pregão eletrônico 98/2018, entendendo demonstrada a conveniência e oportunidade da contratação, conforme manifestação da ASDIR (doc. nº 061553/2019).

Assim, adotando como razões de decidir as explicações contidas no Relatório Final do certame e nas manifestações oriundas da ASDIR, e considerando estar na ordenação de despesas por delegação, nos termos da Portaria TRE/CE n.º 169/2019, **homologo o procedimento licitatório relativo ao Pregão Eletrônico n.º 98/2018.**

À COLIC, para a conclusão do certame.

Fortaleza(CE), data registrada no sistema.

DIRETOR-GERAL
[assinatura no sistema]



CERTIDÃO

Na condição de ordenador de despesas do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nos termos da Portaria n.º 169/2019, certifico, na presente data, a realização dos seguintes procedimentos no Sistema Comprasnet:

- () Decisão de Recurso Administrativo.
- () Anulação do Pregão Eletrônico n.º ____/201__
- (X) Homologação do Pregão Eletrônico n.º 98/2018
- () Homologação da Cotação Eletrônica n.º ____/201__

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL [assinatura no sistema]



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 061637/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 02/05/2019 14:18:41</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 2 de Maio de 2019.



À
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para anulação do empenho 2019NE000261 e emissão de empenho em favor de nova contratada.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 061866/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 02/05/2019 16:39:38</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 02Mai19 NUMERO: 2019NE000331 ESPECIE: ANULACAO 2019NE000261
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CN : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080

CREDOR : 29106687/0001-26 - HR COMERCIO E SERVICOS EIRELI
ENDERECO : C 7 2390 QUADRA68 SETOR SUDOESTE
MUNICIPIO : 9373 - GOIANIA UF: GO CEP: 74305-080

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

ANULAÇÃO TOTAL DO EMPENHO 2019NE0000261, CONFORME DESPACHOS DOC.PAD Nº 54760/
2019 E DOC. PAD Nº 61866/2019.

CLASS : 1 14106 02122057020GP0023 084573 01000000000 339030 000000 AOSI MATDAD
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: PAD 18881/2018
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: GO / 9373
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ANULACAO : 128.790,00

CENTO E VINTE E OITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 17 -MATERIAL DE TIC

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	530	VALOR UNITARIO:	243,00
			VALOR DO SEQ. :	128.790,00

TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG MODELO: M4070FR NOVO, GENUÍNO DA FABRICANTE DA
IMPRESSORA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE 15.000 PÁ-
GINAS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. RE-
FERÊNCIA DO TONER: MLT203U. MARCA: SAMSUNG.

T O T A L : 128.790,00

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR



IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 062051/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 02/05/2019 18:28:12</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 06/05/2019 18:51:05</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 02Mai19 NUMERO: 2019NE000332 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CN : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080
CREDOR : 78126950/0011-26 - MICROSENS S/A
ENDERECO : GOVERNADOR MARIO COVAS 882 ARMZ 01 PADRE MATHIAS
MUNICIPIO : 5625 - CARIACICA UF: ES CEP: 29157-100
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
2019NECT - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS(TONER), CONFOR
ME EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2018 E ANEXOS.

CLASS : 1 14106 02122057020GP0023 084573 01000000000 339030 000000 AOSI MATDAD
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: PAD 18881/2018
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: ES / 5625
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 128.790,00
CENTO E VINTE E OITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 17 -MATERIAL DE TIC
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 530 VALOR UNITARIO: 243,00
VALOR DO SEQ. : 128.790,00

TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG MODELO: M4070FR NOVO, GENUÍNO DA FABRICANTE DA
IMPRESSORA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DE 15.000 PÁ
GINAS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. RE-
FERÊNCIA DO TONER: MLT203U. MARCA: SAMSUNG.

T O T A L : 128.790,00

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR



IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 062054/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 02/05/2019 18:28:20</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 06/05/2019 18:50:54</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 2 de Maio de 2019.



À
**SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ÀS GESTÕES
ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS**

Para análise do empenhamento efetuado.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 062072/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 02/05/2019 18:28:43</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Secretaria de Controle Interno
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativas e de Recursos Humanos

ANÁLISE DAS NOTAS DE EMPENHO



PAD Nº 18.881/2018: Nota de Empenho nº 331/2019 - Anulação da 2019NE000261 (HR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI), em virtude de inabilitação da empresa, conforme despacho do Diretor-Geral deste TRE-CE constante no doc. PAD nº 54760/2019.

ITEM	QUESITO	SIM	NÃO	Não se aplica	OBS.
01	Consta autorização do Ordenador de Despesas deste TRE-CE para anulação da nota de empenho?		x		
02	A data da emissão da NE é igual ou posterior à autorização do Ordenador de Despesas?				Não foi anexada autorização para a anulação
03	O valor anulado corresponde ao valor autorizado				Não foi anexada autorização para a anulação

PAD Nº 18.881/2018 – Pregão Eletrônico nº 98/2018 – Aquisição de toner para impressora Samsung, conforme autorização do Ordenador de Despesas deste Tribunal constante no doc. PAD nº 61637/2019.

➤ **2019NE000332 – MICROSENS S/A**

ITEM	QUESITO	SIM	NÃO	Não se aplica	OBS.
01	A ARP está vigente?			x	
02	A data da emissão da NE é igual ou posterior à publicação da ARP ou contrato ou autorização do Ordenador de Despesa?				Não foi anexada autorização para emissão da NE
03	O CNPJ do fornecedor está de acordo com o do vencedor do item?	x			
04	A despesa foi alocada no Programa de Trabalho correto?	x			
05	A despesa foi alocada no Plano Interno correto?	x			
06	O tipo da NE (ordinário, global ou estimativo) está de acordo com a contratação?	x			
07	A despesa foi alocada na natureza de despesa correta?	x			
08	A quantidade dos bens informada na NE está de acordo com o previsto no Edital de Licitação/Pedido de aquisição?	x			
09	A descrição do bem/serviço na NE está de acordo com a ARP, Edital de Licitação ou descrição do setor solicitante?	x			
10	O valor do bem/serviço está de acordo com a ARP, Termo de Adjudicação do PE, Proposta de Preços, contrato ou autorização do Ordenador de Despesa?	x			
11	A regularidade fiscal do fornecedor está atualizada?	X			

Considerando os quesitos analisados encaminha-se as notas de empenho para deliberação do Ordenador de Despesas deste TRE-CE, sem prejuízo de o presente procedimento ser submetido a exame ulterior em sede de auditoria interna por esta unidade de controle.

Analisada em 03/05/2019

De acordo

(Assinado Eletronicamente)

Francisca Lourdizete Castro Teles

Técnico Judiciário - Mat. nº 12399

(Assinado Eletronicamente)

Marcela Nicácio Quezado

Chefe da SAGES

De acordo

De acordo

(Assinado Eletronicamente)

Cláudia Carvalho Rodrigues de Albuquerque

Coordenadora da COGES em exercício

(Assinado Eletronicamente)

Rodrigo Ribeiro Cavalcante

Secretário de Controle Interno



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 062213/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	FRANCISCA LOURDIZETE CASTRO TELES <i>Assinado eletronicamente em 03/05/2019 08:40:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	MARCELA NICACIO QUEZADO <i>Assinado eletronicamente em 03/05/2019 11:36:54</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	CLAUDIA CARVALHO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE <i>Assinado eletronicamente em 06/05/2019 17:26:12</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 06/05/2019 17:58:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 6 de Maio de 2019.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para seguimento.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 063951/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 06/05/2019 17:58:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 7 de Maio de 2019.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Encaminha-se empenho assinado para as devidas providências. Empós, enviar à SEALX.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 064349/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 07/05/2019 13:47:22</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.